

**UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE DOUTORADO**

EVANILDE PEREIRA SALLES LANGE

**A RECIPROCIDADE COMO PRÁTICA ECONÔMICA E SOCIAL EM
ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA**

São Leopoldo/RS

Mai, 2020

Evanilde Pereira Salles Lange

**A RECIPROCIDADE COMO PRÁTICA ECONÔMICA E SOCIAL EM
ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA**

**Tese apresentada como requisito para a
obtenção do título de doutora em
Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Vale do Rio dos Sinos –
Unisinos.**

**Orientador: Prof. Dr. Luiz Inácio Germany
Gaiger**

São Leopoldo/RS

Maio, 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas da UNIOESTE)

L274r Lange, Evanilde Pereira Salles
A reciprocidade como prática econômica e social em assentamentos da reforma agrária. / Evanilde Pereira Salles Lange. – São Leopoldo, 2020.
209 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Inácio Germany Gaiger.

1. Agricultura familiar. 2. Cooperativas agrícolas. 3. Igualdade. 4. Assentamentos humanos - Assentamento Antônio Companheiro Tavares (São Miguel do Iguaçu, PR). I. Gaiger, Luiz Inácio Germany. II. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais.

CDD 20. ed. – 303.484098162

Evanilde Pereira Salles Lange

**A RECIPROCIDADE COMO PRÁTICA ECONÔMICA E SOCIAL EM
ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do título de doutora em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.

Aprovada em: 12/05/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Inácio Germany Gaiger [Orientador]
Membro da Banca Examinadora – UNISINOS

Prof. Dr. Aloisio Ruscheinsky
Membro da Banca Examinadora - UNISINOS

Prof. Dra. Adriane Vieira Ferrarini
Membro da Banca Examinadora - UNISINOS

Profa. Dra. Daniela Dias Kuhn
Membro da Banca Examinadora - UFRGS

Prof. Dr. Everton Picolotto
Membro da Banca Examinadora – UFSM

In memoriam

Ao meu pai, André Gabarron Salles, por seu apoio na conclusão da Graduação e do Mestrado. À minha mãe, Maria dos Santos Pereira Salles, que me deixou durante a realização desse curso. Lembro-me das dificuldades que tive em cursar o Doutorado e de seu carinho para que eu jamais desistisse. Nas suas palavras de conforto encontrei força para prosseguir. Como eu gostaria que vocês estivessem aqui para compartilhar este momento. Amo vocês para sempre.

AGRADECIMENTOS

Durante a trajetória para a realização desta pesquisa contei com amigos, professores, colegas de curso e instituições. A todos que contribuíram minha gratidão. Em especial agradeço:

- A Deus, pela renovação da minha fé nos momentos de desencantos na vida.
- À minha família, em especial à Bianca, que esteve comigo nesta caminhada acadêmica.
- À Universidade Estadual do Oeste do Paraná, pelo incentivo e apoio.
- Ao Professor Paulo Sérgio Wolff, Reitor que propiciou a qualificação do corpo técnico, viabilizando o convênio entre a Unioeste e a Unisinos.
- Ao Professor Dr. Luiz Inácio Germany Gaiger, meu orientador, pela competência e pelo grau de exigência na orientação deste trabalho. Fundamentalmente pela solidariedade e incentivo que demonstrou nos momentos em que mais precisei para prosseguir.
- Aos professores da banca de qualificação, Dra. Adriane Vieira Ferrarini e Dr. Aloisio Ruscheinsky, pelas valiosas contribuições.
- Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos, pelas contribuições acadêmicas.
- À secretária do PPGCS da Unisinos, Sra. Maristela Simon pela prestatividade.
- Aos meus colegas de trabalho da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da Unioeste, pelo apoio e, em especial, à Professora Dra. Liliam Faria Porto Borges e Sandra Regina Mendonça.
- Aos meus colegas de turma do Doutorado, em especial à Marines da Cruz Monteiro, Nelci Janete dos Santos Nardelli e Jandira Turatto Mariga, pelo incentivo e avanço em nosso percurso formativo.
- Aos agricultores familiares do assentamento Antônio Companheiro Tavares, que me permitiram entrar na terra onde morram e lavram o chão. Ocuparam uma parte de seu tempo para conversas e explicações, por meio de suas falas nostálgicas, calorosas e de valores humanos. Possibilitaram, desse modo, um rico aprendizado durante a pesquisa de campo.

Aos agricultores familiares do assentamento que me acolheram e partilharam de suas mesas os alimentos produzidos naquela área de reforma agrária.

*Como então? Desgarrados da terra?
Como assim? Levantados do chão?
Como embaixo dos pés uma terra
Como água escorrendo da mão?
Como em sonho correr numa estrada?
Deslizando no mesmo lugar?
Como em sonho perder a passada
E no oco da Terra tombar?...*

Levantados do chão
Chico Buarque e Milton Nascimento (1997).

RESUMO

Essa tese tem como objeto empírico de pesquisa de campo o assentamento Antônio Companheiro Tavares, no estado do Paraná, propondo-se a compreender como os processos sociais nele observados, incluindo divergências e conflitos, relacionam-se com fatores latentes determinados por sistemas de vida e por formas de economia distintos, coexistentes naquela realidade. O estudo se encontra amparado na obra de Karl Polanyi, sobretudo em sua teoria dos princípios econômicos, quais sejam: reciprocidade, domesticidade, redistribuição e intercâmbio. Além disso, foi inspirado e orientado por trabalhos referenciais de alguns autores, em particular acerca da *dádiva*, cujo paradigma devemos à obra seminal de Marcel Mauss. Para compreender a realidade do assentamento, examinamos a literatura referente aos programas de Reforma Agrária e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para a pesquisa empírica no assentamento, foram utilizados dois instrumentos: de um lado, entrevistas semiestruturadas, aplicadas a agricultores familiares associados e não associados à Cooperativa de Industrialização e Comercialização Camponesa (Coopercam), situada no assentamento; de outro lado, uma coleta de dados por meio da observação direta, incluindo visitas e conversas informais. Constatamos que o movimento tende a desenvolver projetos de cooperativas, imprimindo às mesmas uma lógica de mercado, a qual se choca com outras lógicas, próprias dos agricultores assentados. O estudo de caso demonstra que o projeto de desenvolvimento coletivo do assentamento, nos moldes preconizados pelo MST, não vingou. Os agricultores familiares rejeitaram essa proposta por discordância quanto aos critérios de redistribuição dos lucros, entre outros. No entanto, a razão fundamental diz respeito à vigência do princípio econômico da reciprocidade entre os agricultores familiares, base de sua integração social e econômica local, ao lado do princípio da domesticidade, que organiza a produção e o cotidiano familiar. Compartilhar as coisas é algo que esteve sempre presente entre os assentados: eles realizaram mutirões no início da implantação do assentamento, trocam produtos e favores quando podem, e dispõem de um circuito de cortesias e prestações que se renova ao longo do tempo. A reciprocidade tem assim ocupado um amplo lugar no desenvolvimento das famílias. Por sua vez, a cooperativa é parte essencial do sistema vigente, impondo um sistema de divisão do trabalho, de taxação dos produtos, de organização financeira, além de compromissos assumidos com instituições públicas. Entretanto, essas funções nada mais são do que expressão de um sistema econômico submerso no princípio do intercâmbio. Desse ponto de vista, o estudo empírico também revelou que os princípios econômicos se entrelaçam e, a partir deles, o sistema econômico e social dos agricultores familiares e associados adquire unidade. A lógica do mercado, subjacente ao funcionamento da cooperativa, associa-se a lógicas coletivas incorporadas pelos assentados, de modo a converter a cooperativa, no assentamento em estudo, em um elemento de reforço da reciprocidade e da domesticidade. Tais lógicas, por conseguinte, mostram-se interdependentes.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultores Familiares. Cooperativa. Domesticidade. MST. Reciprocidade.

ABSTRACT

This thesis has as its empirical object of field research the settlement Antônio Companheiro Tavares, in the state of Paraná, aiming to understand how the social processes observed in it, including divergences and conflicts, are related to latent factors determined by life systems and by different forms of economy, coexisting in that reality. The study is supported by the work of Karl Polanyi, especially in his theory of economic principles, such as: reciprocity, domesticity, redistribution and exchange. In addition, he was inspired and guided by reference works by some authors, in particular on the gift, whose paradigm we owe to the seminal work of Marcel Mauss. To understand the reality of the settlement, we examined the literature referring to the agrarian reform programs and the Movement of Landless Rural Workers (MST). For the empirical research in the settlement, two instruments were used: on one side semi-structured interviews, applied to family farming associated and not associated with the Cooperative of Peasant Industrialization and Commercialization (Coopercam), located in the settlement, on the other side data collection through direct observation, including visits, and informal conversations. We found that the movement tends to develop cooperative projects, imbuing them with a market logic, which clashes with other logics, typical of settled farmers. The case study demonstrates that the collective development project of the settlement, along the lines recommended by the MST, did not succeed. But the fundamental reason concerns the validity of the economic principle of reciprocity among family farming, the basis of their local social and economic integration, alongside the principle of domesticity, which organizes family production and daily life. Sharing things is something that was always present among the settlers: they held joint efforts at the beginning of the settlement's implementation, exchange products and favors when they can, and have a circuit of amenities and services, which is renewed over time. Reciprocity has thus occupied a large place in the development of families. In turn, the cooperative is an essential part of the current system, imposing a system of division of labor, taxation of products, financial organization, in addition to commitments made to public institutions. However, these functions are nothing more than an expression of an economic system submerged in the principle of exchange. From this point of view, the empirical study also revealed that economic principles are intertwined and, from them, the economic and social system of family farming and associates acquires unity. The logic of the market, underlying the operation of the cooperative, is associated with collective logics incorporated by the settlers in the settlement under study, in order to convert the cooperative into an element of reinforcement of reciprocity and domesticity. Such logic, therefore, prove to be interdependent.

KEY WORDS: Cooperative. Domesticity. Family Farming. MST. Reciprocity.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objeto empírico de investigación de campo el asentamiento Antônio Companheiro Tavares, en el estado de Paraná, proponiendo comprender cómo los procesos sociales observados en él observados, incluso las divergencias y conflictos, están relacionados con factores latentes determinados por los sistemas de vida y formas de economía distintas, coexistiendo en aquella realidad. El estudio se encuentra amparado por el trabajo de Karl Polanyi, especialmente en su teoría de los principios económicos, que son: reciprocidad, domesticidad, redistribución e intercambio. Además, fue inspirado y guiado por trabajos referenciales de algunos autores, en particular sobre la *dádiva*, cuyo paradigma se debe al trabajo seminal de Marcel Mauss. Para comprender la realidad del asentamiento, examinamos la literatura que se refiere a los programas de Reforma Agraria y al Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). Para la investigación empírica en el asentamiento, fueron utilizados dos instrumentos: por un lado, entrevistas semiestructuradas, aplicadas a los agricultores familiares asociados y no asociados con la Cooperativa de Industrialización y Comercialización Campesina (Coopercam), ubicada en el asentamiento; Por otro lado, y colección de datos a través de la observación directa, incluso visitas, y conversaciones informales. Constatamos que el movimiento tiende a desarrollar proyectos cooperativos, imbuyéndolos de una lógica de mercado, que choca con otras lógicas, típicas de los agricultores asentados. El estudio de caso muestra que el proyecto de desenvolvimiento colectivo del asentamiento, siguiendo las líneas recomendadas por el MST, no tuvo éxito. Pero la razón fundamental se refiere a la validez del principio económico de reciprocidad entre los agricultores familiares, la base de su integración social y económica local, juntamente con el principio de domesticidad, que organiza la producción familiar y la vida cotidiana. Compartir cosas es algo que siempre estuvo presente entre los asentados: ellos realizaban esfuerzos conjuntos al comienzo de la implementación del asentamiento, intercambiaron productos y favores cuando pudieron y tienen un circuito de comodidades y servicios, que se renueva a lo largo del tiempo. La reciprocidad ha ocupado un lugar importante en el desarrollo de las familias. A su vez, la cooperativa es una parte esencial del sistema actual, que impone un sistema de división del trabajo, tributación de productos, organización financiera, además de los compromisos asumidos con las instituciones públicas. Sin embargo, estas funciones no son más que una expresión de un sistema económico sumergido en el principio del intercambio. Desde este punto de vista, el estudio empírico también reveló que los principios económicos están entrelazados y, a partir de ellos, el sistema económico y social de los agricultores familiares y asociados adquiere la unidad. La lógica del mercado, subyacente a la operación de la cooperativa, está asociada con lógicas colectivas incorporadas por los asentados, para convertir la cooperativa, en el asentamiento en estudio, en un elemento de refuerzo de la reciprocidad y la domesticidad. Tales lógicas, por lo tanto, demuestran ser interdependientes.

PALABRAS-CLAVE: Agricultores familiares. Cooperativa. Domesticidad. MST. Reciprocidad.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Perfil socioeconômico dos agricultores familiares entrevistados	166
----------	-----------------------------------------------------------------------	-----

LISTA DE SIGLAS

ACAPA - Associação de Cooperação Agrícola e Prestação de Serviços em Defesa da Agroecologia

ACARP - Associação de Cooperação Agrícola dos Assentamentos da Reforma Agrária do Oeste do Paraná

ACASI - Associação de Cooperação Agrícola Santa Isabel

ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

BNDS - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

CCA - Cooperativa Central de Reforma Agrária

CCA/PR - Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná

CENSE - Centro de Socioeducação

CAPA - Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia

CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CONAE - Conferência Nacional de Educação

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

COOPERCAM - Cooperativa de Comercialização e Industrialização Camponesa

COPAVI - Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória

CPA - Cooperativa de Produção Agropecuária

CPPS - Cooperativa de Produção e Prestação de Serviço

CPS - Cooperativa Produção e Serviço

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CRABI - Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu

ENERA - Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GERA - Grupo Interministerial de Trabalho sobre a Reforma Agrária

IBRA - Instituto Nacional de Desenvolvimento de Reforma Agrária

INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

ITEPA - Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária

MASTEL - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná

MASTEN - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná
MASTER - Movimento de Agricultores Sem Terra
MASTES - Movimento dos Agricultores Sem Terra no Norte do Paraná
MASTRECO - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná
MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MDSA - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MEAF - Ministério de Assuntos Fundiários
MEC - Ministério da Educação
MIRAD - Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MP - Medida Provisória
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PIN - Plano de Integração Nacional
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE - Plano Nacional de Educação
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PRN - Partido da Reconstrução Nacional
PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROTERRA - Programa do Norte e Nordeste
PSD - Partido Social Democrático
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
SCA - Sistema de Cooperativa Agrícola
SUPRA - Superintendência de Política Agrária
UDR - União Democrática Ruralista
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
PARTE I KARL POLANYI E MARCEL MAUSS: AS FONTES SEMINAIS DO ESTUDO	26
CAPÍTULO 1 ATUALIDADE E ALCANCE DA OBRA DE KARL POLANYI	27
1.1 PRINCÍPIOS ECONÔMICOS	29
1.2 O SENTIDO DOS <i>MOINHOS SATÂNICOS</i>	42
1.3 A ECONOMIA PLURAL	47
CAPÍTULO 2 DÁDIVA: TRÍPLICE OBRIGAÇÃO COLETIVA	52
2.1 A DÁDIVA CONTEMPORÂNEA	57
2.2 AS ESTRUTURAS DE RECIPROCIDADE	66
CAPÍTULO 3 ECONOMIAS ALICERÇADAS NA RECIPROCIDADE	72
3.1 OS VÍNCULOS COMUNITÁRIOS DOS INCAS	72
3.2 AS PRÁTICAS DE RECIPROCIDADE NAS SOCIEDADES RURAIS NO BRASIL	77
3.3 INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E RECIPROCIDADE	84
PARTE II OCUPAR FAZENDAS OU MUDAR PARA A REGIÃO AMAZÔNICA	92
CAPÍTULO 4 A QUESTÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL	93
4.1 DAS LIGAS CAMPONESAS ÀS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA.....	94
4.2 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST)	110
4.3 OCUPAÇÕES E CONFLITOS NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E PARANÁ	116
4.4 OS ACAMPAMENTOS DO MST	123
CAPÍTULO 5 O DESENVOLVIMENTO NOS ASSENTAMENTOS	128
5.1 COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA (CPAS)	130
5.2 AGRICULTOR FAMILIAR EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA	133
5.3 ESTUDOS EMPÍRICOS: ASSENTAMENTOS E COOPERATIVAS	135
PARTE III ASSENTAMENTO E COOPERATIVA: OS VÍNCULOS ECONÔMICOS E SOCIAIS	142
CAPÍTULO 6 DA FAZENDA EXPROPRIADA PELA UNIÃO AO ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA	143
6.1 O ACAMPAMENTO: TEMPO VIVIDO NA LONA	150
6.2 O ASSENTAMENTO ANTÔNIO COMPANHEIRO TAVARES	165
6.2.1 Identificação e Trajetória de vida	167
6.2.2 Práticas Coletivas.....	170
6.2.3 Tensões e representações.....	175
6.3 A COOPERCAM	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS	190
REFERÊNCIAS	198
APÊNDICE 1 OS PARÂMETROS DE OBSERVAÇÕES DE CAMPO (PESQUISA DIRETA)	205
APÊNDICE 2 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	207
ENTREVISTA SEMIESTRUTURA	208

INTRODUÇÃO

Esta tese tem por tema as práticas econômicas e sociais vigentes em um assentamento de reforma agrária vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Investigamos alguns dilemas e conflitos que se verificam no interior dessa coletividade, tendo como foco os desencontros entre propostas e modelos coletivistas propugnados pelo MST – a exemplo das cooperativas de produção agropecuária (CPA) – e os sistemas de vida praticados ou cultivados no plano das aspirações por boa parte das famílias assentadas. De forma paradoxal, por exemplo, a cooperativa parece ser ou funcionar como algo imposto aos agricultores, embora seja de sua propriedade e esteja formalmente sob o seu poder de decisão. Entende-se que tais problemas decorrem da presença de diferentes lógicas econômicas subjacentes a tais modelos e aspirações. São lógicas que podem ser explicitadas a partir da obra de Karl Polanyi (2000), em particular no que se refere aos “princípios econômicos”, às compatibilidades ou às incongruências entre eles, bem como à forma como podem conciliar a esfera econômica como o universo das relações e práticas sociais.

Entendemos que as práticas sociais dos agricultores familiares abarcam valores instituídos historicamente, assim como sentimentos que se estabelecem nas relações de reciprocidade, de troca de trabalho, nos empréstimos de terceiros, entre outros valores comunitários. A reciprocidade corresponde a um dos princípios econômicos de Karl Polanyi, ao lado da domesticidade, da redistribuição e do intercâmbio. Sucintamente, o autor conceitua reciprocidade como as obrigações mútuas praticadas pelos grupos que se unem pelos costumes, pelas leis ou até mesmo pela religião, exercendo influência sobre os indivíduos que praticam o ato de dar e de receber.

Por sua vez, a redistribuição envolve uma autoridade central que recolhe os produtos e os distribui entre os diversos contribuintes. O entesouramento ou armazenamento para posterior distribuição é o mecanismo que garante a subsistência da coletividade, assumindo uma natureza política à medida que confere à autoridade central um considerável grau de controle sobre os demais.

As relações sociais, motivadas pela reciprocidade e pela redistribuição, determinam o modo como os recursos naturais são alocados a fim de promover tanto a subsistência quanto o domínio político. Quando o indivíduo do grupo recebe um produto, resultado de uma troca, o recebimento de provisões pode ser para o sustento da sua família ou a base de um cultivo. Assim, esse tipo de troca supre as necessidades específicas de cada grupo.

Com o surgimento do mercado – no sentido do conjunto de transações comerciais no interior de um país ou entre países – o intercâmbio passou a subordinar a forma econômica das trocas, com valores financeiros estabelecidos entre estas. O mercado, ao se impor à sociedade, produziu historicamente desarticulações sociais e efeitos negativos, tais como a depressão econômica, o desemprego em massa, valores da moeda flutuantes e bruscas mudanças sociais.

Diferentemente do mercado, no caso da domesticidade, as relações são estabelecidas dentro de uma unidade autônoma de produção e consumo. O domínio produtivo familiar funciona como unidade autossuficiente, com provisão dos bens necessários para as necessidades. Polanyi (2000) assevera que o princípio da domesticidade é a produção para o uso próprio, assegurando as provisões de bens necessários à sua família, como unidade doméstica. A domesticidade enquanto princípio possui uma aplicação ampla, além da família, podendo existir em uma aldeia ou outra unidade ou núcleo institucional. A essência está em produzir e armazenar para suprir as necessidades dos membros daquele grupo.

O tratamento das questões aqui sumariamente expostas será feito, no terreno empírico, por meio de um estudo de caso, para o qual foi escolhido o assentamento Antônio Companheiro Tavares, implantado em 2002 sob os auspícios do MST. Esse assentamento está localizado na região Oeste do Paraná, contando atualmente com 82 famílias assentadas em lotes individuais.

Dimensionando brevemente os assentamentos no estado do Paraná, cabe ter em vista que, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2017 existiam 329 áreas de assentamentos rurais, com 18.799 famílias. No Oeste do estado encontravam-se 27 assentamentos pertencentes ao MST, com 1.442 famílias assentadas. Em agosto de 2017, no estado eram 20 cooperativas associadas à Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná Ltda. (CCA/PR), com 5.666 associados.

Nosso objetivo principal foi realizar um estudo de caso, no assentamento Antônio Conselheiro Tavares, a fim de identificar e analisar os dilemas representados pelas relações sociais e econômicas existentes quanto à participação dos agricultores familiares junto à Cooperativa de Comercialização e Industrialização Camponesa (Coopercam), implantada em 2009. Com sede nesse assentamento, a Coopercam possuía 152 associados em agosto de 2019.

No estudo de caso, empregamos principalmente a pesquisa qualitativa. Fizemos uso dos procedimentos de pesquisa de observação direta junto aos agricultores familiares associados à Coopercam, bem como àqueles que se desvincularam da cooperativa, com registro dos estudos em diário de campo. Além disso, foram realizadas entrevistas com oito agricultores assentados, entrevistas essas conduzidas com base num roteiro semiestruturado de questões.

Justificamos o uso do termo “agricultor familiar” com base no levantamento bibliográfico realizado e na leitura de projetos agronômicos realizados por Neves (2012). Até o final do século passado, o termo "agricultura familiar" era menos utilizado, pois os termos à época eram "pequeno produtor", "pequeno proprietário" e "camponês". O termo "agricultura familiar" passa a ser utilizado a partir de 1990, e reconhecido também para fins de enquadramento institucional das populações correspondentes.

De acordo com Neves (2012), os termos “agricultura” e “agricultor familiar” foram valorizados e institucionalizados por políticas de linhas de crédito e assistência técnica. Ditos termos foram então sendo assumidos tanto por pesquisadores de múltiplas disciplinas, quanto pela representação política dos trabalhadores rurais. Desse modo, o conceito de "agricultura familiar" exprime a capacidade e as condições de trabalho articulados com base nas relações familiares.

Nossas motivações para a escolha do objeto dessa pesquisa têm origens diversas, de concepção político-partidária e de investigação acadêmica. Assim, relembramos 1993, quando tivemos contato pessoal e profissional com o MST. É época em que, no Oeste do Paraná, ocorreram diversos conflitos agrários, marchas e manifestações dos movimentos sociais; dentre eles, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (CRABI), a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) e a Via Campesina.

Na universidade pública acompanhamos, desde 1998, as demandas nascidas das lutas dos trabalhadores sem-terra por educação superior popular, bem como os acadêmicos e lideranças que se moveram coletivamente para construir as pautas das necessidades de escolarização dos sujeitos do movimento na educação superior.

As participações do MST em projetos de extensão e de pesquisa na universidade, em várias áreas de atuação, seguem pressionando para uma maior abertura de cursos de Graduação nas instituições públicas. Nesse sentido, somente em 2003, ocorreram os encaminhamentos legais para a implantação do curso de Graduação em Pedagogia do Campo, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

Estivemos presentes no *Encontro Estadual de Educação do Campo: por uma educação do campo que garanta aos componentes e agricultores familiares o direito a educação no lugar onde vivem*, realizado em 2013, no município de Cândói-PR. O encontro foi marcado por pautas da educação do campo e pela luta política. Também estivemos no *VII Encontro Estadual das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária do Paraná*, em 2015, no qual ocorreram discussões das práticas educativas nos territórios da reforma agrária no Paraná.

Participamos dos debates coletivos dos movimentos sociais sobre a diversidade e a educação do campo nas etapas municipais, estaduais e federal nas Conferências Nacionais de Educação (Conaes), que culminaram no Plano Nacional de Educação (PNE), promulgado pela Lei Federal nº 13.005, de 24 de junho de 2014, referente aos dez anos seguintes na área da educação.

A relevância social e científica mais recente do tema surgiu durante o Curso de Doutorado em Ciências Sociais, abrindo possibilidades para discussões teóricas e estudos das ações do MST, de sua trajetória e, sobretudo, acerca do modo de vida dos agricultores familiares em assentamentos de reforma agrária. Motivaram sobremaneira para o desenvolvimento dessa tese de doutorado as leituras dos livros *A Grande Transformação: as origens da nossa época*, de Karl Polanyi, e *Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*, de Marcel Mauss.

Para a construção do objeto de pesquisa, partimos de incursões, durante 2017 e 2018, nos assentamentos de reforma agrária do Oeste do Paraná, com vistas às primeiras pesquisas exploratórias. De igual forma, nos apoiamos em

publicações sobre experiências de cooperativas em assentamentos, principalmente na pesquisa empírica realizada por Brenneisen (2002).

A pesquisa de Brenneisen (2002) consistiu em verificar o modelo de organização nos assentamentos quanto à distribuição da terra, produção, territórios e projeto de cooperativas. Para tanto, os campos empíricos focalizados foram três assentamentos rurais e um acampamento do MST, localizados no Oeste do Paraná. Dentre eles, o acampamento Fazenda Boi Preto é, hoje, o assentamento Chico Mendes; além dele o estudo abarcou os assentamentos Vitória, Verdum e Fazenda Mitacoré, sendo que esse último deu origem ao assentamento Antônio Companheiro Tavares.

Até o momento da conclusão da investigação de Brenneisen (2002), o modelo de agrovila para os assentamentos não tivera boa aceitação. Os integrantes dos três assentamentos pesquisados elencaram os seguintes motivos: i) falta de liberdade das famílias, por causa da proximidade das residências; ii) a educação dos filhos, com interferência das lideranças; iii) a distância dos criatórios dos animais em relação às casas das famílias. A autora analisa as políticas do MST, materializadas com a implantação de modelo cooperativista e o engajamento dos assentados e acampados. A pesquisa de campo buscou o histórico da implantação das famílias nos assentamentos e os relatos dos sujeitos do MST acerca da vida cotidiana junto ao projeto de trabalho cooperativo orientado pelo movimento.

Em suas conclusões, Brenneisen (2002) salienta que se deve respeito às diversas modalidades de organização da vida cotidiana e de produção das comunidades envolvidas, cujas formas sociais de organização do trabalho são tanto familiares como de pequenas associações. Quanto à troca de serviços, no que tange a ajuda mútua, as tradições históricas mostram que as comunidades devem ter liberdade individual e autonomia dos indivíduos, e as iniciativas comunitárias devem guiar as tipologias organizativas coletivas postas em prática; não o contrário.

Brenneisen (2002) conclui a pesquisa em 2001 e expressa a necessidade de o MST abandonar as práticas uniformizantes, totalizantes e de controle, afirmando que essas práticas não devem ser impostas às diversas modalidades de organização da vida cotidiana e de produção das comunidades envolvidas, tanto no que concerne às tradições históricas e às formas sociais de organização do trabalho e da família, bem como na troca de serviços e a ajuda mútua.

Em nossas incursões, em 2017 e 2018, nos assentamentos de reforma agrária, visitamos alguns agricultores familiares e escolas, bem como buscamos informações acerca das cooperativas em funcionamento nos assentamentos de reforma agrária. Também realizamos inicialmente entrevistas informais com agricultores familiares dos assentamentos e associados à Coopercam, a fim de identificar elementos econômicos e sociais e o modo como se manifestam na relação entre cooperados e cooperativa. Assim, selecionamos para a pesquisa empírica o assentamento Antônio Companheiro Tavares e a cooperativa Coopercam.

A cooperativa é estruturada para atividades de comercialização da produção, tanto do assentamento Antônio Companheiro Tavares como de alguns assentamentos próximos. Participa do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), programa que é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Além disso, fornece seus produtos para a unidade do Exército Brasileiro, na cidade de Foz do Iguaçu-PR.

Partindo do estudo empírico realizado por Brenneisen (2001) e das nossas observações por meio de visitas realizadas na antiga Fazenda Mitacoré, observamos mudanças significativas, a saber: a configuração coletiva para o assentamento, idealizada pelo MST, não se concretizou. No assentamento, vigorou uma configuração de produção distinta: parte das famílias dos agricultores optou pela produção coletiva e outra parte optou pela produção individual. Apenas em duas safras agrícolas vigorou a produção coletiva e, deste modo, não ocorreu a criação de uma Cooperativa de Produção Agrícola nos moldes clássicos (CPA). Após a extinção dessa configuração semicoletiva do assentamento, todos os lotes se tornaram de produção individual.

No início da pesquisa, embora de forma incipiente, chamou-nos a atenção o descontentamento à época, dos agricultores familiares gerados para com o MST na redistribuição da renda familiar, quando parte do assentamento assumiu a produção coletiva em 1999. Constatamos também, nos dias atuais, a presença de trabalho coletivo se dá mais em função da Coopercam e que nem todos os agricultores familiares do assentamento participam como associados.

Seguindo essas reflexões, as dúvidas surgiram pela maneira como o movimento experimenta os projetos de produção coletiva ao imprimir a lógica de

mercado e o significado das relações sociais, ora ignorado pelo MST, ora reinventado pelos assentados da reforma agrária. Como questão central dessa tese, podemos assim sintetizar: *quais problemas remanescem na dinâmica interna do assentamento Antônio Companheiro Tavares? Como os conceitos de Karl Polanyi e de outros autores podem contribuir para os esclarecimentos das práticas sociais e econômicas existentes no interior do assentamento?*

Outras questões também nortearam o estudo de caso: *como se apresenta o cotidiano do agricultor familiar e o trabalho coletivo? Como se estabelecem as práticas sociais e econômicas medidas em valores voluntários e comunitários, frente à lógica de mercado? Por fim, quais são as relações de poder no assentamento?*

Os questionamentos nesta pesquisa foram tomando corpo à medida que fomos aprofundando as leituras, principalmente as de Polanyi (2000) e aquelas de pesquisas empíricas sobre cooperativas em assentamentos do MST. Estudos empíricos realizados em vários assentamentos em diversas regiões do Brasil mostram experiências coletivas promovidas pelo MST na implantação e desenvolvimento em cooperativas. Alguns destes estudos apresentam resultados satisfatórios para os assentados; no entanto, outros apresentam resultados insatisfatórios quanto aos aspectos econômicos de produção coletiva, trabalho coletivo e divisão de tarefas entre os agricultores familiares.

Tanto para nossa coleta dos dados empíricos como para as análises, estabelecemos, inicialmente, os dilemas e conflitos entre os agricultores familiares e o MST e entre os agricultores familiares. Na sequência, buscamos nos *princípios econômicos* propostos por Polanyi os vínculos econômicos e sociais estabelecidos entre os agricultores familiares associados e a Coopercam. De forma mais específica, pautamo-nos na reciprocidade e na domesticidade.

Nossos resultados mostram que os dilemas e conflitos surgiram no período da divisão dos lotes, ou seja, no início do assentamento. Um grupo de agricultores familiares se instalou em lotes individuais, contrariando a liderança do MST. Outro grupo, porém, aceitou a proposta de produção coletiva e novos conflitos se iniciaram quando ocorreu a redistribuição dos lucros. Os agricultores familiares rejeitaram essa proposta de assentamento semicoletivo por discordância quanto aos critérios de redistribuição dos lucros, entre outros. Como consequência, desfez-se o modelo semicoletivo do assentamento.

Já com todos os lotes individuais no assentamento, outros dilemas e conflitos foram estabelecidos entre os agricultores familiares, com a presença de uma “liderança” do assentamento. Tal liderança não foi reconhecida pela maioria dos agricultores familiares. No entanto, essa liderança agia com critérios próprios, realizando despejos e causando revoltas e medo entre os agricultores familiares.

Quanto aos vínculos econômicos e sociais estabelecidos entre os agricultores familiares associados e a Coopercam, constatamos que os princípios econômicos da reciprocidade, domesticidade, redistribuição e intercâmbio se entrelaçam e é a partir deles que o sistema econômico e social dos agricultores familiares e associados adquire unidade. A vigência do princípio econômico da reciprocidade entre os agricultores familiares é a base da integração social e econômica local, ao lado do princípio da domesticidade, que organiza a produção e o cotidiano familiar. O jeito próprio de os agricultores familiares conduzirem a cooperativa privilegia tal integração no caso do assentamento estudado. Essas lógicas são fortalecidas nas ações e relações coletivas ente os agricultores familiares associados à cooperativa.

Por sua vez, a cooperativa é parte essencial do sistema vigente, promovendo um sistema de divisão do trabalho, de taxaço dos produtos, de organização financeira, além de compromissos assumidos com instituições públicas. Apesar de o princípio econômico do intercâmbio estar presente na inserção econômica atual dos agricultores familiares, tal princípio se associa às outras práticas coletivas dos agricultores familiares e associados à Coopercam.

Compartilhar as coisas é algo que esteve sempre presente entre os assentados: eles realizaram mutirões no início da implantação do assentamento, continuaram trocando produtos e favores quando podem. Desse modo, a presença dessas lógicas coletivas dispõe de um circuito de cortesias e prestações que se renova ao longo do tempo. Assim, a reciprocidade tem ocupado um amplo lugar no desenvolvimento das famílias.

* * *

A estrutura dessa tese se apresenta com esta Introdução sobre o assentamento pesquisado, a problematização em vista, a base teórica principal e a metodologia da pesquisa. Na sua continuidade, apresentamos as motivações para a escolha do tema da pesquisa, fazemos a apresentação do seu objeto e, de forma breve, mencionamos os principais resultados da pesquisa empírica.

A tese foi organizada em três partes: a Parte I – *Karl Polanyi e Marcel Mauss: As fontes seminais do estudo*. No seu primeiro capítulo, a *Atualidade e alcance da obra de Karl Polanyi* procuramos explicitar os conceitos e reflexões de reciprocidade, domesticidade, redistribuição e intercâmbio preconizados por Polanyi (2000, 2012). Gaiger (2016), ao fazer referência a Polanyi, analisa os princípios econômicos e aproxima-os dos contextos atuais da vida econômica e social. A próxima seção é *O sentido dos moinhos satânicos* e examinamos em Polanyi (2000, 2012) e Garlipp (2019) a esfera econômica ao se desvincular do contexto social. A última seção do primeiro capítulo, a *Economia Plural*, assume a concepção de mudança para que a pluralidade dos modos de instituição ou de inscrição social da economia possa ser plenamente legitimada, apresentada por Laville (2009) e Gaiger (2016).

No segundo capítulo referenciamos a *Dádiva: tríplice obrigação coletiva*, em Mauss (1974). A dádiva se mostra complexa pela sua natureza. Na tríplice obrigação de “dar-receber-retribuir” há uma obrigação mútua nos acordos entre os indivíduos coletivizados. No mesmo capítulo, trazemos a seção *A dádiva contemporânea*. Para tanto, examinamos as contribuições de Gaiger (2016) para explicitar que a dádiva mudou, mas não desapareceu, continuando a vigorar nitidamente na esfera das relações pessoais diretas. Na sequência, a exposição teórica de Caillé (2000) e de Godbout (1998), os quais buscam referência em “Ensaio sobre a dádiva” de Mauss (1974). Na última seção desse capítulo, *As estruturas de reciprocidade*, nutrimos os aspectos dessas estruturas a partir de dois autores: Temple (1998) e Sabourin (2004, 2011b).

No terceiro capítulo, *Economias alicerçadas na reciprocidade*, exploramos algumas economias na América do Sul e do Brasil, de tempos imemoriais às épocas recentes. Inicialmente, na seção *Os vínculos comunitários dos Incas*, apoiamo-nos na síntese de estudos a respeito, realizada por Gaiger (2016). Em Santos (2017), analisamos a economia interna dos povos andinos. *As práticas de reciprocidade nas sociedades rurais no Brasil*, por sua vez, composta de referências em Sabourin (1999, 2000, 2008b, 2011b, 2014). O autor recorre a Mauss (1974) para apresentar o princípio de reciprocidade e evidencia as práticas de reciprocidade nas sociedades rurais no Nordeste brasileiro. Nessa mesma seção, contextualizamos as trocas não mercantis em grupo de agricultores, apresentada por Eckert (2016). A autora busca os padrões de troca não mercantil junto aos agricultores do Estado de Minas Gerais. Na próxima seção, mostramos as *Iniciativas de economia solidária e a reciprocidade*,

nos conceitos de Gaiger (2003, 2013, 2016), nos empreendimentos solidários, na adesão social e na perspectiva da economia solidária no Brasil. Explica-se que a integração sistêmica da economia solidária deve ser convertida em base social e econômica tangível de outro modelo de desenvolvimento.

A Parte II – *Ocupar fazendas ou mudar para a região amazônica* é formada de dois capítulos e centra nas reflexões das políticas públicas nas diferentes propostas de reforma agrária, o MST, acampamentos e assentamentos. No quarto capítulo abordamos *A questão da Reforma Agrária no Brasil*, em especial os planos dos governos a partir da década de 1960. Cabe destacar que a questão agrária inclui a dimensão política e histórica nela contida, seus dilemas, tensões e contradições. Mostramos na seção *Das ligas camponesas às políticas de reforma agrária*, sua origem no Nordeste brasileiro. *O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)* ocupa a seção seguinte. Um movimento social movido pelas circunstâncias históricas de base política, territorial e social. Procuramos mostrar as vertentes interpretativas de Medeiros (1989), Martins (1999) e Fernandes (2000), dentre outros. Em *Ocupações e conflitos nos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná* mostramos os eventos que marcaram a gestação e a inauguração da história do MST, tanto no Rio Grande do Sul como no Paraná. Os posseiros expulsos da terra indígena de Nonoai pelos índios, a resistência camponesa contra a política governamental estabelecida em relação aos pequenos proprietários, parceiros, posseiros e arrendatários. Estes agentes se manifestavam contra a expulsão da terra, e o movimento social aumentava ainda mais com a construção das barragens. A seção seguinte diz respeito a *Os acampamentos do MST*, onde pesquisamos referências nos autores Ribeiro (2010); Bahniuk e Camini (2012), dentre outros. Na precariedade da lona falta segurança e sobra carência material. As famílias esperam resolver, pois vivem sem data para se tornarem assentados.

No quinto capítulo, *O desenvolvimento nos assentamentos*, nossa revisão bibliográfica evidencia o agricultor familiar que, ao receber a terra, assume o desenvolvimento do assentamento e a produção econômica para o sustento de sua família. Na seção *Cooperativas de Produção Agrícola (CPAS)* explicitamos como o MST estabeleceu formas de permanência no assentamento e a organização do trabalho coletivo, a fim de que as famílias pudessem garantir os meios de vida necessários. Para o contexto do *Agricultor familiar em assentamento de Reforma Agrária*, abordamos Fabrini (2002), entre outros autores. Chama-se a atenção para o

modo de vida do agricultor familiar nos assentamentos e as relações de trabalho junto às cooperativas. Na última seção desse capítulo evidenciamos, por meio de *Estudos empíricos: assentamentos e cooperativas*, os dilemas dos agricultores familiares. Trazemos algumas experiências do cotidiano da produção e do trabalho coletivo dos associados nas cooperativas instaladas sob o comando do MST. Para tanto, buscamos referências nas fontes bibliográficas, dissertações e teses, com o objetivo de contextualizar o que representa a cooperativa junto aos assentados.

A Parte III – *Assentamento e Cooperativa: Os vínculos econômicos e sociais*, é formada de um capítulo. Nele, coletamos os dados empíricos e examinamos os contextos de modo de vida, conflitos e vínculos econômicos e sociais estabelecidos. O sexto capítulo - *Da Fazenda Expropriada pela União ao Assentamento da Reforma Agrária*, centra-se no levantamento de campo empírico, desde a fase de acampamento. Os agricultores familiares que entrevistamos vivenciaram o tempo de acampamento e, agora, são assentados. Relatam que entraram no acampamento em agosto de 1997.

Nas seções *No tempo vivido na lona e o assentamento Antônio Companheiro Tavares*, examinamos as transformações vivenciadas pelos assentados e procuramos mostrar, por meio de análise, como se apresentam os princípios econômicos da reciprocidade, domesticidade, redistribuição e intercâmbio de Polanyi (2000, 2012), a dádiva de Mauss (1974), entre outros autores. Destacamos as *práticas coletivas* na busca da estruturação econômica em seus lotes agrícolas. Evidenciam-se as famílias de agricultores e a ampla participação nas ações coletivas entre os vizinhos, parentes, amigos ou outra afinidade, como o compadrio, materializadas também em práticas econômicas. Os agricultores familiares são orientados pelas práticas da reciprocidade e da domesticidade, cuja economia está inserida nas relações sociais. A reflexão também foi conduzida *nas representações e tensões*, tanto na fase de acampamento como no assentamento. Buscamos respostas para os acontecimentos que provocam receio de se expressarem abertamente, os motivos pelos quais se afastaram da convivência da maioria dos assentados, e a desistência de participação junto ao MST.

A seção *A Cooperativa de Industrialização e Comercialização Camponesa (Coopercam)*, disserta sobre a fundação da cooperativa, em 12 de dezembro de 2009, resultado da junção das associações dos assentamentos do Oeste do Paraná. Os agricultores familiares, ao se associarem à CPA, embora seu grau de

preponderância seja associado à lógica do intercâmbio, entendemos e constatamos que esse princípio não eliminou ou enfraqueceu, ao ponto de desaparecer, a lógica da reciprocidade. No campo empírico, observamos as atividades da cooperativa, a fim de examinar as motivações dos assentados em comercializar a produção de seu lote agrícola junto à cooperativa. Destarte, o jeito próprio de conduzir a cooperativa, não serve a uma única lógica (intercâmbio), mas compatibiliza com as demais lógicas, mostando-se interdependente. Constatamos, ainda, a existência de um entrelaçamento entre os princípios econômicos que se complementam.

Nas *Considerações Finais*, voltamos a expor a problemática focalizada pela pesquisa e recapitulamos seus resultados. Além disso, fazemos algumas indicações de estudos futuros.

PARTE I

KARL POLANYI E MARCEL MAUSS: AS FONTES SEMINAIS DO ESTUDO

CAPÍTULO 1

ATUALIDADE E ALCANCE DA OBRA DE KARL POLANYI

No tocante aos aspectos teóricos e conceituais dessa tese, dedicaremos esse primeiro capítulo, inicialmente, aos princípios econômicos desenvolvidos por Polanyi (2000, 2012). Inicialmente, introduziremos uma das principais obras desse autor, *A Grande Transformação: as origens de nossa época*, por meio do prefácio a ela escrito por Maclver (2000). Sendo essa obra a base conceitual da tese, torna-se imprescindível incorporar aqui os princípios econômicos nos contextos econômicos e sociais descritos por Polanyi (2000, 2012). Acrescentaremos também os estudos de Lavelle (2009), Gaiger (2016) e Garlipp (2019).

Maclver¹ (2000), ao prefaciando a obra *A Grande Transformação: as origens de nossa época*, menciona que Karl Polanyi se preocupa com o processo econômico e a contribuição desse na civilização moderna. Para Maclver (2000), Polanyi não oferece qualquer doutrina de determinismo econômico; oferece, no entanto, a análise de uma transformação social marcada historicamente, na qual a supressão de um sistema econômico por outro desempenhou um papel decisivo.

Diante disso, Maclver (2000) questiona: - *mas por que isto aconteceu?* Não é porque a relação econômica é sempre básica, mas porque, neste caso e apenas neste caso, a nova economia exigia uma abnegação intensa do *status* social do ser humano.

Os ‘moinhos satânicos’ descartavam todas as necessidades humanas, menos uma: inexoravelmente, eles começaram a triturar a própria sociedade em seus átomos. Assim, os homens tiveram que descobrir a sociedade. Para o Sr. Polanyi, a última palavra é a sociedade. O principal espectador da tragédia da Revolução Industrial foi convocado não pela insensibilidade e ganância dos capitalistas em busca de lucro – embora isto registrasse uma grande desumanidade –, mas pela devastação social de um sistema incontrolado, a economia de mercado (MACLVER, 2000, p. 10).

¹ Robert Morrison Maclver, cientista político e educador, escreveu a apresentação do livro de Karl Polanyi (1944). Ensinou ciências políticas na Universidade de Toronto (1915-1927). Publicou na *Community: A Sociological Study (1917)* e *Elements of Social Science (1921)*. Mais tarde atuou como o 30º Presidente da Sociedade Sociológica Americana. Seu discurso presidencial, "Algumas reflexões sobre sociologia durante uma crise", foi entregue na reunião anual da organização em Chicago em dezembro de 1940. Disponível em: <<https://www.asanet.org/robert-m-maciver>>. Acesso em: 2 abr. 2019.

Ao longo do percurso argumentativo de Karl Polanyi, relata Maclver (2000), tornam-se progressivamente claras as afirmações contundentes sobre as implicações sociais de um sistema econômico particular, a economia de mercado, que atingiu sua plenitude no século XIX. Polanyi menciona a situação colonial e as sociedades de povos primitivos invadidas industrialmente, a fim de mostrar o que esse sistema significava para essas sociedades e, principalmente, o que o referido sistema representava para as demais sociedades.

Isto dito, à guisa de introdução, decidimos inserir breve notas bibliográficas sobre Karl Polanyi² (1886-1964), a seguir, no corpo do texto, e não como nota de rodapé, em razão do alcance das reflexões teóricas proporcionadas por ele para o tema desta tese. Esse autor, economista de formação, dedicado principalmente à histórica econômica, foi um dos mais originais cientistas sociais do século XX. Nascido na Hungria, morou e lecionou na Áustria, na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Canadá. Não reconheceu as fronteiras rígidas entre as disciplinas acadêmicas, transitando pela antropologia, economia, história e sociologia.

Na obra *A Grande Transformação: as origens da nossa época* [2000], a mais conhecida de Polanyi, o autor elabora um arcabouço teórico e formula os princípios econômicos. Utilizou-se de fontes antropológicas e das particularidades do sistema econômico da Inglaterra do século XIX, a expansão industrial e a ascensão do mercado de intercâmbio. Esse conjunto de processos provocou uma desarticulação social, sendo esse um dos principais temas do livro.

A economia passou a ser definida pelos padrões de troca baseados no intercâmbio. Polanyi (2000, p. 60) observa que “Todas as transações se transformam em transações monetárias e estas, por sua vez, exigem que seja introduzido um meio de intercâmbio em cada articulação da vida industrial”.

Quanto às sociedades primitivas, é importante ressaltar que Polanyi (2000, 2012) não realizou estudos de campo. Contudo, apoiou-se em fontes secundárias como os trabalhos de Malinowski³ e Thurnwald⁴, entre outros, para fundamentar tais

² O Karl Polanyi Institute of Political Economy se dedica a manter a memória de Karl Polanyi: “[...] nossa missão é preservar seu legado intelectual e contribuir para debates políticos urgentes sobre estratégias de desenvolvimento de alternativas inovadoras, local e internacionalmente”. Disponível em: <<https://www.concordia.ca/research/polanyi.html>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

³ Bronisław Malinowski, *Argonauts of the Western Pacific* (1930), o trabalho de campo do autor, entre 1914 e 1918 nas Ilhas Trobriand, um dos arquipélagos da Nova Guiné melanésia.

⁴ Richard Thurnwald. *Economics in Primitive Communities* (1932).

princípios. Cabe ressaltar que Polanyi (2000), ao escrever sobre as Ilhas *Trobiand*, buscou fontes já exploradas por Mauss, em “Ensaio sobre a dádiva” (1974).

Outra obra importante de Polanyi é *A subsistência do homem e ensaios correlatos* (2012). Sua conclusão foi impossibilitada pela sua morte em 1964 e, assim, a obra foi organizada por um de seus alunos. Contém o projeto investigativo conduzido por Polanyi (2012), ou seja, o aprofundamento dos princípios econômicos, marcado pela autonomia e pela ascensão da dimensão econômica.

1.1 PRINCÍPIOS ECONÔMICOS

Nas sociedades primitivas, os sistemas econômicos estavam organizados segundo os princípios econômicos de reciprocidade, redistribuição e domesticidade. Na concepção de Polanyi (2000), esses princípios alimentavam o sistema econômico não fundamentado exclusivamente no mercado como nos dias de hoje, sendo que a “inexistência” do sistema de oferta-demanda-preço predominou por muito tempo.

Polanyi (2000), ao realizar pesquisas antropológicas, principalmente nas sociedades primitivas na Melanésia Ocidental, não levou em consideração a organização sexual, nem territorial e outras relações de influência, como o costume, a lei, a magia e a religião. Ele buscou respostas para as motivações econômicas, o modo como elas se originam no contexto da vida social, a organização dos sistemas econômicos e a sobrevivência daquelas sociedades primitivas. Toma como exemplo uma sociedade tribal:

O interesse econômico individual só raramente é predominante, pois a comunidade vela para que nenhum de seus membros esteja faminto, a não ser que ela própria seja avassalada por uma catástrofe, em cujo caso os interesses são ameaçados coletiva e não individualmente. Por outro lado, a manutenção dos laços sociais é crucial (POLANYI, 2000, p. 65-66).

Polanyi (2000) estipulou uma linha de raciocínio para a manutenção dos laços sociais estabelecidos naquelas sociedades. Primeiramente, por que os indivíduos mantinham entre si códigos de honra ou de generosidade. Caso o indivíduo não os cumprisse, era afastado da comunidade.

Segundo por que, a longo prazo, todas as obrigações sociais são recíprocas, e seu cumprimento serve melhor aos interesses individuais de

dar-e-receber. Essa situação deve exercer uma pressão contínua sobre o indivíduo no sentido de eliminar do seu consciente o auto interesse econômico, a ponto de torná-lo incapaz, em muitos casos (mas certamente não em todos), de compreender até mesmo as implicações de suas próprias ações em termos de um tal interesse. Essa atitude é reforçada pela frequência das atividades comunais, tais como partilhar do alimento na caça comum ou participar dos resultados de alguma distante e perigosa expedição tribal (POLANYI, 2000, p. 66).

Desse modo, o interesse econômico individual raramente aparece e as motivações não econômicas servem aos propósitos da manutenção dos laços sociais. Polanyi (2000) observa que a própria comunidade assegura a todos os seus membros que não irão sofrer com a miséria e a fome; assim, a manutenção dos laços sociais é um aspecto decisivo. O interesse é coletivo e as obrigações são recíprocas.

De acordo com Polanyi (2000, p. 66), há o ato de dar e receber, não necessariamente pelo mesmo indivíduo. Trata-se de um procedimento articulado de forma minuciosa, salvaguardado por métodos de ritos mágicos. “[...] o estabelecimento de ‘dualidades’ nas quais os grupos estão unidos por obrigações mútuas deve explicar, por si mesma, a ausência da noção de lucro e até mesmo de riqueza”.

Polanyi (2000) afirma, inclusive, que numa sociedade tribal qualquer comportamento diferente das obrigações recíprocas não é compensador, pois as atitudes comunitárias, tais como partilhar o alimento da caça ou participar de expedição tribal e percorrer longas distâncias, são consideradas atitudes de valor atribuído à generosidade, e isso representa grande prestígio social.

Ao escrever a respeito de suas pesquisas antropológicas, Polanyi (2000, p. 70) observa que “As Ilhas *Trobriand* pertencem a um arquipélago que forma aproximadamente um círculo, e parte importante da população desse arquipélago depende uma proporção considerável do seu tempo em atividades do comércio *Kula*”. Para cada aldeia da costa das referidas ilhas, parece ter uma contrapartida em relação à outra aldeia do interior, estabelecendo uma organização e fluxo de produtos, sob a “aparência” de distribuição recíproca de presentes:

A reciprocidade é enormemente facilitada pelo padrão institucional da simetria, um aspecto frequente da organização social entre os povos iletrados. A marcante ‘dualidade’ que encontramos em subdivisões tribais colabora para a união de relações individuais, ajudando assim o tomar-e-dar de bens e serviços na ausência de registros permanentes (POLANYI, 2000, p. 68).

Segundo Polanyi (2012, p. 84), “Vista como uma forma de integração, a reciprocidade descreve o movimento de bens e serviços (ou a maneira de dispor deles) entre pontos correspondentes de um agrupamento simétrico”. Tais grupos se unem por obrigações mútuas e estabelecem nas dualidades do dar e receber, um compromisso com um sistema de relações recíprocas.

Na execução e exibição cerimonial, os atos são conduzidos de tal forma que a reciprocidade seja aguardada. O funcionamento estava baseado em coletividades (Polanyi, 2000, p. 68):

Também, no comércio de *Kula* cada indivíduo tem o seu parceiro em uma outra ilha, personalizando assim, numa extensão marcante, a relação da reciprocidade. Não fosse a frequência do padrão simétrico nas subdivisões da tribo, na localização dos povoados, bem como nas relações intertribais, seria impraticável uma ampla reciprocidade baseada na atuação, em última instância, de atos isolados de dar-e tomar.

Logo, o que predomina não é o interesse pela barganha, mas a reciprocidade no comportamento social. Para Polanyi (2000, 2012), a motivação de caráter intertribal personifica a relação de reciprocidade. Como exemplo, nas regras de reciprocidade do *kula*, os objetos não são acumulados e nem mesmo possuídos permanentemente por alguns membros da tribo, mas a satisfação dos objetos recebidos está justamente em poder dá-los na sequência. São movimentos entre pontos correlatos de grupos simétricos, estimulando as prestações mútuas, marcando a existência e a permanência do vínculo social. Contudo, segundo Polanyi (2000), de forma alguma se deve concluir que os princípios socioeconômicos desse tipo são restritos a produtores primitivos ou a pequenas comunidades, nem que uma economia sem lucro e sem mercado deve ser simples, necessariamente.

O princípio da reciprocidade é amplo e ajuda a salvaguardar a produção, a subsistência familiar, bem como os valores assumidos naquela sociedade tribal. Assim, o arranjo sofisticado de auxílio entre as famílias, por meio do qual o homem assume o sustento da família e adquire crédito por bom comportamento, forma uma rede onde o que se dá hoje é recompensado pelo que se toma amanhã.

Essa atitude é reforçada pela frequência das atividades comunais, tais como partilhar do alimento na caça comum ou participar dos resultados de alguma distante e perigosa expedição tribal. O prêmio estipulado para a generosidade é tão importante, quando medido em termos de prestígio social, que não compensa ter outro comportamento senão o de esquecimento próprio. O caráter pessoal nada tem a ver com o assunto. O homem pode ser tão bom ou mau, sociável ou insociável, avaro ou

generoso a respeito de um conjunto de valores como a respeito de outro (POLANYI, 2000, p. 66).

Não se apresenta motivação ao lucro, nem mesmo de riqueza, tampouco em se trabalhar para obter remuneração, e também de qualquer instituição baseada em motivações econômicas. Ressaltam, tradicionalmente, o prestígio social. Nesse contexto, Polanyi (2000) questiona: como se garante a ordem na produção e distribuição nessas comunidades? E a resposta é que, em sua maior parte, por dois princípios de comportamento econômico: a reciprocidade e a redistribuição. Esses princípios, basicamente, não estão associados à economia do lucro.

A subsistência da família – a mulher e os filhos – é tarefa de seus parentes daquela descendência. O homem ganhará crédito, principalmente pelo seu bom comportamento, quando sustenta sua irmã e a família dela, entregando-lhe os melhores produtos da sua colheita; porém, terá em troca pouco benefício material imediato. Caso for preguiçoso, comprometerá sua reputação e sua família, explica Polanyi (2000), porque o princípio da reciprocidade atuará principalmente em benefício da sua mulher e de seus filhos, compensando-os, assim, economicamente, por seus atos de virtude cívica.

Nem todas as sociedades foram tão democráticas como a dos caçadores primitivos. Entre os *Bergdama*⁵, quando o homem retorna da caçada ou a mulher volta da coleta, a reciprocidade e a partilha estão presentes, ensejando prestações mútuas. Destarte, Polanyi (2000) argumenta que, ao ofertarem parte de seus produtos à comunidade, eles criam ou mantêm os vínculos sociais com as outras pessoas, grupos e coletividades.

Segundo o autor, tanto o processo de produção como de distribuição está alicerçado nos interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele processo. Embora esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores, ou numa ampla sociedade despótica, tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não econômicas.

Polanyi (2000) entende que até o final do período feudal, na Europa Ocidental, todos os sistemas econômicos de que se tem conhecimento se organizavam segundo os princípios de reciprocidade, ou da redistribuição ou da

⁵ Povo que habita uma região montanhosa central da Namíbia (POLANYI, 2000).

domesticidade ou, ainda, de alguma combinação dos três princípios. Polanyi (2000, p. 75) afirma:

Esses princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual, *inter alia*, fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia. Dentro dessa estrutura, a produção ordenada e a distribuição dos bens eram asseguradas através de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento.

Polanyi (2000) constata que a redistribuição daquilo que se produzia surgia como princípio de integração fortemente ligado aos laços sociais. O movimento de bens se orientava para o centro e dali retornava para a sociedade, em torno da família, do local, ou da vizinhança. Assim, as prestações mútuas pareciam secundárias e não se constituíam em um sistema de mercado.

Polanyi (2000) conceitua “redistribuição” como função de um verdadeiro sistema econômico que é inteiramente absorvido pelas exigências vividas, em cada ato executado do sistema social. Constata-se que a redistribuição de riquezas produzidas surgia como princípio de integração fortemente ligado aos laços sociais, cujo movimento se orientava para o centro e dali retornava para a sociedade.

Afirma Polanyi (2000, p. 77):

A centralidade, embora crie frequentemente instituições distintas, não implica motivação que particularizaria a instituição resultante para uma função específica única (o chefe de uma aldeia ou qualquer outra autoridade central pode assumir, por exemplo, uma série de funções política, militar, religiosa ou econômica, indiscriminadamente). Finalmente, a autarquia econômica é apenas um traço acessório de um grupo fechado existente.

Para os membros de uma tribo de caçadores, ao entregar a caça ao chefe, mesmo que o resultado da caça e o rendimento sejam irregulares, além de ser o resultado do esforço coletivo, ocorre a redistribuição. Polanyi (2000) esclarece que, sob tais condições, não seria possível ou praticável qualquer outro método de partilha a não ser que o grupo se desfaça após cada expedição. Quando se tratar de território maior e os produtos forem mais variados, resultará em mais redistribuição, com uma efetiva divisão do trabalho, uma vez que a redistribuição ajudará a unir grupos de produtores geograficamente diferenciados. Em todas as economias desse tipo existe uma necessidade semelhante, seja em grupo pequeno ou numeroso.

Nota-se claramente que, para Polanyi (2000), o padrão institucional da centralidade está presente, de alguma forma, nos grupos humanos. Assim, fornece

um conduto para a coleta, a armazenagem e a redistribuição de bens e serviços. Há um ajuste mútuo entre os padrões institucionais e os princípios econômicos, indo ao encontro da simetria e da centralidade, assegurando as necessidades da reciprocidade e da redistribuição.

A simetria é um arranjo sociológico. Esse arranjo não dá origem a instituições isoladas, apenas padroniza as já existentes, pois, se uma tribo ou uma aldeia é ou não simetricamente padronizada, isso não envolve qualquer instituição distinta, afirma Polanyi (2000).

Enquanto a organização social segue a sua rotina normal, não há razão para a interferência de qualquer motivação econômica individual. Polanyi (2000) observa que não é preciso temer qualquer evasão do esforço pessoal, porque a divisão do trabalho fica assegurada automaticamente, bem como as obrigações econômicas são devidamente desempenhadas. Também estão assegurados os meios materiais para a exibição de abundância nos festivais públicos:

Numa dada comunidade, são desacreditadas, e vedada a ideia do lucro, as disputas e as insistências para se conseguir o produto; o dar graciosamente é considerado como virtude; não aparece a suposta propensão à barganha, à permuta e à troca. Na verdade, o sistema econômico é mera função da organização social (POLANYI, 2000, p. 69).

De acordo com Polanyi (2000, p. 81-82), nos amplos sistemas arcaicos de redistribuição, os atos de permuta e os mercados locais eram uma constante, porém apenas em caráter subordinado. O mesmo se aplica para o princípio econômico da reciprocidade, onde prevalecem prestações mútuas e regras entre as pessoas e coletividades. Aqui, “os atos de permuta estão geralmente incrustados em relações de longo alcance que implicam aceitação e confiança, uma situação que tende a obliterar o carácter bilateral da transação”.

Assim como a reciprocidade é beneficiada por um modelo simétrico de organização, a redistribuição é apresentada com a colaboração de certo grau de centralidade, enquanto a domesticidade é baseada na autarquia e ocorre dentro de uma unidade autônoma de produção e de consumo. A exemplo da tribo ou aldeia, a família é onde a subsistência familiar é salvaguardada pela produção e pelos valores assumidos.

O princípio designado por Polanyi (2000, 2012) como domesticidade apresenta um importante papel histórico: trata-se da produção para uso próprio e

implica, na prática, que cada indivíduo deve assegurar a provisão dos bens necessários à sua unidade doméstica.

A norma entre a administração doméstica propriamente dita e a atividade de fazer dinheiro foi estabelecida por Aristóteles⁶. Segundo Polanyi (2000), trata-se da indicação mais profética que nos deu o domínio das ciências sociais e continua a ser a melhor análise do problema de que dispomos. Ao se basear em rudimentos simples de uma economia de mercado disponível em sua época, Aristóteles considerava como produção aquela que visava ao lucro como não natural ao homem. Era o oposto da produção orientada para o uso como essência da administração doméstica. Como consequência, ocorre a separação entre a motivação econômica e todas as relações sociais.

Ao mesmo tempo em que Polanyi (2000) escreve sobre a indicação profética, também menciona o senso comum como a genialidade de Aristóteles, e o quanto esse discorre sobre a produção com vistas ao mercado como acessório na esfera familiar. Assim, portanto, não supre necessariamente a independência familiar, uma vez que tal produção deverá, em todo o caso, ser assegurada na terra familiar para fins de subsistência, na forma de cereais ou de cabeças de gado, e não compromete a base da administração doméstica quando da venda dos excedentes.

Polanyi (2000), ao considerar a venda dos excedentes, mostra que a autossuficiência é caracterizada pela administração doméstica para além da produção para uso próprio. Funciona de tal modo que não é afetada pela existência de uma produção acessória para o mercado.

Quanto à domesticidade como modelo de grupo fechado e na prática de promover os próprios recursos, Polanyi (2000) acrescenta que a família, a aldeia ou o domínio senhorial definem a unidade como autossuficiente. Trata-se da provisão dos bens necessários para a satisfação das necessidades daquele grupo que produz e armazena.

Nem todos os autores, ao se reportarem a Polanyi, mencionam a domesticidade como um princípio econômico. Consideram-na como o amplo princípio da reciprocidade. Porém, Polanyi (2000, p. 75) adverte: “Todos os sistemas econômicos conhecidos por nós, até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou

⁶ Polanyi (2000, p. 118) apresenta Aristóteles e seus registros há mais de dois mil anos, no capítulo introdutório da "Política".

domesticidade, ou alguma combinação dos três”. A instituição desses princípios teve a ajuda de uma organização social a qual, entre outras coisas, fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia.

Nas sociedades tribais, a exemplo da partilha entre os *Bergdama*, tanto o homem como a mulher dividem o resultado da caçada ou da colheita, ficam com parte dos produtos e garantem a autossuficiência da família e também da comunidade ao dividir outra parte de seus produtos. Já nas ilhas *Trobriand*, o homem, ao assumir o sustento da família, assume também o prestígio social em forma de provimento, por consequência de seu bom comportamento, sendo que seus familiares também adquirem o crédito (POLANYI, 2000).

A aplicação da domesticidade é ampla, assim como a da reciprocidade ou a da redistribuição, independentemente das entidades autossuficientes e diferentes envolvidas, tais como a família, a aldeia ou o domínio senhorial. Para Polanyi (2000), o princípio se mantém e a essência está em produzir e armazenar para suprir as necessidades dos membros do grupo, mesmo sendo indiferente à natureza do núcleo institucional na qual aquelas entidades se apoiam.

Polanyi (2000) salienta ainda que, em período anterior à nossa época, nenhuma economia era controlada por mercados. A instituição "mercado" aparece na história humana como incidental na vida econômica, pois até então o sistema econômico estava em completa imersão no tecido social.

Por sua vez, Gaiger pondera que, ao contrário do livro de 1944 – *A Grande Transformação* – mais adiante, em 1957, Polanyi deixou de mencionar a domesticidade ao deter-se nas formas de instituição econômica e de integração social, com breves menções a respeito no livro de 1977: “O que justifica essas aparentes omissões parece ter sido seu interesse analítico pelos princípios econômicos que se mostraram capazes de gerar uma forma específica global de integração econômica, uma forma instituída de economia” (Gaiger, 2016, p. 158).

Contudo, se Polanyi apresenta a domesticidade como o princípio que desempenhara um grande papel na história e alertara para que não fosse presumido como mais antigo (e ultrapassado) que a reciprocidade e a redistribuição, então Gaiger (2016, p. 158) questiona: “Um grande papel na história, exceto funções integrativas?” Para Polanyi, a economia doméstica suportaria sistemas mais amplos de reciprocidade ou de redistribuição, mesmo tendo diante deles uma função subsidiária. Trata-se de um equívoco eliminar ou considerar como menos importante

esse princípio econômico de sua tipologia, esquecendo-se de que, segundo Gaiger (2016, p. 158):

Polanyi não foi categórico a respeito: Apenas uma revisão meticulosa de seus escritos elucidaria a questão do ponto de vista de seus estudos, cujo eixo direcionou-se às práticas econômicas orientadas pela reciprocidade, a redistribuição e o intercâmbio.

O princípio da domesticidade, de acordo com Gaiger (2016), se apresenta em todas as sociedades cambiantes. As relações que a caracterizam ocorrem no interior das coletividades, de modo que o acordo assume a extensão de suas relações restritas em função de laços de sangue e do pertencimento a um território.

O funcionamento da administração doméstica se assemelha ao sistema de redistribuição em pequena escala. Gaiger (2016), ao citar Polanyi (1977), menciona que ela não é somente um traço milenar típico da economia camponesa. Nos dias atuais, a insegurança laboral e econômica faz com que os indivíduos experimentem espaços de refúgio, além de ser uma forma de revalorização dos laços de proximidade e de autonomia de pequenas coletividades.

No entender de Gaiger (2016), a vigência do princípio da domesticidade marca todas as sociedades conhecidas. As raízes são cambiantes e se baseiam na proximidade de laços de sangue, de pertencimento a uma comunidade por costumes ou por território, os quais se originam da solidariedade familiar e comunitária. Desse modo, os sujeitos partilham valores e crenças mutuamente e convergem para a coesão social.

Nas sociedades modernas, no entanto, a domesticidade pode integrar-se à vida democrática, articulada com a ajuda mútua de auto-organização, de cooperação social e de mobilizações reivindicativas. Gaiger (2016) explicita que é importante ressaltar que a domesticidade não se fundamenta em elementos autoritários ou despóticos.

Avançando no tempo, veja-se a enorme diferença entre os processos históricos de colonização ou de extensão da fronteira agrícola realizados por via de colônias de povoamentos, por empresas [...]. A produção familiar, seja em parcelas agrícolas, seja nas microempresas e no amplo espectro da economia informal urbana [...]. Imersas ou não em laços fusionais mais amplos, em relação de cooperação e em sistemas de reciprocidade, essas unidades não rumam para o seu cabal desaparecimento ao defrontarem-se com padrões adversos, mas funcionam amiúde com um lastro de resistência e base de inserção econômica, entrelaçando com outros princípios (GAIGER, 2016, p. 159).

No entender de Gaiger (2016), de certa forma, atualmente as representações da administração doméstica se apresentam em resposta às tendências da supremacia econômica em que as pessoas são submetidas. Não se trata de encerrar a análise em termos de subordinação e supremacia do capital, mas de estender a administração doméstica ao exame das diferentes condições entre princípios ativos no interior dessas unidades, como estratégia defensiva e também como forma de inovação e de fortalecimento interno.

Destacamos a seguir o último princípio econômico da tipologia de Polanyi (2000). O intercâmbio, segundo esse autor, apresenta poder de integração econômica e está associado ao modelo de mercado. Conseqüentemente, o mercado se utiliza de mecanismos como o dinheiro e o poder de compra; assim, o movimento de bens e serviços ocorre de forma livre.

Polanyi (2000) conceitua "intercâmbio" como o princípio de comportamento econômico que altera a organização social; contudo, os aspectos da troca não assumem situação análoga aos outros três princípios, de reciprocidade, redistribuição e domesticidade. Desse modo, o princípio econômico do intercâmbio é um padrão transacional, onde o interesse próprio passa a determinar a alocação dos recursos, utilizando a via do mercado.

Polanyi (2000) afirma que foi a introdução de um meio de intercâmbio em cada articulação da vida industrial que fez com que as transações assumissem um caráter monetário. A exigência de que todas as rendas passassem a derivar das vendas de alguma coisa fez com que, na mesma via, qualquer que seja a verdadeira fonte de renda de uma pessoa, ela deve ser vista como resultante de uma venda:

Imaginamos que todos esses elementos foram apenas incidentais em relação a uma mudança básica, o estabelecimento da economia de mercado, e que a natureza dessa instituição não pode ser inteiramente apreendida até que se compreenda o impacto da máquina numa sociedade comercial (POLANYI, 2000, p. 59).

Polanyi (2000) explica o estabelecimento da economia de mercado no período da ascensão industrial, em detrimento da sociedade agrária naquele mesmo período. Desse modo, o autor não pretende afirmar que foi a máquina que causou essa mudança, mas insiste na expansão da produção com o auxílio de máquinas. No momento em que as máquinas começaram a ser utilizadas nos estabelecimentos

fabris, para a produção numa sociedade comercial, então começou a tomar corpo a ideia de um mercado autorregulável.

Há de se considerar, entretanto, que a utilização de máquinas especializadas numa sociedade agrária e comercial produziu efeitos típicos, sobretudo numa sociedade que consistia de agricultores e de mercadores. Nesse tempo, cada articulação da vida industrial passou a ditar que as transações assumissem o caráter monetário, exigindo a introdução de um meio de intercâmbio. O aspecto fundamental dessa revolução “[...] foi o estabelecimento da economia de mercado, cuja natureza só pode ser totalmente apreendida a partir do impacto das máquinas conjugadas com os estabelecimentos fabris em uma sociedade comercial” (POLANYI, 2000, p. 60)

Esse autor entende que a economia de mercado se estabelece numa sociedade que inclui máquinas no universo de agricultores e de mercadores que compram e vendem o produto da terra. Além dos efeitos típicos produzidos na utilização de máquinas especializadas numa sociedade agrária e comercial, a produção com a ajuda de ferramentas e fábricas especializadas e dispendiosas só se ajusta a uma sociedade quando torna isso incidental ao ato de comprar e vender:

O mercador é a única pessoa disponível para assumir isto, e ele estará disposto a desempenhar essa atividade desde que ela não importe em prejuízo. Ele venderá as mercadorias da mesma forma como já vinha vendendo outras àqueles que delas precisavam. Entretanto, ele vai procurá-las de modo diferente, isto é, não mais adquiriu-as já prontas, mas comprando o trabalho necessário e a matéria-prima (POLANYI, 2000, p. 59).

Os dois elementos combinados, trabalho e matéria-prima, sob as instruções do mercador, mais o tempo de espera necessário, resultam em um novo produto. Esta não é a descrição apenas de uma indústria doméstica, ou de “fazer-se ao mar”, mas do capitalismo industrial, inclusive o do nosso tempo. Polanyi (2000, p. 59) retrata:

Seguem-se importantes consequências para o sistema social, uma vez que as máquinas complicadas são dispendiosas e elas só são rentáveis quando produzem grande quantidade de mercadorias. Elas só podem trabalhar sem prejuízo se a saída de mercadorias é razoavelmente garantida, e se a produção não precisar ser interrompida por falta das matérias-primas necessárias para alimentar as máquinas.

Isso significa que, para o mercador, todos os fatores envolvidos têm que estar à venda. Por consequência, precisam estar disponíveis as quantidades necessárias,

e inclusive quem apresenta condições de pagar pelos produtos. Polanyi (2000) observa que, caso essa condição não seja preenchida, a produção com a ajuda de máquinas especializadas se torna demasiado arriscada para ser empreendida, tanto pelo mercador que investe seu dinheiro, como pela comunidade como um todo, que passa a depender de uma produção contínua para conseguir renda, emprego e provisões.

Ora, numa sociedade agrícola tais condições não surgiram naturalmente – elas teriam que ser criadas. O fato de terem sido criadas gradualmente de maneira alguma afeta a natureza surpreendente das mudanças envolvidas. A transformação implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência (POLANYI, 2000, p. 60).

Todas as rendas passam a derivar da venda de alguma coisa e, qualquer que seja a verdadeira fonte de renda de uma pessoa, ela deve ser vista como resultante de uma venda. Na mesma lógica, Polanyi (2000, p. 60) coloca em evidência que:

Todas as transações se transformam em transações monetárias e estas, por sua vez, exigem que seja introduzido um meio de intercâmbio em cada articulação da vida industrial. É isto o que significa o simples termo 'sistema de mercado' pelo qual designamos o padrão institucional descrito.

É surpreendente essa peculiaridade em que o sistema repousa, mas, uma vez estabelecido, há de se permitir seu funcionamento sem qualquer interferência externa. Os lucros não são mais garantidos automaticamente, posto que o mercador tem que auferi-los no mercado. Segundo Polanyi (2000, p. 60), “Os preços devem ter a liberdade de se autorregular. É justamente esse sistema autorregulável de mercados que queremos dizer com economia de mercado”.

Especialmente no tocante à transformação da economia anterior para esse sistema, Polanyi (2000) destaca que é tão completa tal transformação que implicou uma mudança radical de motivação e ação das pessoas: o lucro suplantou a motivação pela subsistência.

O mercado foi imposto a partir de um disciplinamento da força de trabalho, do trabalho, dos recursos naturais da terra e do dinheiro. Para os mercados de intercâmbio, com a criação dos mercados de trabalho, da terra e do dinheiro, ocorre a fixação dos mesmos como mercadorias, embora não seja esta a natureza própria de nenhum deles. O que o mercador compra é matéria-prima: natureza e homem. Polanyi (2000) as chama de mercadorias fictícias: “Todas as rendas devem derivar

da venda de alguma coisa e, qualquer que seja a verdadeira fonte de renda de uma pessoa, ela deve ser vista como resultante de uma venda” (POLANYI, 2000, p. 60).

“Mas a peculiaridade mais surpreendente do sistema repousa no fato de que, uma vez estabelecido, tem que se lhe permitir funcionar sem qualquer interferência externa”, ressaltava Polanyi (2000, p. 61). Desse modo, como já acima dito, os ganhos não são mais garantidos e o mercador tem que adquirir seus lucros no mercado. Como consequência, os preços devem ter a liberdade de se autorregularem. Na mesma página da obra supracitada, afirma-se: “A transformação da economia anterior para esse sistema é tão completa que parece mais a metamorfose de uma lagarta do que qualquer alteração que possa ser expressa em termos de crescimento contínuo e desenvolvimento”.

O autor usa o exemplo das atividades de venda do mercador-produtor e suas atividades de compra: suas vendas representam apenas artefatos, e se ele tiver ou não sucesso em encontrar compradores, o tecido da sociedade não precisa ser afetado. Na verdade, “[...] a produção das máquinas numa sociedade comercial envolve uma transformação que é a da substância natural e humana da sociedade em mercadorias”. Por inferência, observa Polanyi (2000, p. 61), a desarticulação causada por tais engenhos desorganiza as relações humanas e ameaça o aniquilamento do seu *habitat*.

Encerramos essa seção com algumas ponderações sobre a presença atual da reciprocidade e da domesticidade e sobre a sua relação com nosso campo empírico. A presença desses princípios, tanto a reciprocidade como a domesticidade, nos sistemas de vida dos assentados, constitui um fator de integração da economia local. Basta lembrar que, desde a fase de acampamento, a disposição e a montagem dos barracos ocorreram privilegiando as unidades domésticas, ou seja, os membros da mesma família, que permaneceram juntos.

Como já dito, essa organização por unidade doméstica assume produzir e armazenar para suprir as necessidades dos membros do grupo: como a família, a aldeia ou o domínio senhorial, mesmo sendo indiferente à natureza do núcleo institucional na qual, aquelas entidades se apoiam (POLANYI; 2000, 2012).

O princípio da reciprocidade, na prática, assegura um sistema de relações construídas entre os assentados enquanto grupo coletivo simétrico, oportunizando prestações mútuas entre si. Institui sociabilidades e cooperação, criando vínculos sociais duradouros e compromissos voluntários mútuos não-econômicos, como os

de parentesco, amizade, envolvimento associativo ou cooperação. Esses compromissos estão colocados antes das prestações econômicas, ou seja, dos produtos e serviços produzidos no assentamento.

1.2 O SENTIDO DOS MOINHOS SATÂNICOS

Nessa seção, cabe ressaltar a relação entre “O sentido dos moinhos satânico⁷” atribuído por Polanyi (2000), e o tema dessa tese. Em suma, o princípio mercantil descola o econômico das estruturas sociais, tal qual tendeu a ocorrer com o funcionamento da cooperativa estudada (Coopercam). Oposto a isso estão os agricultores familiares orientados pelas práticas da reciprocidade e da domesticidade, cuja economia está inserida dentro das relações sociais. Por sua vez, os agricultores familiares, ao associarem-se à cooperativa, vivenciam e experimentam no princípio do intercâmbio uma espécie de economia sem alma, “satânica”. A rejeição e o estranhamento se dão entre as diferentes lógicas, causando um choque entre os princípios econômicos institucionalizados pela organização social dos camponeses e o princípio econômico do intercâmbio, imposto pela lógica de mercado.

Esclarece Polanyi (2000) que, com a ausência de instituições de mercado, os princípios da reciprocidade, domesticidade e redistribuição garantiam a sobrevivência econômica das civilizações arcaicas. Circulavam prestações mútuas que lhes asseguravam o princípio econômico da reciprocidade, bem como o mantimento dos vínculos. O princípio econômico da domesticidade assumia a produção para o sustento da família, enquanto que o princípio econômico da redistribuição pressupõe um movimento físico, um centro que arrecada e dele retornam, por meio de mecanismos de regras de alguma autoridade. Esses princípios, de alguma maneira, nutrem-se e pressupõem condutas específicas, diferentes da troca, senão seriam taxados como equivalentes ao princípio econômico de intercâmbio.

⁷ Com o surgimento e a ascensão da revolução industrial, Polanyi (2000, p. 51) atribui ao moinho satânico toda forma de desarticulação e de destruição do tecido social, o moinho do mercado que tritura as vidas do povo. O mecanismo por cujo intermédio foi destruído o antigo tecido social e tentada, sem sucesso, uma nova integração homem-natureza.

Para Polanyi (2000), os homens tiveram que descobrir como era uma sociedade quando os *moinhos satânicos* descartavam as necessidades humanas:

No coração da Revolução Industrial do século XVIII ocorreu um progresso miraculoso nos instrumentos de produção, o qual se fez acompanhar de uma catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas comuns. Tentaremos desenredar os fatores que determinam as formas dessa desarticulação, que teve a sua pior fase na Inglaterra há cerca de um século. Que 'moinho satânico' foi esse que triturou os homens transformando-os em massa? (POLANYI, 2000, p. 51).

Os sacrifícios concretos foram impostos independentemente de como e a que velocidade o moinho satânico, conforme relata Garlipp (2019)⁸. Em resumo: um mercado de trabalho, um mercado de terra e um mercado do dinheiro não são frutos do resultado de uma pretensa evolução natural, pois tal ato foi instituído e passou a representar a organização social a partir das primeiras décadas do século XIX.

Para Garlipp (2019), Polanyi evidencia os três dogmas clássicos: que este é um movimento que “desenraiza” e que vai desincrustar a economia em relação à sociedade com a pretensão de a economia disciplinar as relações, e que determina os rumos desta economia disciplinar e, conseqüentemente, os rumos desta sociedade.

Então, era tudo ou nada, dizer quando está se referindo à extrema artificialidade no sentido de não é natural o sistema de mercado e, além disto, mostrar que este mecanismo, embora não seja evidente por si mesmo, ele apresenta a ideia falsa de que uma sociedade possa ser organizada a partir do que ele chama ficções grosseiras considerar trabalho, terra e dinheiro com mercadorias e, portanto, ele está questionando a atribuição feita pelo pensamento clássico de um caráter natural, quando, na verdade, se patrocina pela criação destes mercados um esforço antinatural (GARLIPP, 2019).

Conforme observa Garlipp (2019), as investigações de Polanyi mostram, nas sociedades não mercantis, que trabalho não é mercadoria, não se desenha e não se configura um mercado de trabalho, ainda que o trabalho seja uma das circunstâncias para ter acesso às condições materiais, para a produção e sobrevivência.

Polanyi, ao fazer referência à terra e ao dinheiro, explica que não se tem como resistir por muito tempo numa sociedade nessas condições; daí a devastação pelo moinho satânico:

⁸ Os relatos do professor Garlipp são provenientes da palestra “Contribuições de Karl Polanyi para a reconstrução do pensamento econômico contemporâneo”.

Dirá Polanyi, seja em que momento for e ele aparentemente vai entender que o momento estaria dado ao final da Segunda Guerra. Em algum momento haverá um movimento de reação da sociedade. Mais depois, de uma denúncia tão esclarecedora - como se institui uma economia de mercado. Com a pretensão de ser uma sociedade de mercado e promovendo a antinaturalização e ficticiamente a organização em mercado, das atividades especialmente do trabalho, da terra e do dinheiro (GARLIPP, 2019).

Nas sociedades arcaicas pesquisadas por Polanyi (2000), os princípios econômicos se encontravam institucionalizados pela organização social, impostos por sistemas não econômicos. Os modelos de simetria, centralidade e autarquia foram instituídos por normas de comportamento que impõem sanções ou atribuem divisões de produção, assim, dentro dessa estrutura, a produção ordenada e a distribuição dos bens foram asseguradas por meio de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento.

A característica fundamental do sistema econômico do século XIX foi sua separação institucional do resto da sociedade. Polanyi (2000, 2012) assume a posição de que o ganho e o lucro são obtidos em uma relação de troca e que nunca antes haviam desempenhado um papel importante na economia humana. Muito embora a instituição do mercado fosse bastante comum desde o final da Idade da Pedra, ocupava, porém, um papel subordinado no interior da vida econômica:

Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas (POLANYI, 2000, p. 65).

Já uma economia de mercado está imbricada no sistema de mercado autorregulado. Trata-se de uma economia condicionada aos preços do mercado. Desse modo, o próprio sistema é capaz de organizar-se e abarcar a totalidade da vida econômica:

Esse arranjo institucional separa-se das instituições não econômicas da sociedade, como a organização do parentesco e os sistemas políticos e religiosos. Doravante, laços de sangue, obrigação legal, mandamentos religiosos, vassalagem ou magia não criam situações sociologicamente definidas que garantam a participação dos indivíduos no sistema. Instituições como a propriedade privada dos meios de produção e o sistema salarial funcionam com base em incentivos puramente econômicos (POLANYI, 2012, p. 95).

Polanyi (2000) questiona: porque a economia de mercado pode funcionar apenas em uma sociedade de mercado? O sistema econômico está organizado em instituições separadas, com motivações específicas, características e estatuto próprio. Por consequência, a sociedade se molda e permite que o sistema econômico funcione segundo as suas próprias regulamentações.

Segundo Polanyi (2000, 2012), o próprio sistema de preço e de restrição monetária leva à perda da base social estrutural e toma outras proporções. Com a expansão da produção e a transformação em capital, a distribuição de bens materiais é efetuada por meio de um sistema autorregulado de mercado, assim, tornam-se necessárias as regulações, a fim de institucionalizar a economia de mercado por leis próprias, leis de oferta e de procura, e motivado por dois incentivos simples: o medo da fome e a esperança do lucro.

O Estado assume tal ação política indispensável para a criação de um sistema de mercado, promovendo uma legislação específica e as respectivas políticas institucionais:

Por outro lado, o padrão de mercado, relacionando-se a um motivo peculiar próprio, o motivo da barganha ou da permuta, é capaz de criar uma instituição específica, a saber, o mercado. Em última instância, é por isto que o controle do sistema econômico pelo mercado é consequência fundamental para toda a organização da sociedade: significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado (POLANYI, 2000, p. 77).

Polanyi (2012) é enfático ao afirmar que estamos acostumados que as coisas sejam assim. Quando a subsistência é assegurada, as ações da sociedade são agora acionadas e as motivações por instituições econômicas são regidas por leis econômicas. Tudo agora é especificamente econômico: instituições, motivos e leis. Se todo o sistema funciona sem a intervenção consciente da autoridade humana, do Estado ou do governo, nenhuma outra motivação subsiste, senão prevenir a fome e obter lucro.

Tampouco nenhum requisito legal subsiste senão a proteção da propriedade e o cumprimento de contratos. Pode-se imaginar esse quadro: “No entanto, dada a distribuição dos recursos e do poder aquisitivo, bem como as escalas individuais de preferências, presume-se que o resultado seja ótimo em termos de satisfação das necessidades. Tal foi a ‘separação’ estabelecida no século XIX” (POLANYI, 2012, p. 95).

A separação estabelecida se refere ao desenraizamento e à desarticulação social. O termo "enraizamento" (*embeddedness*)⁹ é explicitado por Polanyi (2000), dizendo que ocorre quando a esfera econômica assume fator importante na existência da sociedade e se desvincula da relação e do contexto social:

Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico. A importância vital do fator econômico para a existência da sociedade antecede qualquer outro resultado. Desta vez, o sistema econômico é organizado em instituições separadas, baseado em motivos específicos e concedendo um *status* especial. A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado (POLANYI, 2000, p. 77).

Para Polanyi (2000) a economia de mercado não é um fenômeno espontâneo nem natural, mas um projeto político realizado pela mudança institucional promovida por toda uma legislação. Com a expansão dos meios de produção que se transformam em capital, no contexto geral, a economia de mercado está enraizada em uma série de instituições econômicas que permitem a acumulação privada de riqueza.

A *desincrustação* é o resultado de dois pólos distintos: de um lado, ocorre uma desarticulação social, das regras, do prestígio social, do valor atribuído e instituído pelas dinâmicas sociais; e, de outro, ela decorre do processo de mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro. A economia formal é convertida em sociedade de mercado e desenraiza a economia substantiva das instituições sociais (POLANYI, 2000).

Polanyi (2000) entende que, num determinado momento, o homem está integrado com o ambiente natural e, em outro, está a institucionalização de todo esse processo social. Então, nenhuma sociedade pode existir sem algum tipo de sistema. Ao partilhar dessas características, assegura a ordem na produção e na distribuição de bens, independentemente da forma de integração, seja ela dominante ou não.

A economia adquire unidade e estabilidade se combinada à reciprocidade, redistribuição e troca (mercantil). Tais combinações, tais relações de integração e

⁹ O termo "*embeddedness*" é utilizado nas traduções da obra de Polanyi como "incrustação" ou "enraizamento" ou "estar embutido na economia". Isso significa que essa economia está submersa nas relações sociais, cuja estrutura social é estabelecida e enraizada por regras, normas e formas institucionais não econômicas.

interdependência da economia, formam os padrões fundamentais. Em uma sociedade capitalista, quando tais combinações são fragilizadas, a regulação social passará por alterações. Conseqüentemente, explicita Polanyi (2000), as intervenções ocorrem e são advindas de instituições como o Estado, fábricas, escolas, igrejas e cooperativas, dentre outras, as quais passam a regular todo o caráter mercantil do trabalho, da terra e do dinheiro.

Com os elementos provenientes de Polanyi (2000) nessa seção, voltamos a questões referentes ao tema dessa tese, ou seja, diferentes lógicas causam um choque entre os princípios econômicos institucionalizados pela organização social, frente ao princípio econômico do intercâmbio. Insistimos nos traços da economia socialmente enraizada, percebendo como essa relação entre economia e vida social é um divisor de águas nas lógicas existentes no assentamento.

1.3 A ECONOMIA PLURAL

Na visão de Polanyi (2000), nas sociedades ditas arcaicas todos os sistemas de que se tem conhecimento estavam organizados segundo os princípios econômicos da reciprocidade, redistribuição, domesticidade e “troca”, ou alguma combinação entre eles. Esses princípios alimentavam a pluralidade de um sistema, do qual o funcionamento não se baseava em atos individuais e muito menos estava fundamentado exclusivamente no mercado.

Vejamos o caso da reciprocidade e da troca, conforme Polanyi (2012). Elas, decerto, também indicam tipos definidos de atitudes e ações pessoais, da mutualidade e da permuta. Na troca, os atos aleatórios de permuta entre indivíduos seriam incapazes de produzir elementos de integração. Da mesma forma, na reciprocidade o elemento validador e organizador não provém do indivíduo, pois faltam a esses atos individuais os traços essenciais de efetividade e continuidade no plano societário. A troca, como forma de integração, depende da presença de um sistema de mercado, um modelo institucional que, ao contrário das suposições comuns, não nasce de atos aleatórios de troca.

Nas sociedades arcaicas, cada um dos princípios econômicos se associa a um suporte institucional, identificados por Polanyi (2000, 2012) como fatores de organização da produção e distribuição daquilo que se produzia. Estava presente

uma interdependência e recorrência. Desse modo, a economia se torna uma unidade e adquire estabilidade, assegurada pelas ações coletivas em situação estruturadas.

Somente num meio simetricamente organizado e atitudes recíprocas resultam em instituições econômicas de alguma importância. Em centros que estabeleceram previamente a atitude cooperativa de indivíduos pôde-se produzir uma economia de redistribuição. Do mesmo modo, observa Polanyi (2012, p. 86-87), “somente na presença de mercados instituídos para esse fim a atitude dos indivíduos resulta em preços que integram as atividades econômicas da comunidade”.

O fato de existirem outras economias de diversas naturezas, como economia social, economia pública, economia doméstica, dentre outras, não se caracteriza como economia plural. Mesmo que a “economia mercantil” se tenha tornado o modo de produção dominante, ela não representa a totalidade das economias contemporâneas. Entende-se por economia plural a presença de vários princípios dentro de uma mesma economia (POLANYI, 2000). Para o autor, a pluralidade da economia se constitui por várias formas de produção, dentre elas, aquelas baseadas na reciprocidade.

Economia plural é uma abordagem da economia real que parte do pressuposto de que as relações entre os produtores e entre estes e a natureza são regidas por princípios econômicos plurais e assumem formas institucionais igualmente diversas. Essa percepção analítica constitui uma crítica à identificação estreita entre mercado e economia classificada por Karl Polanyi como um sofisma econômico (LAVILLE, 2009, p. 145).

Polanyi já sinalizava o valor heurístico da definição de economia, observa Laville (2009). O termo "econômico", geralmente empregado para designar certo tipo de atividade humana, oscila entre dois pólos de significação: o primeiro está ligado ao caráter lógico entre fins e meios, e também ao sentido da escassez; já o segundo sentido diz respeito às relações do homem e os meios naturais na busca por sua subsistência, do mesmo modo que interdependências são constitutivas da economia:

Tal discussão foi esquecida, não sendo retomada em qualquer apresentação da economia neoclássica, que se caracteriza por uma apreensão da economia em seu sentido formal. Polanyi (1983) sugere que essa redução do campo do pensamento econômico acarretou uma ruptura total entre o econômico e o ser vivo (LAVILLE, 2009, p. 145).

A partir dessa distinção, podem ser destacados dois traços característicos da economia moderna. Para Laville (2009), a autonomia conferida à esfera econômica assimilada ao mercado constitui o primeiro traço. A ocultação do sentido substantivo da economia resulta na confusão entre a economia e a economia mercantil.

Quanto ao segundo traço, o mercado aparece como instância autorregulada e característica da economia moderna. As hipóteses racionalistas do comportamento humano permitem o estudo da economia a partir de um método dedutivo, de comportamentos individuais graças ao mercado, ignorando o quadro institucional em que eles tomam forma. São esses os dois pontos desenvolvidos por Polanyi (1983¹⁰), argumenta Laville (2009, p. 145):

Considerar o mercado como autorregulado, isto é, como mecanismo de correlação da oferta e da procura pelos preços, resulta em silenciar sobre as mudanças institucionais necessárias para que ele se produzisse e em esquecer as estruturas institucionais que o tornam possível.

Laville (2009) acrescenta o terceiro traço da economia moderna, sobre o qual insistiram muitos autores, entre os quais Marx, Mauss e Weber: a identificação da empresa moderna com a empresa capitalista. A economia capitalista se baseia na propriedade privada para os meios de produção, por consequência, para a criação de bens supõe haver lucro para os detentores de capitais.

A concentração de capitais teve o reconhecimento da sociedade por ações, afirma Laville (2009). De forma inédita, os direitos de propriedade podem ser trocados sem que seus detentores precisem necessariamente se conhecer, pois a mediação da bolsa de valores garante, aos seus investimentos, certa liquidez.

O caráter da economia com a combinação entre o mercado autorregulado e a sociedade de capitais dá lugar a outro desenvolvimento. Laville (2009) ressalta que se trata de um projeto de sociedade enraizada no mecanismo de sua própria economia. Por consequência, quando não conhece limites, a economia de mercado resulta na sociedade de mercado, na qual o mercado tende a englobar e a organizar a sociedade. Assim, a busca do interesse privado materializa o bem público sem passar pela deliberação política.

Laville (2009) atribui ao mercado autorregulado o caráter de utópico, onde diferencia a modernidade democrática e outras sociedades humanas estudadas por Mauss:

¹⁰ Laville faz referência à obra *La Grande Transformation*.

Revelou-se impossível atingir o horizonte da sociedade de mercado, visto que a sociedade reagiu a essa perspectiva, recorrendo principalmente à solidariedade. Essa noção constituiu uma referência para o estabelecimento de uma regulação democrática da economia, sobre a qual Mauss (2001) reflete nas conclusões do *Ensaio sobre a Dádiva* (LAVILLE, 2009, p. 146).

Nas relações entre reciprocidade e redistribuição, foram múltiplas as inscrições institucionais dessa regulação, porque mobiliza o princípio da redistribuição contra a redução da economia ao mercado, observa Laville (2009). Outro ponto é o da economia não-mercantil, que corresponde à economia cuja distribuição de bens e serviços é confiada à redistribuição, tão constitutivo da modernidade democrática quanto a economia mercantil.

O caráter reversível desses acordos, cujos fundamentos a ofensiva neoliberal minou, exonerando o mercado de certas regras sociais percebidas como rigorismos e deslegitimando uma economia não-mercantil que encontrava sua fraqueza na burocratização por meio da sujeição do usuário. Essa reversibilidade tornou-se evidente no início do século XXI (LAVILLE, 2009, p. 147).

Ao retornar à sociedade de mercado pelo viés do neoliberalismo, o teor da réplica democrática revela-se crucial, destaca Laville (2009, p. 148). Na ausência ou na falta do viés democrático, por consequência, “[...] o desejo de liberação corre o risco de se inverter, havendo a escalada do fundamentalismo e das tensões identitárias como resultado da globalização do mercado e de sua extensão em áreas anteriormente inalcançadas”.

“Caso, este risco for verdadeiro e confirmado por acontecimentos dramáticos é porque a perspectiva da sociedade de mercado já se mostrou incompatível com a democracia no século XX”, afirma Laville (2009, p. 148). Dessa maneira, a visão econômica do mundo se torna um fim em si e o direito de definir um projeto humano é negado. Os acordos anteriormente firmados podem fracassar. Por exemplo, o progresso social não pode mais ser garantido pelas operações sobre a economia mercantil porque existem outras dificuldades.

Enquanto seria conveniente limitar o mercado para que ele não se estendesse a todas as esferas da vida humana, e relações solidárias fossem preservadas, conviria igualmente que o crescimento mercantil fosse o mais elevado possível, para extrair o máximo de meios para financiar os sistemas de redistribuição que demonstram a solidariedade entre grupos sociais (LAVILLE, 2009, p. 148).

Torna-se, então, necessário considerar todos os procedimentos que rejeitam a mercantilização cada vez maior da vida social. É essa a importância das experiências de economia solidária, ressalta Laville (2009). A economia solidária, por sua presença multiforme, integra ações que contestam evoluções apresentadas pela ideologia neoliberal como irreversíveis.

Tais iniciativas contribuirão para a realização de um projeto de democratização da economia e da sociedade. Para tanto, Laville (2009) ilustra os rumos necessários: precisam agrupar-se para além de suas inserções setoriais e aprofundar a avaliação do que esteja em jogo, bem como, as inferências às regulações públicas, aliando-se à economia social e aos movimentos sociais que compartilhem de suas finalidades.

A questão que se coloca diz respeito à possibilidade de haver instituições em condição de assegurar a pluralização da economia para situá-la em um quadro democrático, o que a lógica do ganho material compromete quando se torna única e sem limites. A resposta a essa questão só pode ser buscada em invenções institucionais amparadas em práticas sociais, pois são estas que podem indicar os caminhos de uma reinserção da economia em normas democráticas (LAVILLE, 2009, p. 148).

Com Mauss e Polanyi foram esboçados os fundamentos teóricos de uma abordagem plural da economia e então, a partir daí, se inicia uma reflexão sobre a mudança social que não se satisfaz com a evocação ritual de uma reviravolta do sistema. Segundo Laville (2009), numa perspectiva de mudança, para que a pluralidade dos modos de instituição ou de inscrição social da economia possa ser plenamente legitimada, é preciso promover a evolução das relações de força, além de impulsionar o quadro democrático.

Nessa tese, por conseguinte, interessa-nos examinar também a economia como algo plural, o que permitirá entender o entrelaçamento das lógicas econômicas no interior do assentamento. A reciprocidade existente entre os assentados não é e não precisa ser pura para ser considerada como tal. Por isso, por outro lado, uma mesma organização (como a cooperativa) poder servir mais a uma lógica ou a outra. A questão decisiva fica no grau de preponderância que se apresenta entre uma delas e na forma como se compatibiliza com as demais lógicas.

CAPÍTULO 2

DÁDIVA: TRÍPLICE OBRIGAÇÃO COLETIVA

A publicação do livro “Sociologia e Antropologia” [1950], de Marcel Mauss, ocorreu após sua morte e representa um conjunto de pesquisas, artigos e relatos realizados pelo autor. Compõe a segunda parte do livro os *Ensaio sobre a Dádiva - formas e razão da troca nas sociedades arcaicas*, e estabelece o aparecimento da dádiva nas ciências sociais.

Vale destacar que a dádiva é um mecanismo antropológico milenar que garante e renova vínculos sociais e alianças entre grupos sociais e povos. Esse mecanismo está presente hoje em vários contextos, ficando subjacente a sistemas de vida que também se baseiam em vínculos, como é o caso da reciprocidade. Na maioria das sociedades rurais do Brasil e também de outras regiões de diferentes países, existe um termo específico para designar a “ajuda mútua” e, geralmente, diversas terminologias. Exemplificando: o “mutirão” funciona com um sistema de ajuda mútua, de prestações sucessivas que possuem uma finalidade prática, econômica, mas que repousam nos valores comunitários existentes entre vizinhos, moradores de uma mesma comunidade rural. “Colônia”, “linha picada”, dentre outros nomes diferentes usados no Sul do Brasil. Sustentamos aqui que esses sistemas incorporam e se alimentam de vínculos sociais, reproduzindo cada um a seu modo o princípio da dádiva.

Tanto Mauss (1974) quanto Polanyi (2000) demonstram em seus estudos que nas sociedades ditas primitivas das Ilhas *Troband*, as regras estabelecidas são movidas por obrigações mútuas. Há, assim, uma aproximação tangível entre a lógica da dádiva descrita por Mauss (1974) e o princípio econômico da reciprocidade de Polanyi (2000, 2012).

Mauss (1974) atribui às prestações primitivas, nas quais sobressaía-se a oferta de presentes, o sentido de manifestação da dádiva, na qual se interligam três atos sucessivos: *dar, receber, retribuir*. No entanto, essa manifestação não reduz a dádiva a uma mera e supostamente simples obrigação tríplice, a uma forma arcaica de troca. Explica o autor (1974) que esses atos possuem um sentido não econômico e constituem uma atividade social complexa pela sua natureza. A circulação de

riquezas não é, senão, um dos termos de um contrato bem mais amplo e permanente.

Eles trocam não exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente. Enfim, essas prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma, sobretudo voluntária, por meio de presentes, embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública. Propusemos chamar tudo isso o *sistema das prestações totais* (MAUSS, 1974, p.191).

Na hipótese da não retribuição, isso implicaria perder esta força ou poder sobrenatural. Cada uma das obrigações - de dar, receber e retribuir - estabelece um laço de energia espiritual entre os agentes da dádiva. A prática da troca funcionava como um *contrato simbólico* da dádiva, uma obrigação moralmente compulsória de retribuir os presentes e gestos recíprocos. Nessa organização social, as sociedades primitivas, suas economias e regras coletivas funcionavam sobretudo porque as transações econômicas eram regidas pela moral, como observa Mauss (1974). Desse modo, as transações se estabelecem por regras morais e não seriam mediadas e reguladas por moedas oficializadas.

Nas economias e nos direitos que precederam os nossos, não foram constatadas, por assim dizer, relações entre indivíduos, e sim entre coletividades, nas simples trocas de bens, de riquezas e de produtos. Mauss (1974, p. 191) exemplifica este fenômeno com os jogos que são particularmente regidos por este vai-e-vem. Por meio dos grupos comunitários, mantêm obrigações de prestações recíprocas: “[...] não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; as pessoas, presentes ao contrato são pessoas morais: clãs, tribos, famílias”.

Entende-se que a retribuição da dádiva consubstanciaria um *vínculo de almas* enquanto a existência dessa força dentro da coisa dada associaria o doador ao seu prestígio. Sob esse aspecto, Mauss (1974) a apresenta como uma obrigação, e seu funcionamento também como obrigação:

A obrigação de dar é a essência do *potlatch*. Um chefe deve oferecer vários *potlatch*, por ele mesmo, por seu filho, seu genro ou sua filha, por seus mortos. Ele só conserva sua autoridade sobre sua tribo e sua aldeia, até mesmo sobre sua família, só mantém sua posição entre chefes - nacional e internacionalmente - se prova que é visitado com frequência e favorecido

pelos espíritos e pela fortuna, que é possuído por ela e que a possui; e ele não pode provar essa fortuna a não ser gastando-a, distribuindo-a, humilhando com ela os outros, colocando-os 'à sombra de seu nome' (MAUSS, 1974, p. 243).

Há uma obrigação mútua nos acordos entre os indivíduos coletivizados. Desse modo, o contrato é expressão da sociabilidade existente na dádiva. Mauss (1974) escreve que trocar é mesclar almas, é conferir uns aos outros a força sobrenatural que há nos objetos – tal como o *mana* melanésio¹¹. E tais regras se estabeleceram em diferentes civilizações primitivas.

A obrigação de receber não é menos constringente, ou seja, não se tem o direito de recusar o *potlatch* (significa dar), de recusar uma dádiva; dessa forma, agir assim é manifestar que se teme ter de retribuir. Entre os Kwakiul, destaca Mauss (1974), na qual parece que uma posição reconhecida na hierarquia e vitórias em *potlatch* anteriores permitem recusar o convite, ou mesmo, quando se está presente, é possível recusar a dádiva sem que isso resulte em guerra.

Ao retomar pesquisar sobre tribos que vivem em ilhas na Melanésia, na Papuásia e na costa noroeste americana, Mauss (1974, p. 190) escreve:

Os fenômenos de troca e de contrato nessas sociedades não privadas de mercados econômicos como se afirmou - pois o mercado é um fenômeno humano que, a nosso ver, não é alheio a nenhuma sociedade conhecida - mas cujo regime de troca é diferente do nosso. Nelas veremos o mercado antes da instituição dos mercados, e antes de sua principal invenção, a moeda propriamente dita; de que maneira ele funcionava antes de serem descobertas as formas, pode-se dizer modernas (semítica, helênica, helenística e romana), do contrato e da venda, de um lado, e a moeda oficial, de outro.

Os vínculos de direito e de interesse, observa Mauss (1974), são do tipo mais genuíno dessas instituições, o que parece ser representado pela aliança nas tribos tanto australianas quanto norte-americanas. O estabelecimento dos ritos, dos casamentos, da sucessão de bens, dos vínculos de direito e de interesse, as posições militares e sacerdotais, tudo é complementar ao que supõe a colaboração das duas metades da tribo.

O contrato expressa a sociabilidade existente na dádiva e o vínculo direto vem tanto das coisas quanto dos homens, conforme enfatiza Mauss (1974). As

¹¹ *Mana* seria a força que une a retribuição da dádiva e tal força revela a união da ação e do ser espiritual. *Mana* vem subjetivar a espiritualidade, já que o fato de não retribuir implica perdê-la.

coisas animadas estão ligadas às dádivas obrigatórias devido à reciprocidade, assim como os contratantes estão ligados ao vai-e-vem das almas e das coisas.

Mauss (1974, p. 191) exemplifica como os jogos são particularmente regidos por este vai-e-vem. Duas tribos, os *Tlingit* e os *Haida*, expressam fortemente a natureza dessas práticas e mostram respeito entre as duas tribos: “Mas, nessas duas últimas tribos do noroeste americano, e em toda essa região, aparece uma forma típica, por certo, mas evoluída e relativamente rara dessas prestações totais”. Por sua vez, o *Mana* se assemelha ao *potlatch*, entendendo que o ato de dar e de retribuir é revestido de prestígio e de autoridade, tanto em um contexto centralizador de chefia, como por retribuição entre diferentes grupos em regiões distantes, sem estabelecer o contato físico entre eles.

Entre os tipos de dádivas vivenciadas nos grupos estudados, trocam gentilezas, bens e riquezas, criam círculos de prestações morais, cujas trocas incluem bens úteis ou não (MAUSS, 1974).

No entender de Mauss (1974, p. 192), o clã inteiro contrata todos e tudo, mediante seu chefe, por tudo o que ele possui e por tudo o que ele faz. Há prestação total no sentido de que é o clã representado pelo chefe. Nessas tribos, o princípio da rivalidade e do antagonismo domina todas essas práticas, sendo que essa prestação adquire, da parte do chefe, um caráter combativo. Da batalha, até a morte dos chefes e nobres que assim se enfrentam, “[...] chega-se até a destruição puramente suntuária das riquezas acumuladas para eclipsar o chefe rival, que é, ao mesmo, tempo associado (geralmente avô, sogro ou genro)”.

As tribos que viviam nas ilhas, no noroeste americano, na costa ou entre as montanhas rochosas, são as mais ricas. Estas passavam o inverno em plena festa: os banquetes, as feiras e os mercados são, ao mesmo tempo, a assembleia solene da tribo. Segundo Mauss (1974, p. 193):

Esta se dispõe segundo suas confrarias hierárquicas, suas sociedades secretas, geralmente confundidas com as primeiras e com os clãs; e tudo, clãs, casamentos, iniciações, sessões de xamanismo e culto dos grandes deuses, dos totens ou dos ancestrais coletivos ou individuais do clã, tudo se mistura numa trama inextricável de ritos, de prestações jurídicas e econômicas, de determinações de cargos políticos na sociedade dos homens, na tribo e nas confederações de tribos, e mesmo internacionalmente.

A luta dos nobres assegura entre eles uma hierarquia que, posteriormente, beneficiará seu clã. Mauss (1974) chama a isso de *prestações totais de tipo*

agonístico. Os exemplos dessa instituição foram encontrados nas tribos do noroeste americano, em uma parte do espaço norte-americano, na Melanésia e na Papuásia (Nova Guiné).

As pesquisas de Mauss (1974) mostram um número considerável de formas intermediárias entre essas trocas com rivalidade exasperada, com destruição de riquezas, a exemplo das tribos do noroeste americano e da Melanésia. Também em outras acontece com disputas mais moderadas, em que os contratantes rivalizam em presentes.

Já o sistema de oferendas contratuais observado na Polinésia, mais especificamente em Samoa, compreende, muito além do casamento, acompanhando os acontecimentos: nascimento de filho, circuncisão, doença, puberdade da moça, ritos funerários, comércio. Mauss (1974, p. 195) observa que há dois elementos essenciais do *potlatch* nesse contexto: “[...] o da honra, do prestígio, o *mana* que a riqueza confere, e o da obrigação absoluta de retribuir as dádivas sob pena de perder o *mana*, essa autoridade, esse talismã e essa fonte de riqueza que é a própria autoridade”.

Mauss (1974, p. 193) compara essas práticas ao nosso tempo, em que rivalizamos em nossos brindes de fim de ano, em nossas festas e bodas, em nossos simples convites para jantar, e sentimo-nos ainda dever de devolver o favor: “As regras e ideias - estão contidos nesse tipo de direito e de economia. O mais importante, entre esses mecanismos espirituais, é evidentemente o que obriga a retribuir o presente recebido”.

Para refletir sobre as sociedades contemporâneas ocidentais, Mauss (1974, p. 294) amplia suas considerações na parte final do *Ensaio sobre a Dádiva*. Nas nossas sociedades:

Uma parte considerável de nossa moral e de nossa própria vida permanece estacionada nessa mesma atmosfera em que dádiva, obrigação e liberdade se misturam. Felizmente, nem tudo ainda é classificado exclusivamente em termos de compra e venda (MAUSS, 1974, p. 294).

As coisas ainda possuem valor sentimental, além de seu valor venal, como enfatiza Mauss (1974, p. 294). Essa indicação revela que “[...] restam ainda pessoas e classes que mantêm ainda os costumes de outrora e quase todos nos curvamos a eles, ao menos em certas épocas do ano ou em certas ocasiões”.

Mauss (1974) considera que a dádiva não retribuída ainda torna inferior quem a aceitou, sobretudo quando é recebida sem espírito de reciprocidade.

O convite deve ser retribuído, assim como a 'cortesia'. Vemos aqui, na prática, o vestígio da antiga tradição, a dos velhos *potlatch* nobres, e vemos também aflorar os motivos fundamentais da atividade humana: a emulação entre indivíduos do mesmo sexo, esse 'imperialismo intrínseco' dos homens; fundo social, de um lado, fundo animal e psicológico, de outro, eis o que se afigura. Nessa vida à parte que é nossa vida social, nós mesmos não podemos 'ficar em dívida', como ainda costumamos dizer. É preciso retribuir mais do que se recebeu (MAUSS, 1974, 294).

Quando Mauss (1974) se refere ao Estado, observa os mecanismos públicos de previdência social, os quais expressam uma condição igual de todos, quando estão associados aos critérios de aposentadoria, de poupança, de cooperativas e do patronato dos assalariados.

Por outro lado, trata-se de indivíduos dos quais o Estado e seus subgrupos querem cuidar. A sociedade quer reencontrar a célula social. Ela procura, cerca o indivíduo, num curioso estado de espírito, no qual se misturam o sentimento dos direitos que ele possui e outros sentimentos mais puros - de caridade, de "serviço social", de solidariedade. Os temas da dádiva, da liberdade e da obrigação na dádiva, da liberalidade e do interesse que há em dar, reaparecem entre nós, como um motivo dominante há muito esquecido (MAUSS 1974, p. 297-298).

2.1 A DÁDIVA CONTEMPORÂNEA

Para tratar da dádiva nos dias atuais, examinaremos primeiramente as contribuições de Gaiger (2016) e, a partir delas, iremos às considerações de Caillé (2000) e de Godbout (1998). A noção importante aqui, subjacente ao paradigma da dádiva à medida que seu propósito ou função é assegurar laços entre coletividades e perpetuar alianças, diz respeito aos vínculos sociais:

Os vínculos sociais dizem respeito a necessidade e aspirações, resultam de expectativas orientadas culturalmente, dependem de padrões adquiridos e, ao mesmo tempo, do senso prático e moral deixado pela experiência. Ao contraírem-se vínculos, forjam-se identidades, estilos e disposições a agir. A vida dos seres humanos depende primordialmente de tais laços, do nascimento à morte. Por conseguinte, de um momento político fundante dos coletivos humanos, a partir do qual cada indivíduo – ou melhor dizendo, cada pessoa – vem a constituir-se como sujeito, partícipe (GAIGER, 2016, p. 58).

Gaiger (2016, p. 58-59) explica que “o sentido, a duração e a extensão dos vínculos variam de acordo com os contextos históricos e as situações particulares, refletindo-se nas possibilidades e nas trajetórias pessoais”. Depende também do teor do vínculo, ou o objetivo visado em sua contração, ou expansão a depender da sua vigência e amplitude. Não oferecem amparo os vínculos somente instrumentais, quando nada temos para dar em compensação. “Devedores são inconfiáveis em um sistema mercantil, enquanto em um sistema de reciprocidade podem ser uma garantia de socorro futuro, realimentando o ciclo de prestações de parte a parte”.

Uma vez cumprida a finalidade de cada vínculo, o mesmo pode ser descartado. Porém, Gaiger (2016) lembra que ao longo do tempo a espécie humana sobreviveu devido às relações entre as pessoas, bem como ao seu apoio mútuo.

A função dos vínculos sociais não é serem um lenitivo aplicado aos momentos mais pessoais ou emotivos da vida, um elemento complementar aos demais. Já seria um passo importante admitir que existem vários fatores operantes, indo além do princípio utilitarista e do sistema de mercado, mas importa em seguida reconhecer que os vínculos sociais constituem o pilar central da vida humana, individual e coletiva. Eles a organizam, a sustentam sempre e quando não estiverem tolhidos ou deformados por lógicas contrárias como as que vigoram atualmente (GAIGER, 2016, p. 60).

Os vínculos sociais trazem consigo a criação de compromissos mútuos, o que deve ser difícil de conceber nos termos do utilitarismo. Gaiger (2016, p. 60) observa: “[...] o modelo utilitarista não é mais do que uma recusa sistemática a encetar e cultivar relações: senão as desejamos, basta pagar o que recebemos ou retribuir equitativamente aos olhos da sociedade. Sairemos quites”.

Gaiger (2016, p. 62) explicita que no mundo dos negócios, o êxito dos vínculos sociais estabelecidos depende das condicionantes - confiança mútua e normas implícitas. Essas são estipuladas pelas instituições e assim os arranjos interpessoais e a visão compartilhada entre as partes envolvidas dependem das normas estabelecidas e da confiança mútua. “Não é gratuita a desvalorização dos espaços vitais de refúgio ou de resistência a essas invectivas, que se valem constantemente de simulacros de indivíduos e cidadãos, desnaturando as pessoas”.

Gaiger (2016, p. 63) questiona: “Como os vínculos sociais se formam e se mantêm em face de tanta adversidade? Como se nutrem e se definham?”. A resposta está em estudos antropológicos, econômicos e sociológicos, como aqueles há pouco examinados, os quais identificaram no sistema de dádiva a função de continuidade dos vínculos sociais.

Em nossos dias, a dívida continua sendo o princípio reitor da solidariedade primária (entre familiares, amigos, vizinhos, camaradas), na qual a pessoa ou a personalidade conta mais do que as funções que cumpre. Ela transparece também em formas de solidariedade amplas, relegada à frieza das instituições, não deixando de sustentar sistemas intergeracionais poderosos como a previdência social e os mecanismos de redistribuição de bens e serviços (GAIGER, 2016, p. 64).

A dívida transparece em comportamentos inexplicáveis nas empresas de mercado inseridas em ambientes de eficiência funcional calculada, tais como o interesse para com o zelo operário, o devotamento profissional, o exercício de uma vocação e o uso espontâneo da criatividade. Gaiger (2016, p. 64), ao se referir a Godbout¹² (1999), observa que a modernidade adicionou à dívida duas novidades que merecem atenção: “[...] o seu desenvolvimento como uma relação simétrica entre iguais e seu cultivo mesmo entre desconhecidos”.

A dívida deixa então claro um tipo de agir para o qual importa o vínculo social, seja na vida social e ou na economia: “A dívida mudou, mas não desapareceu, continuando a vigorar nitidamente na esfera das relações pessoais diretas”, menciona Gaiger (2016, p. 81). A dívida de hoje se manifesta em diferentes momentos, quando se pratica o cooperativismo, o qual atraiu a comunidade para o desenvolvimento de *software* livre, os colóquios de diversas áreas de estudos, os gêneros que fomentam a divulgação de avanços científicos, com desconhecidos em campanhas humanitárias, em doações espontâneas, dentre outros eventos de manifestações econômicas e materiais.

No âmbito da dívida, a troca dos presentes conduz o ofertante para além de sua presença física, pois estabelece os vínculos de almas e os transmuta nas propriedades espirituais dos objetos circulantes entre os participantes. Gaiger (2016, p. 71) assim continua se expressando sobre isso: “Apossar-se em definitivo deles equivaleria a aprisionar para si a energia de seus primeiros detentores, impedindo que ela continue sendo dada para encetar novas retribuições e alimentar novos vínculos”.

Sendo assim a dívida, em termos genéricos, corresponde a uma forma de circulação material e, sobretudo, simbólica, de bens e serviços, impulsionada por qualquer prestação efetuada sem garantia de retorno - contextualiza Gaiger (2016).

¹² Jacques T. Godbout escreveu *O Espírito da Dívida* em colaboração com Alain Caillé, tratando da existência da dívida como suporte das relações sociais e dos mecanismos de troca em sociedades modernas.

A finalidade é alimentar o laço social na qual os bens não valem por sua utilidade (valor de uso) ou por preço (valor de troca), mas essencialmente porque criam ou alimentam a relação interpessoal (valor de vínculo).

A dívida aparece em forma de solidariedade ampla quando se trata de sistemas mais complexos de base institucional. Gaiger (2016) menciona alguns exemplos: em sistemas de redistribuição de bens e serviços, de previdência social, em comportamentos como o cuidado para com o operário, no exercício da vocação dos funcionários e na criatividade.

Uma vez compreendida a dívida em seu cerne lógico e estrutural, uma forma de visualizá-la sinopticamente consiste em contrastá-la com as categorias e os traços marcantes do nosso ambiente mercantil, naqueles pontos que a singularizam e deixam patentes suas transversalidades em relação à nossa economia (GAIGER, 2016, p. 73).

Gaiger (2016, p. 73) ao se referir a Mauss, explica que em suas conclusões de sociologia e de economia, no *Ensaio*, insiste: “Em diversos momentos, viu-se o quanto a economia da troca-dívida está longe de inserir-se nos quadros da economia supostamente natural, o utilitarismo”. Essa preocupação com o utilitarismo leva Mauss (1974, p. 294) afirmar que uma parte considerável de nossa moral e da nossa vida permanece estacionada nessa atmosfera de dívida, obrigação e liberdade e que “felizmente, nem tudo ainda é classificado exclusivamente em termos de compra e venda, contudo, as coisas possuem ainda um valor sentimental além de seu valor venal, se é que há valores que sejam apenas desse gênero”.

Caillé¹³ (2000, p. 143) apresenta e insiste no fato de que “O Ensaio procede daquilo que se apresenta como uma descoberta em primeiro lugar empírica: a de certa universalidade, ao menos nas sociedades arcaicas, daquilo que Mauss designa como a tríplice obrigação”.

No registro da dívida e da contradívida, analisado por Mauss, reconhecer é admitir que houve a dívida, menciona Caillé (2008). Agora passa a ser devedor daquele que o fez e que permanece interagindo com ele, convocados a dar quando chega sua vez. Desse modo, reconhecer é assinalar um reconhecimento de dívida ou, ao menos, de dívida.

¹³ Importante destacar que Caillé, dirige a *Revue du M.A.U.S.S – Mouvement Anti-Utilitariste des Sciences Sociales*, da Escola de Sociologia na França. A revista tem um papel importante acerca da dívida, fenômeno importante ou princípio de base de um modelo sociológico.

No diálogo sobre o reconhecimento dos sujeitos sociais, Caillé (2008, p. 158-159) busca a referência em Claude Pairault, etnólogo que escreveu, em 1966, uma monografia dedicada à aldeia de Iro, no Chade:

O prestígio de um chefe consiste, notavelmente, para este homem e para os seus, não naquilo que ele possui em quantidade, mas no fato de que ele pode e sabe dar com liberalidade [...]. É realmente através da capacidade de dar que se mede o valor de um indivíduo: dar seu sangue para uma numerosa descendência, o sustento, as roupas e o alojamento a seus familiares ou a hóspedes inesperados, dar em contra dádiva àquele de quem recebeu, e prover sem contra dádiva imediata aquele que se apresenta com razão.

Caillé (2008, p. 159) então formula duas premissas: primeiro, reconhecer os sujeitos sociais, individuais ou coletivos, é atribuir-lhes um valor; segundo, o valor dos sujeitos sociais é medido por meio de sua capacidade de dar, o que implica reciprocidade. Para o autor, a questão geral e evidente seria:

[...] saber como o debate sobre o reconhecimento é transformado quando o reposicionamos no plano de uma teoria do valor das pessoas e quais novas conclusões podem ser tiradas a partir daí. Mais especificamente, seria necessário se perguntar se ele remete a uma reformulação da trilogia *honnethiana*¹⁴ conceitual ou se ele a esclarece de forma diferente.

Nesse debate sobre o reconhecimento dos sujeitos sociais, o ponto central é saber em que consiste o valor das pessoas. No fundamento da dádiva de Mauss, como fato social total (dar, receber, retribuir). Então, Caillé (2008) explicita duas possibilidades e problematizações. A primeira aponta para o valor dos sujeitos como um conjunto de dádivas que eles realmente realizaram ou o conjunto que é capaz de fazer, bem como suas potencialidades da dádiva.

Caillé (2008) busca inspiração e levanta as seguintes perguntas: o que forma o valor social das pessoas? O valor dos sujeitos tem relação com a dádiva. Mas... de qual dádiva se trata? Uma primeira resposta possível implica dizer que, para os sujeitos individuais, tudo depende da idade, resposta que o autor não considera satisfatória: em uma criança ou em um adolescente na qual o que se valoriza são as promessas das quais ele é o portador, o que se pode imaginar que ele poderá dar mais tarde, e para o adulto ou o idoso, seu valor reside mais amplamente naquilo que ele efetivamente já ofereceu.

¹⁴ Caillé (2008) problematiza a trilogia de Honneth – amor, respeito e estima. Analisa se o conceito de reconhecimento é aquele que inclui essas três esferas, ou, caso contrário, se o reconhecimento pode ser imaginado como tal e independe de suas formas particulares de manifestação.

Há algo que excede a passagem do poder ao ato, a dualidade entre a capacidade de dar e a dádiva efetiva. Caillé (2008, p. 159) explicita:

No prazer que sentimos ao olhar para as crianças ou para os jovens não há apenas a antecipação do que eles poderão oferecer no futuro, mas um prazer em relação ao que eles já doam, e que esse dom não é da ordem dos presentes ou das realizações materiais. O que eles nos oferecem, então? Talvez a potencialidade do estado puro, vida, a gratuidade, a beleza, a graça.

Ao evocar Mauss, Caillé (2008) expressa o que deve incitar a distinguir duas modalidades da dádiva. A primeira remete ao tipo de dádiva analisado por Mauss: o que sela a aliança entre os sujeitos, transformando os inimigos em amigos por meio do benefício dos presentes, ao mesmo tempo livre e obrigado, interessado e desinteressado:

A oferta de bens e de bondades. Chamemos este primeiro tipo o *dom da aliança* ou, ainda, o *dom da generosidade* (do qual a caridade é apenas uma modalidade particular). Isso levanta a questão de saber se o que é dado para selar uma aliança tem um valor intrínseco, se o bem ofertado dá prazer ao doador além da intenção pacífica e amigável que ele manifesta (CAILLÉ, 2008, p. 159).

Um segundo resultado leva em conta o fato de que a palavra "dádiva" remete a vastos campos e objetos possíveis, e não é apenas uma palavra polissêmica. Pode-se dar quase tudo. Caillé (2008, p. 160) argumenta que se pode dar: “[...] a vida ou a morte, o amor ou os golpes, sua palavra ou uma advertência, pode-se dar uma opinião, um conselho ou bem a mudança da sua pessoa e de seu tempo”.

Ao chamar de dádiva-*doação*, Caillé (2008) considera que o valor dos sujeitos se situa e se determina em algum lugar na interseção entre a dádiva da generosidade e a dádiva-*doação*, de sua capacidade de dar e seus dons efetivos.

Ingressamos agora nas reflexões de Godbout (1998) a respeito da dádiva contemporânea. Pelas características mecânicas e na equivalência existente entre o “Estado” e o “mercado”, para o autor, se opõem à dádiva e se aproximam aos padrões de mercado. Contrário disso, entre as relações de parentesco, essas relações se afinam à dádiva e se afastam dos padrões de mercado.

Atualmente existe um paradigma dominante - o neoliberalismo¹⁵ - destaca Godbout (1998). Os diversos nomes para o paradigma dominante designam aspectos diferentes do paradigma. Porém, o paradigma dominante apresenta um núcleo comum a todas essas teorias: a partir das noções de interesse, de racionalidade e de utilidade. O autor também faz referência ao que circula no sistema de produção e, sobretudo, de circulação das coisas e dos serviços na sociedade.

Godbout (1998) se apoia em Mauss e define a dádiva:

De modo negativo, entende-se por dádiva tudo o que circula na sociedade que não está ligado nem ao mercado, nem ao Estado (redistribuição), nem à violência física. De modo mais positivo, é o que circula em prol do ou em nome do laço social. Não é um fenômeno irrelevante. Basta pensar no que circula entre amigos, entre vizinhos, entre parentes, sob a forma de presentes, de hospitalidade e de serviços (GODBOUT, 1998).

A dádiva circula também entre desconhecidos na sociedade moderna, como: doações de sangue, doação de órgãos, filantropia, doações humanitárias, benevolência, dentre outros. Godbout (1998) examina algumas características e algumas regras da dádiva:

É um equívoco aplicar a ela o modelo linear fins-meios e dizer: ele recebeu depois de ter dado, portanto deu para receber; o objetivo era receber, e a dádiva era um meio. A dádiva não funciona assim. Dá-se, recebe-se muitas vezes mais, mas a relação entre os dois é muito mais complexa [...].

Questiona Godbout (1998) sobre o porquê esse distanciamento deliberado do modelo fins-meios e da busca da equivalência? Observa-se que o mercado se baseia na liquidação da dívida, enquanto a dádiva baseia-se, ao contrário, na dívida. Isso pode ser observado tanto nos laços primários como nas relações de parentesco, na doação a um desconhecido, na doação de órgãos:

A dívida deliberadamente mantida é uma tendência da dádiva, assim como a busca da equivalência é uma tendência do modelo mercantil. Os parceiros num sistema de dádiva ficam em situação de dívida, negativa ou positiva. Se for uma situação positiva, significa que consideram que devem muito aos outros. Não é uma noção contábil. É um estado, no qual cada um considera que, em termos gerais, recebe mais do que dá. O sistema da dádiva se situa, assim, no polo oposto ao do sistema mercantil (GODBOUT, 1998).

¹⁵ Segundo Godbout (1998), nas ciências humanas possui diversos nomes: teoria da escolha racional, racionalidade instrumental, individualismo metodológico, utilitarismo, *homo economicus*, teoria econômica neoclássica.

Godbout (1998) explica: não porque seja unilateral, o que não é, mas o que caracteriza o mercado é a transação pontual, sem dívida, ao passo que a dívida busca a dívida. Desse modo, refletir acerca da dívida é, na verdade, tentar compreender o que é uma obrigação social ou moral.

A relação com a obrigação é o núcleo da dívida, praticamente impossível de observar diretamente, em seu próprio movimento. Nos dias atuais só se percebe a relação com a obrigação quando já enrijecida, petrificada, paralisada, nas palavras de Godbout (1998) sob a forma de regra social, legal, convencional, tradicional, racional. Nessa relação com a obrigação ocorre uma degradação da dívida, de que permanece apenas a casca, sem o conteúdo, sem o sentido, quando se dá por “convenção”, por obrigação estrita, por interesse e por uma mistura de tudo isso, além de outras razões.

Observa-se sempre a obrigação sob forma institucional, sob forma de regra, que consiste em fornecer uma razão externa para a ação, em encontrar uma causa para o movimento espontâneo da alma que faz com que se tenha tendência a dar e a retribuir, movimento sem o qual nenhuma sociedade pode existir. [...] A ‘verdadeira’ dívida é um gesto socialmente espontâneo, um movimento impossível de captar em movimento, uma obrigação que o doador dá a si mesmo, mas uma obrigação interna, imanente (GODBOUT, 1998).

Qualquer que seja o tipo de dívida, encontramos uma estranha relação com a regra, o paradoxo da obrigação de ser livre, da obrigação de ser espontânea, que faz com que a dívida seja fundamentalmente diferente do mercado e do Estado. Godbout (1998) salienta:

O mercado e a seguridade social (Estado-provedor) são duas invenções formidáveis, que não há por que renegar, pois aumentaram a segurança material, diminuíram as injustiças e concederam direitos a todos os membros da sociedade. Não se pode negar o progresso trazido por essa ideia de solidariedade social que passa pelo Estado, fundada na justiça e não na caridade.

São o Estado e o mercado muito práticos, mesmo quando não se deseja que as relações sejam pessoais. Assim, a dívida mercantil é, nesses casos, preferível à dívida da dívida, destaca Godbout (1998). Há, no entanto, uma tensão permanente entre o estado da dívida e sistemas mais mecanicistas, como o Estado e o mercado. Esses sempre pretendem sujeitar a circulação das coisas à sua própria lei, a da equivalência mecânica em vez daquela da necessidade. Por sua vez, a dívida

também pretende sujeitar os outros sistemas à sua lei, que consiste em liberar a troca e fazer surgir algo imprevisto, fora das regras.

A dádiva, ao se opor aos sistemas mecanicistas e deterministas, se aproxima da vida. Godbout (1998) é enfático ao afirmar que a dádiva é o estado de uma pessoa que, resistindo à entropia, transcende a experiência mecânico-determinista da perda, ligando-se à circulação entre os seus integrantes: ao espírito, à experiência da vida, ao aparecimento, ao nascimento, à criação, à dádiva.

Godbout (2000) analisa redes de parentescos e objetiva expor que essas relações de parentescos se distanciam dos padrões de mercado. Além da circulação da dádiva, a troca desempenha um papel significativo no atendimento material. Em outras palavras, o parentesco continua sendo uma instituição importante para atender às necessidades materiais dos membros da sociedade moderna.

Nas redes de parentescos a obtenção de lucro em uma troca com um membro de paternidade é considerado inaceitável, isso acontece quando usam os preços como um meio em certas transações. Quando alguém aluga uma habitação a um membro da família ou recebe dinheiro por troca de trabalho realizado ou vende um objeto para um pai, a norma é, ao invés do preço dessas transações de mercado, se afastar do preço de mercado. Godbout (2000) observa que, em consequência, voluntariamente se distanciam do modelo de equivalência, preço e, especialmente, para ganhar.

Então nos afastamos não apenas do ganho, mas também da equivalência. E se às vezes procuramos equivalência, não é num espírito mercantil, mas para se distanciar de um relacionamento que passa por um momento difícil, nunca para obter lucro. Porque para fazer lucro (um excedente) com um membro da família, isso é realmente equivalente a criar dívida, entrar em dívida (GODBOUT, 2000, p. 27).

Esse vínculo social não tolera a relação comercial. Por isso, Godbout (2000) afirma que muitos bens e serviços continuam a circular na família, embora o modelo de mercado normativo permanecesse em outros lugares fora do parentesco. Então, seria errado concluir que as redes de parentesco não são modernas? Essa modernidade se manifesta em particular pelo grande desejo de liberdade ou independência, ou seja, tornar as relações de parentesco mais livres, menos necessárias, para o que "dependar menos" é a expressão mais usada.

Nesse sentido, o mercado contribui, mas indiretamente, para aumentar a liberdade dos membros da rede familiar. As relações familiares entre adultos são

cada vez mais experimentadas como um universo de liberdade. É assim que a modernidade e a ideologia do mercado se manifestam nas redes de parentesco para além da confiabilidade (GODBOUT, 2000).

Em relação ao modelo de reciprocidade intergeracional nessas redes de parentesco, os pais, ao darem ajuda aos seus filhos, objetivam que esses possam fornecer-lhes ajuda mais tarde (GODBOUT, 2000). Por sua vez, os pais não desejam contar com os filhos quando estiverem velhos, não querem perturbá-los ou ser um “fardo” para eles, mas, inversamente, os jovens desejam poder ajudá-los e esperam que seus pais aceitem.

2.2 AS ESTRUTURAS DE RECIPROCIDADE

Abordaremos nessa seção as estruturas de reciprocidade a partir de dois autores: Dominique Temple e Éric Sabourin. Vale destacar que Temple, ao formular uma concepção e uma teoria da reciprocidade, se afasta de Karl Polanyi e de Marcel Mauss. No entanto, buscamos em Temple (1998) as estruturas de reciprocidade, sendo tais estruturas diferenciadas como binária e ternária, o que permitiu a Sabourin aplicá-las no caso do Nordeste brasileiro entre camponeses, sem que esse segundo autor tenha entrado em conflito com o enfoque de Mauss, que segundo Gaiger (2016) é convergente com a abordagem anteriormente examinada de Polanyi.

Sabourin (2004 e 2011b) em suas obras *Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas* e *Teoria da reciprocidade e socio-antropologia do desenvolvimento*, inclui as estruturas simétricas e assimétricas de reciprocidade para explicar que nas sociedades rurais contemporâneas encontramos prestações econômicas que correspondem à permanência de práticas de reciprocidade camponesa.

Temple (1998), ao se referir a Mauss, objetiva dizer que "doar" é, ao mesmo tempo, "receber reciprocamente". Essa obrigação não é outra senão a eficiência do significado que se impõe aos dois participantes da reciprocidade. A obrigação do retorno é a obrigação carregada de sentido para as duas prestações – de dar e de receber. Assim sendo, para o doador, o sentimento é percebido como prestígio,

enquanto para aquele que adquire a dádiva, o sentimento percebido é de perda: “perde o rosto”.

No que se refere à reciprocidade binária, Temple (1998) inicia pelo sentimento afetivo da amizade. No olhar do outro, um sentimento que se experimenta e é realmente visto, mas que, para ser comum a si mesmo e ao outro, será nomeado da mesma maneira, tanto para um quanto para o outro. Assim, para a consciência, o outro não é apenas o mediador do sentimento de humanidade, é também o espelho da revelação, desde que ele encontre um rosto para recebê-lo e transmiti-lo. Logo, a afetividade da revelação se torna a amizade.

No singular "face a face", o encontro com o outro não é a única relação interativa que pode ser a da revelação. Todos podem confrontar sua individualidade com a identidade coletiva ou confrontar a identidade coletiva que compartilham com seus vizinhos, com a individualidade dos outros. Esse face a face é compartilhar, argumenta Temple (1998).

Quanto ao compartilhamento descrito por Temple (1998), a pessoa mais competente no momento torna-se a referência de todos; por exemplo, ao construir casa para os jovens cônjuges ou organizar uma grande caçada. A comunidade não é um todo homogênea, mas contraditória, pois cada um tem que se opor à sua diferença, à identidade coletiva. Assim, a confiança é gerada por meio do compartilhamento.

Temple (1998) conceitua a reciprocidade ternária como “uma estrutura na qual cada um está em uma situação intermediária entre dois outros, por exemplo, ao receber de um doador e doar para outro”. Para construir essa estrutura são necessários pelo menos três participantes, sendo que para cada participante, a situação é idêntica à da reciprocidade face a face.

Temple (1998) busca exemplos de reciprocidade ternária em comunidades africanas. A consciência humana aparece como um fenômeno de "individualização do ser". O indivíduo está certamente submerso em uma relação de reciprocidade generalizada, mas o que é contraditório em si mesmo é concebido nele e não simultaneamente nele e no outro. Cada participante está sendo a sede do contraditório sem um frente a frente com o outro, sendo este outro separado em dois participantes diferentes e opostos: um doador e um donatário.

Na concepção de Temple (1998), na reciprocidade ternária a relação com a morte e a tradição muitas vezes traz à tona uma relação diacrônica ternária entre os

vivos, o mais velho da linhagem e o falecido. Na África, a morte é a ocasião para celebrar o casamento da vida e da morte. A exposição de um falecido nos ritos de funerais, orchestra movimento privilegiado para tentar prolongar esses ritos. O mais velho por idade é convidado a se tornar o centro entre o confronto da vida e da morte. À vista disso, é chamado de guardião da ética e ele passa a ser altamente respeitado por representar a autoridade máxima, mas como a morte é representada pelo falecido, diz-se que ela recebe a vida espiritual dos ancestrais.

Na estrutura de reciprocidade ternária unilateral, o objetivo do doador é dar o máximo possível, já que, quanto mais se doa, mais engendra o laço social. Quando é bilateral, submete o sentimento de responsabilidade a uma nova obrigação. Por exemplo, para equilibrar os presentes que vêm por um lado com os presentes que vão em direção oposta, os dois doadores devem reproduzir a dívida de um e de outro, de maneira apropriada. Então, uma das preocupações é a justiça (TEMPLE, 1998).

Temple (1998), ao exemplificar a partir das sociedades da Amazônia, não faz referências ao princípio de redistribuição de Polanyi e também não converge com Mauss para explicar a forma de reciprocidade ternária centralizada, ou redistribuição.

Em várias sociedades de tradição oral, por exemplo, as sociedades da Amazônia, o ritual exige que o homem-sacerdote encha seus pulmões de fumaça e transmita aos membros da comunidade (às vezes chocalhos-cabaças que servem de tabernáculos). O sacerdote captura o espírito em nome de toda a comunidade reunida para o sacrifício, depois o redistribui na forma de palavras sagradas (TEMPLE, 1998).

Temple (1998) observa que nessas sociedades nas quais predomina a redistribuição, o intermediário torna-se tanto sacerdote quanto juiz desses outros como mediadores da efetividade comum. Ocorre, no entanto, que o responsável pela redistribuição pode se concentrar no Estado, no rei, no patriarca, no chefe, porque ele pode tomar as decisões que são impostas a todos. Por consequência, a confiança se torna obediência e obrigação ao centro de redistribuição e a partilha dos bens comuns pode gerar confiança.

Importantes transformações são vivenciadas. Temple (1998) afirma que então os doadores não têm mais laços diretos entre si, mas apenas laços mediados pelo centro de redistribuição da comunidade, enquanto um só fala e diz para todos.

Novos valores aparecem e a confiança não é mais nômade ou espontânea como nas sociedades em que domina o compartilhamento, pois aqui se torna obediência.

Sabourin (2004), ao analisar as sociedades camponesas do Nordeste brasileiro, obtém o embasamento teórico nas estruturas de reciprocidade propostas por Temple (1998). A maioria das sociedades rurais contemporâneas se encontra em regimes de prestações econômicas que correspondem à permanência de práticas de reciprocidade camponesa ou indígena, ou readaptadas a um novo contexto.

A relação de *face to face*, de acordo com Sabourin (2004), produz a amizade, podendo ser simétrica entre duas famílias. Assim, a reciprocidade bilateral gera amizade, aliança e proximidade, e as relações interpessoais são fortalecidas por alianças: matrimônio, redes interpessoais, compadrio.

Os mecanismos da dívida interfamiliar se manifestam pelo dote da filha (enxoval) e dotações e instalações motivadas pelo casamento dos filhos. Também são oferecidas crias de animais às crianças ao nascer, evento típico da ajuda mútua entre as famílias de agricultores. Então, “A figura do compadrio corresponde a um prolongamento da ajuda e a uma extensão das relações de parentesco pela reciprocidade”, segundo Sabourin (2011a, p. 118), e pode prolongar-se mediante alianças mais duradoras, ou seja, o apadrinhamento recíproco das crianças associado às relações afetivas.

Na organização da produção, a reprodução econômica e social nas sociedades rurais contemporâneas oferece bons exemplos e características de relações de reciprocidade estruturadas. A ajuda mútua na agricultura é típica da reciprocidade bilateral na produção que se estabelece entre indivíduos, famílias e grupos. Segundo Sabourin (2011b, p. 35), a estrutura de compartilhamento é verificada “no caso do manejo dos bens em propriedade comum: gestão de recursos naturais (terras, pastagens, floresta, água) ou de equipamentos coletivos (sistemas de irrigação, equipamentos ou máquinas agrícolas)”.

A reciprocidade ternária pode ser unilateral, pode ocorrer no caso da transmissão e relação entre pais e filhos, ou seja, a dívida intergerações, como: a transmissão de saberes – educação, iniciação e aprendizagem ou no caso de patrimônio - dotações de terras ou animais, enxoval, heranças. Segundo Sabourin (2011b, p. 35), “Nessa relação entre pais e filhos, o valor produzido é aquele da responsabilidade. Pode ser verificado no ato da construção da casa de um jovem

casal ou nas regras assegurando a preservação dos recursos naturais para as próximas gerações”.

Quando a reciprocidade ternária é bilateral, as prestações circulam nos dois sentidos: “Aquele que se encontra entre dois doadores deve reproduzir a dádiva de um e aquela do outro, de maneira apropriada e equilibrada; tal preocupação é aquela da justiça”, conforme Temple (1998), citado por Sabourin (2011b, p. 35). Essa reciprocidade compromete o máximo possível o outro a fim de produzir o laço social. Trata-se, assim, de uma dialética da dádiva. Essa lógica da reciprocidade exige, no entanto, um meio termo justo, que consiste em não dar demais permitindo ao outro retribuir sem perder o prestígio. A partir dos testemunhos dos agricultores, a prática de uso compartilhado de um recurso gera também sentimentos e valores éticos como a confiança e a equidade entre os usuários.

Os conceitos de Temple (1997, 2003) são referenciados por Sabourin (2011b, p. 35) no tocante às estruturas simétricas e assimétricas de reciprocidade e estão assim definidas: os valores entre os indivíduos não preexistem e devem ser constituídos por meio da amizade, justiça e responsabilidade. “[...] exigem as melhores condições de existência para o outro, e, conseqüentemente, uma economia que qualificaremos de humana”.

Argumenta Sabourin (2011b) que, ao gerar os valores éticos, a reciprocidade é simétrica (ou equilibrada); no entanto, os valores podem ser produzidos também por meio de relações de reciprocidade desigual, aspecto em que seu enfoque se distancia daquele de Polanyi, que associa a reciprocidade à simetria. Sabourin cita os seguintes exemplos:

Os valores ficam, então, presos ao imaginário que traduz essa desigualdade: a realeza (o príncipe, os nobres e os servos ou escravos), a divindade (as religiões e os seus sacerdotes...) ou o Estado com a sua burocracia e a sua tecnocracia (SABOURIN, 2011b, p. 36).

Sabourin (2011b) menciona que historicamente na América Latina, entre colonos e índios, senhores e escravos, patrões e peões, proprietários e meeiros ou moradores, se estabeleceram relações de reciprocidade assimétricas, cujos valores foram produzidos por meio de relações de reciprocidade desigual.

Temple (2003) lembra, a propósito da reciprocidade assimétrica, que: se o imaginário se impõe ao valor produzido pela reciprocidade, leva cada um a se prevalecer do domínio que pode exercer sobre a própria relação de reciprocidade e, principalmente, sobre os meios de produção que ela

envolve. É o que aconteceu entre os donos da terra e os artesãos, e que inaugurou a hierarquia das castas (SABOURIN, 2011b, p. 36).

A partir de relações de simetria e também em contextos de assimetria, nessa tese, examinaremos as práticas dos agricultores familiares e entre eles e a cooperativa. O contexto de simetria se apresenta nos recursos compartilhados no assentamento, a exemplo da água. Também se apresenta com o enxerto na confiança e nos valores que se estabelecem entre os parentes, vizinhos e parceiros na produção econômica. E, quando os agricultores familiares que combinam entre si modos de produção, com vistas a suprir suas necessidades e da cooperativa.

As relações desiguais podem ser observadas no estabelecimento das práticas de contratações de mão de obra do próprio assentamento. Embora apresente um vínculo de amizade, coexiste uma relação de subordinação, mesmo que temporariamente, a fim de suprir o fator de produção. Essa relação se apresentaria, então, como uma reciprocidade assimétrica.

CAPÍTULO 3

ECONOMIAS ALICERÇADAS NA RECIPROCIDADE

A título de exemplo dos aspectos teóricos e conceituais antes desenvolvidos, veremos ao longo desse capítulo algumas economias alicerçadas na reciprocidade na América do Sul e no Brasil, de tempos imemoriais a épocas recentes.

Inicialmente, examinamos os vínculos comunitários típicos da civilização dos Incas, apoiando-nos na síntese de estudos a respeito, realizada por Gaiger (2016). Será imprescindível incorporar aqui um breve resgate desse povo ancestral, cuja história desenvolveu as bases socioculturais e econômicas dos povos andinos contemporâneos. A seguir, retomaremos alguns aspectos do estudo de Santos (2017) acerca da reciprocidade existente na dinâmica econômica dos povos andinos. Os estudos de Sabourin (1999, 2000, 2008b, 2011b, 2014), evidenciando as práticas de reciprocidade nas sociedades rurais no Brasil, ocuparão em seguida a nossa atenção. Trataremos ainda do trabalho de Eckert (2016), que busca compreender os padrões de troca não mercantis junto aos agricultores do Estado de Minas Gerais. Finalizando, com as contribuições de Sabourin (2008b) e Mauss (1974), voltaremos a Gaiger (2003, 2013, 2016), no que diz respeito aos empreendimentos solidários e às perspectivas da economia solidária no Brasil.

3.1 OS VÍNCULOS COMUNITÁRIOS DOS INCAS

É oportuno destacar que as primeiras civilizações a ocupar os Andes datam do terceiro milênio¹⁶ a.C. Gaiger (2016, p. 187-188) esclarece que, no século XII, o império inca ergueu-se após o deslocamento das tribos dessa etnia no vale de Cusco, atual Peru. Entre eles, adotaram os costumes e a língua local, o *quíchua*. Houve ampla unificação étnica em toda região, com centenas de idiomas, para constituir, já no século XIII, o império. Suas fronteiras expandiram-se da Colômbia ao Chile, incorporando 14 milhões de habitantes. “Foi o maior império pré-colombiano, extinto em 1533 pelos espanhóis, com o assassinato de seu último

¹⁶ Na mesma época das pirâmides do Egito e dos impérios da Mesopotâmia, observa Gaiger (2016, p. 187).

imperador, o *Sapa Inca* Atahualpa. O lema dos incas era ‘Não mentir, não vagar, não roubar’”.

Nos dias atuais, alusões aos povos descendentes das etnias que compuseram essa civilização associam-se à economia comunitária e ao *buen vivir*. Não sem razão: as raízes imemorais dos seus sistemas de vida, somadas à amplitude descomunal do império inca, fizeram dos Andes o cenário de uma façanha extraordinária, inexplicável sem o princípio da reciprocidade (GAIGER, 2016, p. 188).

Gaiger (2016, p. 188) recupera um debate sobre a reciprocidade publicado em uma coletânea de artigos¹⁷. Examina os pilares socioculturais e econômicos dos povos andinos, cujas bases foram alicerçadas nas relações sociais promovidas pelo Estado Inca, por mais de dois séculos. Destaca, ainda, a presença da reciprocidade e seu funcionamento na civilização Inca. “Da coletânea sobressai um quadro instrutivo sobre as bases socioculturais e econômicas dos povos andinos e sua posterior função de alicerce das relações sociais promovidas pelo Estado inca, por mais de dois séculos”¹⁸.

Quanto à formação inicial social inca, Gaiger (2016) argumenta que é necessário voltar no tempo para examinar os extratos dessa civilização.

Em primeiro lugar, os *ayllus*, comunidade endogâmicas milenares, formadas por relações de parentesco que agruparam um certo número de linhagens. Dividiam a terra de plantio entre as unidades domésticas, conforme seu tamanho e necessidade, e utilizavam as pastagens em comum (GAIGER, 2016, p. 188).

Em função da evolução demográfica, a divisão da terra era refeita periodicamente de tal modo a adaptar-se às necessidades cambiantes das unidades domésticas. Na explicação de Gaiger (2016), como as áreas de exploração não eram próximas umas das outras e separadas em patamares situados em variados sítios e altitudes (da costa a 4 mil metros), essas serviam aos diferentes usos e ao custo de muitos dias de marcha, a fim de garantir consideravelmente a autossuficiência aos *ayllus*.

¹⁷ Gaiger (2016, p. 188) faz referência a Veyne *et al.*, (1974) ao mencionar que a revista francesa *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations* publicou um dossiê de artigos promovendo um debate entre os historiadores e antropólogos a respeito da reciprocidade e de “suas manifestações em povos e sociedades da África e da América Latina, inclusive o estado inca”.

¹⁸ Gaiger (2016, p. 188) referencia Nathan Wachtel (1974), cuja fonte empírica foi os estudos etnográficos de John Murra. O antropólogo John Murra ao escrever a sua tese de doutorado recebeu orientações de Polanyi para pesquisas da América pré-hispânica.

Vigorava um sistema de ajuda mútua entre as unidades domésticas, com base em prestações e contraprestações costumeiras observadas de parte a parte, embora seu caráter não estritamente obrigatório conferisse uma margem de manobra às famílias e provesse o sistema de adaptabilidade aos fatores aleatórios (GAIGER, 2016, p. 188).

No entanto, as pessoas em dificuldade eram dispensadas de retribuir à mesma altura dos demais. Por sua vez, os anciões, devido a precedência geracional e a vínculos de parentesco mais numerosos, reuniam o maior número de auxiliares. Gaiger (2016), ao se referir a Wachtel (1974), observa que os anciões passaram a honrar as prestações recebidas de outras formas que não fosse pelo trabalho físico, bem como:

[...] aportando bens simbólicos e religiosos, como a intercessão junto aos mortos – dos quais os anciões estavam mais próximos – ou em tarefas de administração e comando, como a repartição das terras e o trabalho em prol das viúvas, órfãos e enfermos. Exercia o papel de chefes locais, os *curacas*, função que passava a ser exercida pela respectiva linhagem (GAIGER, 2016, p. 189).

Gaiger (2016) ressalta que até os dias atuais os *ayllus* formam a base dos sistemas dos povos ameríndios da zona andina:

[...] vigora a domesticidade, sendo suas relações de comensalidade o que garante a participação dos *ayllus* nas práticas de reciprocidade exercidas entre as famílias ou linhagens, tanto como um mecanismo de prestações e contraprestações sucessivas quanto um princípio de vida econômica e social orientado para a preservação da identidade e dos vínculos comunitários, associados no plano simbólico à divindade e ritos religiosos (GAIGER, 2016, p. 189).

As prestações a que se refere Gaiger (2016, p. 189) diziam respeito aos grupos étnicos, os agrupamentos maiores que formavam os diversos *ayllus*. Esses agrupamentos ocuparam posição geográfica mais extensa de territórios, horizontalmente e em altitude. “Apoiavam-se nas chefias dos *ayllus* e no envio periódico de colonos que fixavam residência permanente em áreas distantes, os *mitmaq*”.

Por sua vez, somente as chefias mantinham a simetria das relações de cooperação entre os *ayllus*. Gaiger (2016, p. 190) argumenta que “operava agora em larga escala humana (até mil pessoas) e geográfica (vários dias de marcha entre os núcleos e os territórios produtivos ou de coleta, da costa à floresta amazônica)”.

Gaiger (2016) explica que as ocupações de terras distantes e a convivência de *mitmaqs* de origens diferentes apresentava um caráter pluriétnico. A

reciprocidade vigorava como um princípio estruturante, porém devido à complexidade das atividades de administração, essas implicavam na concentração de poder e as contraprestações imateriais fossem salientes.

Por fim, instaurou-se o Estado inca, com a progressiva supremacia militar e política de um grupo étnico. Por razões que permanecem obscuras, os incas apropriaram-se de territórios de outras etnias, introduzindo novas relações em direção ao centro administrativo e econômico que ocupavam em Cusco, além de instituírem uma nova unidade simbólica e religiosa como fundamento de seu governo teocrático. Contudo, a existência de um amplo sistema de redistribuição não suprimiu as relações anteriores de reciprocidade, mas se baseou nelas (GAIGER, 2016, p. 190).

Gaiger (2016) observa que um novo sistema assimétrico e desigual opera pela exploração e servidão, uma vez que o comando agora estava com o Estado. Com o deslocamento forçado de populações a territórios distantes, as relações assimétricas e hierárquicas se haviam sobreposto à reciprocidade.

John Murra atribui a um arquipélago vertical a condição inca de se instalar. Gaiger (2016) ao examinar os argumentos de John Murra, constata que o ajustamento do “sistema inca” às condições ambientais do Andes, assim se fez: Os dons religiosos e vinculados como sagrados são semelhantes às comunidades andinas; o mantimento do sistema estava na proteção de zonas distantes e ameaçadas exteriormente, para tanto, desenvolveram tarefas de transporte, comunicações e rescenceamentos; o uso dos patamares ou “pisos ecológicos” lhes garantiu a autossuficiência, no sentido de que o comércio apenas seria de recurso acessório.

Desse ponto de vista, ele se torna provavelmente superior ao círculo *kula* das ilhas do Pacífico. Por sinal, estudiosos como John Murra referiram-se a um *arquipélago vertical* para descrever essa distribuição descontínua das terras incas entre variados regimes climáticos, cada qual com seu potencial econômico. Compreende-se que o conhecimento então alcançado pelas investigações arqueológicas, salienta John Murra, não fosse conclusivo a respeito das situações de envio de populações aos extremos do Estado inca e das relações mantidas com elas (GAIGER, 2016, p.191).

Com os invasores espanhóis o império inca sofreu um desmonte. Os incas não souberam decifrar o inimigo e, em meio às alianças instáveis e frustradas com os colonizadores como forma de sobrevivência, os incas equipararam-se aos demais grupos étnicos, destaca Gaiger (2016). Como consequência, os incas se refugiaram nos *ayllus*, ainda hoje um pilar de sua economia e a base de sua resistência contra os poderes coloniais e do mercado.

Para se referir aos reflexos importantes dos vínculos grupais na civilização andina, Gaiger (2016, p. 204) argumenta que “Interrompida bruscamente pela conquista ibérica, não teve tempo para demonstrar se essa mudança era reversível ou se doravante a reciprocidade prevaleceria apenas no âmbito dos vínculos grupais, tecidos no interior de segmentos homogêneos”.

Gaiger (2016, p. 204) busca os exemplos tanto nas sociedades camponesas estudadas por Menezes (2006) e Sabourin (2011b), quanto nas iniciativas solidárias pesquisadas por Gardin (2006b), a fim de sustentar que são exemplos nos quais “a reciprocidade vigora como princípio reitor mas se vê pressionada pela lógica do mercado e do Estado”.

Por sua vez, o estudo de Santos (2017) diz respeito à dinâmica econômica nas aldeias rurais, os *ayllus*, nos diferentes altiplanos andinos que conservam suas tradições, seus mercados e o modo de consumo legado dos incas. Os produtos são produzidos e consumidos pela família nuclear, família externa e comunidade, com diferentes unidades de produção.

Na economia originária andina, as famílias eram compostas por pai, mãe, filhos e agregados. Santos (2017) denomina esse tipo de família de “família interna” ou de “família nuclear”. Observa que é habitual a redistribuição dos bens produzidos e não se apresenta como valor econômico. A par disso, refere-se à “família externa” como sendo os outros parentescos e as pessoas da comunidade.

Pode-se dizer que a economia andina está basicamente composta de uma economia interna e de uma economia externa (que também poderíamos chamar de economia de intercâmbio por envolver padrão monetário e, de certo modo, a perspectiva ocidental da troca mercantil): a primeira, envolvendo as aldeias dos diferentes pisos ecológicos; a segunda, envolvendo também não indígenas (SANTOS, 2017, p. 24).

A reciprocidade está presente nas práticas dos bens produzidos para o consumo interno e, conforme Santos (2017, p. 25), “uma diferença a observar é que na economia interna os produtores são, ao mesmo tempo, consumidores de seus próprios produtos”. Desse modo, a troca e a redistribuição são costumeiramente agregadas à vida econômica local. Mas, quando se apresenta a impossibilidade de suprir as necessidades da economia interna, por consequência, o consumo estimula a formação de um mercado de intercâmbio.

Santos (2017, p. 24) esclarece que na economia interna dos povos andinos, dada a diversidade de produtos, “a troca” tem a função de garantir o consumo básico

das famílias. Como prática, se aproxima ao conceito de dádiva, formulado por Mauss - “ou seja, é troca em um sentido mais arcaico, como princípio básico e estrutural a economia e a sociabilidade, sem reportar-se ao sentido ocidental de troca mercantil.”

Os camponeses dos altiplanos são um exemplo de que a economia andina está muito mais pautada em elementos sociais e espirituais do que em elementos monetários. Na observação de Santos (2017), nas práticas de reciprocidade as medidas de equivalência de volumes e de quantidades não são traduzidas em valor monetário. Desse modo, a dinâmica da economia andina é entrelaçada de energia espiritual e de dimensão econômica.

Nas feiras urbanas, segundo Santos (2017), a convivência dos povos originários com a população da cidade corresponde, em grande parte, à diversidade de produtos. Da economia local dos camponeses advém lãs, carnes, couros, cereiais, batatas e frutas, e da economia urbana eletrodomésticos e a comercialização. Nessas feiras, o dinheiro está como medida de troca, assumindo parâmetros de intercâmbio capitalista.

Os *ghathu*¹⁹ procedentes urbanos (anuais, quinzenais ou semanais) com produtos advindos dos povos originários são representados pelos compadrios e parentescos, que os tornam peculiares. As práticas de reciprocidade e de intercâmbios simétricos envolvem, sobretudo nesse caso, a dimensão espiritual. Desse modo, a lógica e o modelo capitalista não se estabelecem como prioritários nessas combinações (SANTOS, 2017).

3.2 AS PRÁTICAS DE RECIPROCIDADE NAS SOCIEDADES RURAIS NO BRASIL

Posseguindo convém examinar o caso da reciprocidade em comunidades rurais no Brasil. Em seus estudos, Sabourin (1999, 2000, 2008b, 2011b, 2014) busca referência em Mauss (1974) para identificar a presença da dádiva familiar e intrafamiliar, bem como da reciprocidade nessas comunidades rurais.

No Nordeste brasileiro ocorre a permanência de diversas formas de ajuda mútua agrícola e de associativismo, ou das formas de manejo compartilhado de

¹⁹ Segundo Santos (2017), as feiras urbanas são tidas como ponto de encontro material de *Arar* (dimensão política e material da vida) e de *Urin* (comunhão espiritual de pessoas), como função de *Taypi* (de selar a união e de manter unidos os integrantes dos *ayllus*).

recursos naturais como água, pastagens, terras, florestas, reservas extrativistas ou biodiversidade; e de bens em propriedade comum em infraestruturas ou em equipamentos coletivos (SABOURIN, 2011b).

Incluem-se aí também os conhecimentos, informações e saberes, como observa Sabourin (2011b). Pois, essas relações são mobilizadas em tais estruturas de reciprocidade e geram valores materiais ou instrumentais imateriais, além de produzirem valores afetivos de amizade e de proximidade, acrescidos de valores éticos, como a confiança, a equidade, a justiça ou a responsabilidade.

Reciprocidade é sinônimo de solidariedade (*dependência mútua, fato de ser solidário*) ou de mutualidade. Em etnologia e antropologia, a reciprocidade designou por muito tempo as prestações mútuas de alimentos, de bens e de serviços entre pessoas ou entre grupos em particular nas sociedades, indígenas e camponesas (Mauss, 1923-24). [...] Do ponto de vista antropológico, o princípio de reciprocidade corresponde, portanto, a um ato reflexivo entre sujeitos, a uma relação intersubjetiva e não apenas a uma simples permuta de bens ou de objetos, como pode ser, ao limite, o caso da troca (SABOURIN, 2014, p. 11).

Sobre as comunidades dos municípios de Juazeiro e de Pintadas, no sertão do São Francisco, estado da Bahia, como também em Solânea e em Remígio, no Agreste da Paraíba, Sabourin (1999, p. 42) pondera:

[...] a permanência de relações de reciprocidade mediante mecanismos de dádiva, de ajuda mútua e de convites. A dádiva interfamiliar manifesta-se pelo dote das filhas (enxoval) e pelas dotações para a instalação dos jovens, constituídas por animais logo acompanhados da sua descendência (crias) atribuída a cada criança desde o nascimento.

A lógica de reciprocidade motiva uma parte importante da produção, da sua transmissão, mas também do manejo dos recursos e dos fatores de produção. O acesso gratuito à água dos açudes, às terras de vazante, às pastagens comuns do fundo de pasto, à mão de obra da comunidade (por meio do convite de trabalho ou do mutirão), constitui uma redistribuição dos fatores de produção (SABOURIN, 1999, p. 42).

A ajuda mútua ou o interesse coletivo por meio da solidariedade são formas de complementaridade na economia local. Desse modo, a redistribuição motiva a produção marcadamente pela reprodução da dádiva, passando a constituir um dos principais motores dessa economia. Segundo Sabourin (1999, p. 43):

A reciprocidade gera, assim, via a redistribuição, uma produção socialmente motivada, a qual constitui um fator de desenvolvimento econômico, que vai além da satisfação das necessidades elementares da população (subsistência) ou da aquisição de bens materiais via troca. A tendência natural das sociedades camponesas do Sertão é de procurar a realização de excedentes.

Os excedentes nem sempre são possíveis por conta de situações de transtornos, ou de crises, conforme observa Sabourin (1999). Esclarece o autor que os transtornos estão geralmente associados à espoliação dos recursos naturais, à degradação dos solos e aos prejuízos à vegetação devido à seca ou às dificuldades de acesso aos recursos, em razão de políticas agrárias muito restritivas.

Nas prestações de ajuda mútua, destaca-se o *mutirão*²⁰. Sabourin (1999) menciona dois tipos de ajuda mútua: i) a que tem a ver com os bens comuns e coletivos, tais como a construção ou manutenção de estradas, escolas, barragens, cisternas e; ii) os convites de trabalho em benefício de uma família, em grande parte para execução de trabalhos pesados, como desmatar uma parcela de terra, fazer uma cerca, construir uma casa, dentre outros.

A ajuda recíproca também está associada às festas e as práticas de *mutirão* motivam a participação. Com a participação de toda a família nesses eventos, o número de diárias por família não é contado, como descreve Sabourin (1999). Ocorre a divisão de trabalho entre homens, mulheres e crianças. Os homens jovens e adultos fazem os trabalhos mais rústicos e pesados e, por sua vez, as mulheres realizam os trabalhos referentes a raspa da mandioca para a farinhada, enquanto as crianças limpam as fontes de água e caldeirões.

A ajuda mútua não é necessariamente igualitária, porque existe devolução, mas sem contagem ou simetria das prestações. Pode existir certa concorrência na redistribuição de alimentos ou bebidas entre as famílias. Rivalidades e desafios podem assim expressar-se em função de interesses coletivos como individuais. Nos sistemas econômicos de reciprocidade, a prodigalidade ou a generosidade confere prestígio e fama que se tornam fontes de autoridade ou de poder, de acordo com a lógica agonística da dádiva (SABOURIN, 1999, p. 43).

Sabourin (1999) constata que alguns agricultores pagam diária, ao invés de assumirem a prestação diretamente. Assim, a troca é monetária e assume-se uma obrigação material que pode ser questionada pela comunidade por não cumprir seu dever social, nem cumprir a participação física dos trabalhos coletivos.

²⁰ Sabourin (2006, p. 2) esclarece: "A palavra vem do tupi *mutirum* ou *muxirum*, ou do Guarani, *potyrom* que quer dizer colocar a mão na massa". São vários nomes para o *mutirão* de acordo com a região. Segundo Sabourin (1999) "*mutirão*" é adotado quase no Brasil inteiro, mas é "*batalhão*" em Mossoroça/BA, "*boleia*" ou "*balaio*" em outras zonas da Bahia. O *balaio* é uma unidade de medida de produtos agrícolas numa cesta ou num lençol. Grande parte das famílias beneficiadas oferecia uma cesta de alimentos aos trabalhadores. Em Pintadas, Bahia, utiliza-se o termo de "*boi roubado*", porque, durante a ajuda na sua propriedade, o criador matava um boi. Atualmente, ele fornece cachaça ou cerveja.

Certas práticas de reciprocidade como festas e mutirões sofrem a competição da troca monetizada. A venda de álcool ou pagamento das taxas para as festas é uma competição que enfraquece as relações de reciprocidade nas práticas cotidianas, somadas à competição das relações de troca como o assalariamento (SABOURIN, 1999).

As práticas camponesas que se expressam na reciprocidade movimentam uma parte importante da produção. Para Sabourin (1999), a mão de obra da comunidade em forma de mutirão consiste na redistribuição como fator de produção motivada socialmente. As práticas tradicionais levadas ao contexto atual são ignoradas pelas políticas e pelos projetos de desenvolvimento de políticas voltadas à organização de associações, cooperativas ou de manejo de infraestruturas comunitárias.

Sabourin (2000) traz o exemplo de ajuda mútua entre os moradores ao citar sua pesquisa no distrito de Massaroca, Juazeiro do Norte-BA. Os moradores dos sítios ou comunidades se reúnem, geralmente com os produtores e moradores que ocupam as terras de uma antiga fazenda dividida por heranças sucessivas ou por transações. Os membros do sítio ou da comunidade são então descendentes de um antepassado comum, fundador e ex-proprietário da fazenda.

Sabourin (2000) faz referência a Tonneau (1994), o qual por sua vez observou a comunidade²¹ de Lagoinha. Em 1991, dos 110 habitantes que lá residiam, apenas sete pessoas não eram descendentes do fundador da Fazenda Lagoinha.

A comunidade de Caldeirão do Tibério, por exemplo, só possui famílias evangélicas, porém essa comunidade reúne famílias de outras comunidades para rezarem juntas, de outras religiões como a católica. Outro destaque que Sabourin (2000) apresenta é que a comunidade de Caldeirão do Tibério, tradicionalmente, é dirigida por um conselho informal de chefes de família. Esses, por sua vez:

[...] gerenciam o acesso à terra (pastagens comunitárias, práticas de meia), a redistribuição ou o intercâmbio de trabalho (o mutirão, a troca de dias) e a solidariedade interfamiliar. Esta manifesta-se por meio da doação de alimentos ou ajuda sem retorno automático, nos casos de má colheita, acidente ou doença numa das famílias (SABOURIN, 2000, p. 44).

²¹ O uso do termo "comunidade" foi introduzido pela ação da "pastoral" da Igreja Católica durante os anos 1960-70, por meio das Comunidades Eclesiásticas de Base. Sabourin (2000), ao citar Ammam (1985), argumenta que o termo "comunidade" permaneceu por ser mais moderno do que "sítio", e também por ser utilizado pelos programas de ação comunitária implementados pelo Estado.

Na organização de festa, os vizinhos, amigos e parentes da família são motivados para o pagamento de promessas feitas ao santo padroeiro da comunidade. Sabourin (2000) cita Lanna (1995), ao tratar dos santos São Gonçalo e São Cristóvão, populares no nordeste brasileiro. Essas práticas de organização das festas foram limitadas pelas secas repetidas dos últimos anos, mas se reproduzem nos momentos de relativa abundância.

Sabourin (2000) apresenta os resultados de seus estudos nas comunidades de Lagoinhas e de Caldeirão do Tibério, destacando as redes de proximidade, as relações familiares e interfamiliares, as prestações de ajuda mútua, as quais constituem formas de relacionamento e de organização reguladas pela reciprocidade camponesa:

A lógica do sistema de reciprocidade não considera a produção exclusiva de valores de uso ou de bens coletivos, mas a criação do ser, da sociabilidade. Se, para 'ser socialmente', precisa dar; para dar, precisa produzir. Assim, a reciprocidade é marcada e respeitada de maneira privilegiada entre aqueles que participam das mesmas estruturas de produção ou de parentesco (SABOURIN, 2000, p. 44-45).

A ajuda mútua, dentre as formas de complementaridade ou de interesse coletivo, tece a solidariedade e a festa coletiva motiva a permanência dessas práticas de origem camponesa. Além de evidenciar a força da dádiva e da redistribuição como motor da economia, Sabourin (2000, p. 47) escreve que também "A motivação social da produção pode ser tão potente como o interesse pelo lucro e a acumulação por meio do intercâmbio mercantil". Essa produção socialmente motivada constitui um fator de desenvolvimento econômico que vai além da satisfação das necessidades elementares da população, ou seja, a subsistência vai além da aquisição de bens materiais por meio da troca.

No caso do mutirão, por exemplo, os dias não são contados. Na troca de *dias*, eles são contados e devolvidos para a outra família, muitas vezes para efetuar o mesmo tipo de serviço. Alguns agricultores pagam uma diária em vez de assumir diretamente a prestação.

A integração ao mercado e à sociedade global (administração, escola, igrejas, serviços técnicos) levou a sociedade rural nordestina, dos sítios e das comunidades, a dotar-se de novas estruturas de representação e de cooperação, sem, portanto, abandonar (pelo menos completamente) os valores e as formas de organização camponesa fundadas pela reciprocidade (SABOURIN, 2000, p. 47).

A dádiva interfamiliar é simétrica e se manifesta, quer pelo dote das filhas ou por instalação dos jovens. Para Sabourin (2000), a dádiva é também associada às relações afetivas privilegiadas no compadrio. O apadrinhamento recíproco das crianças entre duas famílias sem laço de parentesco é uma forma de aliança extremamente forte, permitindo, assim, multiplicar as redes interpessoais para além da esfera local.

Os convites para as festas locais e religiosas motivados por pagamento de promessas e celebração dos santos padroeiros envolvem a comunidade. As famílias, por sua vez, promovem batismo, matrimônio e funerais ou até as festas domésticas com matança e cozimento de animal. Quanto a essas características das comunidades em oferecer a todos, Sabourin (2000) destaca como dádiva generalizada.

Dentre outras formas de dádiva, a constituição de dotes como enxovais e a hospitalidade podem ser estendidas até aos rebanhos dos vizinhos nos períodos de seca. Sabourin (2000) argumenta que a gestão compartilhada de bens coletivos leva ao crescimento da produção, bem como faz surgir uma forma de dádiva produtiva e de solidariedade na produção.

São muitas as dificuldades enfrentadas nas comunidades camponesas onde persiste o mundo doméstico ou comunitário, mas ainda persistem as regras de reciprocidade, paralelas ao mundo da troca mercantil, ao mundo do mercado, ao mundo dos bancos financeiros e da administração externa à comunidade. Sabourin (2008b) argumenta que a interação entre dois sistemas – o da troca mercantil e o da reciprocidade – exigem das comunidades o fortalecimento das relações, para que se mantenham vivas as regras de reciprocidade no seu seio e no seu entorno.

Também examinamos os estudos de Daniele Eckert (2016), que disserta acerca do modelo convencional de organização da cadeia de produção e distribuição de alimentos e a dependência dos grupos de agricultores. Eckert (2016) observou que essa dependência é cada vez maior, entre o capital financeiro e industrial, bem como com o uso de agroquímicos. Constatou também outras práticas, quais sejam: O uso de adubos, de fertilizantes industriais e de outras técnicas provenientes da chamada Revolução Verde; a livre circulação de mercadorias e a inserção de intermediários na cadeia de distribuição.

O objetivo de sua pesquisa consiste em compreender e analisar, em uma experiência real de coesão social na agricultura sustentada pela comunidade, os

padrões de troca não mercantil em operação, bem como os fatores que favorecem a autonomia relativa que podem elevar a coesão social entre produtores e consumidores.

Para a pesquisa empírica, a autora acompanhou três grupos de agricultores na região de Minas Gerais. O problema de pesquisa de Eckert (2016) está em identificar as formas de contra movimento que se configuram na agricultura sustentada pela comunidade diante da generalização do processo de mercantilização da produção agrícola. A autora (2016) busca referência teórica em Polanyi, a fim de conceituar a reciprocidade, a pluralidade e a coexistência dos princípios de regulação econômica.

A inserção de intermediários na cadeia produtiva e a dependência de capital financeiro e industrial representam prejuízo à autonomia dos indivíduos sobre a sua reprodução material e social. Esses fatores fazem com que a comunidade enfrente tanto um incremento de pobreza quanto a perda do senso de comunidade e de solidariedade, salienta a autora. A inserção dos fatores típicos de mercado, além da insegurança alimentar pelo uso de agroquímicos, causa danos à saúde e ao meio ambiente, gerando também a consequência de fazer as populações migrarem do campo para as cidades.

Mesmo assim, Eckert (2016) afirma que há possibilidade de um contra movimento ao mercado convencional de alimentos. As comunidades estudadas adicionam qualidade ao ato de alimentar-se com a chamada produção agroecológica. Desse modo, a produção busca garantir a qualidade do ato de se alimentar, na mobilização de recursos na unidade produtiva agrícola e na busca de saberes entre os próprios agricultores e consumidores.

Ao reconectar a produção e o consumo mediante o encurtamento da cadeia de distribuição, Eckert (2016) observa que o contra movimento é uma forma de resistência e de resgate da autonomia relativa dos indivíduos. Assim, observou que, ao privilegiar as trocas de alimentos, o ato em si se sobrepõe ao objeto e ao interesse privado. Surge então uma relação mais humana, que permite o estabelecimento de amizade, solidariedade, tolerância, fidelidade e de comprometimento mútuos entre os participantes da Agricultura Sustentada pela Comunidade. Por conseguinte, a autonomia relativa dos indivíduos e o reconhecimento de um senso de comunidade são ampliados.

Na pesquisa também foram identificados três fatores específicos de eficácia: i) a forma de produzir o alimento oposta àquela da agricultura tradicional; ii) o encurtamento da cadeia produtiva e; iii) as atividades em conjunto, mobilizadas pelo grupo para além dos momentos de troca. Os resultados sinalizam, segundo Eckert (2016, p. 208), que “[...] a agricultura sustentada pela comunidade, ao ser permeada pela lógica da reciprocidade pode se constituir em um motor de produção tão eficaz quanto aquele unicamente da lógica da troca para a acumulação”.

Ao transcender o conjunto de elementos puramente econômicos, a agricultura praticada parece colocar em prática os ideais de Polanyi, segundo Eckert (2016), seja no que diz respeito à dependência do homem em relação à natureza, seja numa aproximação e coesão social mediada por espaços de reciprocidade, que passam a coexistir com trocas mercantis.

3.3 INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E RECIPROCIDADE

A economia solidária abrange diversas categorias sociais e modalidades de organização e iniciativas econômicas, bem como as unidades informais de geração de renda. Tais iniciativas representam as associações de produtores e/ou de consumidores, incluindo os “sistemas locais de troca, comunidades produtivas autóctones e cooperativas dedicadas à produção de bens, à prestação de serviços, à comercialização e ao crédito” (GAIGER, 2013, p. 211).

O termo *economia solidária* ganhou expressão no Brasil ao longo dos anos de 1990, à medida que iniciativas econômicas despontaram no país, notabilizando-se e sendo reconhecidas por sua natureza associativa e suas práticas de cooperação e autogestão (GAIGER, 2013, p. 211).

Essas iniciativas econômicas representam, segundo Gaiger (2003), uma opção ponderada para os segmentos sociais de baixa renda, em geral trabalhadores afetados pelo desemprego e pela pauperização.

Em diferentes países, pesquisas apontam que os empreendimentos solidários, de tímida reação à perda do trabalho e a condições extremas de subalternidade, estão convertendo-se em considerável mecanismo gerador de trabalho e renda, por vezes alcançando níveis de desempenho que os habilitam a permanecerem no mercado, com perspectivas de sobrevivência (GAIGER, 2003, p. 182).

O surgimento e a revitalização de práticas associativas e cooperativas no Brasil, conforme os estudiosos da economia solidária e menciona Gaiger (2013), demarcam transformações e impactos.

No inventário macroeconômico do último quartel do século XX, citam-se, em primeiro lugar, as mudanças no modelo de acumulação capitalista, por seus efeitos sobre a reconfiguração mundial dos mercados, as estruturas e cadeias produtivas e a geopolítica. A isto se vincula a crise de grande magnitude que então atingiu o sistema de trabalho assalariado, cujos reflexos têm sido ondas de desemprego em larga escala e de insegurança econômica, impelindo os trabalhadores à busca de alternativas de ocupação e renda (GAIGER, 2013, p. 212).

Nas constatações de Gaiger (2013, p. 212), “Especialmente nos países periféricos em relação ao centro hegemônico mundial, sempre subsistiram práticas econômicas fundamentadas no trabalho e escoradas em laços de reciprocidade”. Essas práticas geram experiências que se embasam na organização da produção material e atendem às necessidades coletivas, preservando um sentido social.

Em pesquisa realizada em diversas regiões do Brasil, Gaiger (2013) concluiu e cita algumas circunstâncias e possibilidades para o surgimento de empreendimentos econômicos solidários, entre elas:

[...] o fato de envolver setores populares dotados de referências culturais e de lideranças genuínas que valorizam a vida comunitária, o associativismo ou as mobilizações de classe, sobretudo quando tais referências se alimentam em vivências próprias de organização e luta, nas quais esses protagonistas forjaram identidades comuns, laços de confiança e competências para a defesa coletiva de interesses e aspirações (GAIGER, 2013, p. 213).

Gaiger (2013) também observa que os melhores indicadores econômicos apontam para as cooperativas populares, além de possuírem maior solidariedade comunitária e espaço de inserção política na sociedade. Suas origens estão nas lutas sociais, contrário àquelas induzidas externamente.

Outro fator decisivo, de ordem ao mesmo tempo material e cultural, diz respeito à compatibilidade entre os modelos auto gestionários e as práticas econômicas populares usuais, com seus respectivos arranjos semicoletivos, familiares ou individuais, que asseguram a subsistência e fazem parte da experiência prévia e dos círculos de relacionamento e influência social dos trabalhadores (GAIGER, 2013, p. 213).

No entanto, Gaiger (2013) admite que tais empreendimentos solidários apresentam algumas exceções. Ao mesmo tempo em que não garantem integralmente as formas populares de economia, estes viabilizam e reorganizam a produção material e humana, constituindo-se em um fator de mudança.

Graças à economia solidária, ou seja, graças às possibilidades de encontrar outras vias de acesso aos bens, Gaiger (2016) observa também a subjetividade de seus protagonistas, abrindo-lhes possibilidades para novas orientações significativas para a ação.

Gaiger (2016, p. 221), ao se reportar a Nanteuil (2011), destaca que:

É necessário que esse processo não apenas destrone a esfera econômica como única via para as demais, mas produza, no interior dessa esfera, uma distinção entre várias formas de economia, de tal maneira que a reciprocidade seja instituída como uma forma legítima e autônoma, propiciando um reencaixe pós-redistributivo da economia.

Mesmo que não se reduzam aos motivos da ação econômica à maximização de interesses individuais, não promove o ganho pessoal, material ou pecuniário, argumenta Gaiger (2016). É preciso enfatizar que a reciprocidade pode ser julgada pelo novo *ethos*, dada sua eficiência em garantir a coerência moral, a gratificação no trabalho e a qualidade de vida, estabelecidos nas relações sociais.

Coisas que, uma vez alcançadas, passam a dispensar boa parte do dinheiro que deveriam ganhar a duras penas. Por conseguinte, cria-se uma razão intersubjetiva a favor da racionalidade dos empreendimentos solidários e para que o agir comum se translate a outros âmbitos e esferas. O engajamento interno se repercute em envolvimento externos (GAIGER, 2016, p. 221).

Ao despontar a ação coletiva, os sujeitos começam a perceber a sua importância, pois passam a contar com os espaços comuns, mesmo se inicialmente restritos ao empreendimento. Gaiger (2016, p. 221) cita Laville (2004)²² para explicitar que a dimensão política do ato associativo se mostra, assim, mais fortalecido daí em diante, “à medida que seus protagonistas conformam espaços públicos de proximidade”.

Pela via dos impactos da cidadania, a solidariedade vivida no interior dos empreendimentos é externalizada, com possibilidade para transferir os princípios já internalizados, de tolerância, de confiança e de cooperação, para as condutas no espaço público. Para Gaiger (2016, p. 221), isso significa que “[...] a economia solidária seria praticamente a difusora de um princípio societal de redistribuição calcado em responsabilidade mútua e participação, revitalizando a dimensão vinculante da solidariedade subjacente à ação estatal”.

²² LAVILLE, Jean-Louis. *Economía social y solidária: una visión europea*. Buenos Aires: Altamira, 2004.

Ao ser ampliada, a economia solidária se apresenta como parte integrante de uma nova modalidade de agir coletivo “[...] para a qual convergem também diversas frentes de militância moral escudadas pelas *associações civis cívicas*”, observa Gaiger (2016, p. 221) ao citar Caillé (2001)²³. Ou seja, iniciativas cuja missão está “em encorajar, viabilizar e fazer convergir o engajamento associativo como tal em escala mundial”.

Gaiger (2016) traz o exemplo do “Acorde Mulher”, de Porto Alegre. O projeto reúne mulheres de baixa renda, residentes na periferia da cidade e expostas à insegurança e à violência, principalmente à violência doméstica. O grupo de mulheres redescobriu as suas próprias forças, pois, com o auxílio do projeto, elas se inseriram em atividades de produção e de comercialização coletiva graças a ambientes e redes de economia solidária.

Observa Gaiger (2016) não faltam histórias de superação²⁴, com base, essencialmente, na entreatada e na recuperação da sua autoestima – diferentemente do alto grau de vulnerabilidade com que se defrontavam anteriormente.

Por casualidade, ou não, o empreendimento mais antigo registrado pelo segundo mapeamento nacional no Brasil também foi constituído por mulheres, negras e pobres, que trabalham coletivamente e comercializam seus artigos de artesanato. Uma iniciativa cujo ponto de partida data de 1885, algo inverossímil não fosse o grupo estar situado em uma comunidade quilombola (GAIGER, 2016, p. 226).

As camadas mais resistentes e longevas da economia solidária são formadas, entre outros casos, de pescadores artesanais, agricultores, cooperativistas de consumo ou de crédito. Considerando os exemplos citados, Gaiger (2016, p. 226) questiona: “[...] seria o seu carácter de resistência social contra as falhas da economia de mercado ou de defesa de modos de vida tradicional o que definiria a função histórica da economia solidária?”.

Ambas as coisas são tarefas importantes, sem dúvida, observa Gaiger (2016, p. 226), advertindo que, no entanto, “essas hipóteses deixam o futuro da economia solidária atado àquele da economia dominante ou a mantêm cativa de um passado revoluto, para muitos sem porvir”. Assim, não sobra “[...] nada que a qualifique

²³ CAILLÉ, Alain. La société mondiale qui vient. LAVILLE, Jean-Louis; CAILLÉ, Alain; CHANIAL, Philippe et al. *Association, démocratie et société civile*. Paris: La Découverte, 2001. p. 183-208.

²⁴ Kerbes (2014) apresenta a superação das mulheres com a participação na economia solidária. Citado por Gaiger (2016).

substancialmente com um espaço de alternatividade portador de um sentido efetivamente contemporâneo”.

Ao abrigo de análises superficiais e de curto prazo, falsas por seu economicismo, confluíram, na história das ideias “[...] essas mesmas teses de arcaísmo ou de debilidade e ilogicidade congênitas, ao condenarem o campesinato e a economia popular à insignificância histórica”. Quanto a isso, Gaiger (2016, p. 226) pondera:

Entretanto, situando-se essas questões na esfera da dádiva e dos vínculos sociais, nossos juízos alteram-se diametralmente. Nessa perspectiva, o fato decisivo a fazer constar é que a economia solidária nos alerta contra a ilusão utilitarista e nos deixa frente à pluralidade de motivações que impulsionam a vida humana.

O autor alerta contra a ilusão utilitarista, pois enfraquece a nossa autonomia e a nossa independência, uma vez que a autonomia não provém da tão sonhada e ilusória independência individual, mas sim das relações que se estabelecem, ensejadas pela independência individual. Gaiger (2016, p. 226) assim complementa:

O sentido histórico da economia solidária reside fundamentalmente nesse desmentido da tese da racionalidade única ou da existência de um modelo intrinsecamente superior. Suas práticas atestam a multiplicidade, as constantes composições entre os fundamentos e os modos de agir, indissociáveis das coisas e das almas.

Nas palavras de Gaiger (2016), nos modos de agir e práticas da economia solidária, indissociáveis das coisas e das almas, referenciamos Mauss em *Ensaio sobre a dádiva*. “Mas, por ora, é nítido que, em direito maori, o vínculo de direito, vínculo pelas coisas, é um vínculo de almas, pois a própria coisa tem uma alma, é alma” (MAUSS, 1974, p. 200). Nas dádivas de presentes, essa mistura de coisas e almas está nos objetos e símbolos, ao mesmo tempo.

Sabourin (2008b) constata que Mauss (1974) analisou a estrutura da reciprocidade generalizada, antecipando as propostas mais recentes da economia solidária, quando convergem em suas propostas as diversas instituições religiosas, jurídicas e morais, políticas e familiares e econômicas de uma só vez. Essas instituições constituem-se como formas específicas da produção e do consumo, de fornecimento e de distribuição.

Para Sabourin (2008b, p. 137), Mauss (1974) já anunciava “os valores e a dialética da dádiva, subjacente à estrutura econômica de redistribuição (ou de compartilhamento), das políticas de seguro social hoje tão ameaçadas”. A própria

contribuição da previdência, por exemplo. Na confluência de agentes: O trabalhador que deu o seu trabalho, o patrão que colabora para com a previdência, e “o próprio Estado, que representa a comunidade, devolvendo-lhe, com a contribuição dos patrões, certa seguridade em vida, contra o desemprego, a doença, a velhice e a morte”.

Por sua vez, Gaiger (2016, p. 229) explica “os efeitos” importantes da economia solidária na sociedade, dentre eles:

A economia solidária resgata e revitaliza e legitima sistemas de vida e formas de economia popular fadada ao esquecimento e ao abandono, credenciando seus agentes e abrindo perspectivas que não significam a integração funcional e subordinada à economia de mercado capitalista. Age por adição como um vetor de pluralidade econômica (GAIGER, 2016, p. 229).

Outro efeito apresentado por Gaiger (2016, p. 229) diz respeito ao fato de que a economia solidária traz consigo a reciprocidade como base das integrações de bens, e os combina com outros princípios como a domesticidade. Quanto ao princípio do intercâmbio, ele passa a viabilizar a satisfação de necessidades, ou seja, “Os princípios perdem autonomia, tornam-se híbridos. A economia solidária promove a instituição econômica da reciprocidade”.

Gaiger (2016, p. 229) explica também que “Ela dá origem e suporte subjetivo a atores sociais engajados na arena pública pela institucionalização da economia solidária [...]” e de modo particular, além dos temas em comum, está presente a democratização da economia: “A economia solidária reintroduz premissas éticas no âmago dos assuntos econômicos, desmascarando sua falsa neutralidade diante dos valores e ideologias.”

Gaiger (2016, p.230) argumenta ainda que outro efeito da economia solidária diz respeito aos assuntos econômicos, posto que ela aciona a economia pública e a economia privada, no credenciamento ambiental para as atividades econômicas e também nos fundos públicos, cumprindo suas exigências: “A economia solidária inclina-se a transladar a reciprocidade a todo o corpo social, resultado disso padrões mistos de economia”.

Quanto ao papel da associação entre pessoas livres, Gaiger (2016, p. 230) considera a reciprocidade “[...] como base para a resolução de problemas e para a emergência de novas formas de solidariedade contemporânea que conjurem as ameaças de novas dominações”.

Por fim, o último efeito da economia solidária apresentado por Gaiger (2016, p. 230) salienta que, apesar das teses que atestam pela racionalidade orientada pelo interesse próprio, tais pressupostos econômicos “[...] se movem em resposta à interdependência humana através da simetria e do vínculo social. A economia solidária atesta a falácia do Utilitarismo”.

PARTE II

OCUPAR FAZENDAS OU MUDAR PARA A REGIÃO AMAZÔNICA

CAPÍTULO 4

A QUESTÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Nessa segunda Parte, essa tese focaliza o contexto histórico, as questões mais relevantes e a evolução das lutas pela reforma agrária, como forma de enquadrar o tratamento que daremos com maior profundidade a seguir às dinâmicas e conflitos presentes nos assentamentos rurais, em particular no caso em estudo. Iniciamos o 4º Capítulo com a questão da reforma agrária e o modo como foi constituída e conduzida pelos sucessivos governos nas últimas décadas. Não se trata, no entanto, de expor somente as políticas públicas nas diferentes propostas de reforma agrária por diversos governos e regimes políticos, pois seria um erro supor que a temática se enquadra somente nas diferentes propostas ou na ausência delas. A reflexão acerca da reforma agrária no Brasil nos indica que as ações e omissões que a permeiam, com efeito, alteram os rumos da política fundiária e daqueles que vivem e trabalham no campo. Em cena, os Poderes Executivo e Legislativo, as entidades representativas e os movimentos sociais e, dentre esses, o MST.

Graziano da Silva, em sua Tese *Modernização Dolorosa* (1982) confronta temas como o modelo capitalista, os investimentos na agricultura brasileira e a urgência de formulação de políticas públicas. Durante o período dos governos militares, o setor agrícola recebeu crescentes volumes de crédito agrícola para o processo de produção tecnicista e mecanizado. Isso permitiu o aumento da produção de alimentos como matéria-prima para exportação, produzindo incentivo para o crescimento das grandes propriedades.

O desenvolvimento deste campo das forças produtivas capitalistas resultou no aumento da produtividade e, ao mesmo tempo, produziu o empobrecimento daqueles que trabalhavam no campo, reduzindo o número de pequenas propriedades e desencadeando o chamado êxodo rural. Para Graziano da Silva (1982) esse modelo de produção tecnicista e mecanizado acabou por excluir milhões de trabalhadores rurais de seus trabalhos no campo, os quais passaram a trabalhar e morar nas cidades, ou ainda precisaram migrar para novas regiões agrícolas em busca de terras baratas.

Cabe destacar que a questão agrária inclui toda a dimensão histórica nela contida; seus dilemas, tensões, contradições e; a dimensão política. Fernandes (2008) argumenta que a reforma agrária é uma política territorial e, se os conflitos fazem parte da questão agrária, então a ausência de uma política territorial estimula os problemas estruturais do capitalismo, as desigualdades, os conflitos, a relação de exclusão e a expropriação.

As próprias circunstâncias históricas integram as contradições, os dilemas e as tensões, disseminam a dinâmica social e a dinâmica política. Martins (1999, p. 98) destaca que “[...] o próprio ato de intervir na questão, de um modo ou de outro, numa perspectiva ideológica ou noutra, já altera a questão agrária”.

4.1 DAS LIGAS CAMPONESAS ÀS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA

As chamadas "ligas camponesas" tiveram origem no Nordeste brasileiro, a partir de 1945. Para Garcia Júnior (1990) decorreram da formação de grupos que se organizaram porque chegaram ao limite da dominação tradicional dos senhores dos engenhos de cana-de-açúcar daquela tradicional região produtora.

Garcia Júnior (1990) ressalta que os trabalhadores que compuseram essas ligas eram pequenos arrendatários, meeiros, empregados das usinas de cana-de-açúcar e tinham como base a organização autônoma de seus grupos sociais. Essas categorias foram expulsas da terra de trabalho ou expelidas dos engenhos pelos patrões e proprietários de terra.

Conforme argumenta Grynszpan (1990) ao citar os estudos empíricos de Garcia Júnior, ocorria o remanejamento dos trabalhadores para os limites dos domínios dos engenhos, confinando-os em espaços mínimos e sem margem para manterem seus modos de vida. Essa dominação dos senhores de engenho sobre os trabalhadores chegou ao limite de lhes reduzir ao mínimo as fronteiras de suas sociabilidades, seus laços com a vizinhança, suas trocas materiais, os festejos e as práticas religiosas.

Desse modo, observa Garcia Júnior (1990), a situação dos trabalhadores e dos moradores dos engenhos passou a constituir um valor simbólico não só para lutar por apropriado vínculo empregatício, mas também por acesso a uma residência decente e a um pedaço de terra para fornecer subsistência.

Por sua vez, Sabourin (2008a) mostra que os acontecimentos nos espaços de dominação dos engenhos de cana-de-açúcar marcaram seu primeiro desencontro, ao não terem sido desenvolvidas políticas públicas minimamente favoráveis à reforma agrária. As ligas foram reprimidas durante o governo de Getúlio Vargas, bem como em 1947, quando o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi declarado ilegal.

As ligas camponesas do Nordeste ressurgiram em 1954, nas zonas de cana-de-açúcar dos estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Nesse período, o agravamento da crise econômica do país afetou todos os setores produtivos e, entre eles, as áreas rurais, corroborando com o desemprego do trabalhador do campo em larga escala.

No início da década de 1960, em meio à fragilidade política do Brasil, registraram-se os acontecimentos da eleição do Presidente Jânio Quadro e sua renúncia, logo no início de seu mandato, em 1961. Sob um regime de parlamentarismo, em 08 de setembro, o vice-presidente João Goulart tomou posse (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

O governo de Jango, como era popularmente chamado, assumiu os seguintes desafios de controlar a inflação, pagar a dívida externa, e promover reformas estruturais. Conforme apontam Schwarcz e Starling (2015) o referido governo lançou a Reforma de Base para atender as áreas fundamentais, como a agrária, educacional, bancária, urbana, dentre outras que configuravam mudanças estruturais. Ainda, o governo propunha-se reduzir a desigualdade social e, principalmente, diminuir a pobreza no meio rural.

Para Sabourin (2008a) e Schwarcz e Starling (2015) o projeto de reforma agrária gerou debates e, em meio às pressões dos latifundiários, os deputados do Partido Social Democrático (PSD), base aliada do governo, em meio ao esgotamento, dividiram forças entre os deputados da oposição simpatizantes do projeto e os deputados que defendiam os interesses dos grandes proprietários de terras. Como resultado, os entraves marcam o não entendimento da proposta do governo em relação à forma de indenização de terras desapropriadas.

Do ponto de vista da disputa política estavam, de um lado, as ligas camponesas e organizações de trabalhadores rurais e, de outro, os segmentos que representavam os latifundiários contrários à Reforma Agrária. Em meio às pressões, o governo de João Goulart criou, em 1962, a Superintendência de Política Agrária

(SUPRA), com funções específicas para estruturar e fomentar a reforma agrária no país. Desse modo, o referido órgão governamental instituiu, em 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural. Com esse estatuto, observa Melo (2014), os trabalhadores camponeses passaram a ter os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos, prevendo a estabilidade de emprego, indenizações e licenciamentos. Esses direitos não foram devidamente aplicados e deram lugar a expulsões massivas de trabalhadores do campo.

Não obstante, o Estatuto também não teve ampla repercussão e aplicação. Ao apresentar e representar os direitos dos trabalhadores do campo encontrava resistência na persistência do trabalho exaustivo, péssimas condições humanas e materiais do trabalho e da desigualdade de condições entre o trabalhador urbano e do campo (MELO, 2014).

Vale ressaltar que as reformas trabalhistas promovidas durante o governo de Vargas não incluíram os trabalhadores do campo. Melo (2014) argumenta que, além de não incluir os trabalhadores rurais, ampliaram-se as margens para a desigualdade, tanto nas condições de trabalho quanto nos direitos sociais, ressaltando o acesso à saúde e educação para uns e não para outros.

Em resposta a essas desigualdades, os agricultores, por meio das ligas, associações e outras representações de trabalhadores do campo, se organizaram com pautas emergenciais e históricas da reforma agrária. Sabourin (2008a) e Melo (2014) afirmam que daí surgiram organizações como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABs) e o Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER), este presente no Sul do Brasil, sendo ambos criados na década de 1950. Além de apoio das dioceses da igreja católica, buscaram constituir os sindicatos de trabalhadores rurais, até então proibidos pelos governos. Nesse período, os comunistas promoveram ainda a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG).

Durante o governo Goulart, no que concernem as discussões de reforma agrária e indenizações, o cenário não estava favorável aos latifúndios. Os espaços legislativos, em meio às divisões partidárias e coalizões, serviam a múltiplos interesses. Para que pudesse ocorrer uma reforma agrária, também se necessitava de uma reforma constitucional. Mesmo assim, em meio às pressões dos movimentos do campo e das forças políticas, o presidente Goulart anunciou o envio de projeto de lei para a Reforma Agrária no país, projeto em que, entre os diversos itens, estava o

estabelecimento de limites para as propriedades, desapropriações e formas de indenizações – tudo conhecido por "Decreto SUPRA". O projeto não teve tempo para a sua consolidação, pois, na sequência, ocorreu o golpe militar, em 31 de março de 1964 (MELO, 2014).

Nos primeiros meses do governo militar, colocou-se em pauta a reforma agrária para a modernização da agricultura. Um dos primeiros atos deste governo seria o Estatuto da Terra, um projeto distinto do Estatuto do Trabalhador Rural do governo de João Goulart. O referido estatuto foi promulgado pelo então General Castelo Branco, em 30 de novembro de 1964, criticado por seu caráter antipopular, por não incorporar os trabalhadores rurais. Tratava-se de um projeto de desenvolvimento rural e não de reforma agrária (MENDONÇA, 2006).

O governo militar acabou com o SUPRA, que havia sido criado pelo governo de Goulart, e criou o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), o qual deveria juntar-se ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). Promoveu o Estatuto da Terra que, segundo Fernandes (2000), não saiu do papel até que os trabalhadores desafiaram a repressão. Em 1969, o governo criou o Grupo Interministerial de Trabalho sobre a Reforma Agrária (GERA).

Em 1970, extinguiu o INDA e o IBRA e criou o INCRA, desenvolvendo o Plano Nacional de Integração (PIN), além, na sequência, do Programa do Norte e Nordeste (PROTERRA). Foram mudando as nomenclaturas, mas não alteraram a política, ao longo de 21 anos de regime militar (FERNANDES, 2000).

Schwarcz e Starling (2015) afirmam que, durante o período de 1964 a 1985, os sucessivos governos militares postularam a manutenção dos grandes latifúndios e, para tanto, tiveram amplo apoio das agremiações ruralistas. Assim, seguiram atendendo às reivindicações dos empresários rurais, com créditos e subsídios para a produção agrícola.

Neste contexto, o projeto de lei para o crescimento do Brasil objetivava promover a abertura ao capital estrangeiro, a diminuição da ação do Estado, bem como estimular o crescimento econômico, afirmam Schwarcz e Starling (2015). Desse modo, o projeto implicou arrocho salarial e a retirada de alguns direitos trabalhistas. Ressalta-se, ainda, a profunda repressão às entidades de classe da cidade e do campo.

Durante o processo de elaboração do projeto de lei, foram apresentados dois projetos: um que garantia aos camponeses o direito a terra por meio de doação, e

outro que limitava o tamanho da propriedade, sendo que nenhum desses projetos foi aprovado. Foram poucas as desapropriações e alocações de trabalhadores do campo no período do governo militar. Para Schwarcz e Starling (2015) essas ocorreram de modo esparso, mais para conter a violência do que para concretizar uma política pública governamental. Desse modo, os conflitos se acirraram com a prática da grilagem de terras em áreas devolutas²⁵, gerando a expulsão de muitas famílias de seus territórios de trabalho e de vida, das comunidades ribeirinhas, das áreas de posseiros, das reservas indígenas e das áreas rurais.

Os trabalhadores rurais tinham acordos com os proprietários da terra para morar e trabalhar. Para Schwarcz e Starling (2015) esse conjunto de conflitos é o resultado dos projetos desenvolvimentistas dos governos, os quais geraram a expansão das empresas agropecuárias, servindo ao atendimento das demandas do mercado externo.

Martins (2000) mostra que foram muitas as proibições e dificuldades impostas pelo regime militar. A retomada de discussões e de ações para com a reforma agrária era combatida com prisões, repressões e assassinatos de suas lideranças, bem como com propostas unilaterais de desenvolvimento agrário que combinavam expansão e concentração fundiária e investimento na combinação terra e capital.

Para Mendonça (2006) o regime militar, além de não suportar os créditos agrícolas, em função da crise econômica e do endividamento do Brasil, tampouco manteve a modernização da agricultura. O autor observa as distorções entre os discursos dos governos e os acontecimentos econômicos que tiveram consequências como o endividamento do produtor rural, sua dependência para com o governo e a perda de efetivo de mão de obra, tanto no latifúndio como na propriedade familiar.

Tal reforma fundiária estabelecia a ampliação do mercado interno e pretendia estimular a classe média rural como consumidora de produtos industrializados, deixando de lado o movimento social amplo. Mendonça (2006) aponta, ainda, para outras lacunas que estavam presentes, como a falta de análises da agricultura no desenvolvimento do capitalismo.

²⁵ Pela Lei de Terras, de 1850, a terra foi transformada em propriedade privada, cercada e apropriada, pelos latifúndios, na maior parte. As terras que não foram cercadas deveriam ser devolvidas ao governo, daí vem o termo de "terras devolutas". Daí para frente, terras só podiam ser adquiridas mediante compra, mediante pagamento (SCHWARCZ, STARLING, 2015).

Na década de 1970, os governos militares, embora mantivessem os grandes latifúndios, propuseram uma diversidade de projetos para fins de reforma agrária, como descreve Leite (2004). A rodovia Transamazônica e a construção de hidrelétricas, por exemplo, geraram o deslocamento de trabalhadores, alterando significativamente os territórios das populações tradicionais.

Neste período ocorreu também a realocação de contingentes populacionais rurais para a construção de barragens na região Sul. De igual forma, o programa de colonização e o deslocamento intenso de famílias do Sul para a região Norte. Essa região foi contemplada com projetos de colonização e planos de demarcação agroextrativista e, em período próximo a 1980, foi terreno para os projetos especiais de assentamentos em função de planos ambientais de desenvolvimento sustentável em regiões extrativistas (LEITE, 2004).

Tais fatos se agravaram com a situação dos inúmeros trabalhadores marginalizados e em situações sociais precárias. Leite (2004) e Schwarcz e Starling (2015) mostram que as mobilizações foram acompanhadas pelas dioceses católicas, levando, em 1975, à criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT)²⁶, comissões representativas da frente progressista da igreja católica e por trabalhadores do campo. Por meio das mobilizações, chamavam a atenção de órgãos internacionais para com as injustiças cometidas no campo.

A reforma agrária tem como objetivo final o homem e a sociedade, ambos com implicações e relações diretas com o Estado. Toda reforma agrária possui características próprias, pois, como é sabido, não se pode importar um modelo ou uma estrutura e implantá-la sem reconhecer a realidade local. Moura (1968) compreende que devem ser considerados fatores específicos de acordo com regiões ou até países, tais como: a carência de capital para investimentos nas atividades agrícolas, alto índice de analfabetos entre os agricultores, baixo nível técnico da agricultura, falta de coordenação ou ausência das agências governamentais.

Os fatores descritos por Moura (1968) somados à simples distribuição de terras, não levaram a resultados positivos. Não se trata de distribuição de terras de caráter extensionista, mas da descontinuidade administrativa e política que fizeram, ao longo das últimas décadas, agravar a situação e impedir a realização de uma ampla reforma agrária no Brasil.

²⁶ As dioceses da igreja católica acompanharam o deslocamento de grande massa de trabalhadores, formação dos acampamentos, dentre outras ações.

Como as reivindicações para com a reforma agrária não surtiam efeito nos governos de então, as primeiras ocupações seguiam com pauta para a desapropriação e a redistribuição de áreas privadas. Esses movimentos foram intensos nos estados do Sul, culminando nas ocupações e na montagem de acampamentos (ROSA, 2012). Marcadamente, dois agentes de mediação foram decisivos neste processo: o primeiro, a Comissão Pastoral da Terra e, o segundo, a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se organizou em torno da Comissão Pastoral da Terra, com atuação mais política. Esses agentes promoveram mobilizações, incentivando grandes massas populares a reivindicar a democratização do país.

José Sarney, vice-presidente, assumiu o executivo em 1985, vaga deixada pelo falecimento do presidente Tancredo Neves que foi, depois de 21 anos de regime militar, o primeiro presidente eleito por votos, ainda que indiretamente. Naquele ano foi extinto o Ministério de Assuntos Fundiários (MEAF) e criado o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD). Silva (1996) salienta que, para ocupar o cargo maior desse ministério, foi nomeado Néelson Figueiredo Ribeiro.

Fernandes (2000) e Silva (1996) destacam que, em maio de 1985, Néelson Ribeiro conseguiu reunir um grupo composto por trabalhadores e estudiosos da questão agrária e formou comissões para a elaboração de uma proposta de reforma agrária. Nesse momento, grande parte dos dirigentes das instituições, estudiosos da academia, igrejas, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), partidos políticos, MST, Contag e sindicatos, acreditavam que a reforma agrária fosse possível, diante das perspectivas políticas e da formulação de agenda para com a reforma agrária.

Ao se referir a Néelson Ribeiro, Silva (1996, p. 66) relata:

Obstinado, metódico, tinha a alimentá-lo uma das poucas virtudes que podem contrapor à fúria dos interesses contrariados, sobretudo quando estes se traduzem em milhões de hectares de terra griladas, havidas de favor, descumpridoras da sua função social ou objeto de negociações fraudulentas.

Foram doze versões entre as formulações realizadas pelas comissões e a publicação do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA I) no Diário Oficial da União, em 10 de outubro de 1985 (Lei Federal nº 91766). Como resultado, esse

Plano se constituiu em vários eventos dramáticos, marcados por episódios de enfrentamentos ásperos e de esperanças desfeitas, como menciona Silva (1986)²⁷. Aquilo que se apresentava como necessidade e oportunidade da reforma agrária se desfazia, ferindo²⁸ os princípios básicos do Estatuto da Terra como instrumento para a pretendida reforma e a função social da propriedade.

Combatido com veemência pela classe patronal e pela União Democrática Ruralista (UDR), o PNRA I não foi aplicado de forma relevante antes da Constituição de 1988, de acordo com Sabourin (2008a) e Mattei (2017), ainda que, no início do governo Sarney, o compromisso fosse de assentar 1,4 milhões de famílias de agricultores em cinco anos. Com intenso debate sobre a reforma agrária, os acordos com os latifundiários inviabilizaram as metas estabelecidas e, ao final de seu governo, foram assentadas 85 mil famílias²⁹.

Em 1988, a Reforma Agrária constou na nova Constituição Federal. Embora sob críticas, ficaram mantidos no texto os latifúndios como passíveis de reforma agrária, independentemente de estarem produtivos ou não. Fernandes (2012) e Rosa (2009) apontam os embates jurídicos que ocorreram e, somente em 1993, quando a regularidade foi firmada para a desapropriação de terras que não cumpriam sua função social, estabeleceram-se critérios de produtividade e de uso do solo em propriedades rurais, tendo sido definidas ainda as formas para a desapropriação e distribuição das terras improdutivas.

Sobre os desdobramentos do PNRA I e a questão da terra na Constituição Federal, Fernandes (2000, p. 171) destaca que “[...] se, de um lado, os avanços foram notáveis com as ocupações de terra que formou e territorializou o MST, por outro lado, o fracasso do PNRA I e a falácia da reforma agrária na Constituinte foram vergonhosos”.

Em 1992, a tão recente redemocratização do Brasil foi marcada pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Assumiu o vice-presidente Itamar Franco, a fim de completar o período de 1990 a 1994. Para Mattei (2017) a clareza da proposta desse governo

²⁷ José Gomes da Silva integrou a equipe de Néelson Ribeiro, chamado por todos de Ministério da RA.

²⁸ “Caindo por Terra – Crises da Reforma Agrária na Nova República”, livro de José Gomes da Silva.

²⁹ Quanto aos números apresentados nessa tese, encontramos valores numéricos diferentes. As estatísticas disponíveis em sites governamentais não nos permitem uma boa aproximação no que tange aos números de assentamentos e de famílias beneficiadas por ações de políticas advindas da reforma agrária. Optamos, então, por mostrar os números apresentados pelos autores aqui referenciados.

não deixava dúvidas sobre o retrocesso quanto à pauta da reforma agrária. Esse governo apresentou como base aliada a bancada ruralista e a agenda política neoliberal. Prova imediata disso foi a extinção do Ministério da Reforma Agrária. Vale destacar que, durante a campanha eleitoral, a meta seria fixar 500 mil famílias em quatro anos de governo.

Segundo Fernandes (2000) o período de 1990 a 1992 foi um dos piores para o MST. Nesse tempo, ocorreram crescentes repressões contra o movimento e as ocupações eram rechaçadas pela polícia, de modo que, em 1990, diminuiu-se significativamente o número de ocupações. Para o MST, quanto à ordem de *ocupar, resistir, produzir*, naquele momento, o *resistir* foi a ação mais intensificada.

Para Silva (1996) ocorria àquela época um simples problema aritmético, qual seja, 30 milhões de habitantes expulsos do campo chegando às cidades. De um lado, a cada década entre 1960 a 1990, este contingente pressionou os serviços urbanos em busca de postos de trabalho e, de outro, se apresentava a modernização industrial e a globalização da economia. Essas realidades tornaram-se ainda mais traumáticas após o governo Collor.

A política do então presidente Collor consistia em ampla abertura das importações e implantação do modelo neoliberal. Segundo Silva (1996, p.184), “[...] quem governa é o mercado, salve-se quem puder”. Por outro prisma, a economia chegava à recessão e à falência do Estado. Mesmo assim, a modernização conversadora da agricultura continuava no processo de expulsão dos camponeses e da substituição do trabalho rural por máquinas, herbicidas, equipamentos de informática e por variados recursos poupadores de mão de obra.

O presidente Itamar Franco assumiu em 2 de outubro de 1992 e, ao final de seu governo, retomou o programa emergencial de reforma agrária. Foram implantados cerca de 150 projetos de assentamento e aproximadamente 23 mil famílias de sem-terra foram atendidas. Foram poucas as ações para com a reforma agrária e apenas a regularização de processos fundiários pendentes aconteceram, sem novas famílias assentadas (MATTEI, 2012).

O governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), decorreu no período de 1995 a 2001. Com o baixo preço de terras no mercado fundiário, ao fim da década de 1990 adquiriu um volume de terras que permitiu o assentamento de 400 mil famílias – ainda que em condições

precárias de vida e sem condições ou apoio à produção, conforme relata Sabourin (2008a).

Mattei (2012) esclarece que, desde o início dos dois mandatos de FHC, o governo vinha definindo os objetivos da reforma agrária, não se tratando somente de aumentar a produção agrícola, mas de acompanhar a criação de empregos produtivos e de propiciar renda aos milhões de brasileiros que buscavam o sustento de suas famílias em áreas rurais.

O compromisso assumido foi o de assentar 280 mil famílias durante os quatro anos de seu primeiro mandato, de 1995 a 1998. Para tanto, o governo precisava alinhar os objetivos da política fundiária com outras ações, iniciando por revisar a legislação sobre a desapropriação de terras; por redefinir impostos sobre propriedade; ampliar programas de assistência técnica; urbanizar as áreas rurais e, a isso, se seguindo toda a melhoria da infraestrutura rural (MATTEI, 2012).

Além do compromisso assumido, o governo federal sofreu pressão de organizações internacionais pelos acontecimentos em dois massacres de sem-terra, como observa Fernandes (2000). Um ocorreu em Rondônia, no município de Corumbiara, quando 500 famílias ocuparam a Fazenda Santa Eliana. A desocupação violenta, em 1995, resultou em dez sem-terra e dois policiais mortos. Outro massacre ocorreu em Eldorado do Carajás, estado do Pará, em 1996, pelas forças policiais e ordem do governador do estado do Pará, tendo resultado em 21 camponeses mortos.

De acordo com Fernandes (2000), os acontecimentos violentos fizeram com que o Presidente FHC iniciasse conversas com lideranças do MST. Outras medidas foram desencadeadas, como a substituição do ministro³⁰ da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O documento “Reforma Agrária: Compromisso de Todos”, publicado em 1997 pelo gabinete da Presidência, contou com o apoio institucional de ministérios e do INCRA. Traz, em seu bojo, os desafios que a reforma agrária exigia à época. O documento inicia discutindo a ocupação territorial no Brasil, a distribuição da

³⁰ José Eduardo de Andrade Vieira foi presidente do então Banco Bamerindus, com sede no Estado do Paraná. Foi ministro de 01 de janeiro de 1995 a 02 de maio de 1996, ocupando a pasta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Veremos mais adiante que o ex-ministro foi também proprietário da Fazenda Mitacoré, hoje Assentamento Antônio Companheiro Tavares.

população e da terra, assuntos seguidos do contexto da reforma agrária, das barreiras legais e dos compromissos de campanha do governo de FHC, entre outros.

Vale destacar que, em agosto de 1996, o Conselho do Programa da Comunidade Solidária realizou reunião com representantes e dirigentes da CONTAG, do MST, dos proprietários rurais, de ministros da Política Fundiária e da Agricultura (BRASIL, 1997).

As discussões a respeito da reforma agrária não deixaram dúvidas quanto à urgência de políticas públicas para o cenário colocado, segundo Silva (1996). O aumento do número de acampamentos, a regularização dos assentamentos, a ausência de condições para a produção nos lotes familiares, bem como inúmeros índices da violência e conflitos no campo sinalizavam essa urgência. As divergências entre trabalhadores, proprietários de terra, entidades e governo levaram à convicção de que profundas mudanças em curso seriam necessárias, com ações políticas imediatas.

Desse modo, os setores representativos redigiram documento contendo sete pontos de consenso sobre a reforma agrária:

[...] a) uma política de desenvolvimento rural é necessária e deve integrar a reforma agrária com o fortalecimento da agricultura familiar; b) o processo de reforma agrária exige a ação articulada dos diversos órgãos e dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), bem como dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; c) a execução da reforma agrária precisa de procedimentos burocráticos mais ágeis e eficientes e do aumento da capacidade administrativa do governo; d) a realização efetiva da reforma agrária exige a alocação e a liberação oportuna dos recursos orçamentários e financeiros, para o cumprimento das metas fixadas pelo governo; e) a legislação agrária brasileira precisa ser atualizada e os processos jurídicos acelerados; f) o desenvolvimento sustentável dos assentamentos é condição imprescindível para o sucesso da reforma agrária; g) todo esse processo exige parcerias entre os diversos atores governamentais e não-governamentais (BRASIL, 1997).

Dessa forma, foi explicitada a necessidade da criação de empregos no campo, mediante o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF³¹), com o fortalecimento da agricultura familiar pela sua capacidade de absorver mão de obra e de vir a ser uma alternativa socialmente desejada e

³¹ Foi criado em 1996, pelo governo de FHC, por meio do Decreto 1.946, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, bem como linhas de crédito aos agricultores familiares, dentre outros objetivos.

economicamente produtiva (SILVA, 1996). Seria uma possibilidade de produção mediante linhas de crédito para o agricultor familiar.

De acordo com Mattei (2012) os desafios exigiam do governo esforços e ações articuladas para: i) a tramitação de projetos de lei no legislativo; ii) a liberação de recursos para as infraestruturas; iii) o fortalecimento dos órgãos mediadores e financiadores; iv) a criação de programas de assistência técnica; bem como v) o aparelhamento jurídico e policial para julgar a violência e combater as violações dos direitos humanos.

Pretendia-se substituir a visão antiga da questão fundiária pelo conjunto de medidas modernas e articuladas de políticas públicas. Nessa perspectiva, o governo de Fernando Henrique assumiu o compromisso de assentar 280 mil famílias durante os quatro anos de seu primeiro mandato (MATTEI, 2012).

Em abril de 1998, a Portaria nº 10/1998 regulamentou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Este programa regulou um recurso específico do Ministério da Educação (MEC), disponibilizado pelo INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), que objetivava garantir alfabetização e instrução formal em diferentes níveis de ensino para populações assentadas. O programa foi uma das consequências do I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), ocorrido na cidade de Brasília, sediado pela Universidade de Brasília (UnB), em julho de 1997.

Ao iniciar o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, para o período de 1999 a 2002, o Gabinete Extraordinário foi transformado no Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário e, posteriormente, denominado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A partir desse momento, o MDA passa a definir as estratégias de ação política para o meio rural, além da estruturação administrativa e operacional do Ministério (MATTEI, 2012).

Diferentemente da gestão anterior de FHC, segundo Mattei (2012), o programa agrário já não representava metas de assentamentos, e foi cedendo lugar à opção de reforma agrária pelos mecanismos de mercado, ou seja, vendas de terras e desapropriações vantajosas.

Nesse novo contexto, aponta Mattei (2012) surgem os programas Banco da Terra³² e Célula da Terra³³, embora continuasse mantido o instrumento constitucional da desapropriação.

O Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural foi aprovado em 2001, em substituição à Célula Terra, por iniciativa do MDA. Teve o apoio do Banco Mundial e participação da CONTAG para o delineamento do programa, porém, a linha de crédito para trabalhadores para a aquisição de imóveis rurais permaneceu o mesmo do Célula da Terra, diferenciado apenas o modo pelo qual as associações, condomínios e cooperativas deveriam estar organizados (MATTEI, 2012).

Martins (2003, p. 165) argumenta: “Para diferentes protagonistas do conflito agrário, a reforma agrária passou a ser interpretada como um convite à conflitividade”. A partir do fim dos governos militares e o recuo do governo José Sarney frente às pressões pela reforma, o governo Fernando Henrique herdou o crescimento de ocupações de terra e o forte clamor de reforma agrária pelas entidades. Igualmente, o desassossego social resultado de uma interpretação do legado da reforma agrária ditatorial:

[...] herdou o aparato institucional e legal que a ditadura estabelecera e legara para canalizar as tensões sociais do campo nos parâmetros da ordem republicana e da sociedade de classes e que subsistira ao longo de uma tumultuada sobrevivência de quase dez anos.

Entre o período de 2003 a 2010, o Brasil foi governado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Para a eleição, Lula contou com amplo apoio dos movimentos sociais agrários. Ao final do primeiro ano de seu governo, já havia um clima de frustração dos movimentos sociais, pelo baixo índice de assentamentos e por poucos incentivos estruturais para com a política de reforma agrária. No entendimento de Martins (2003), difundiu-se a suposição de que bastaria ter um presidente eleito apoiado pelos movimentos sociais e, sendo do Partido dos Trabalhadores, que as amarras da reforma agrária seriam desatadas.

³² O Banco da Terra foi um programa de crédito fundiário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para conceder financiamento para adquirir pequenos imóveis rurais e financiamento de infraestrutura básica. Os trabalhadores que comprovassem o mínimo de cinco anos de experiência em atividade rural e estivessem organizados em associações teriam acesso a esses benefícios.

³³ Entre os principais objetivos estavam: a descentralização da reforma agrária através da criação de um mercado de terras e a melhora da renda e do bem-estar das famílias rurais. Fonte: "Programa de acesso a terra não é reforma agrária". Disponível em: <<http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/agraria/agr05.shtml>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

Em 2003, o ambiente político da Reforma Agrária destacou três sujeitos representativos: os movimentos sociais, os ruralistas e o governo. Segundo Albuquerque (2006), à época ocorriam as novas conquistas de assentamentos pelos movimentos sociais de um lado e, de outro, os ruralistas reagiam por se sentirem ameaçados e contrários a qualquer mudança no campo. Os ruralistas partiram então para o ataque e o governo, por sua vez, procurou fazer a mediação entre as forças contrárias e favoráveis, anunciando uma série de medidas, aprovando, por exemplo, o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA II).

Ao final de 2003, o governo divulgou o PNRA II, durante a Conferência da Terra, em Brasília/DF, trazendo, como extensão ao nome do plano, a expressão: "Paz, produção e qualidade de vida no meio rural" (BRASIL, 2003). O referido plano continha metas e estratégias para o enfrentamento da questão agrária, novas famílias assentadas, a regularização fundiária e a recuperação do acesso às tecnologias, por meio de recursos financeiros em linhas de créditos para tal fim.

O PNRA II deu uma visão ampliada de reforma agrária, que reconhece a diversidade de segmentos sociais no meio rural, prevê ações de promoção da igualdade de gênero, garantia dos direitos das comunidades tradicionais e ações voltadas para as populações ribeirinhas e aquelas atingidas por barragens e grandes obras de infraestrutura (BRASIL, 2003, p. 7).

O PNRA II estabeleceu como meta 400 mil novas famílias assentadas até o final de 2006, sendo que mais 130 mil teriam acesso a terra por meio de crédito específico e outras 500 mil poderiam adquirir estabilidade na terra com regularização fundiária, somando mais de um milhão de famílias beneficiadas e novos postos de trabalho gerados para dois milhões de pessoas.

Ao final do primeiro mandato, foram poucos os investimentos em novos assentamentos, pois o PNRA II atendeu, prioritariamente, a recuperação dos assentamentos já existentes. De acordo com Sabourin (2008a), no primeiro governo de Lula, foram assentadas 79.298 novas famílias – isso em terras expropriadas –, mais 39.221 famílias de assentados obtiveram o título de regularização fundiária, incluindo os quilombolas, 1.670 famílias atingidas por barragens e 124.872 a título de reordenação fundiária.

Segundo Mattei (2017), durante os dois mandatos deste governo, ocorreu o maior número de assentamentos de trabalhadores rurais, representando 52% do total historicamente realizado no país, além das regularizações de títulos de

propriedades agrícolas. Em grande medida, essa expansão esteve atrelada ao processo de pressão exercido pelos movimentos sociais agrários após a promulgação do PNRA II em 2003.

Esperavam-se mais avanços na reforma agrária no Brasil, frustrando o que se apresentava no seu plano de governo. Mesmo assim, ocorreu um aumento significativo de políticas que permitiram a ampliação da fixação dos camponeses, como o aporte orçamentário para a educação, saúde, assistência social e, mais especificamente, no crédito e assistência técnica na produção, com orçamento gerenciado pela agência estatal encarregada da questão da terra no Brasil, o INCRA (SABOURIN, 2008a).

Ao longo de oito anos – 2003 a 2010 – as ações do governo foram mais favoráveis aos assentamentos rurais, observa Mattei (2012). Assim, toda a estratégia se concentrou na qualificação dos assentamentos rurais já existentes, principalmente na recuperação da produção e da infraestrutura deles, devido às condições de precariedade em que se encontravam. Com o fortalecimento das pequenas propriedades e da agricultura familiar como forma de inclusão social, o meio rural passa de um local de produção para um espaço de justiça social.

Como política, o MDA definiu uma série de orientações e estratégias para mudar a realidade da estrutura agrária, dentre elas as populações tradicionais de origens étnicas, raciais, ribeirinhos, moradores de fundo de várzeas e rios, quebradeiras de coco, entre outros grupos minoritários. Mattei (2012) observa que foram ações que resultaram em títulos de domínio, concessões de uso da terra, demarcação de territórios e, sobretudo, em reconhecimento territorial das terras indígenas, quilombolas, ribeirinhos, unidades de conservação, entre outros assentamentos que compõem a pluralidade da população brasileira.

Toda essa ação política demandada pelo II PNRA foi diminuída no período de governo da Presidente da República Dilma Rousseff (PT). O número de famílias assentadas foi reduzido, pois, segundo os dados do INCRA (2019), entre 2011 e 2015, 133,6 mil famílias beneficiaram-se por esse processo. Tal como ocorreu o baixo número de distribuição de terras para a reforma agrária, também semelhante redução ocorreu quanto às terras e territórios destinados aos indígenas e aos quilombolas. Mattei (2017) observa que, nos cinco anos desse governo, o número de famílias assentadas ficou abaixo da média dos governos de Fernando Henrique Cardoso.

O primeiro mandato da Presidente Dilma ocorreu no período de 2011 a 2014, e o segundo mandato foi interrompido em 2015. Com a aprovação de seu *impeachment*, em 12 de maio de 2016 tomou posse Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que até então ocupava o cargo de vice-presidente. Tal interinidade foi transformada em exercício efetivo em 31 de agosto de 2016, até o término do mandato, em 2018, afastando em definitivo a presidente eleita (MATTEI, 2017).

Com as mudanças imediatas dos rumos das políticas de desenvolvimento agrária e rural, na concepção de Mattei (2017) o que ocorreu então foi um desmonte das estruturas institucionais e orgânicas e das equipes técnicas, de modo a comprometer a implementação e a gestão de políticas e de projetos que estavam em curso. No interior do conjunto de medidas adotadas por Temer, consta a Medida Provisória 726 (MP), de 12 de maio de 2016, que extinguiu o MDA, passando para Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), ao mesmo tempo em que se fundiram as atividades do antigo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

As atividades responsáveis pela política de reforma agrária, nessa nova estrutura institucional, passam para a Casa Civil, entre as quais a Secretaria Especial de Agricultura Familiar, do Desenvolvimento Agrário e o INCRA.

Alantejano (2018) observa que, ao final de 2016, o governo Temer publicou outra medida provisória. Essa MP, por sua vez, segundo a presidência do INCRA, marcaria uma nova fase na política de reforma agrária do país, com o objetivo de aprimorar os instrumentos de execução do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), abordando quatro questões: a titulação, a seleção de famílias, a regularização das ocupações e a obtenção de terras:

A limitação da aplicação do dispositivo legal de titulação definitiva das terras dos assentamentos se devia, em larga medida, à oposição dos movimentos sociais, em especial do MST, mas também ao fato de que as condições legais para a titulação dificilmente eram atingidas, uma vez que quase nunca se observava o cumprimento das 'cláusulas do contrato de concessão de uso' (ALANTEJANO, 2018, p. 312).

As críticas de Alantejano (2018) expressam que as reivindicações da bancada ruralista foram atendidas pelo governo Temer, ao alterar a legislação relativa às cláusulas para a titulação definitiva, reduzindo suas exigências. Desse modo, apresenta o objetivo de acelerar o processo de disponibilização dessas titulações no mercado de terras. Durante o governo mencionado foram 21 desapropriações,

praticamente nenhuma terra transferida de latifundiários para assentados e 26.523 títulos definitivos entregues.

Na comparação entre o número de títulos emitidos com o de terras desapropriadas, para Alantejano (2018, p. 312), fica evidente qual a prioridade, em matéria de reforma agrária, do então governo Temer. Como consequência, “[...] poderão agora inclusive ser vendidos, principalmente por aqueles que não tiverem condições de pagar as parcelas anuais, aos quais só restará o recurso de vender a terra ou parte dela para quitar sua dívida com o governo”.

Os movimentos sociais ganharam força política no período de repressão da ditadura militar. Grupos organizados nos acampamentos e em espaços de ocupações buscaram articular a necessidade de uma ampla reforma agrária e do cumprimento da função social da terra. De qualquer forma, segundo Rosa (2012) e Sabourin (2008a) a reforma agrária teve avanço, embora pequeno nas últimas décadas, menos pelas ações de políticas governamentais de reforma agrária e mais pelos próprios movimentos sociais, a exemplo dos acampamentos que foram constituídos pela luta dos trabalhadores autodenominados de "os sem-terra".

4.2 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST)

O silêncio dos pobres não vem apenas da clausura cultural em que vivem. Vem também da usurpação da palavra, do querer e do esperar por parte daqueles que, ao pretenderem generosamente ser solidários, acabam impondo-lhes um novo e mais grave silêncio, o da fala postiça e inautêntica, anômica (MARTINS, 2000, p. 69).

Durante o período da ditadura militar a sociedade se organizava politicamente e, vale lembrar, privada de sua expressão política plena, tendo o Estado atuado no combate de diversos grupos, como os da classe operária, os trabalhadores rurais, os jovens, grupos feministas, entre outros. Martins (2000) observa que a dominação populista a que a sociedade brasileira foi submetida, fez com que essa sociedade se habituasse à dominação. Quanto às suas reivindicações, frente ao contexto e circunstâncias históricas, ao limite, tiveram que compreender, aos poucos, seu lugar de subalterno diante do Estado.

Para a sociedade brasileira, de certo modo, o surgimento e consolidação dos movimentos sociais urbanos e rurais foi uma novidade, pois a maioria dos cidadãos não se encontrava em agrupamentos políticos. No entender de Martins (2000, p. 75)

existiu uma combinação entre o florescer de novos atores sociais e, ao mesmo tempo, sujeitos políticos: “As restrições partidárias viabilizaram a emergência de protagonistas do enredo histórico que o populismo das décadas anteriores havia sepultado na vala comum dos beneficiados antecipadamente pelo Estado provedor”.

As demandas se tornaram mais explosivas, como a da reforma agrária, surgidas tanto no período da ditadura, quanto no período posterior ao regime. Na concepção de Martins (2000) não refletiram, no entanto, todas as necessidades dos pobres do campo. O longo período de transição entre trabalho escravizado e o trabalho livre foi experimentado pelos trabalhadores pobres do campo. Esses foram acomodados, ao longo da história, pelo sistema de cooptação e paternalismo que os conservou no conformismo, com convivência, em grande parte, com um regime de trabalho livre resultante de tentativas e de fracassos.

O que se compreendia com o discurso da reforma agrária, segundo Martins (2000) era muito mais uma visão dos problemas sociais vindos de setores radicais da classe média, também da esquerda e da direita, do que vindos propriamente dos que pensam e precisam de tais políticas, ou seja, as pessoas de diferentes e desconstruídas categorias de trabalhadores rurais. Desse modo, o discurso da reforma agrária era instituído para dar sentido político e se enquadrar na justa reivindicação imediata da sobrevivência, que se perdia em conflitos localizados e de natureza policial.

Então, cabe interrogar: “– *Mas, como se deu a formação dos movimentos dos sem-terra?*”. Fernandes (2000, p. 28) ao responder tal pergunta, disserta sobre a formação e o processo histórico dos movimentos desses trabalhadores. Os camponeses sem-terra trabalhavam nas fazendas para que pudessem poupar e comprar terra. Eram trabalhadores migrantes, ex-escravizados e imigrantes. Foi essa a condição que garantiu o trabalho nas fazendas, ao mesmo tempo em que propiciava aos coronéis a expansão de suas propriedades, apoderando-se de toda a terra que pudessem grilar.

Com a chegada do imigrante europeu, a instituição do trabalho livre se expandiu. O imigrante, expulso de sua terra, era livre na sua força de trabalho, e o antigo escravizado conseguiu ser dono de sua própria força de trabalho. Fernandes (2000) explica que, neste momento, ambos tinham domínio de sua força de trabalho, tendo a luta pela liberdade se desdobrado, igualmente, na luta pela terra.

Os camponeses trabalharam na terra, produzindo novos espaços sociais, e foram expropriados, expulsos, tornando-os sem-terra. Os posseiros surgiram nessa realidade e possuíam a terra pelo seu trabalho, mas não tinham o seu domínio. O domínio era conseguido pelo uso de armas e violência. Assim, o poder econômico mantinha prevalência sobre os demais no processo de apropriação da terra. Como consequência, esse contexto gerou conflitos fundiários de tal modo que a resistência e a ocupação eram intensas (FERNANDES, 2000).

Para compreender esse processo, Fernandes (2000) cita o estado de São Paulo como referência, em especial na abertura de fazendas de café. Para as conquistas de novas terras, os coronéis exerciam a prática da grilagem de terra, a falsificação de documentos, subornos a funcionários públicos, bem como, com tais práticas também nas terras devolutas, as transformavam em propriedade particular.

O trabalho na fazenda, com a derrubada da floresta, era executado pelos caipiras e caboclos que plantavam na terra e ali permaneciam até a sua formação. Outra prática era o arrendamento, para que os camponeses derrubassem a mata e plantassem os pastos. Nessa prática, afirma Fernandes (2000), os camponeses faziam as suas roças para subsistência. Ao terminarem os desmatamentos e efetuar as plantações, os trabalhadores eram obrigados a sair da terra e procurar outras terras para trabalhar.

Segundo Botelho *et al* (2007) e Fernandes (2000), os latifundiários iniciaram experiências de atração de imigrantes na incorporação desses trabalhadores à rotina das fazendas. O mesmo processo ocorreu com as famílias de migrantes que, ao chegarem para as colheitas, moravam nas fazendas, no entanto, ao término do trabalho, eram dispensados e saíam em busca de outras fazendas para trabalhar ou terras para plantar.

Os imigrantes trazidos da Europa para os estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo, seus filhos, netos e bisnetos continuaram migrando para outras regiões. A imensa maioria de trabalhadores migrantes, ex-escravizados e imigrantes, todas as vezes que acampavam em fazendas eram expulsos pelos fazendeiros com a ajuda da polícia. Esses trabalhadores iniciaram a formação de uma categoria que, na segunda metade do século XX, seria conhecida como "os sem-terra" (FERNANDES, 2000).

Essa é uma história de perambulação e de resistência, pois seguiam na persistente caminhada em direção a um pedaço de terra própria. Evidencia-se

então, conforme Fernandes (2000, p. 28) e confirmado por Garcia Júnior (1990) que “[...] a ocupação da terra pelos camponeses sem terra era e é a principal forma de ter acesso a terra”. As ligas camponesas, já citadas, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tinham como pauta um conjunto de reivindicações de direitos fundamentais, da luta vinda da terra, em defesa do trabalho, da previdência, da educação e da saúde. As diferentes formas de associações e de sindicatos dos trabalhadores rurais, estas novas feições e formas de organização, foram criadas na luta pela terra e pela reforma agrária.

No plano das instituições representativas dos camponeses, foi criada em 1954, pelo PCB, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), com a finalidade de controlar as associações camponesas. Tal representação pretendia fortalecer a aliança política entre os operários e os camponeses. Medeiros (1989) e Fernandes (2000) observam que os líderes eram camponeses, com raríssimas exceções, geralmente indicados ou impostos pelo partido. Em Pernambuco, as Ligas estavam fortalecidas e, no Rio Grande do Sul, existia o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER); por isso a ULTAB não se fixou aí.

Ao final da década de 1950 surgiu o MASTER, cuja origem está na resistência de 300 famílias no município de Encruzilhada. Nos anos seguintes, esse movimento se territorializou por todo o Rio Grande do Sul, quando em 1961 o movimento passou a ter a ajuda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o apoio do então governador Leonel Brizola. Neste contexto, eram integrantes os agricultores sem-terra, o assalariado da granja, o parceiro, o peão e os pequenos proprietários e seus filhos. O movimento se expandiu em 1962 e, como estratégia de organização de acampamentos, iniciou-se a aproximação de cercas de grandes latifúndios, tornando-se concretamente, dessa forma, uma ameaça a esses latifúndios. Assim se estava “pelejando” para entrar na terra. Fernandes (2000), ao citar Eckert (1984), observa que o movimento enfraqueceu com a derrota eleitoral nas eleições de 1962, porém permaneceu no cenário da luta pela reforma agrária até 1964.

A institucionalização desses movimentos e o apoio de partidos políticos fizeram com que as formulações de propostas concernentes à reforma agrária ganhassem espaços de politização. O I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas foi organizado pela ULTAB em novembro de 1961, em Belo Horizonte. Esse congresso nacional camponês foi um marco na história da luta

camponesa. Segundo Medeiros (1989), estavam presentes 1.400 trabalhadores, sendo 215 delegados das Ligas Camponesas e 50 delegados da MASTER. Os trabalhadores rurais promoviam o sindicalismo, a luta pela previdência, entre outras reivindicações. A proposta de uma reforma agrária radical – na lei ou na “marra” – ganhou espaço político entre as divergências de Francisco Julião³⁴ e as propostas do PCB.

Como o controle da ULTAB foi assumido pelo PCB, outras entidades foram criadas para fazer frente ao processo de formação do movimento camponês e, assim, tentar evitar as ideias socialistas e em defesa da reforma agrária. Nesta seara, o Serviço de Assistência Rural chegou a reunir mais de 40 mil camponeses no Rio Grande do Norte; o setor progressista da Igreja Católica reuniu-se para formação política em vários estados; em Pernambuco, o Serviço de Orientação Rural; no Rio Grande do Sul, a Frente Agrária Gaúcha; e a MASTER sob a influência do governador e do PTB (FERNANDES, 2000).

O educador Paulo Freire participou do Movimento de Educação de Base, sendo que, nos acampamentos, trabalhava com a alfabetização e com a formação política dos camponeses. Outra tendência foram as Ligas Camponesas, consideradas independentes, as quais recebiam influência tanto da frente progressista da Igreja Católica, com o apoio da CNBB, e de ex-militantes do PCB (FERNANDES, 2000).

Quanto aos períodos dos governos militares no Brasil, no século XX, o primeiro ocorreu no início da década de 1930 quando no poder colocaram Getúlio Vargas, derrubado por seu ministro, o marechal Eurico Gaspar Dutra, em 1945. Após, o segundo, ocorre com o golpe militar de 1964. Para Fernandes (2000) estes períodos foram marcados por retrocessos para as questões sociais, embora os militares sempre estivessem presentes em diferentes momentos da vida pública também nas democracias.

Quanto ao último governo, em 1964, os militares destituíram o presidente eleito João Goulart e tomaram o poder. A aliança política para tal feito contou com a participação de diferentes setores da burguesia: latifundiários, banqueiros, empresários, entre outros. O golpe acabou com a democracia e, como

³⁴ Francisco Julião Arruda de Paula foi deputado, tendo acompanhado as Ligas Camponesas durante a década de 1960, favorável à reforma agrária e contrário à militarização das Ligas, por isso os embates com o PCB.

consequência, engendrou a repressão violenta contra a luta dos trabalhadores. Fernandes (2000) explica que é importante ressaltar, “Os movimentos camponeses foram aniquilados, os trabalhadores foram perseguidos, humilhados, assassinados, exilados”.

Medeiros (1989, p. 8) observa que “[...] mal o campesinato brasileiro começava a se firmar coletivamente, chegou o golpe, negando-lhes o direito de cidadania e excluindo-o da história”. Foi destruído, assim, todo o processo de organização camponesa, impossibilitada a ocupação de espaços políticos e a promoção de seus direitos fundamentais. Os trabalhadores sem-terra ficaram marcados pela destruição da organização do campesinato brasileiro, na condição de ex-cidadãos, marginalizados numa história profundamente autoritária.

As políticas implantadas pelos militares nos projetos de desenvolvimento tiveram consequências, como o aumento da pobreza e a concentração de riquezas, conduzindo parcela da população à miséria, ao aumento da concentração fundiária e promovendo o êxodo rural, antes nunca visto na história do Brasil. Para Fernandes (2000), quando em 1985 os militares deixaram o poder, a situação estava extremamente agravada pelo que fora chamado de "milagre brasileiro".

O crescimento do capitalismo no campo fez aumentar a miséria neste âmbito. Este processo transformou o meio rural com a mecanização e a industrialização. Segundo Fernandes (2000) a modernização³⁵ de alguns setores da agricultura expropriou e expulsou da terra os trabalhadores rurais, tendo por consequência a produção do trabalhador assalariado e um novo personagem da luta pela terra, o "boia-fria". Enquanto isso, os governos militares ofereciam aos empresários subsídios, incentivos e isenções fiscais, impulsionando o crescimento econômico e, como estratégia política, arrojava os salários, estimulava a expropriação e a expulsão, multiplicando os despejos das famílias camponesas.

Como já citado, no início do regime ditatorial os militares criaram o Estatuto da Terra. O intuito era resolver, isoladamente, os conflitos fundiários para desmobilizar os camponeses. Fernandes (2000) observa que o objetivo era que a questão agrária se transformasse em um problema nacional. Com a pretensão de ter o controle, o governo utilizava o Estatuto da Terra para os projetos de colonização,

³⁵ A modernização ficou conhecida como modernização conservadora, ao promover o crescimento econômico da agricultura, ao mesmo tempo expulsa mais 30 milhões de pessoas que migraram para outras regiões e cidades.

de modo que a desapropriação seria uma exceção. Mesmo assim, nos anos finais do mesmo regime, o governo se viu obrigado a utilizar o recurso da desapropriação, devido aos inúmeros conflitos fundiários.

Afirma Fernandes (2000, p. 43): “Não há repressão que consiga controlar todo o tempo e todo o espaço. São diversos os caminhos possíveis de serem criados nas formas de resistência, no desenvolvimento da luta de classe”. Durante essa fase, os camponeses começaram a romper as cercas da repressão da ditadura militar. A militarização representou diferentes formas de violência contra os trabalhadores, a exemplo da violência da Polícia, ancorada na Justiça desmoralizada, ou ainda a violência do jagunço, apoiado pela força do empresário e/ou pela do latifundiário.

As frentes de luta no campo, no entender de Fernandes (2000), tinham como protagonistas os assalariados, os boias-frias, os posseiros e os sem-terra. Cada um desses grupos representava um conjunto de trabalhadores com suas reivindicações. Os assalariados e os boias-frias se organizaram em sindicatos e buscavam por melhores condições de trabalho e melhores salários; enfrentaram a polícia na reivindicação das condições de existência e lutaram dentro dos parâmetros impostos pela burguesia. Os posseiros buscavam garantir a terra como condição de existência e contra a expropriação. Por sua vez, os sem-terra são camponeses expropriados da terra e suas lutas são pela conquista da terra, pela reforma agrária e pela transformação da sociedade.

4.3 OCUPAÇÕES E CONFLITOS NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E PARANÁ

Em maio de 1978, os colonos expulsos de Nonoai³⁶ tinham três opções: i) migrarem para as áreas de projetos de colonização da Amazônia; ii) tornarem-se assalariados de empresas agropecuárias ou das indústrias e migrar para as cidades ou, enfim; iii) permanecerem no estado do Rio Grande do Sul e buscar nos acampamentos a luta pela terra. Esta última, segundo Fernandes (2000), foi a opção dos colonos que deixaram as terras indígenas.

³⁶ As terras indígenas de Nonoai pertencem aos *kaingang*s. Vinham no processo de recuperação de suas terras, conseguindo expulsar 1800 famílias de posseiros.

Grandes eventos marcaram a gestação e a inauguração da história do MST, tanto no Rio Grande do Sul como no Paraná e em outros três estados. Segundo Fernandes (2000) e Medeiros (1989), os primeiros momentos de luta desses grupos foram as ocupações de terras. Em 1979, os posseiros expulsos da terra indígena de Nonoai pelos índios, e que não aderiram às propostas de projetos de colonização oficiais, ocuparam, na região de Sarandi, as fazendas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul.

Fernandes (2000) relembra que as terras de Macali eram remanescentes de lutas na década de 1960, quando a MASTER organizara os acampamentos da região, portanto, a luta pela terra estava registrada na memória dos camponeses.

Em 1980, trabalhadores ocuparam a fazenda Burro Branco, em Campo Erê, Santa Catarina. No estado de São Paulo, a fazenda Primavera, em Andradina foi ocupada nessa mesma época (MEDEIROS 1989). Em todos os casos, tratavam-se de terras improdutivas e ocorreram conflitos que, mais tarde, acabaram por desencadear as desapropriações.

Por sua vez, a ocupação da gleba Brilhante ocorreu com 160 famílias, as quais ocuparam a terra que estava arrendada e cultivada com soja e milho. A repressão foi mais intensa, conforme relata Fernandes (2000), mas a luta pela terra ganhava apoio da sociedade civil. Novos grupos de famílias se formaram, sendo que 80 delas ocuparam o outro lado da gleba Brilhante, surgindo o acampamento 2. No desenrolar das negociações, as famílias foram assentadas, contudo, o número de famílias tinha aumentado e o tamanho da área não era suficiente. As famílias remanescentes foram para a fazenda Anoni, em outubro de 1980.

O acampamento Encruzilhada Natalino foi iniciado em 1980, quando um colono foi expulso da terra indígena de Nonoai e montou seu barraco no encontro das estradas que levam a Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo. Como informa Fernandes (2000), o agricultor acampado se chamava Natalino, mesmo nome do comerciante que ali possuía uma casa comercial. Logo outras famílias renascentes foram chegando e, em junho de 1980, lá estavam 600 famílias e aproximadamente 3.000 mil pessoas.

Medeiros (1989) afirma que este lugar já tinha antecedentes históricos e simbólicos de luta pela terra, pois nos anos 1960 já havia ali um acampamento, durante o governo de Brizola. A terra fora desapropriada por esse governador, mas naquele momento estava arrendada pelo Estado a grandes empresários.

Com base nas experiências anteriores, as famílias começaram a organização em grupos, setores e comissões, sendo que as lideranças eram escolhidas entre os sem-terra. Formaram a Comissão Central, responsável pela direção política da luta. No entender de Fernandes (2000, p. 56), esse “[...] era o embrião de uma forma de organização social que seria referência nas novas lutas animadas pela Encruzilhada”. Foram criadas as comissões de saúde, alimentação e negociação. Também conceberam um boletim informativo, intitulado "Sem Terra", que mais tarde se tornou o Jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Também organizaram uma secretaria em Porto Alegre, a qual serviu como base para negociações com o governo do estado.

As famílias ali acampadas sofriam pela grande precariedade de materiais para sobreviver, pois estavam desprovidas das condições básicas de vida – faltavam alimentos, agasalhos, e ainda conviviam com a pressão do governo, que não oferecia uma solução concreta. Pela resistência das famílias, Natalino se tornou uma referência das ações empreendidas no acampamento. Esse exemplo de luta serviu para animar outros trabalhadores de outras regiões e estados. Fizeram uma cruz rústica e, assim, tornou-se um símbolo de resistência.

Em meio às ameaças de despejos, o acampamento Natalino chegou a ter 601 famílias, segundo Fernandes (2000). A transferência de famílias ocorreu para Ronda Alta, pois nova área foi adquirida pelas Igrejas Católica e Evangélica de Confissão Luterana.

Medeiros (1989) e Fernandes (2000) informam que, a partir de 1979, quando essas experiências tiveram início, a CPT promoveu uma articulação, criando espaços para as lutas, de modo a pensar o desenvolvimento de políticas pela terra e para com a reforma agrária. Desse modo, a CPT rompia o isolamento de diversas práticas, assessorando juridicamente os trabalhadores, abrindo espaço para a reflexão sobre a situação em que viviam e suas causas, denunciando a violência e, em diferentes estados, realizavam encontros e reuniões, promovendo movimentos para a questão da terra. Portanto, era preciso caminhar, sendo fundamental se organizar.

Cinco estados como São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, estavam com os mesmos cenários: acampamentos, despejos violentos e negociações com os governos estaduais. Aos poucos esse cenário se expandiu pelo Brasil inteiro. As lutas marcaram os embates com os aparelhos

estatais na medida em que os acampamentos se formavam. As lutas foram experiências que, segundo Fernandes (2000), levaram ao princípio da formação do MST.

No Paraná, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO) foi resultado da resistência que se iniciara em 1975. Nesse estado, os agricultores conheceram um dos piores momentos de expropriação da terra. A luta se iniciou contra a política do governo militar, acrescida da expropriação de terras alagadas para gerar energia elétrica. Pela resistência camponesa contra a política governamental estabelecida em relação aos pequenos proprietários, parceiros, posseiros e arrendatários, estes agentes se manifestavam contra a expulsão da terra, e o movimento aumentava ainda mais com a construção das barragens.

Em dez anos desapareceram cerca de 100 mil propriedades rurais no Paraná, seja por motivo da intensa mecanização da lavoura ou da construção de barragens. Para Martins (1993) e Fernandes (2000), com a construção da barragem da hidrelétrica de Itaipu, foram atingidas terras de agricultura de oito municípios e milhares de famílias. O governo federal, por sua vez, prometia pagar preço justo pela indenização da terra, no entanto, três anos depois, poucas famílias foram indenizadas e por preço abaixo do esperado.

Desse modo, os posseiros foram prejudicados recebendo preços menores ainda, e parte das famílias foi transferida para projetos de colonização no Acre. Para Fernandes (2000) as famílias que permaneciam enfrentavam dificuldades, no entanto, tiveram o apoio das igrejas luterana e católica e, em 1978, por meio da CPT, com a participação de alguns sindicatos de trabalhadores rurais, iniciaram um trabalho de organização nas comunidades, culminando no Movimento Justiça e Terra, em 1980.

O referido movimento exigia justiça do governo para que pagasse com terra, ou seja, terra por terra, e não as indenizações com valores defasados e que não reconheciam os posseiros, os indígenas, os ribeirinhos, dentre outros atingidos pelas barragens. O movimento pressionou o governo por meio de várias ações organizadas com o auxílio da CPT, e cerca de dois mil trabalhadores acamparam no trevo de acesso à Itaipu, na cidade de Foz do Iguaçu. Como resultado, tiveram o aumento do preço das indenizações e dois assentamentos nos municípios de Arapoti e Toledo, observa Fernandes (2000).

Em 1980, ocorreu violento conflito entre camponeses sem terra, Polícia Militar e os jagunços da Empresa Giocomet Marodin S.A. Com a exploração de madeiras, a empresa era proprietária de um latifúndio de 95 mil hectares, localizado no Oeste do Paraná (FERNANDES, 2000). O latifúndio havia sido desapropriado e as famílias ocuparam mil hectares. As reações dos latifundiários, com o apoio do governo executivo estadual e da polícia, foram as piores possíveis. Com extrema violência, as famílias foram expulsas da terra ocupada.

Fernandes (2000) ao citar Ferreira (1987) coloca que, a partir da atuação do movimento, além de se promover a organização das famílias camponesas para a negociação, também promoveu importante espaço de conscientização e de mobilização pela terra. Em 1981 havia ali em torno de 500 famílias, mas perderam suas casas e seus empregos, pois suas terras foram inundadas em razão da construção da barragem.

Desse modo, a CPT iniciou o cadastro dessas famílias e de outras que foram expulsas de suas terras e estavam dispostas a lutar por terras no estado do Paraná. Assim, em menos de um ano, já havia 6 mil famílias cadastradas que passaram a formar o MASTRO. O processo de resistência foi iniciado quando o governo tentou transferir as famílias para o estado do Mato Grosso e para a região Norte, em projetos de colonização (FERNANDES, 2000).

Iniciou-se, desse modo, um processo de resistência dos camponeses expropriados de suas terras, o qual culminou na criação de movimentos sociais em diversas regiões do estado do Paraná. Segundo Fernandes (2000) entre 1982 e 1983, surgiram: o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES), o Movimento dos Agricultores Sem Terra no Norte do Paraná (MASTEN), o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná (MASTRECO) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná (MASTEL).

Como informa Medeiros (1989) e Fernandes (2000), em 1982 a CPT realizou o primeiro encontro regional na cidade de Medianeira/PR, com a presença de agricultores dos cinco estados já citados. Ao final do encontro, os agricultores fizeram ampla avaliação dos diversos movimentos dos sem-terra dos estados, dos apoios recebidos, das alianças estabelecidas e das perspectivas diante da política dos governos.

O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984. De acordo com Fernandes (2000) e Caldart (2001) esse foi criado formalmente em janeiro de 1984, quando ocorreu o I Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, na cidade de Cascavel, Oeste do Paraná. Na pauta do encontro estavam a criação de um Fundo da Terra pela Reforma Agrária e a construção de uma sociedade mais justa. Decidiram por mais tentativas de negociação com o governo, a fim de cobrar resultados concretos, ou a única solução que lhes restaria seria a ocupação de mais terras.

Celebraram no encontro, segundo Fernandes (2000), a conquistas das terras: Fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta-RS, Fazenda Anoni-RS, Fazendas Buraco Branco e Aldarico-SC, Fazenda Cavernoso-PR, Fazenda Cachorrinha-MG e Fazendas Castilhos e Primavera-SP.

As participações no evento expressavam os problemas enfrentados, como observa Fernandes (2000). A condição desses trabalhadores era o resultado do modelo econômico que os excluiu do acesso a terra. No Estado do Paraná e em alguns estados, com a expansão da cultura da soja, da cana-de-açúcar e da pecuária, esse modelo de ocupação do solo se tornou comum com a expulsão da terra e a intensificação da concentração fundiária. Como consequência, surgiu a resistência, a violência contra os posseiros e os sem-terra, a migração contínua dos camponeses em busca de terras e a resistência ao trabalho assalariado.

O documento final do encontro traduz a difícil realidade dos trabalhadores sem-terra, as lutas, as vitórias e a conclamação à luta. A perspectiva de disseminar o documento estava em levar os debates apresentados no encontro para os companheiros da Regional Sul, bem como a todos os 14 milhões de trabalhadores sem-terra. A questão era explicitar a triste realidade dos trabalhadores que fizeram parte dos projetos de colonização do governo ditatorial, as violências impostas pelos aparatos militares, dos jagunços com a chancela do estado e da inoperância judicial, bem como denunciar a situação de miséria e pobreza dos agricultores.

Conclamamos a todos os companheiros a se reunirem em torno de nossa causa que já nos une, que é a luta pela terra, contando para tanto com o apoio das Igrejas, CPT e CIMI³⁷ e Sindicatos Autênticos. Esperamos, num próximo encontro, ver multiplicados os esforços, articulações e o número de

³⁷ Conselho Indigenista Missionário é um organismo vinculado à CNBB. Vem atuando em defesa dos direitos dos povos indígenas no Brasil.

representantes engajados com a participação na mesma luta, de todos os estados da Federação (FERNANDES, 2000, p. 82-83).

Para Fernandes (2000) e Vendramini (2000) o MST nasceu da ocupação da terra, pelos aspectos econômicos decorrentes dos fatores da ausência de políticas públicas para com a reforma agrária. Ocorre, então, o processo de territorialização do movimento por todas as regiões brasileiras, embora em algumas regiões fossem impedidos por força de governadores ou por tentaram manter o movimento sob controle.

Na organização do MST, num primeiro momento, um dos vínculos que unia o movimento era o trabalho da Pastoral e, em momento posterior, o vínculo passou a ser motivado pelo fato de os seus integrantes terem mesmo assumido a identificação de "os sem-terra". Fernandes (2000, p. 135) assim define:

Sem-Terra tornou-se uma identidade que reunia diversas categorias de trabalhadores rurais, em diferentes condições. Sem-Terra significava tanto o estado de exclusão, por meio da negação de uma condição: de serem camponeses sem poderem trabalhar nas suas terras, quanto estava carregada de sentido histórico e de força política de uma identidade própria.

O MST é um movimento social movido pelas circunstâncias históricas de base política, territorial e social. Fernandes (2012) afirma que o movimento se organizou com diferentes categorias de camponeses pobres, e sua trajetória histórica está associada ao desenvolvimento da luta pela terra e pela reforma agrária, feita pelos trabalhadores.

O "coletivo" de trabalhadoras e de trabalhadores sem-terra tem origens diversas. Segundo Leite (2012) e Fernandes (2012) são pessoas que já atuaram como pequenos proprietários de terra, arrendatários, empregados rurais, desempregados urbanos, meeiros, camponeses de áreas alagadas por barragens, advindos de todas as conformações geográficas, como ilhéus, alagados, ribeirinhos, do semiárido, dentre outras.

Em torno da categoria "sem-terra", o Estado reconheceu a existência de uma nova força social no mundo rural e, possivelmente por isso, tenha também se tornado mais equipado para lidar com ela. Rosa (2009, p. 225) argumenta que "Nutrindo-se dessa força, em princípio local, os movimentos foram ampliando seu escopo de reivindicações também para o âmbito nacional, o que permitiu sua expansão para além de suas áreas de origem e de identidade específica".

Rosa (2009) afirma que o Estado e o MST fazem parte de uma mesma configuração, cuja relação de interdependência se dá por meio da categoria “sem-terra”, historicamente construída.

Caldart (2001) observa que, dada a realidade das mais de 4,5 milhões de famílias sem-terra existentes no país, decorridos 16 anos completos da entrada dos anos 2000, o MST contabilizou que aproximadamente 250 mil famílias foram assentadas e que havia 70 mil famílias acampadas em todo o Brasil.

4.4 OS ACAMPAMENTOS DO MST

*Marchar novamente é preciso para manter a esperança
Mas para lutar não se cansa
O povo sofrido não se cansa! Mas para lutar não se cansa
Em frente o povo sofrido não se cansa, homens, mulheres e crianças
Marcha com a gente! Marcha! É o Brasil em fileira
O sonho não é utopia no tremular das bandeiras
Presta atenção meu país! Desperta para a realidade
O que está acontecendo no campo e na cidade
Só a força popular mudará a sociedade.
(Canção marchante, gravada pela Oficina de música/MST, 2005)*

Quando os camponeses são mobilizados para participarem do movimento, levam consigo a família e parentes. Por sua vez, o MST possui a capacidade em mobilizar e trazer para o movimento milhares de pessoas e famílias inteiras, para as ocupações e formação dos acampamentos como espaços de luta e de resistência. De acordo com Caldart (2004) e Fernandes (2012), a ação coletiva organizada pelo MST prepara o sujeito acampado para a formação política e para enfrentar as difíceis condições de vida no acampamento.

O tempo de espera nos acampamentos impõe a necessidade de atividades políticas coletivas. O acompanhamento é condição provisória. Assim, cada integrante assume funções nos diversos setores: saúde, educação, comunicação, alimentação, segurança, entre outros. Na precariedade da lona onde vivem, há falta de segurança e sobram carências materiais, as quais as famílias esperam resolver, pois vivem sem data para se tornarem assentados. Ao permanecerem no acampamento, estão determinadas a mudar suas vidas na conquista da terra, enfrentando difíceis condições como as muito precárias condições materiais, o

enfrentamento com a polícia e a política de criminalização da ação do movimento (RIBEIRO, 2010; BAHNIUK, CAMINI, 2012).

As marchas são históricas para o movimento. Desde os primeiros acampamentos no Rio Grande do Sul, centenas de trabalhadores se deslocavam dos acampamentos rumo à capital a fim de negociar com os governantes. Por onde passavam, havia acolhimento nas paróquias e nas comunidades locais. Fernandes (2000, p. 296) assim define: “A marcha é uma necessidade para expandir as possibilidades de negociação, para gerar fatos novos”.

Informa Fernandes (2000) que, durante o percurso das marchas, eram acolhidos nas paróquias de igrejas e, nas celebrações religiosas, foram comparados ao povo hebreu. Desde o início das marchas, buscam nas referências históricas alguns exemplos utilizados na mística do movimento: a caminhada do povo hebreu rumo à terra prometida, a caminhada de *Gandhi* e dos *hindus* rumo ao mar, as marchas das revoluções mexicana e chilena, entre outras. O ponto de chegada de cada marcha é marcado por ocupações e negociações com os representantes políticos locais. Dessa forma, os sem-terra ocupam prédios públicos na frente dos palácios do poder executivo, praças, ruas e estradas, a fim de denunciar os significados da expropriação e da exploração. Tencionam, então, com o horizonte de mudar suas realidades.

A provisoriedade no acampamento não tem dia marcado para acabar. Por vezes, as famílias de sem-terra enfrentam a "itinerância" das ocupações e dos despejos. Esperam, dessa forma, o momento da fixação definitiva na terra que lhes permitirá trabalhar, morar e garantir o sustento de sua família. Assim, reconstruem os vínculos de memórias dos tempos em que trabalhavam vendendo suas forças de trabalho nas fazendas, nas lidas com a lavoura, com o gado e a subsistência. Vê-se, então, que constituíam trabalhadores rurais sem eira nem beira, sendo uns da agricultura familiar (MARTINS, 2003).

Muitos atuaram ou atuam como posseiros ou meeiros em áreas rurais onde tinham acordos com os proprietários da terra para morar e trabalhar. Segundo Schwarcz e Starling (2015), na mesma condição estavam muitos desempregados urbanos, que também vinham integrar a diversidade do acampamento.

No acampamento, um novo processo de construção de sociabilidades se inicia. Essa fase, argumenta Turatti (1999), é o momento da passagem para a condição de ser um sem-terra, um novo modo de vida coletivo que engendra

solidariedade e conflitos ao mesmo tempo. De um lado, cresce o número de famílias que se engajam no movimento, pois vislumbram que, quando assentados, poderão atingir condições de produzir e de reproduzir, material e socialmente, sua existência. De outro lado, são homens e mulheres empurrados pelo desemprego rural e urbano, advindos da realidade árdua da vida.

No entendimento de Turatti (1999, p. 5): “Por carregar esta condição de transitoriedade, lançado na indefinição, os sujeitos acampados apresentam características muito peculiares de estabelecimento e existência”. A convivência de pessoas que não compartilham nenhum vínculo pregresso de memória, exige uma grande flexibilidade de ocupação de espaços territoriais no acampamento, respeitando tradições ou sociabilidades diferentes entre si.

As histórias vividas, das várias regiões, acabam sendo um elenco de singularidade e podem ser relativamente homogêneas, mesmo em grupos pequenos. Isso parece reforçar a suposição de Martins (2003, p. 17), de que os candidatos a assentamentos é uma clientela da reforma agrária que se constitui “[...] numa massa residual de um grande descarte social e de alternativas de vida não realizadas, de destinos não cumpridos, de histórias pessoais truncadas por bloqueios de diferentes tipos oriundos de diferentes causas”.

Há uma relação que se expressa entre a terra para trabalhar e a casa para morar, essa última como base de sossego, indissociável no conceito e na memória. Para Martins (2003) a perda de um lugar de referência e a conseqüente luta pela terra não representa a função primária, mas a desagregação das relações sociais tradicionais que resulta na incerteza do desenraizamento.

Ao ocupar e acampar, essas comunidades residuais tornam-se vulneráveis diante da limitadora busca pela terra e por um lugar para viver. Martins (2003, p.25) observa que, “O comunitário parece estar mais na euforia das festas, do provisório e passageiro do acampamento e da ocupação, cuja história sofrida acaba sendo a história da seleção natural dos iguais, dos que estão juntos na busca e nos atos”.

Quando se instalam no acampamento, informa Turatti (1999), o emergencial do grupo implica ações para arrecadar alimentos, roupas, ajuda financeira e remédios. Além disso, o grupo precisa buscar apoio logístico e político e mobilizar-se perante a imprensa e a opinião pública. Na organização do acampamento, as tarefas são cumpridas nos afazeres domésticos básicos e nas participações de formação política do MST. Para a escolha de tarefas específicas, os critérios de escolha

recaem sobre aqueles que se destacam, seja na capacidade de argumentação, no reconhecimento dos companheiros, por serem carismáticos, ou por possuírem alguma habilidade.

Com o auxílio presencial de uma liderança orgânica do MST no acampamento, as famílias ocupantes são distribuídas em grupos, e em cada grupo é escolhido um coordenador que, por sua vez, fará parte da coordenação geral do acampamento, ocupando o escalão médio na composição orgânica do movimento (TURATTI, 1999).

O sem-terra, ao ocupar cargo de coordenação, participa de reuniões constantes e é cobrado coletivamente pelos seus atos. Dessa forma, passa também a desempenhar o papel de delegado nos encontros estaduais e congressos nacionais. Estes coordenadores também participam de cursos de formação política, aos quais Turatti (1999, p. 14) enseja uma definição prática: “Os chamados cursos de militância básicos buscam passar, aos participantes, noções de economia e política, mecanismos de organização coletiva, o histórico das lutas no campo e da formação do MST”.

Como dito, o acampamento é condição transitória, sem previsão para acabar. Dessa forma, os acampados ficam suscetíveis a várias circunstâncias como os despejos, desocupações violentas, negociações com o Estado, embates jurídicos e pressões da polícia sob o comando dos Executivos estaduais ou federal. Nesse sentido, Turatti (1999, p. 5) observa que “[...] as famílias são portadoras de uma fragilidade coesiva suscetível a uma gama variada de conflitos, dos quais o MST se encarrega de administrar politicamente”.

O movimento popular que se pretende, na visão do próprio MST, é mais que um aglomerado de despossuídos em busca de um cantinho de chão. Segundo o entendimento de Turatti (1999), num trabalho de preparação de um grupo social que é ao mesmo tempo sujeito e objeto político, as ideologias e as práticas são levadas a cabo tanto pelos líderes dessa coletividade quanto pelos seus liderados, consolidando seu caráter coletivo.

É oportuno destacar que, segundo Turatti (1999), há um processo histórico específico que gera a categoria de um sujeito social idealmente propenso a fazer parte do MST, bem como há um processo para a gênese do próprio MST. No cerne desses processos está a ressignificação da tradição camponesa, balizada pela ideologia de pertencimento propagada pelo MST, constituída em uma mística.

Não vamos aqui nos aprofundar acerca da importância e os elementos simbólicos que constituem essa mística, mas mostraremos alguns de seus caracteres de forma breve. Fernandes (2000) relata que a mística teve seu início como uma forma de celebração religiosa, ocorrida na fase de repressão militar.

Nessa seara, é relevante destacar que no acampamento Encruzilhada Natalino, segundo Fernandes (2000), o padre Arnildo Fritzen, do município de Ronda Alta-RS, embora contrariando ordens³⁸, continuava frequentando o acampamento e realizava novas formas de celebração, criando uma mística popular. Dessa forma, os acampados estavam vivendo um verdadeiro estado de sítio, pois, dentre outras proibições, estava a celebração de missas.

A mística, por sua vez, foi incorporada pelo MST a partir da Pastoral da Terra, ao realizar celebrações. A prática expressa o sentido da espiritualidade e da dimensão do transcendental. Para animar a luta dos trabalhadores rurais sem-terra, os agentes religiosos incentivavam a realização de celebrações, traziam elementos simbólicos nas encenações, cânticos e poesias (TURATTI, 1999; LEITE, 2010).

A prática da mística também foi incorporada nas reuniões, confraternizações e acontecimentos. Ficou, no entender de Leite (2010), ligada às lutas dos grupos e às experiências coletivas, fundamentada numa mescla de princípios políticos e de crenças religiosas em um contexto simbólico que envolve as motivações para ser e continuar sendo trabalhadores rurais sem-terra. As canções e o recitar poesias são constantes nessas representações, bem como a apresentação de alimentos e de ferramentas do cotidiano de trabalho. A apresentação da bandeira do MST é condição para se iniciar uma reunião ou abrir cerimônias, bem como em cada final das místicas é obrigatório tocar e cantar o hino do movimento.

³⁸ Em 1981 o governo federal intensificou o ataque ao acampamento Natalino, ameaçando prender os religiosos que estavam no acampamento. Assim, o arcebispo de Porto Alegre negociou um acordo com o governo. Retirar os religiosos do local e influência desses no acampamento. Martins (2000).

CAPÍTULO 5

O DESENVOLVIMENTO NOS ASSENTAMENTOS

Neste capítulo destacamos o sistema próprio de cooperativismo do MST, com a implantação das CPAs nos assentamentos. Ressaltamos o agricultor familiar que, ao receber a terra, assume o desenvolvimento do assentamento e a produção econômica para o sustento de sua família. Evidenciamos por meio de pesquisas empíricas os dilemas dos agricultores familiares, trazendo algumas experiências do cotidiano da produção e do trabalho coletivo dos associados nas cooperativas instaladas sob o comando do MST.

No movimento o trabalhador sem-terra está, num momento, seguindo as pautas de reivindicações do MST, incorporando situações diferentes às vividas anteriormente e, num outro, tornando-se assentado. São dois momentos distintos. Para elucidar tal elemento, Leite (2012) levanta duas questões centrais a serem debatidas: a primeira é a injustificada implantação de um modelo único no assentamento, e a outra se refere ao pós-assentamento, quando surgem formas diversas de implantação de projetos de assentamento.

Essas questões levam à busca da compreensão do significado e da dimensão do agricultor familiar assentado, suas necessidades em novas unidades de produção, consumo, trabalho, renda, moradia, lazer, vida, educação, entre outros. Essas são, igualmente, questões da reforma agrária brasileira.

Com as alterações na história do campo no Brasil, os camponeses e os programas agrários, durante os anos 1990, constituíram-se na mudança e reconhecimento da agricultura familiar, apesar das limitações impostas à sua adoção efetiva (WANDERLEY, 1995; NEVES, 2012).

Para Fernandes (1995) e Navarro (2010) a agricultura familiar tomou proporções relevantes na política nacional a partir da primeira metade dos anos 1990. Os trabalhadores rurais passaram a ser chamados de "agricultores familiares", outrora conhecidos como "mini fundiários", "pequenos produtores", "agricultores de subsistência" ou mesmo "agricultores de baixa renda".

Segundo Fernandes (2012), no assentamento há uma continuidade das ações coletivas surgidas do MST. Tal ação coletiva engloba diferentes elementos,

como a ideologia política, a educação, a identidade coletiva, os laços de produção coletiva, os desafios ambientais motivados pela globalização e o manejo dos limites da agricultura orgânica.

A conquista da terra se dá por consequência das ações coletivas, e esse entendimento de valorização do coletivo também se reproduz no assentamento. Fabrini (2001) afirma que, desse modo, o movimento atribui maior relevância às questões econômicas e produtivas do que às experimentadas no período de acampamento e que, por consequência, os assentados devem reconhecer no trabalhado coletivo e cooperativo a possibilidade de seu desenvolvimento.

Fabrini (2002), ao explicitar as pesquisas realizadas sobre as práticas camponesas e o projeto de desenvolvimento do MST, destaca a política do movimento para com o desenvolvimento do trabalho coletivo, a condição de produção e a reprodução de relações sociais para o desenvolvimento de atividades coletivas.

No início da trajetória do MST, o projeto de trabalho coletivo e cooperativo manifestava-se pela simples prática de cooperação nos chamados mutirões. Tinha, como exemplo, origem na Igreja, com a qual possuía fortes vínculos e parte significativa da militância política e social: “O entendimento do MST é de que não existem condições de o assentado progredir econômica, social e politicamente através da produção individual/familiar” (FABRINI, 2001, p. 27).

O modelo de produção capitalista se constitui num instrumento de acúmulo para os capitalistas e inviabiliza a produção familiar. Desse modo, para o movimento, os assentados devem reconhecer que a possibilidade de seu desenvolvimento está no trabalho cooperativo.

No entendimento de Fabrini (2001), a organização da produção no assentamento é condição básica para a permanência no assentamento. Para tanto, o próprio movimento busca experiências de cooperação, assumindo o caráter de empresa econômica de produção coletiva e, como consequência, implanta seu sistema próprio de cooperativas.

5.1 COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA (CPAS)

O sistema próprio de cooperativa foi, em parte, motivado pelo crescente número de famílias que deixaram os assentamentos. Também para organizar a gestão desses, por meio da formação de núcleos de famílias, o MST implantou a cooperação. O caderno *Questões práticas sobre cooperativas de produção*, publicado em 1994, mostra como o MST criou formas de permanência no assentamento e de organização do trabalho coletivo, a fim de que as famílias pudessem garantir os meios de vida.

A proposta do MST foi mobilizar os assentamentos para a formação de cooperativas. Para tanto, lançou o Caderno de Formação (1993, p. 8) intitulado "A Cooperação Agrícola nos Assentamentos", o qual contém elementos explicativos do cooperativismo, pois se acredita que no trabalho individual "A família inteira se mata de trabalhar e não sobra nada: nem tempo, nem dinheiro, o que sobra é prejuízo". A diferença entre o trabalho individual/familiar e o coletivo explicita que o trabalhador sem-terra que não se organiza na lógica coletiva sofrerá com a ameaça do capital.

O referido Caderno expressa, também, que as pequenas compras e vendas individuais não dão retorno de lucros por falta de poder de barganha de preços, bem como aumenta as despesas com transporte, material, mão de obra, entre outros fatores. Assinala ainda que, no trabalho individual, há dificuldade para a compra de máquinas, de junta de bois, até que as terras sejam também coletivas.

Dessa forma, o Caderno exprime a intenção do movimento em implantar assentamentos com lotes coletivos. Ainda, adverte que os capitalistas do campo já aplicam a cooperação agrícola, de modo que estão conseguindo aumentar seu capital e comprar as terras dos pequenos agricultores: "Os pequenos agricultores estão começando a se juntar para não ser engolidos pelos grandes" (CADERNO DE FORMAÇÃO, 1993, p. 9).

À propósito, apresentamos mais adiante os estudos empíricos que abordam as formas de cooperação e de permanência nos assentamentos, seu trabalho coletivo e a implantação de cooperativas experimentadas pelo MST como meio de produção.

Segundo Fabrini (2002), a CONCRAB aglutina as associações e as cooperativas instaladas em assentamentos de reforma agrária. Possui uma instância

federal e assume uma figura jurídica, estruturada nos moldes da legislação cooperativista brasileira. As CPAs, nos estados, representam o conjunto de cooperativas e associações filiadas em unidades locais estaduais.

O planejamento da produção é centralizado no coletivo do assentamento, auxiliado com estudos técnicos e de viabilidade. Os aspectos envolvidos na CPA são a terra, o capital, o trabalho, a produção e a moradia. A terra fica sob o controle do coletivo, exceto para pequenas parcelas de fundo de quintal; o capital acumulado fica, por sua vez, sob o controle da CPA, que administra os investimentos e distribui as quotas aos associados e; enfim, o trabalho compreende a divisão por especialização da mão de obra e por setor de produção coletivizada (CADERNO DE FORMAÇÃO Nº 21).

A moradia, no que se refere à CPA, geralmente se organiza em agrovilas. Como a CPA é classificada como empresa econômica, a terra é uma unidade de produção, ou seja, o assentamento é assumido como uma unidade e, então, obrigatoriamente deve ser legalizado, exigindo assim um nível de controle interno devido às fiscalizações impostas pelas normas que regem as cooperativas.

Segundo Scopinho (2007), quanto aos recursos fundamentais para viabilizar a produção, eles não são oferecidos pelas políticas públicas e, se ou quando oferecidas, custavam o preço da obediência às normas e submissão ao controle do Estado. Em razão disso, o MST estabelece as Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS), a fim de fornecer suporte ao trabalho familiar realizado nos assentamentos, como a compra de insumos, utilização de máquinas, beneficiamento da produção, comercialização, transporte e condições adequadas de armazenamento, elaboração de projetos de viabilidade, assistência técnica especializada, entre outros.

Fabrini (2002) salienta que o cooperativismo adotado pelo MST foi consolidado pelas CPAs, desse modo materializando a concepção de trabalho e organização da produção coletiva nas diversas cooperativas implantadas nos assentamentos. A produção e seu planejamento são centralizados no coletivo e baseados em linhas de produção, bem como na prioridade de implantação da CPA.

Ao expandir a política cooperativista no interior do MST, tornou-se necessário a criação tanto de um Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), como de Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS). As primeiras linhas políticas foram marcadas, essencialmente, pela busca por eficiência econômica como forma de

viabilizar a produção e a manutenção nos assentamentos. Essa ampliação nacional das cooperativas engendrou o desenvolvimento de estratégias de mercado e articulações entre elas. Para Fabrini (2002), o MST produziu documentos que expressam a necessidade de intensificar as relações de produção de mercadoria nos assentamentos, em decorrência da reflexão e do percurso de ações realizadas.

As práticas do projeto político do MST, na concepção de Fabrini (2002), passam pela existência e resistência camponesa, materializadas na formação de uma variedade de grupos de assentados, como núcleos de produção, associações e relações de vizinhança. Cabe salientar que as necessidades dos assentamentos não se restringem somente à função econômica da produção, mas a um conjunto democrático de participação política e de decisões e de contrapor-se ao poder hegemônico.

A CPA é uma empresa econômica como unidade de produção e sua divisão de trabalho se expressa na cooperação, apesar de esse sistema apresentar lacunas para as questões sociais e políticas. Como a CPA não atendia a essas outras questões como cooperativa, em 1998 o MST tornou públicos os documentos para o “*Sistema Cooperativista dos Assentados*”, com as concepções políticas e de organização dos núcleos de base e produção. Esses documentos estabelecem a necessidade da organização do trabalho como concepção de cooperativa (FABRINI, 2002).

Os assentamentos tornam-se importantes, não apenas por seu significado econômico e social, mas, sobretudo pela dimensão política. Fabrini (2002, p. 91) afirma: “Considerar o assentamento válido enquanto uma forma de elevar a produção apenas é escamotear todo um conjunto de benefícios que a conquista da terra pode proporcionar aos trabalhadores do campo”.

Logo que o trabalhador sem-terra se instala no assentamento, a preocupação dele é a produção, pois a condição agora é pela manutenção da terra. Assim, é preciso buscar mecanismos para a organização da produção. Dessa maneira, para a direção do movimento, a eficácia na produção dos assentamentos é ponto central, pois, além de garantir a sobrevivência do agricultor familiar, também mostra para a sociedade que as cooperativas agrícolas podem representar o sucesso econômico dos assentamentos (BRENNEISEN, 2002).

5.2 AGRICULTOR FAMILIAR EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA

Como assentado e também agricultor familiar, assume-se a produção econômica, o desenvolvimento do assentamento e de sua família. O MST, por sua vez, apresenta projetos para a implantação de cooperativas a fim de transformar o assentamento em propriedade economicamente viável. Christoffoli (2012) argumenta que a cooperativa é vista pelo movimento como um instrumento de estabilidade econômica e facilitadora de acesso ao mercado, estimulando também o aumento da produtividade, resguardando o aspecto de equidade social.

Em continuidade, Christoffoli (2002) destaca que a voluntariedade dos assentados deve ser respeitada ao aderir ao trabalho coletivo e ao engajamento nas associações e nas cooperativas. Ocorre, no entanto, que os agricultores assentados nem sempre participam porque estão conscientes de seu papel estratégico e da necessidade de cooperação, mas somente porque estão necessitados.

A pesquisa de Fabrini (2002) apresenta uma análise sobre a discrepância entre os projetos dos agricultores que são assentados e o projeto de cooperativa com trabalho coletivo da Concrab/MST. As cooperativas do MST, por sua vez, representam empreendimentos econômicos, sendo sustentadas por características da sociedade e da economia capitalista moderna, de reprodução ampliada e progressiva, enquanto para o assentado a reprodução é familiar.

Para Fabrini (2002), o sujeito agora assentado passa a fazer parte de outra integração de unidade familiar e produção camponesa, comercializando e vendendo os excedentes. Já na cooperativa, possui uma estrutura central de distribuição de renda e de lucros.

O desafio colocado, segundo Fabrini (2002), é o estabelecimento conciliatório entre a proposta de cooperação e coletivização do MST, com as aspirações do projeto de ser do agricultor familiar assentado. Nesse contexto, torna-se frágil a relação entre a autonomia de reconstrução de autossuficiência do assentado e as propostas de modernização e relações do mercado.

Abrimos um breve parêntese, pois nessa tese discutimos isto: por um lado, o projeto de vida do agricultor familiar baseado na reciprocidade e na domesticidade e, por outro, um sistema proposto pela cooperativa, cuja lógica é o mercado.

Fabrini (2002) chama a atenção para o modo de vida do agricultor familiar nos assentamentos e as relações de trabalho junto às cooperativas. Alerta-se para a racionalidade desse assentado, sua incorporação ao mercado com o estabelecimento de regras rígidas de trabalho, horários, divisão do trabalho e controle da produção.

Acrescenta-se ainda a especialização de tarefas, a qualificação da mão de obra, o trabalho coletivo, a relação, a jornada e a escala hierárquica de trabalho. Assim, Fabrini (2002) questiona a autossuficiência: *Que racionalidade se exige do agricultor familiar?* O questionamento se refere ao fato de a cooperativa ser uma economia privada com participação coletiva, e que tem por finalidade vender a produção, comprar implementos e insumos e gerar lucro.

No entender de Marques (2008), a proposta do MST na implantação e no funcionamento de cooperativas apresenta dificuldades na realização de experiências coletivistas fundamentadas em ideologias. A resistência apresentada pelos assentados se dá em relação à submissão na divisão do trabalho e às normas de comportamento da cooperativa. Isto ocorre quando se organiza a cooperativa e não se leva em conta o modo de vida da família do agricultor familiar.

Argumentamos que Marques (2008) não utiliza os conceitos de reciprocidade e de domesticidade, porém explicita e aborda os valores comunitários e a autoridade do pai camponês na família sustentada pela autonomia daquele núcleo familiar.

Quando a família e seus membros integram a unidade de produção, rendimentos e consumo, esses trabalhadores familiares constituem-se nos filhos, netos, avós ou agregados; herdeiros do patrimônio por direitos formais e morais. Neves (2007) justifica que os trabalhadores familiares não podem ser dispensados, como ocorre com a força de trabalho assalariada. Desse modo, as famílias assentadas possuem um projeto de vida sustentado em modelos que perpassam o desenvolvimento e a estruturação da propriedade.

Sinalizamos que há problemas em relação aos projetos de produção coletivos, às propostas de implantação de cooperativas do MST e, igualmente, aos anseios dos assentados quanto ao modo de produção. Neves (2007) observa que, além de o assentado assumir a produção individualizada por lote, assume também a prática de prover seus próprios recursos e o domínio produtivo familiar – as trocas e os empréstimos são comuns no cotidiano do agricultor familiar. Assim, fizeram

ressurgir ou fortalecer as relações de troca não mercantil no interior do assentamento.

Por sua vez, o MST tem estimulado os assentados para o desenvolvimento de trabalhos coletivos. Desse modo, o Caderno de Educação/MST (2010) exemplifica que o trabalho coletivo se dá na forma de mutirão e pelo voluntariado. Versa que a ajuda mútua estimula as práticas agrícolas de plantio, colheita e outros tipos de trabalhos como a manutenção de trechos de estradas, espaços comunitários, organização de festas, entre outras formas de colaboração.

Na próxima seção, consideraremos alguns estudos empíricos que mostram as práticas coletivas realizadas na agricultura familiar e nas cooperativas implantadas nos assentamentos de reforma agrária.

5.3 ESTUDOS EMPÍRICOS: ASSENTAMENTOS E COOPERATIVAS

Apresentamos quatro estudos empíricos em diferentes estados (BA, RS, PB e PR) em assentamentos e cooperativas instaladas sob o comando do MST. Mostramos estes casos com o objetivo de contextualizar o que representa a CPA junto aos assentados. A intenção é, sobretudo, tematizar as sociabilidades que se constroem no trabalho e nas práticas coletivas, bem como os conflitos e as relações econômicas e sociais que se estabelecem. Temos aqui o objetivo de tornar mais palpáveis questões discutidas anteriormente, e que serão mais bem examinadas e esclarecidas no trabalho de campo, na terceira parte dessa tese.

A dissertação de Eliene Gomes dos Anjos (2005) propõe a análise sobre o projeto político idealizado pelos militantes e o cotidiano vivido pelos membros cooperados na Cooperativa de Produção Construindo o Sul (COPRASUL), do assentamento Terra à Vista, fundado em 1993 no município de Arataca, na região sul da Bahia. O trabalho da autora também consiste em analisar os processos de organização social demarcados historicamente pela prática da agricultura familiar e produtiva via cooperativa, e se está gerando novas sociabilidades entre os assentados.

Com a não divisão dos lotes por família e a produção coletiva, ocorreram conflitos internos no assentamento. Desse modo, o movimento passou a efetivar a divisão dos lotes para a produção de forma individualizada, podendo o assentado

então assumir o papel de proprietário. O resultado da divisão dos lotes não significa a constituição da propriedade privada, mas o domínio do processo produtivo por parte do chefe do domicílio e a produção no âmbito familiar. Em consequência, a produção se destaca pela variedade de produtos, propiciando as trocas de produtos, a separação para o consumo familiar e para a comercialização na cooperativa (ANJOS, 2005).

A autora aborda ainda, no que concerne à COPRASUL, os desafios na organização produtiva por setores e no planejamento das atividades para superar a inoperância econômica da cooperativa, estimulando a geração de uma administração de políticas de trabalho coletivo no assentamento. Entre os assentados, os conflitos residem na organização da produção cotidiana baseada na agricultura familiar e o projeto coletivista idealizado pelo MST, projeto esse qualificado como de cooperação plena e de propriedade coletiva.

No assentamento, Anjos (2005) aponta a reciprocidade como princípio da cooperação, baseada na confiança e no respeito ao outro, visto que propõe fundamentalmente a autonomia do coletivo. Está presente na pesquisa o modo como opera a união do trabalho de cada grupo de trabalhadores e trabalhadoras. O objetivo amplo está em analisar a prática cooperativista do movimento, a fim de compreender as relações de trabalho efetivadas nesse tipo de empreendimento e as demais relações sociais envolvidas.

Um dos destaques de mudanças positivas no assentamento é a liberdade na construção da jornada de trabalho, sendo que a força de trabalho se reverte em produtos para os próprios produtores. Para Anjos (2005), em fase anterior ao assentamento, os trabalhadores exerciam atividades em fazendas produtoras de cacau e viviam na incerteza em decorrência da crise da lavoura cacauzeira, bem como sofriam com a jornada desumana de trabalho.

O sentido político-ideológico envolvido é resultante das lutas diárias entre o agente mediador das práticas cooperativistas como modelo de produção e os sujeitos que encetam esse formato cooperativo. A experiência dos assentados é proveniente de uma economia de subsistência, marcada pela solidariedade, cujas relações sociais no interior do assentamento são baseadas nos laços de solidariedade típica da comunidade camponesa. Tais laços não foram destruídos, mas, de certa forma, são reconstruídos (ANJOS, 2005).

No assentamento 30 de Maio, localizado na cidade de Charqueadas-RS, no qual funciona a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda. (COPAC), Ângela Maria Pinheiro (2005) realizou um estudo sobre a gestão cooperativista. Disserta também sobre as dificuldades de reprodução dos pequenos agricultores no Brasil e a existência de uma grande massa populacional de excluídos do campo, conhecidos como os sem-terra.

A reciprocidade está presente como sustentabilidade do assentamento, relacionada à preservação dos recursos naturais, especialmente do solo, e pela opção da agricultura orgânica. Assim, o objetivo da autora foi analisar a atuação de uma Cooperativa de Produção Agropecuária como possível indutora da sustentabilidade econômica, social e ambiental dos assentamentos de reforma agrária do MST (PINHERO, 2005).

O Assentamento 30 de Maio, reconhecido em 1990, contava em 2005 com 45 famílias assentadas, das quais 18 trabalhavam de forma individual nos seus respectivos lotes, e outras 27 de forma coletiva, associada à COPAC. A criação da cooperativa se deu pela necessidade de os assentados permanecerem na terra.

O uso de agrotóxicos gerou o empobrecimento da terra e, conseqüentemente, dos assentados. Dessa forma repensou-se a produção, tanto de cereais como de animais. Além do planejamento para a viabilidade econômica, as ações da cooperativa apresentaram forte presença na preservação ambiental e na produção de orgânicos.

Pinheiro (2005) apresenta os seguintes resultados: i) Os assentados se consideraram bem adaptados ao trabalho coletivo e gostavam do lugar onde moravam; ii) a preservação dos recursos naturais, especialmente do solo; iii) a agricultura orgânica como opção dos assentados e; iv) a gestão cooperativista, que é reconhecida como a melhor alternativa encontrada para viabilizar a permanência daquelas famílias no campo.

A reciprocidade como princípio econômico representa o auxílio-mútuo entre os associados, nas relações de trabalho coletivo, e em outras aproximações interpessoais. Dividem o trabalho, partilham e trocam coisas. Por meio da sustentabilidade do assentamento, relacionada à preservação dos recursos naturais, especialmente do solo, e pela opção da agricultura orgânica, consideram que é possível viver melhor ou conseguir melhor nível de vida no assentamento (PINHERO, 2005).

Por sua vez, o desenvolvimento da tese de Lazzaretti (2007) refere-se à forma como o MST organiza a implantação de cooperativas agrícolas e a questão de relacionamentos entre os líderes do MST e os assentados. A pesquisa empírica foi desenvolvida nos Assentamentos Mandacaru e Massangana III, no estado da Paraíba. Na implantação de cooperativas, descreve o objetivo do movimento em criar um espírito de coletividade nos assentados para que, principalmente no futuro, as práticas e os ideais de cooperação sejam baseados na coletivização das terras e do trabalho.

Lazzaretti (2007) observa as ações mais pontuais como o plantio, a colheita, a limpeza dos assentamentos e/ou alguma atividade que venha ao encontro do bem-estar de todos e que indiquem, de alguma forma, a presença de sociabilidades. O modo de vida dos agricultores é fundamentado na lógica familiar de trabalho, com expectativas de acesso a terra e de desenvolvimento de práticas de produção e de comercialização.

Para fundamentar sua pesquisa na prestação e regra da reciprocidade, Lazzaretti (2007) busca em Sabourin (2003a) o conceito de reciprocidade. Nesse sentido, a lógica do sistema de reciprocidade não considera apenas a produção exclusiva de valores de uso ou de bens coletivos, mas a criação do ser, da sociabilidade. Geram valores humanos de amizade e de confiança.

Nos dois assentamentos, segundo o autor supracitado, foi possível constatar que o agricultor possui um sentimento de dívida moral para com o MST, compartilhado entre a maioria das famílias assentadas. Esse sentimento vem carregado de gratidão por terem conseguido a terra somente com o auxílio do movimento. Assim, o sentimento tem reproduzido uma confiança maior e adesão para com o MST e suas propostas.

Em um dos assentamentos o autor salienta que, em anos anteriores a 2005, a adesão ao projeto coletivo era mais passiva ou até de submissão. As consequências dessa dívida foram transformando-se em adesão ativa, no reconhecimento de algumas ações políticas do MST e não mais enquanto sujeição a um novo tipo de patrão. Desse modo, tal adesão gerou uma contradádiva por parte dos assentados.

Segundo Lazzaretti (2007), a contradádiva expressa o reconhecimento das ações do movimento para com a conquista da terra. Tem produzido entre os assentados uma adesão ativa aos projetos e ações, além de inspirar maior confiança no movimento.

Já em outro assentamento pesquisado por Lazzaretti (2007), não se oferece qualquer perspectiva de produzir ações coletivas voltadas ao desenvolvimento social e econômico no modelo traçado pelo MST. Por sua vez, os entrevistados argumentam que as lideranças e grupo ligados à cooperativa desencadearam inúmeros conflitos pessoais entre os participantes trabalhadores da cooperativa e os agricultores familiares assentados. Desse modo, fragilizaram-se os laços de amizade, responsabilidade e aprendizagem coletiva, desfazendo as ações solidárias e de relações de reciprocidade, consubstanciadas nessas premissas.

Outro estudioso deste tema, Elpídio Serra (2010), pesquisou a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), instalada no assentamento rural de reforma agrária Santa Maria, município de Paranacity, noroeste do estado do Paraná. Discute a eficiência do sistema de cooperativa de produção, constituído de pequenos agricultores, e mostra a forma avançada em que a cooperativa se encontra, com produtividade e desenvolvimento de produtos para comercialização.

Mantido por intermédio da cooperativa COPAVI, o assentamento coletivo Santa Maria deve seu sucesso, em grande parte, “[...] à ruptura de uma lógica que se estabeleceu em meio às relações sociais dos beneficiários dos projetos de Reforma Agrária, particularmente os implantados no estado do Paraná” (SERRA, 2010, p. 29).

Na decisão para os assentados, entre ficar com “a minha terra” ou com “a nossa cooperativa”, Serra (2010) explica que a primeira opção acaba ganhando força por alguns motivos bastante evidentes, como o de ter que renunciar ao direito pela apropriação individual da terra, rompendo com aquilo que era o idealizado – um pedaço de terra. Já o coletivo, e em benefício da cooperativa, engendra a viverem em sociedade, forçados a incorporar valores e laços de convivências que nem sempre fazem parte de seu modo de viver.

Serra (2010) argumenta que o sistema na COPAVI é sustentado pelo coletivo, quando os princípios do trabalho de ajuda mútua e da ajuda própria se complementam na produção econômica e social. Desse modo, na COPAVI, esse sistema funciona e é eficiente, gera condições para a formação de grupos de trabalho coletivo, nos quais todos trabalham juntos. No entanto, é preciso enfatizar que existem os desafios, como esse relato de uma assentada da Cooperativa:

Há muitas vantagens neste sistema, mas não é fácil. Numa família já há conflitos, imagine viver no mesmo espaço com mais de vinte famílias com

costumes diferentes. Você acorda, enxerga a cara de todo mundo no café da manhã, vai pro trabalho tá com um, tá com outro diferente, vem pro almoço e as mesmas caras, vai pra casa todo mundo vizinho um do outro. Então, de certa forma a gente tem que ter aquela serenidade. Agora, tem pessoas que não conseguem conviver em harmonia, então chega um ponto que desiste (SERRA, 2010, p. 28).

Na Reforma Agrária, as estatísticas dos projetos coletivos perdem para os projetos individuais. Contudo, na dimensão qualitativa os assentamentos coletivos apresentam resultados satisfatórios. Segundo Serra (2010), basta observar alguns pontos básicos: i) no trabalho coletivo, envolvendo as relações de produção e a divisão social do trabalho, os volumes produzidos alcançam mercados e preços mais elevados na hora de vender; ii) quando da compra dos insumos que vão gerar a produção, os preços acabam sendo menores, pois os volumes adquiridos são maiores.

A produção de cachaça orgânica e de açúcar mascavo possui ampla aceitação na região e, com o aprimoramento e a qualidade na produção da cachaça orgânica, a cooperativa exporta para Espanha, França e Itália. A produção comercializada pela cooperativa apresenta uma diversidade que conta com leite, queijos, legumes, hortaliças e produtos panificados. Participam do programa PNAE e vendem em feiras livres sob a marca de produto agroecológico (SERRA, 2010).

Muitas e variadas notícias têm sido veiculadas em jornais em relação ao sucesso da cooperativa e do modelo de assentamento em agrovila. Serra (2010) levanta alguns fatores: i) como forma de manter a coesão das famílias, a agrovila estabelece algumas práticas coletivas; ii) as casas são construídas perto uma das outras, mantendo uma estrutura para o refeitório; iii) o café da manhã e o almoço coletivo acontecem no restaurante comunitário; iv) apenas a alimentação noturna é feita pela família em sua residência, a fim de manter a privacidade; v) o trabalho coletivo no refeitório é realizado em rodízio de atividades e todos participam, tanto homens quanto mulheres.

Cabe lembrar que essas vantagens apresentam apenas um lado do sistema coletivo e “[...] devem ser consideradas, ainda como vantagens, o rompimento do isolamento social e o cultivo das lições que os assentados tiveram que ‘decorar’ quando eram acampados: sozinhos não representavam nada, juntos constituem força”, observa Serra (2010, p. 30).

À época, de acordo com o INCRA, caso o assentamento assumisse o modelo individual, apenas 10 famílias poderiam dividir a área. Serra (2010) admite que, sendo o assentamento coletivo, a terra não é dividida, e o número se elevaria para 25 famílias.

É preciso enfatizar ainda a condição de acampado, depois de um longo processo de luta de beira de estrada, morando em barracos de lona, com a convivência efetiva de conflitos. Serra (2010) observa que os acampados, por mais que permaneceram como coletivo na etapa do acampamento, não é fácil fazê-los renunciar à terra como um bem privado e, ainda, conviver com os contrários no assentamento coletivo.

Para o desenvolvimento econômico e social dos assentamentos, o MST experimentou diversos projetos de desenvolvimento, implanta associações, cria cooperativas e o modelo de preferência, as CPAs. Idealizado pelo movimento, o projeto qualificado como de cooperação e de propriedade coletiva se mostrou em descompasso com a organização social do assentado, que é demarcada historicamente pela prática da agricultura familiar, analisa Serra (2010).

A lógica produtiva do projeto de cooperativa ora foi conciliatória, ora imposta pelo MST. Desse modo, para Serra (2010) as sociabilidades estabelecidas no cotidiano dos assentamentos foram construídas no trabalho e nas práticas coletivas, mas também nos conflitos vivenciados.

PARTE III

**ASSENTAMENTO E COOPERATIVA:
OS VÍNCULOS ECONÔMICOS E SOCIAIS**

CAPÍTULO 6

DA FAZENDA EXPROPRIADA PELA UNIÃO AO ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA

Quando iniciamos o projeto para a elaboração dessa tese, recorreremos a fontes de diferentes naturezas. Junto ao INCRA levantamos que, segundo mapeamento de 2017, no Estado do Paraná, o número de assentamentos era então de 329, nos quais residiam 18.799 famílias. No Oeste do Paraná constam 27 assentamentos e 1.470 famílias. Quanto ao número de cooperativas em funcionamento nos assentamentos, e filiadas à Cooperativa Central dos Assentados (CCA), solicitamos à CCA/CURITIBA-PR, a qual informou, ainda em 2017, que existiam 20 cooperativas no estado, com 5.666 associados. No Oeste do Paraná, existiam três cooperativas, com 592 associados, dentre elas a Coopercam.

Realizamos buscas em bases de dados para levantar pesquisas realizadas em assentamentos no Oeste do Paraná. Chamou nossa atenção uma pesquisa na Fazenda Mitacoré, na qual Brenneisen (2002) apontava um “possível” assentamento com produção e lotes coletivos. “Possível” porque a autora concluiu a pesquisa em 2001, antes da decisão do MST entre os projetos de assentamento individual ou coletivo.

Brenneisen (2002) realizou amplo estudo na Fazenda Mitacoré, na fase de acampamento, de 1997 a 2001. Nas entrevistas e observações, acompanhou a intenção do MST de implantar uma CPA no futuro assentamento. A referida autora mostra uma entrevista do Jornal “O Paraná”, de 9 de julho de 1999, na qual um dirigente do MST menciona a possibilidade de o assentamento ser coletivo:

A direção estadual do movimento, na medida em que tramitava o processo de imissão de posse junto ao INCRA, deu início à organização do assentamento, definindo que aquela área seria destinada à formação de uma CPA. Se um dia aquela fazenda havia sido ‘modelo’ agora teria que ser um assentamento ‘modelo’ (BRENNEISEN, 2002, p. 208).

A tese doutoral de Brenneisen (2002) é uma das fontes bibliográficas mencionadas nessa pesquisa, não apenas por fornecer elementos do período do acampamento, mas por sobretudo analisar as políticas do MST materializadas com a implantação de modelo cooperativista e o engajamento dos assentados, bem como

por analisar as tradições históricas e as formas sociais de organização do trabalho e das famílias.

Passaram-se alguns anos entre a ocupação da Fazenda Mitacoré e os dias atuais. Então, decidimos visitar o assentamento. Poucos quilômetros separam-no da cidade mais próxima. Seguindo pela estrada, avistamos primeiramente o acampamento Sebastião Camargo, com casas de madeiras, outras com madeiras recicladas e algumas cobertas de lona. Aquele cenário só reforça as desigualdades econômicas e sociais no campo. Muitas casas, roupas penduradas em varais e nas cercas que demarcam os limites de cada família. Uma paisagem bucólica de inverno, com vegetação amarelada, queimada, quase sem vida.

Ao entrar pelo portão do acampamento Sebastião Camargo, logo avistamos a bandeira do MST, uma corrente atravessada na entrada, e umas poucas pessoas fazendo a guarda - supomos. Paramos, pedimos informações, pois precisávamos visitar um dos gestores da cooperativa. Explicaram-nos o destino e um garoto se ofereceu para nos acompanhar. Aliás, o acampamento Sebastião Camargo fica ao lado do assentamento Antônio Companheiro Tavares. Saímos em direção ao assentamento, e logo a paisagem foi se alterando.

A terra ora lavrada, ora com plantações, também tinha pastagem e criação de animais. Como os lotes são individuais, a divisão entre eles estava visível por diferentes plantações e o jeito particular com que cuidam da terra. As casas de alvenaria são bem cuidadas, ao lado de galpões com carros, caminhões, máquinas e tratores agrícolas. Algumas propriedades guardam as primeiras e pequenas casas de madeiras modestas que relembram a instalação da família no assentamento.

Quando entramos por um caminho estreito, havia flores e árvores frutíferas no entorno da residência. Aproximamos e logo fomos recebidos, primeiramente pelos cachorros que latiam sem parar, depois pelo agricultor que foi logo dizendo: “Vamos chegar!”. No início, as apresentações; depois, a conversa seguiu animada, mas ao mesmo tempo um tanto reservada e até com certa desconfiança do dono da casa.

Já era quase hora do almoço e, como não queríamos atrapalhar, solicitamos contatos de outros assentados, agradecemos pela prosa e nos despedimos. Tivemos a certeza de que as questões de pesquisa da tese seriam investigadas e que os resultados seriam fecundos.

Outras visitas foram realizadas antes da elaboração dos instrumentos de coleta de dados e outras constatações foram tomando forma no avançar das

conversas. Hoje, o assentamento Antônio Companheiro Tavares não possui agrovila, sendo a produção e a disposição dos lotes individuais. Uma realidade diferente daquela pesquisada por Brenneisen (2002). Então, fomos informados que o modelo de produção coletiva e de agrovila idealizado pelo MST não vingou, e que o plano inicial do MST não seguiu adiante por pressão dos recém-assentados à época. Mais adiante, nessa tese, apontaremos os motivos pelos quais não foi possível implantar o modelo idealizado pelo MST.

Essas informações colhidas encontravam-se na fase da pesquisa exploratória. Conforme Michaliszyn (2012, p. 109), “não basta ao pesquisador ter a temática de investigação (o problema) previamente definida. Necessita, antes de tudo, relacionar o problema, o tema que o inquieta e o insere na ‘arte de pesquisar’, com estudos elaborados por outros pesquisadores”.

Outras informações no tocante ao assentamento foram nos aproximando para a decisão do campo empírico, como essa. Durante alguns anos vigorou no assentamento Antônio Companheiro Tavares uma associação para a comercialização da produção, depois transformada em cooperativa: a “Coopercam”. Sua sede fica no assentamento Antônio Companheiro Tavares e é administrada pelos agricultores familiares associados desse e de outros assentamentos do Oeste do Paraná. Embora essas constatações fossem nesse momento incipientes, decidimos realizar o nosso estudo de caso nesse assentamento.

O “estudo de caso” foi à modalidade de pesquisa escolhida para o desenvolvimento da tese. Yin (2001) considera que no estudo de caso a estratégia de pesquisa é abrangente, porém possui características que analisa questões específicas e contextos delimitados.

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real (YIN, 2001, p. 19).

A escolha do estudo de caso nessa tese apresentou algumas vantagens, principalmente na coleta de dados. Todos os entrevistados foram acampados e participaram do MST e são agricultores familiares do Assentamento Antônio Companheiro Tavares. Outra vantagem foi a acessibilidade da pesquisadora aos locais de observações, tais como propriedades agrícolas, residências dos

agricultores familiares, igreja, cooperativa e estradas. Quanto às desvantagens, muitos se recusaram participar da pesquisa, e os que participaram tiveram receio de expressarem-se abertamente.

Nessa modalidade de pesquisa de estudo de caso, abrange-se um conjunto de métodos e técnicas como: observação direta e entrevista semiestruturada. A observação direta consistiu em presenciar as reuniões dos associados na cooperativa, visitar o assentamento para acompanhar as atividades cotidianas dos agricultores familiares, fazer perguntas sobre as histórias de vida, do cotidiano no assentamento e das famílias. Essas observações foram importantes para compreender as ações coletivas que executam enquanto relações econômicas e sociais no assentamento e na Coopercam.

De acordo com Michaliszyn (2012, p. 51) o pesquisador define formas de controle e de observação, selecionando as variáveis que podem influenciá-lo e os efeitos que poderão interferir no objeto em investigação. “Por outras palavras, trata-se da pesquisa desenvolvida a partir da observação direta dos fatos”.

As técnicas para a coleta de dados consistiram no registro em diário de campo. Para tanto, traçamos os itens observados em um quadro de referência (Apêndice 1). Esse quadro nos guiou nas incursões pelo assentamento e mantivemos sempre à mão o diário de campo.

Para as entrevistas semiestruturadas (Apêndice 2), buscamos os agricultores familiares associados à cooperativa e os que se desligaram da cooperativa. Para tanto, utilizamos um roteiro de entrevista contendo 36 questões, aplicadas a oito agricultores familiares. Ferrand (1999) argumenta que as pessoas interrogadas recortam períodos e expõem trajetórias vividas, o falar de si. O levantamento de percurso de vida, desse modo, organiza-se em torno de um esquema de narrativa socialmente admitida.

O objetivo das perguntas foi identificar como se apresentam as relações de poder, os problemas remanescentes provenientes da organização social e da produção econômica junto aos agricultores familiares e à cooperativa, bem como as práticas sociais e econômicas existentes no interior do assentamento.

Ao questionarmos sobre a história e trajetória de vida no acampamento e no assentamento, os relatos foram marcados por emoções, memórias que tomam forma nas palavras emotivas, nostálgicas, revoltosas, amedrontadas e inconformadas das situações vividas no passado e também no presente.

Os dados da pesquisa resultaram em princípios qualitativos. Para Michaliszyn (2012) a abordagem qualitativa, ao contrário da quantitativa, aprofunda-se no mundo dos significados das relações humanas e suas ações, respondendo às questões muito particulares, trabalhando com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, aproximando-se à realidade vivida.

Devido à importância atribuída ao contexto nas pesquisas qualitativas, recomenda-se, como explicitam Alves-Mazzatti e Gewandsznajder (2001), que a investigação seja precedida por um período exploratório, esse sendo antecedido pela fase de negociações para obter acesso ao campo empírico. Desse modo, durante a realização dessa pesquisa foram várias etapas, desde o início do período exploratório até a coleta de dados. Ao todo foram dez visitas ao assentamento, sendo que em uma delas permanecemos no assentamento por três semanas e, durante esse período, fomos hospedados por duas famílias.

Assim, fomos conduzindo a pesquisa empírica, ora nos locais de trabalho, ora nas residências dos agricultores familiares. Estávamos em pesquisa de campo no dia 6 de agosto de 2019, ano em que se completam 22 anos da ocupação e permanência na terra. A data foi lembrada por todos os agricultores familiares que visitamos e entrevistamos. Tivemos a grata satisfação de presenciar a emoção e o significado de estarem vivendo na terra.

Cabe salientar que os entrevistados não estão identificados pelo nome na tese. Essa condição foi solicitada por eles, motivados por acontecimentos que os inibem de falar publicamente. Então, mostraremos suas respostas em narrativas e trechos de suas falas, sem mencionar seus nomes, resguardando assim o direito ao anonimato. Sendo assim, mencionaremos números ao invés de nomes.

Durante as observações e visitas aos agricultores familiares, foram narrados acontecimentos vivenciados no acampamento, no assentamento e como associados à cooperativa. Fizeram-se comparações dessas etapas da vida, principalmente no tocante aos vínculos econômicos e sociais e aos conflitos relacionados à terra. Logo, compreendemos que o anonimato de fato se faz necessário, a julgar por depoimentos como esses:

No tempo do acampamento existia mais diálogo. As pessoas não são mais unidas, pois houve perseguições quando já estávamos assentados e de fato foram tiradas famílias do assentamento sem terem o direito de defesa; [...] aqui tinha muitas famílias e a terra não dava para todos. Fiquei aqui, o pessoal foi saindo para outras áreas. Ficando aqui tem que se resguardar,

tem que ir produzindo; [...] ao entrar no acampamento em agosto, já começávamos plantar mandioca em uma área coletiva. Precisávamos de dinheiro, não tinha carros em boas condições e muito menos combustíveis. O acampamento também serviu de base para outras ocupações [...]; A primeira tentativa era a de mudar a vida e a segunda, já no assentamento, foram as famílias se defendendo da liderança do MST. (ENTREVISTADOS 1 e 7)

O diálogo era conduzido por mais de um membro da família, os quais interagiam no resgate da própria história de vida. Havia uma necessidade de falar, quase confessional e alentadora. Ao serem questionados sobre o tempo vivido no acampamento, expressaram não só os direitos de trabalhadores militantes, mas a justiça, a divisão justa da terra, a reparação de erros do passado. Então, perguntamos: “a que erros se referem?”. “Um, em especial”, respondeu o agricultor familiar (1): “a política de reforma agrária pelos governos, os outros erros são consequências desse”.

O Entrevistado 1 respondeu que no acampamento existia mais diálogo e depois as pessoas não ficaram unidas. Quando já estavam assentados, por muitos anos, houve perseguições, foram tiradas famílias de forma violenta, sem que os motivos fossem discutidos no coletivo. As famílias despejadas não tiveram o direito à defesa. “Foi muito injusto, pois deixaram para trás sua moradia, plantações, equipamentos e animais, perderam tudo”, argumenta o Entrevistado 4.

Seguimos com as entrevistas e as observações, as quais tomaram corpo e o nosso olhar tornou-se mais aprofundado em relação aos vínculos sociais rompidos ou recriados, vínculos estabelecidos entre famílias e vizinhos acampados à época. Enfim, os vínculos econômicos entre os agricultores familiares assentados e a Coopercam.

Indicamos, a seguir, aproximações entre o arcabouço teórico do estudo e o terreno empírico. Nosso foco é expor uma linha de argumentação baseada nos mecanismos da dádiva, estudadas por Mauss (1974), que sustentaram os vínculos nas sociedades arcaicas e que incidem nos dias atuais. Também nas reflexões conduzidas por Polanyi (2000, 2012) quanto aos princípios econômicos de reciprocidade e domesticidade, sem deixar de incorporar a redistribuição e o intercâmbio, os quais contribuíram para as análises dessa tese

Mauss (1974) menciona que o sistema de dar, receber e retribuir tem a finalidade de garantir a manutenção dos vínculos sociais e permite entender o princípio da reciprocidade. A dádiva não pode ser reduzida ao aspecto econômico. É

uma lógica organizativa do social e de carácter universalizante que corresponde a uma forma de lidar com a interdependência entre os seres humanos, sendo que seu mecanismo institui e cultiva a confiança e a aliança.

Retomamos aqui os conceitos dos princípios econômicos preconizados por Polanyi (2000), dos quais o princípio da reciprocidade é exercido quando as prestações e contraprestações são realizadas, ou seja, quando há o ato de dar e receber, não necessariamente pelo mesmo indivíduo, não se baseando o mesmo em qualquer princípio utilitarista.

Desse modo, a reciprocidade refere-se aos sistemas de relações múltiplas entre agrupamentos simétricos, como unidades familiares e entes comunitários. “A reciprocidade entre indivíduos só integra a economia quando há estruturas simetricamente organizadas” (POLANYI, 2012, p. 304).

Polanyi (2000) discorre ainda sobre o princípio econômico da domesticidade. Em essência, o princípio sustenta-se na produção e armazenamento para suprir as necessidades dos membros do grupo, tais como a família, a aldeia ou o domínio senhorial, mesmo sendo indiferente à natureza do núcleo institucional na qual aquelas entidades se apoiam.

Quanto ao princípio econômico de redistribuição, designa movimentos de apropriação em direção a um centro e, partindo dele, ocorre a redistribuição. Esse depende da presença da centralidade do grupo e o movimento não pode ocorrer sem um centro estabelecido, não se tratando de um padrão individual de comportamento, mesmo em caso de pequena escala. Polanyi (2000, 2012) argumenta que o efeito integrador estava condicionado pela presença de arranjos institucionais claros, de organização simétrica.

O princípio econômico do intercâmbio apresenta apenas excepcionalmente um poder de integração econômica e está associado ao modelo de mercado. Consequentemente, o mercado se utiliza de mecanismos como o dinheiro, possui poder de compra e acontece pela relação da propriedade privada, de contrato, de forma livre. Polanyi (2000 e 2012, p. 304), salienta que “os atos de troca no plano pessoal só produzem preços quando ocorrem num sistema de mercados formadores de preços, um arranjo institucional que nunca surge de simples atos aleatórios de troca”.

Para fins de exposição dos dados coletados e análise, explicitamos novamente o objetivo geral da tese: *realizar um estudo de caso no referido*

assentamento, aplicando os princípios econômicos de reciprocidade, de redistribuição, de domesticidade e de intercâmbio, na busca de respostas aos dilemas dos agricultores familiares no assentamento e junto à Coopercam, tanto na participação econômica como no universo das relações e práticas sociais.

Também buscamos identificar como se apresentam as relações de poder, os problemas remanescentes provenientes da organização social e da produção econômica junto aos agricultores familiares e à cooperativa, bem como as práticas sociais e econômicas existentes no interior do assentamento.

Resgatamos também a questão central dessa tese: quais problemas da sua dinâmica interna remanescem no assentamento? E, ademais: como os conceitos de Karl Polanyi e de outros autores podem contribuir para os esclarecimentos das práticas sociais e econômicas existentes no interior do assentamento?

Embora nosso problema de pesquisa e o objetivo central focalizem o assentamento e a cooperativa, também buscamos evidências no acampamento para compreender a vida no acampamento e como ocorreu a transição de acampado para assentado da reforma agrária. Assim, esperamos esclarecer os problemas remanescentes em assentamentos, em específico no assentamento Antônio Companheiro Tavares. Para fins de exposição e análise, iniciamos com as experiências e vivências no acampamento da Fazenda Mitacoré.

6.1 O ACAMPAMENTO: TEMPO VIVIDO NA LONA

Os agricultores familiares que entrevistamos vivenciaram o tempo de acampamento e, agora, estão assentados. Relatam que entraram no acampamento em agosto de 1997, e o MST organizou a ocupação no acampamento, as marchas e outras manifestações. Destarte, questionamos: “o que faziam antes da militância?” Ouvimos histórias similares, marcadas por memórias de pais camponeses, de trabalhadores desempregados e empregados do campo e da cidade, de meeiros e agricultores que perderam suas terras.

O assunto da Fazenda Mitacoré espalhou-se pela imprensa local e as notícias também chegavam aos acampamentos da região. De tal forma que ficou mais fácil entrar no movimento, mesmo sem experiência como militante, do que esperar por melhoras, pois não se tinha perspectivas de emprego, moradia e de um pedaço de

terra para plantar. Sendo assim, quando ficaram sabendo que a Fazenda Mitacoré estava em fase inicial de ocupação, optaram por reivindicar um pedaço de terra para sua família.

Em fase anterior à ocupação, a Fazenda Mitacoré pertenceu ao antigo Banco Bamerindus e passou pelo processo de expropriação para o Banco Central, devido às dívidas contraídas pelo proprietário da fazenda e do referido banco. A fazenda com 1098 hectares³⁹ foi modelo de tecnologia e de produtividade. Em sua sede, à época, possuía um centro de referência em pesquisas, com estrutura de galpões, laboratórios e máquinas. As pesquisas ali desenvolvidas eram reconhecidas pela inovação em sementes e agrotóxicos.

Com a expropriação da fazenda pela União, as notícias veiculavam que a área seria leiloada ou destinada à União para atividades de pesquisa ou exploração. Naquele momento, o MST do Oeste do Paraná vislumbra a possibilidade de implantar um assentamento. Então, apresenta a proposta ao INCRA para que a área fosse destinada à reforma agrária. O MST, por sua vez, em 6 de agosto de 1997, comanda a ocupação da fazenda com aproximadamente 380 famílias.

Na terra ocupada, o acampamento foi construído às margens da rodovia BR-277, a seis quilômetros do município de Santa Terezinha de Itaipu-PR. Chegando ao acampamento, as famílias logo foram montando os barracos feitos de galhos de árvores (eucaliptos) e cobertos de lona preta, símbolo da luta do movimento contra os latifúndios e as políticas de governo. Próximos ao acampamento, muitas árvores, mina d'água, rio e a estrada federal, assim não havendo maiores dificuldades na construção dos barracos, de lenha para cozinhar, no consumo da água e no deslocamento.

Na precariedade da lona os acampados da fazenda Mitacoré viviam sem data para se tornarem assentados. No acampamento viveram em precárias condições materiais, além do enfrentamento com a polícia e a política de criminalização da ação do movimento, conforme constatam Ribeiro (2010) e Bahniuk e Camini (2012).

Os barracos foram feitos com estacas de galhos de eucalipto e não ofereciam resistência em caso de fortes chuvas e ventos. Durante os temporais, as famílias socorriam as crianças, os mais velhos e saíam das lonas. Ficando sem abrigo,

³⁹ 1098 hectares equivalem a 453,71 alqueires na medida Paulista. Segundo o Entrevistado 4, cada família assentada ficou com 10 hectares (04 alqueires na medida Paulista), ou seja, 96.800 m².

corriam para as margens da rodovia temendo que as árvores fossem destruir os barracos e suas vidas.

O acampamento formou-se do aglomerado de barracos e, em cada barraco, uma família. Nessa organização por família e barraco, foi respeitada a lógica familiar. Como núcleo familiar, os membros da mesma família não se separavam (pai, mãe, filhos, avós, neto, demais entes que se consideravam da mesma família). Nessa lógica organizativa, operava outras atribuições, na qual um era responsável pelos demais membros daquela mesma família, características evidentes da domesticidade. A responsabilidade estava em receber: doação de bens de consumo, remédios, roupas e calçados dos setores responsáveis para a manutenção do acampamento, bem como a produção dos alimentos nos roçados comunitários que se formavam ao entorno do acampamento. A vigência do princípio da domesticidade combina o pertencimento de ser um “sem-terra” com os laços de sangue e ao território, “a terra”.

A vigência do princípio da domesticidade marca todas as sociedades conhecidas, como afirma Gaiger (2016). As raízes são cambiantes e se baseiam na proximidade de laços de sangue e de pertencimento a uma comunidade por costumes ou por território, os quais se originam da solidariedade familiar e comunitária. Desse modo, os sujeitos partilham valores e crenças mutuamente e que convergem para a coesão social.

Muitas mulheres trabalhavam fora e isso era mal visto pelo movimento, afirmam os entrevistados. As lideranças do MST mostravam-se extremamente machistas e as mulheres buscavam por seus direitos e não eram ouvidas. Alguns acampados optaram em deixar as famílias nas cidades próximas, optando dessa forma pela própria sobrevivência. No acampamento não teria como manter a família, então a esposa ou o esposo permaneceu trabalhando na cidade, mantendo a família, enquanto o(a) companheiro(a) estava no acampamento, com ou sem os filhos.

De acordo com o Entrevistado 1, a manutenção de toda a família no acampamento foi um dos critérios do movimento para se tornar assentado. Desse modo, os líderes do MST exerciam pressão para que as famílias não ficassem divididas e aqueles que trabalhavam fora tiveram que deixar seus empregos, ainda quando estavam no acampamento.

A ocupação da terra da Fazenda Mitacoré foi organizada e intensa para manter o coletivo unido e com coragem. As exigências com os acampados foram grandes: muitas reuniões, disciplinamento, manter o povo com atividades, trabalhos coletivos na roça, acampamento com serviços específicos, marchas e manifestações. Os Entrevistados 1 e 5 relatam que no início tiveram que apresentar atestado de antecedentes criminais e os papéis foram encaminhados para o INCRA. E, os líderes locais do MST exigiram, ainda, que os membros da família estivessem juntos.

O MST, desta maneira, hierarquizou a organização para viabilizar seu projeto de reforma agrária. Por sua vez, os sem-terra aprenderam a agir em caso de confrontos e a escolher quais pessoas iriam negociar e/ou falar com a imprensa, conforme relatam os entrevistados 1 e 7.

O acampamento foi dividido em grupos de trabalho. Cada grupo continha no máximo 12 famílias, e cada grupo com seu nome, representando a cidade de origem (Medianeira, Missal, Vera Cruz do Oeste, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, dentre outros). Havia duas lideranças para cada setor, um coordenador e uma coordenadora, os quais organizavam questões de segurança geral, saúde, educação, alimentação, infraestrutura e finanças. Cada setor fazia o cadastramento dos grupos de famílias e passava para o coordenador geral, representante do acampamento. A coordenação geral recebia o apoio dos coordenadores dos setores, para que as decisões fossem tomadas em conjunto, como assim explicaram os entrevistados 2 e 3.

Homens e mulheres trabalhavam na segurança. O grupo da guarda tem um rodízio maior devido ao número de pessoas no acampamento, bem como pela condição de vulnerabilidade e de constantes ameaças de despejos em que passavam os acampamentos na região e no Brasil. O Entrevistado 3 explica que trabalhou na segurança e que, durante a guarda, foi proibido pelo MST o consumo de álcool, bem como em todo o acampamento. Esse grupo foi considerado um dos mais importantes e os rodízios em escala de vigia serviam para prevenir subornos e que o acampamento fosse atacado por consequência disto.

Nas narrativas dos Entrevistados 1, 4 e 7, uma das situações críticas vivenciadas pelos acampados foi a contaminação da fonte de água. Como consequência, ocorreu um surto de diarreia que atingiu as pessoas e não havia remédios suficientes. Usavam aquela água para beber, fazer comida, lavar roupas e

tomar banho. Houve rumores que a contaminação foi provocada, mas isso não ficou provado, pois se estava em um período de chuvas e as enxurradas podem ter comprometido a qualidade da água.

Os doentes foram atendidos pelos coordenadores de saúde do acampamento, técnicos de enfermagem que atuavam em hospitais da região. Alguns desses profissionais tinham familiares acampados ou engajados no movimento. Então, os profissionais vieram e permaneceram com suas famílias no acampamento. Naquele momento, não se pensava mais na terra, mas apenas em reunir forças para dar condições de saúde para os companheiros e companheiras do acampamento, argumenta um agricultor entrevistado (7).

Àquela época, quando as ocupações no estado do Paraná eram intensas, reivindicaram junto à Secretaria de Estado da Saúde atendimentos e encaminhamentos para as Unidades Básicas de Saúde. O Entrevistado 4 relata que nos municípios, de uma hora para outra, precisava-se absorver centenas de pessoas. Como a área da saúde não pode esperar, então a liderança do movimento precisou solicitar empenho por parte dos municípios e estado.

Esse relato produziu forte emoção no agricultor familiar entrevistado (7). Houve muitas dificuldades: com os barracos, com a água contaminada e com os remédios. Chegavam pessoas que diziam: “minha criança está morrendo!”. Então, tiveram que procurar uma forma para ir à cidade em busca de médico e, posteriormente, pelos remédios.

Para a alimentação buscavam ossos nos frigoríficos e, por meio de doações, faziam “sopão” para os acampados. Os alimentos arrecadados eram concentrados num único local: um centro que assumia a redistribuição junto aos acampados. As cestas básicas não eram suficientes para todos e, com poucos alimentos, os itens das cestas foram divididos em partes iguais. Às vezes o açúcar não era suficiente para todas as famílias dos barracos; por isso, também o dividiam, como narraram os Entrevistados 2 e 4.

O Entrevistado 1 explica que o tempo em que permaneceu acampado foi uma escola de imenso aprendizado, tanto de generosidade, solidariedade, como de formação política propiciada pelo MST. A partir das dificuldades dos outros, foram solidários e praticaram a ajuda mútua. Olharam para o coletivo e dividiram - alimentação, saúde, segurança, dentre outros valores do curso da vida.

A ajuda mútua e os grupos de trabalho parecem, precisamente, engajar no conjunto da organização daquela sociedade camponesa, como observa Sabourin (2006). Sendo assim, essa prestação não é necessariamente igualitária, porque na devolução não aparece a contagem ou simetria das prestações.

Observamos essa fala de um agricultor familiar entrevistado (7): “Depois comecei ver o povo pobre, tu nem queres saber se vai ficar rico, é uma luta de pessoas que estão sem muita esperança”. Diante de tanta adversidade, o Entrevistado reconhece que nem pensava mais na terra, “[...] só pensava que tinha que reunir forças para dar condições para aquele povo do acampamento”. O dar “condições” representa a dádiva, a oferta de bondade e a aliança que se forma entre quem dá esperança e quem a recebe. Os acampados se reconheceram coletivamente, assumiram o “seu valor social”, como revelado por Mauss (1974), e assim ofereceram a “esperança”.

Mauss (1974) evidencia a base da organização das sociedades arcaicas e os fundamentos da vida coletiva dessas sociedades. Ao explicar por meio da teoria da dádiva que todo sistema de troca efetuado, dar-receber e retribuir, está embasado no movimento das coisas ou objetos, conclui que a dádiva movimenta também a alma das pessoas. Caillé (2007), por sua vez, busca referência em Mauss (1974) para expressar que a dádiva aplica-se à prestação efetuada de qualquer fornecimento de bens ou serviços realizados sem garantia de retorno, a fim de criar e manter o vínculo social. A dimensão de gratuidade está presente nessa relação de dar, importando mais o vínculo que o bem. Esse elo estabelecido cria, mantém ou reproduz a sociabilidade.

Turatti (1999) explica que, para as famílias acampadas um novo processo de construção de sociabilidade e de projeto de vida se iniciam. A condição de “sem-terra” marca o início de um modo de vida coletivo engendrado pela solidariedade familiar, comunitária e, ao mesmo tempo, por conflitos.

No acampamento, as primeiras assembleias e reuniões serviram para juntar “as ideias”, conhecer as pretensões de todas as famílias de acampados, ou seja, o futuro, conforme rememora o Entrevistado 7. Passavam pela formação, iniciando pela política e, sendo assim, a liderança do MST ensinava sobre a conjuntura política, falava dos políticos, e que todos mereciam ter sua terra para plantar. No entanto, para que isso pudesse ocorrer, o caminho seria “permanecer no movimento” e fazer pressão para acontecer a reforma agrária.

De certa maneira, a formação encorajava-os para os dias difíceis. A ocupação, a luta e a resistência transformariam sua realidade e conseguiriam um pedaço de terra para “novamente criar raízes”, como menciona um agricultor familiar entrevistado (4).

Nas narrativas que colhemos dos agricultores familiares, quando acampados sofreram a criminalização do movimento e recordam como foram chamados: sem teto, desocupados, arruaceiros, entre outros. Não admitiam ser tratados dessa forma, porque antes da militância foram trabalhadores desempregados e empregados do campo e da cidade, e também meeiros. Provenientes de diferentes categorias e origens diversas, formaram o "coletivo" de trabalhadoras e de trabalhadores sem-terra, como observa Leite (2012).

Os entrevistados concordam com o MST quando a liderança explicava que precisavam ter união. Durante a formação política, falaram de Marx e Che Guevara, das ideias socialistas e revolucionárias (ENTREVISTADO 1). Compreenderam, então, que o movimento também era uma forma de combater a desigualdade, tanto pela lógica capitalista, quanto pelas políticas instaladas no Brasil. Fariam parte da triste estatística do desempregado do campo e da miséria urbana. Como aponta Fernandes (2000), o “Sem-Terra” apresenta o significado completo da condição de exclusão, por meio da negação de uma condição de ser camponês, sem poder trabalhar na sua terra.

Os entrevistados acreditam que a criminalização do movimento deve ser combatida. Os financiadores dessa criminalização defendiam a compra da terra com dinheiro e, assim, o país colecionava políticos e políticas de corrupção. Alguns representantes políticos e meios de comunicação foram contrários à reforma agrária. Não defendiam os pobres e a divisão justa da terra. Então, o Entrevistado 1 complementa:

Mudou totalmente a minha forma de ver o movimento, o pensamento inicial era de capitalista ‘vamos pegar a terra e vender tudo’. Mas, depois compreendi que ao conquistar a terra, a manutenção e produção foi o real motivo de estar no movimento (ENTREVISTADO 1, 2019).

Os líderes faziam reuniões com frequência, a fim de repassar informações acerca dos avanços junto ao INCRA, secretarias, governos e representantes políticos. Eles estavam em constantes negociações, explicavam as dificuldades e as análises de conjuntura do movimento nas escalas políticas, no âmbito do município,

estado e do governo federal. Eram reportadas quais as ações do movimento, outras ocupações de terras e despejos violentos que ocorreram naquele período, bem como o remanejamento de famílias.

“No acampamento era muito dinâmico e não se parava”, relata o Entrevistado 7. As atividades realizadas no acampamento recebiam apoio das coordenações do MST da região e do estado, ou seja, “dava-se o sangue”. Sempre com o pensamento que teria a terra. Nas manifestações organizadas pelo MST, a luta pela terra era também marcada por marchas. Caminhava-se pelas rodovias por dias, com o apoio de carros que forneciam alimentação, medicamentos e, quando necessário, levavam aos hospitais (ENTREVISTADOS 1 e 4).

Para o MST, as marchas são históricas desde os primeiros acampamentos no Rio Grande do Sul, quando centenas de trabalhadores se deslocavam dos acampamentos rumo à capital para negociar com os governantes. Fernandes (2000) aponta que para o movimento a marcha trata-se de uma necessidade de expandir as possibilidades de negociação. No ponto de chegada de cada marcha podem ocorrer ocupações de ruas, estradas, praças e prédios públicos e negociações com os políticos locais.

No acampamento, as crianças, jovens e adultos tiveram oportunidade para estudar. O transporte dos estudantes foi disponibilizado pelo município de São Miguel do Iguaçu-PR. O Entrevistado 4 explica que tiveram algumas dificuldades no início, dado o aumento de crianças em idade escolar, porém tiveram vagas suficientes nas escolas.

Um dos agricultores familiares (8) que entrevistamos lembrou-se de Ademar Bogo e suas contribuições para a construção do movimento e de alternativas para os pobres do campo e da cidade. Igualmente, os padres mantiveram o grupo organizado para lutar pelo pão de cada dia, na arrecadação de alimentos, na promoção conciliatória dos sem-terra e comunidades próximas ao acampamento, e também os representantes políticos: “essa era a ideologia das cartilhas do MST, ‘que é uma maravilha’. Agora o que se tem no assentamento? Falta decisão democrática, contrariando ao que está nos princípios do movimento”.

Homens e mulheres com filhos pequenos e com poucos recursos financeiros chegavam ao acampamento e pediam para ficar. Tiveram aproximadamente 500 famílias, contando com aquelas outras 100 que chegaram, intempestivamente, do

despejo de uma fazenda localizada no município de Mariluz, Noroeste do estado do Paraná, como relata o Entrevistado 4.

O acontecimento marcou a todos pela violência empregada aos acampados no referido despejo, ficando registrado na memória de todos os entrevistados, que assim relataram: Os sem-terra vinham em direção à cidade de Foz do Iguaçu-PR em ônibus fretados e também em ônibus escolares da prefeitura daquele município. Seguiam no comboio caminhões boiadeiros trazendo os pertences dos sem-terra.

Quando os acampados da Fazenda Mitacoré souberam que os ônibus vinham com os despejados, um pequeno grupo de pessoas do acampamento cercou os ônibus na altura do município de Medianeira-PR. Esta ação seria para não deixar seguir viagem, mas não conseguiram parar o comboio, pois estavam em poucos companheiros.

Naquela noite, no acampamento, um sem-terra tocou o sino improvisado (um disco de arado). Segundo o Entrevistado 3, “quando o sino tocava, todos sabiam que não era coisa boa. Foram muitas badaladas rápidas, muitas pancadas, um alvoroço”. Logo souberam que os ônibus tinham passado por Medianeira e, assim, reuniram o maior número de pessoas e foram para a rodovia, em frente ao acampamento, com a intenção de interceptar ônibus e caminhões e não deixar passar.

Quando souberam que as famílias transportadas iriam ser deixadas, despejadas à própria sorte, em rua pública na cidade de Foz do Iguaçu, próximo à Ponte da Amizade entre Brasil e Paraguai, o sentimento era de raiva e de fazer justiça ao mesmo tempo. Por isso, os acampados da Mitacoré foram para a rodovia, cercaram os ônibus e caminhões boiadeiros que traziam as famílias e seus pertences. Não deixaram passar, pois estavam em muitos companheiros dessa vez, como relatam os agricultores Entrevistados 1 e 3.

Os relatos continuam tecendo histórias e memórias. Então veio a polícia, pedindo para não fechar a rodovia. Houve negociação para a liberação da pista. Por consequência, os sem-terra colocaram o comboio dentro do acampamento e a polícia que o escoltava não entrou. Ficaram intimidados pelo número de companheiros que estavam mobilizados para não deixá-lo passar em direção à cidade de Foz do Iguaçu.

Já era de madrugada quando os veículos entraram no acampamento. Souberam, depois, que foram escoltados pela polícia desde o município de Mariluz a

fim de garantir que os despejados chegassem ao destino encomendado pelos fazendeiros, histórias vividas e relatadas por todos os entrevistados.

Quando as mulheres do acampamento viram os ônibus chegando, foram receber os despejados com o cântico “*Abençoa Senhor as famílias, amém! Abençoa Senhor, a minha também*”⁴⁰”. O coro entoado seguia simbolizando tanto a solidariedade como a fé. Foram tomados por forte emoção, como observa o Entrevistado 4, demonstrando um gesto de acolhimento, compaixão e generosidade. Observamos nesses relatos que os traços de solidariedade e fé se entrelaçaram, pois os acampados tinham a influência da pastoral da Igreja Católica e a presença da Comissão Pastoral da Terra que, entre outras ações, desenvolviam celebrações e místicas no acampamento.

Durante a entrevista, percebemos que esses relatos ainda hoje emocionam, com destaque na solidariedade movida pelos acampados da Mitacoré para com os outros sem terras, naquele momento de fragilidade. Esse laço estabelecido por meio da solidariedade dá uma visão de unidade política e revela uma das dimensões que forma o Movimento Social. Na concepção de Melucci (1989, p. 57) “A solidariedade é a capacidade de os atores partilharem uma identidade coletiva (isto é, a capacidade de reconhecer e ser reconhecido como uma parte da mesma unidade social)”. O autor destaca que um movimento social estabelece uma forma de ação coletiva fundamental, a solidariedade, dentre outras dimensões no desenvolvendo de conflitos e o rompimento dos limites do sistema em que ocorre a ação, permitindo assim, que o movimento social seja separado de outros fenômenos coletivos.

O acampamento da Mitacoré estava até então com 380 famílias e, com esta ação, absorvia mais 100 famílias. Segundo o Entrevistado 4, depois os motoristas dos caminhões relataram que foram contratados para fazer um serviço, mas não imaginavam que seriam pressionados para transportar mudança, “poucos cacarecos” dos acampados em ação de despejo.

O agricultor familiar Entrevistado 4 continua sua narrativa e menciona que as famílias chegaram com seus pertences em péssimas condições de higiene. Estavam amedrontadas e muito feridas; as crianças assustadas e desnutridas; e os idosos gripados. Era de madrugada ainda e a fila estava grande em frente à barraca da

⁴⁰ José Fernandes de Oliveira, conhecido por Padre Zezinho. Sacerdote e cantor gravou a música em 1994, Oração pela Família, foi amplamente difundida. Disponível em <https://www.paulinas.org.br/comep/?system=artistas&action=detalhes&artista=105003>. Acesso em: 03 set.2019

saúde, onde esperavam atendimento. A saúde estava precária, não só dos que foram acolhidos, mas também dos que já se encontravam no acampamento da Mitacoré. Com a experiência de alguns companheiros da área da saúde, mobilizaram e contaram com o auxílio de alguns representantes políticos, religiosos e outras comunidades da região, principalmente com doações de remédios, vacinações, alimentos, roupas e calçados.

No acampamento, agora em maiores proporções materiais e simbólicas estavam perto de 500 famílias. Dentro das limitações em que estavam submetidos, pensaram e olharam o coletivo e, a partir das dificuldades dos outros, foram solidários, cooperativos e dividiram alimentos, medicamentos, cuidados (saúde) e segurança. Inspirados pela confiança uns para com os outros, estabeleceram vínculos espontâneos entre as famílias e também para com o movimento de modo que tudo que arrecadavam ficava concentrado num local para dali chegar até as famílias.

A reciprocidade revela movimentos entre pontos correlatos. Para Polanyi (2000) a reciprocidade praticada como princípio econômico, não envolve disputa, contrapartida obrigatória ou contrato de retorno, tanto de quem dá como de quem recebe. A redistribuição como princípio econômico estava presente como organização daquele coletivo. Colhiam os alimentos que plantavam, arrecadavam por meio de doações ou qualquer outra forma que lhes garantissem minimamente a sobrevivência. Desse modo, os itens produzidos e disponíveis eram centralizados e dali retornavam para as famílias dos sem-terra acampadas. Polanyi (2000) explica que a redistribuição daquilo que se produz surgia como um princípio de integração fortemente ligado aos laços sociais.

O relato do Entrevistado 1 mostra que durante o período de acampamento não teve critérios estabelecidos somente pelo MST para assentar as famílias na Fazenda Mitacoré. Explicita que o acampamento serviu de base para as ações do MST, por ali passaram famílias que se dirigiram para outras áreas e regiões do estado do Paraná, vislumbradas pela possibilidade de se tornarem assentadas de forma mais rápida. Naqueles anos em que foram acampadas, outras áreas foram adquiridas pelo INCRA e outras ocupações em diversas regiões motivaram as famílias e mudaram para outros locais. Com o passar do tempo esse movimento de alternância das famílias entre diversos acampamentos foi diminuindo. Então, poucas famílias permaneceram no acampamento da Fazenda Mitacoré. Por sua vez, a

liderança local e as próprias famílias de permanecerem na Mitacoré propuseram alguns critérios para a condição de assentado: Sorteio dos lotes por família; Famílias mais antigas acampadas, ou seja, que permaneceram desde o início do acampamento.

Relatam os Entrevistados 1 e 5 que as famílias que iriam permanecer na área da reforma agrária foram escolhidas pela liderança local do movimento, pelo tempo em que permaneceram acampadas e sorteio dos lotes (quatro alqueires por família).

O MST, após encaminhar para o INCRA documento reivindicando a área como de Reforma Agrária, iniciou o processo de transição para assentamento. Em março de 1999, o acampamento se divide em dois grupos distintos de famílias. Ao todo foram 67 famílias que se dividiram entre lotes individuais e coletivos. Na decisão, sofreram uma ruptura entre as famílias. Por discordância do movimento e da liderança local, um grupo de famílias ocupou via sorteio os lotes individuais, fizeram a demarcação e mudaram. O número exato de famílias os entrevistados não souberam responder.

Por sua vez, o outro grupo de famílias aceita o lote coletivo, assumindo tais ações empreendidas pelo MST e, ao mesmo tempo, resgatam as experiências advindas do acampamento e as vivências anteriores, de comunidades e dos “costumes” familiares. Esse grupo coletivo concordou com o movimento e logo iniciaram o plantio da lavoura. As atividades domésticas se apresentavam individualizadas, pois representava o espaço e o núcleo familiar. Na parte coletiva, toda ação se manteve comunitária durante os períodos da preparação, plantação e colheita, segundo narrativas dos Entrevistados 1, 3, 5 e 7.

O assentamento, por sua vez, assume configuração distinta – coletivo e individual, em termos de “uso da terra” e organização da produção. Desse modo, em breve espaço de tempo, o assentamento apresentou a configuração semi coletiva de produção.

Apenas duas colheitas foram feitas no modo coletivo de produção. Ocorreram então desentendimentos entre o grupo coletivo e a liderança do MST. Segundo relatos dos Entrevistados 1, 4 e 7, as causas foram o trabalho de produção na lavoura, venda e distribuição dos lucros. Quanto ao trabalho, os agricultores se sentiam discriminados, pois enquanto faziam os trabalhos pesados, os líderes só davam ordens. Os agricultores familiares não sabiam o valor financeiro e para quem foram vendidos os produtos das safras, pois não acompanhavam essas transações.

No relato do Entrevistado 1, observamos que na ocasião, a liderança do MST no assentamento fez a redistribuição dos lucros. Porém, não foi suficiente para o sustento das famílias e ocorreram de forma desigual. Assim, os agricultores familiares desconfiavam que os líderes ficassem com a maior parte financeira. Por consequência disso, desfez-se o modelo coletivo que logo dividiu-se em lotes individuais. Desse modo, toda a área do assentamento se torna individual, contrariando aos interesses do MST em instalar uma CPA e de assentamento coletivo.

Na redistribuição dos lucros, o centro representa “a liderança do MST” responsável pela implantação do assentamento coletivo. O centro que arrecada e dali retornam para os agricultores familiares que coletivamente se organizaram em todas as fases de produção. Aqui, não se trata da redistribuição preconizada por Polanyi (2012, 304) como princípio econômico, “são meros agregados de condutas pessoais e não produzem por si sós, essas estruturas”. Já num princípio de integração, a redistribuição garantia o funcionamento do sistema econômico. A redistribuição física ou meramente dispositiva, na concepção de Polanyi (2012, p. 90):

[...] só pode ocorrer quando há canais pelos quais o movimento para o centro e o movimento posterior a partir dele podem se dar. É imperativo que haja certo grau de centralização. A organização central é vital, não apenas em termos políticos, mas também econômicos.

Por sua vez, coube ao agricultor familiar se adaptar novamente ao mundo gerenciado pelo mercado. Assim, efetuaram compra externa ao assentamento e vendiam o excedente daquilo que se produzia. Concernente à lógica da equivalência do princípio do intercâmbio Polanyi (2000), cada mercadoria tem valores próprios.

Em 2002 o acampamento na Fazenda Mitacoré recebe do INCRA a ratificação da área como de reforma agrária. Por sua vez, os assentados e as lideranças do MST definem o nome do assentamento de Assentamento Antônio Companheiro Tavares.

Cabe explicar o sentido do nome do assentamento. Trata-se de uma homenagem ao companheiro pertencente ao MST. Para discorrer sobre Antônio Tavares Pereira, contamos com a obra de Fernandes (2000) e os relatos dos agricultores familiares entrevistados que participaram da manifestação à época. A

trajetória de vida⁴¹ desta liderança se inicia quando a usina hidrelétrica de Itaipu foi construída, no estado do Paraná. Para a formação da represa, foi necessário inundar uma grande área de terra, ilhas e margens do rio Paraná. Por consequência, as famílias que lá moravam tiveram que mudar e, entre elas, a de Antônio, seus pais e irmãos.

Assim sendo, as famílias foram transferidas para outras áreas. Segundo Suplicy (2000), somente quatorze anos depois as famílias foram assentadas no município de Cândói, no centro do estado do Paraná. Antônio tornou-se um dos principais líderes do Assentamento Ilhéus do Cavernoso, onde moravam aproximadamente 60 famílias. Foi, dessa forma, dirigente sindical e um dos diretores da Cooperativa dos Assentados de Cantagalo (COAGRI).

Durante nossas entrevistas, os agricultores familiares mostraram as fotografias e relataram que presenciaram as abordagens da força policial no ocorrido em 02 de maio de 2000. Informam que participaram da marcha pela Reforma Agrária, organizada pelo MST, em comemoração ao dia dos trabalhadores e trabalhadoras. Na marcha para Ponta Grossa e Curitiba, a ordem da liderança do MST seria fazer o acampamento em frente ao Palácio Iguaçu, na capital do estado do Paraná bem como ocupar o INCRA.

Era 1º de maio de 2000, na serra de São Luiz do Purunã, próximo à Curitiba, quando os integrantes do MST fecharam a praça de pedágio, de sexta-feira à noite até o domingo. Ali, fizeram acampamento e montaram os barracos. A bandeira do MST foi hasteada e, ao final do terceiro dia, no domingo, foram despejados à força.

Grupos de sem-terra se deslocavam à capital do estado, vindos de várias regiões. Fizeram manifestação na cidade de Ponta Grossa e, posteriormente, seguiram para Curitiba. Próximo à capital, os que seguiam em ônibus foram obrigados a parar e ficaram presos pela Polícia Militar. Horas depois foram liberados.

Nesta mesma ação orquestrada pelo MST estadual, Antônio se uniu aos seus companheiros para ir à Curitiba. Iriam se unir aos outros cerca de 1.500 integrantes militantes do movimento. Para Suplicy (2000), as reivindicações eram por melhores condições de financiamento para os assentados e a aceleração da reforma agrária para o benefício daqueles que ainda estavam acampados.

⁴¹ Eduardo Matarazzo Suplicy menciona a trajetória vivida pelo militante do MST ao escrever o prefácio do livro "A formação do MST no Brasil" de Bernardo Mançano Fernandes (2000).

O então governador do estado do Paraná, Jaime Lerner (Partido da Frente Liberal), considerou que os sem-terra não podiam se manifestar na capital. Perto da cidade de Curitiba uma barreira de policiais foi formada, os ônibus parados e os ocupantes obrigados a descer. Retiravam dos veículos todas as ferramentas, enxadas, foices e facões que os militantes levavam. Em meio às abordagens pela polícia, muitos sem-terra foram agredidos e Antônio, também ferido, logo faleceu em um hospital da cidade.

Um dos agricultores familiares entrevistado lembra como foram dias difíceis e de que modo participou da marcha à época. Foi um período com muitas ocupações e formações de acampamentos no estado do Paraná, e estas mobilizações foram em resposta aos despejos violentos que o referido governador autorizava, bem como pela falta de diálogo. Montar acampamento em frente ao Palácio do Iguazu, ocupar o INCRA e promover marchas nas ruas da capital: esses atos foram determinantes e mais ousados quando souberam da morte do companheiro que estava em um dos ônibus em direção à Curitiba.

Nas narrativas dos Entrevistados 1 e 7 esse período dos anos 2000 foi marcado por violências: nas ações de despejos, prisões, morte de sem-terra e pela repressão às manifestações promovidas pelo MST. Após esse acontecimento, o governo do estado do Paraná não se manifestou e não chamou para o diálogo.

No assentamento Antônio Companheiro Tavares, a liderança do MST repensou o uso da estrutura da sede da fazenda. Assim, implantou o Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária (Itepa), para o desenvolvimento de cursos de capacitação dos sem-terra. Uma turma de estudantes conclui o curso técnico em agroecologia.

Durante nossa pesquisa de campo, observamos que as instalações da antiga sede da Fazenda Mitacoré estão em péssimas condições de uso e de conservação, sendo administrada ainda pelo Itepa. Segundo relato do Entrevistado 1, atualmente se cogita a possibilidade de que a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), com sede na cidade de Foz do Iguazu, faça um centro de pesquisas no local, o que é bem visto pelos assentados.

O INCRA ficou de lotear a área ao lado do Itepa, mas isso não ocorreu, sendo que nessa área encontra-se o acampamento Sebastião Camargo, servindo de suporte às famílias que se encontravam em outras áreas ocupadas e que foram despejadas. Em vista disso, essa pequena área não é utilizada para produção do

assentamento, ficando a cargo do MST e das famílias acampadas sua administração, tanto na produção de agricultura de subsistência como de moradias.

6.2 O ASSENTAMENTO ANTÔNIO COMPANHEIRO TAVARES

No período inicial do assentamento, em 1999, foram 67 famílias que permaneceram na terra. Pouco tempo depois, mais 10 famílias, e na etapa seguinte com nova divisão dos lotes mais 5 famílias assentadas. Ao todo 82 famílias assentadas. Em 2019 residem 82 famílias de agricultores familiares em lotes individuais.

A produção é diversificada pela agricultura convencional, destacando-se o milho e a soja. Os produtos hortifrúti são cultivados de forma mista, por meio de agricultura convencional e orgânica. Possui uma agroindústria que prepara a mandioca para o consumo; tubérculos, batata-doce, amendoim, pepino, abobrinha, quiabo, mel, variedades de verduras, leguminosas, condimentos/temperos e frutas (abacate, banana, laranja, limão, manga, pêssego, melancia, maracujá). Há pecuária de bovinocultura, com produção de leite e seus derivados, bem como suinocultura. Na avicultura, destaca-se a produção de galinhas e ovos caipira, além da industrialização de doces, bolachas, cucas e pães.

Como já havíamos observado, acerca do uso de produtos químicos, iniciamos esse bloco de perguntas sobre o cultivo no lote de modo orgânico ou convencional. As respostas seguem em direção da consciência ambiental e a segurança dos alimentos produzidos. Para a soja e o milho, utilizam o cultivo convencional. Para os demais cultivos, alguns plantam totalmente orgânicos, e outros agricultores estão utilizando químicos na produção. Afirmam que é necessário trabalhar mais com produtos orgânicos e que estão diminuindo o uso desses químicos, gradativamente. Apenas um agricultor familiar utiliza o cultivo orgânico com selo de certificação da vigilância sanitária e da Ecovida⁴² e na agroindústria o beneficiamento da mandioca também é certificado.

Esses produtos compõem as atividades no lote agrícola das famílias dos agricultores familiares, vendidos por meio da cooperativa em comércios locais, feiras

⁴² Rede de Agroecologia – Ecovida. Rede composta de municípios, grupos e associações, cooperativas e outras entidades, têm por objetivo a certificação e comercialização de produtos agroecológicos.

e nas ruas das cidades próximas. No início, algumas famílias, de modo a complementar a renda, faziam panificados em casa com a compra de cilindro elétrico pela cooperativa, aquisição pela qual puderam ampliar a produção, conforme relata o Entrevistado 6. A cooperativa, por sua vez, disponibilizou para seus associados um local próprio para a atividade.

O assentamento é considerado pelos agricultores familiares com ótima localização geográfica, devido à proximidade das cidades de São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Santa Terezinha de Itaipu e Foz do Iguaçu, bem como a proximidade com a BR-277. A área é margeada pelo lago da hidrelétrica de Itaipu Binacional, com acesso a recursos hídricos, o que favorece o cultivo de peixes, atualmente desativado por fatores financeiros e de segurança.

Como já dito anteriormente, a observação direta como técnica de coleta dos dados empíricos foi planejada em relação ao que observar e como observar. No entanto, outros fatores foram incorporados aos itens previamente elaborados e isso ocorre, pois o campo empírico oferece um vasto leque de possibilidades de análise. Assim, ao acompanhar o cotidiano dos agricultores familiares, outros elementos foram surgindo, cabendo relatar, também, a respeito das estradas, acesso à *internet*, coleta e distribuição de água, coleta de lixo, reserva legal, entre outros.

Nesse âmbito, o assentamento possui dois serviços coletivos: acesso à *internet* e à água, com um poço artesiano. Esses serviços são utilizados por todas as famílias e os custos de manutenção são divididos entre os assentados. As estradas estão em condição de uso, tanto para o transporte escolar quanto para o escoamento da produção. No entanto, os agricultores familiares reivindicam melhorias nesse e em outros serviços junto à prefeitura de São Miguel do Iguaçu.

Outro dilema é a presença de formigas cortadeiras, afetando as plantações de hortaliças. Constatamos, ainda, a falta de coleta de lixo, sendo que o lixo orgânico é descartado na natureza e o não orgânico é queimado ou armazenado de forma incorreta. O assentamento não possui reserva legal e o reflorestamento ocorre com plantas comercializadas que poderão ser retiradas a qualquer momento. Igualmente, não é permitido plantar com uso de máquinas sob as torres de transmissão de energia de Furnas, diminuindo a área de plantio nos lotes, e a ausência de acompanhamento técnico para os agricultores não associados à Coopercam também é recorrente.

O assentamento não possui escola, área de lazer para todas as idades, ginásio ou qualquer outro espaço para a prática de esportes e de cultura. O galpão, com a estrutura para confraternizações, está abandonado e não oferece condições de uso. Existe uma capela “católica” já em fase final de construção com recursos da comunidade local.

Outros problemas políticos internos e de estrutura do assentamento também foram apontados pelos próprios entrevistados: a falta de diálogo entre os assentados para organizar as reivindicações básicas junto à prefeitura e outros órgãos, bem como melhorias na segurança, esta motivada por constituir-se área de fronteira na região do lago de Itaipu.

6.2.1 Identificação e Trajetória de vida

Na identificação e trajetória de vida, iniciamos com o perfil sócio econômico de oito agricultores familiares entrevistados, conforme Tabela 1 abaixo.

Tabela 1. Perfil sócio econômico dos agricultores familiares entrevistados

Perfil	Agricultores familiares							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Idade	50	76	50	65	60	40	65	65
Sexo (M/F)	M	M	M	F	M	F	M	M
Nº de filhos	1	4	4	3	7	3	5	5
Nº de filhos moram com você?	0	0	1	0	1	2	0	1
Tempo acampamento/ Anos	1,5	1,5	2	1,5	2	1,5	1,5	4
Tempo/ Anos no assentamento	20	20	22	20	22	20	20	11
Qual profissão exercia antes do acampamento	Técnico Agrícola	Agricultor Desempregado	Agricultor meeiro	Técnico saúde	Agricultor desempregado	Filho de Agricultores	Agricultor desempregado	Agricultor empregado
Vive da renda aqui produzida/Outra(s) renda(s)	Sim Não	Sim Apo- sentado	Sim Não	Sim Apo- senta- do	Sim Não	Sim Não	Sim Apo- sentado	Sim Apo- sentado

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2019.

A tabela de entrevistados apresenta idade entre 40 e 76 anos, sendo composto de 02 mulheres e 06 homens. Todos são casados. Quanto ao número de filhos: 01 família tem 07 filhos, 02 famílias possuem 05 filhos, 02 famílias têm 04 filhos, 02 famílias têm 03 filhos, e 01 família tem 01 filho. Perguntamos quantos filhos moram com os entrevistados, que assim responderam: 04 famílias moram sem os filhos, 03 famílias residem com um filho e 01 família reside com dois filhos.

Vale destacar que os agricultores familiares Entrevistados 2, 4 e 7 demonstram preocupações com a ausência dos filhos para as atividades na propriedade. Os Entrevistados 2 e 4 assim argumentam: “Não podemos perturbar os filhos, chamei o genro para plantar porque eu não consigo mais trabalhar na roça” e, “estou esperando minha filha construir casa aqui, para o velho não ficar aqui sozinho”. Como estão aposentados e com algumas limitações físicas para com o trabalho na lavoura, recorrem à mão de obra de parentes e vizinhos do próprio assentamento.

Na análise das redes de parentescos observadas por Godbout (2000), verificou-se que os pais não desejam contar com os filhos quando estiverem velhos, que não querem perturbá-los ou ser um fardo para eles. Inversamente, os jovens desejam poder ajudá-los e esperam que seus pais aceitem. Embora não entrevistamos os filhos na nossa pesquisa empírica, a presença dos filhos é um dos critérios para permanecer na terra, conforme relato do Entrevistado 4: “é necessário que alguém da família permaneça na terra”.

Dentre os entrevistados, 01 ficou acampado durante 04 anos e no ano de 2008 mudou para o assentamento Antônio Companheiro Tavares, transferido por determinação do MST. Os demais entrevistados estão no assentamento desde 1997, ocasião da chegada ao acampamento, permanecendo acampados no mínimo um ano e meio.

Quanto às profissões que exerciam antes do acampamento, as respostas foram: 01 agricultor empregado, 01 agricultor meeiro, 01 filho de agricultor, 03 agricultores desempregados, 01 motorista, 01 técnico agrícola. Quanto à renda familiar, os resultados mostram que todas as famílias conseguem viver da renda produzida na terra; quatro famílias são aposentadas, e as demais famílias não recebem ajuda financeira do governo.

Perguntamos também sobre a chefia da família, onde os entrevistados assim responderam: 05 entrevistados informaram que é o homem que assume a chefia da família e três entrevistados informaram que o casal assume a chefia da família. No caso do filho adulto residir com os pais, ainda assim o pai assume a chefia.

Quanto aos parentes que residem no assentamento, constatamos que 07 entrevistados possuem irmãos, filhos, cunhados, sobrinhos e netos, e somente 01 entrevistado não possui parente que reside no assentamento.

Perguntamos o que melhorou em sua vida e, respeitosamente, ouvimos e anotamos somente o que foi permitido anotar. Todos os entrevistados responderam e descreveram situações similares. No acampamento, moravam em barraco de lona e quando chegaram aos lotes também ficaram nas mesmas condições, até construir a primeira casa de madeira. Sem nenhuma estrutura, não tinha energia elétrica, fossa sanitária e água. Para buscar água no rio era longe, e logo fizeram poços próximos às casas.

Depois que construíram os barracos nos lotes, os sem-terra foram pressionados por representantes políticos da região para sair daquelas terras. Como estavam apartados do grupo do acampamento coletivo, ficaram vulneráveis às provocações e expostos a um possível confronto. Isso ocorreu porque a Mitacoré, à época, pertencia à União e ainda encontrava-se nas mãos de arrendatários e dos funcionários que moravam na sede da fazenda (ENTREVISTADOS 1 e 4).

As dificuldades foram, também, porque não tinham estruturas suficientes para a primeira plantação de mandioca, sendo que os ramos da planta foram doados e depois colheram o milho. Plantavam e, quando passavam por períodos de seca e não colhiam, então mudavam de plantação, conforme assinalam os Entrevistados 1, 2 e 4. Outra família (Entrevistado 7) iniciou com a criação bezerros e, quando estavam grandes, vendia-os. Isso rendeu algum dinheiro e pôde-se construir uma casa melhor e criar os filhos.

Relatam que foram criados na roça com trabalho pesado e, por isso, a adaptação ao modo de vida no assentamento não foi difícil. Quando entraram no seu lote, procuraram exercer as atividades que conheciam e que já haviam aprendido com o pai e mãe, como relataram os Entrevistados 4 e 7. Com a carência material para plantar e morar, não obtiveram linhas de créditos. A prefeitura de São Miguel do Iguaçú não ajudava e, portanto, não conseguiam junto ao INCRA: “Eram

nossos inimigos, defendia somente os interesses de lideranças políticas da região”, declara o Entrevistado 1.

De certa forma, estavam desprotegidos e foram colocados à frente de um mundo gerenciado pelo princípio de intercâmbio, materializado na compra e na venda e na obtenção de lucro, assim tiveram que se adaptar, em situação oposta às práticas coletivas da economia comunitária que estavam vivendo no acampamento.

Todos os entrevistados disseram que melhoraram suas condições materiais, estruturaram o lote agrícola e produziram passando por várias atividades. Atualmente, moram em casas em alvenaria, possuem carros e máquinas agrícolas e, sobretudo, acreditam na reforma agrária.

Os planos das famílias para o futuro são marcados por dois fatores: o primeiro é a preocupação com a continuidade da família na propriedade, evidenciado no forte desejo de que um parente próximo assuma o cultivo e o cuidado para com a terra, como anseiam os Entrevistados 1, 2, 4, 5 e 7. Outro fator mencionado por todos os entrevistados é o título definitivo da terra pelo INCRA.

Após nossa coleta de dados no assentamento, estávamos escrevendo a Parte III dessa tese, e retornamos ao assentamento para confirmar alguns dados que ficaram confusos e incompletos. Nessa ocasião, os agricultores familiares nos informaram que, recentemente, em setembro de 2019, um representante do INCRA realizou uma reunião no assentamento, a fim de entregar o contrato definitivo de legalização e sinalizou para a possibilidade de, no próximo ano, escriturar a terra.

Com este cenário, as próximas páginas dedicam-se a examinar os vínculos familiares e de amizade, bem como situações em que os agricultores familiares realizam práticas coletivas no assentamento.

6.2.2 Práticas Coletivas

Solicitamos aos agricultores familiares para que descrevessem os vínculos sociais entre a sua família e a “comunidade” do assentamento. Afirmaram os Entrevistados 1 a 7 que, durante a fase de formação dos lotes, logo nos primeiros anos de assentamento, o mutirão foi utilizado. Também realizaram práticas coletivas com maior frequência. Plantaram e colheram em forma de rodízio de serviços e efetuaram trocas de materiais. Na busca da estruturação econômica de seus lotes

agrícolas, as famílias de agricultores produziram e reproduziram sucessivas vezes as práticas coletivas. Na ampla “participação” nas ações coletivas entre os vizinhos, parentes, amigos ou outra afinidade como o compadrio, estavam materializadas também as práticas econômicas. Tinham cuidados mútuos, trocavam entre si, além de vender os excedentes para adquirir outros bens e serviços.

As trocas entre os assentados ocorriam com algum tipo de equivalência não monetária. Desse modo, como esclarece Mauss (1974), quando os acordos entre partes são firmados, a motivação primeira da ação não é o interesse pessoal, mas a obrigação de dar, de mostrar-se generoso diante dos outros. Corresponde a obrigação da dádiva: dar, receber e retribuir.

Nesse ponto, a dádiva se sustenta no processo de contração e de cultivo de vínculos entre indivíduos, grupos e coletividades. Seu mecanismo corresponde a uma forma de lidar com a interdependência entre as pessoas, de modo a instituir e cultivar relações de confiança e de aliança, ainda conforme preconiza Mauss (1974).

Os agricultores familiares tinham cuidados mútuos estabelecidos pelas relações de confiança. Nas famílias havia interesses similares: o da permanência na terra e na criação de condições para manter as famílias e fortalecer o assentamento. Desse modo, não buscavam somente o lucro, do contrário seria um ambiente construído sob os valores utilitaristas do princípio de intercâmbio, como elaborado por Polanyi (2000).

Formas de complementaridade nas unidades familiares foram se estabelecendo e as alianças foram formadas somadas ao interesse coletivo, ou seja, estar em área de reforma agrária e ali permanecer. Assim, a reprodução da dádiva passa a se constituir como um dos principais motores da economia local, a reciprocidade. Nesse sentido, Polanyi (2000) conceitua que a reciprocidade caracteriza-se como sistemas de relações múltiplas entre agrupamentos ou entidades simétricas como grupos de parentesco, entes comunitários, dentre outros.

Utilizamos aqui as considerações de Polanyi (2012), nas quais explicita que a reciprocidade como um padrão de apoio resulta na instituição econômica de apoio e adquire um aspecto frequente daquela organização social. Do contrário, seria uma simples troca. O comportamento da reciprocidade e o nível interpessoal são assim apresentados:

[...] se num dado caso, os efeitos sociais da conduta individual dependem da presença institucionais definidas, nem por isso tais condições resultam

do comportamento pessoal em questão. Superficialmente, o padrão pode parecer resultar do acúmulo de um tipo correspondente de comportamentos pessoais, mas os elementos vitais de organização e validação provêm, necessariamente, da contribuição de um tipo totalmente diferente da conduta (POLANYI, 2012, p. 304).

O princípio econômico da reciprocidade entre os agricultores familiares integrou a economia local, ao lado do princípio da domesticidade. As experiências e as vivências dos entrevistados no assentamento, no percurso desses anos, demonstram que nos seus núcleos familiares se dedicaram a suprir as necessidades de seus membros. Tal qual mostra Polanyi (2000) no princípio da domesticidade, cabe aqui a correlação teórica e empírica na prática de cada um assegurar a provisão dos bens necessários à sua unidade doméstica. Assim, os agricultores familiares produziram e consumiram como unidade doméstica, balizados pela domesticidade.

A administração doméstica se apresenta nos dias atuais como forma de revalorização dos laços de proximidade e de autonomia de pequenas coletividades, segundo Gaiger (2016). Desse modo, a domesticidade pode integrar-se à vida democrática, articulada com a ajuda mútua de auto-organização, de cooperação social e de mobilizações reivindicativas.

A domesticidade enquanto princípio econômico está presente em função dos laços de sangue e em função do pertencimento à terra conquistada. Dessa maneira, os laços se estendem aos parentes, vizinhos, amigos e compadrio. O senso de compartilhar as coisas esteve presente entre os assentados: realizaram mutirão, trocaram o que podiam, criando um circuito de cortesias e prestações que foram sucessivas. Relacionam-se entre si e, assim, a reciprocidade ocupou amplo e complexo lugar no desenvolvimento das famílias no assentamento.

Com poucos recursos financeiros, construíram os barracos improvisados, instalaram suas famílias e iniciaram o cultivo da terra. Para cortar as madeiras utilizaram motosserra e no braço e na força buscaram ajuda dos vizinhos, como narraram os Entrevistados 4 e 7.

Acerca das prestações de ajuda mútua, Sabourin (1999, p. 43) afirma que o mutirão designa um tipo de ajuda mútua que possui relações com os bens comuns e coletivos “(construção ou manutenção de estradas, escolas, barragens, cisternas) e os convites de trabalho em benefício de uma família, geralmente, para trabalhos pesados (desmatar uma parcela, fazer uma cerca, construir uma casa...)”.

Em meio às falas sobre as práticas coletivas, encontramos em especial essa narrativa: “Quando carneia um porco, mandamos um pedaço e recebemos outro em troca. Isso já é costume de muitos anos entre os vizinhos” (ENTREVISTADO 8). É próprio das relações sociais criadas e orientadas pela dádiva, entre famílias. A dádiva se baseia, dessa forma, na continuidade e não no imediatismo da troca de favores. Evidência da tripla obrigação de dar, receber e retribuir, como orienta Mauss (1974).

Em nossa pesquisa empírica observamos que no lote agrícola os meios de produção continuam organizados pela própria família, sendo parte do trabalho realizado e auxiliado por máquinas agrícolas e, quando necessário, buscam as trocas de serviços. Para o plantio, a colheita e outras atividades efetuam trocas de serviços com pessoas de confiança do próprio assentamento, de horas máquina, sementes, alimentos e animais, realizando práticas como meeiros, parceiros, bem como realizam empréstimos de ferramentas.

Nas relações de amizade ou de parentesco ou compadrio, estabelecidas entre os agricultores familiares, uns solicitam dos outros o mecanismo de ajuda mútua. Isso ocorre com mais frequência em períodos de plantio e de colheita. Como nesses períodos aumenta o trabalho e diminui o tempo para execução, a família precisa acionar a ajuda mútua. São recíprocos esses atos, mais pelas relações estabelecidas do que pelo valor monetário. Quando não é possível a ajuda mútua, firmam contratos em valor monetário, de preferência com os próprios assentamentos. Raramente contratam pessoas ou serviços de fora do assentamento, retroalimentando a economia local.

Questionamos se atualmente o agricultor familiar e sua família cultivam algumas tradições entre familiares, ou seja, aquelas que são passadas entre gerações. Nesse sentido, relatam que aprenderam com os pais algumas tradições entre famílias, fortaleceram-nas no acampamento, e no assentamento foram colocadas em prática.

Os Entrevistados 2, 4, 5, 6 e 8 responderam que as relações intrafamiliares se dão, entre outros acontecimentos, no apadrinhamento recíproco das crianças, no batismo entre filhos, netos, outros parentes e vizinhos. O apadrinhamento da crisma fica em família, e o apadrinhamento pelo casamento fica entre a família e os amigos. Ainda costumam presentear com crias de animais, embora atualmente nem todos os filhos seguem os costumes dos pais.

Sabourin (1999, p. 42) discorre a respeito da permanência de relações de reciprocidade, mediante mecanismos de dádiva, de ajuda mútua e de convites como o apadrinhamento. Ao pesquisar as comunidades rurais do Agreste da Paraíba, constata que “A dádiva interfamiliar manifesta-se pelo dote das filhas (enxoval) e pelas dotações para a instalação dos jovens, constituídas por animais logo acompanhados da sua descendência (crias) atribuída a cada criança desde o nascimento”.

No assentamento, observamos empiricamente a conciliação entre o compadrio e as relações afetivas na ajuda dos filhos e parentes próximos quando se casam ou se instalam no assentamento. São formas de dádiva produtiva nas seguintes circunstâncias: no auxílio financeiro para estruturação da produção no lote agrícola; empréstimo do local para plantar e não cobrar pelo uso do solo e da água; gratuidade no empréstimo de máquinas e equipamentos; auxílio nas vendas de produtos e outros auxílios financeiros sem cobrança de taxas ou porcentagem pelos serviços prestados.

Os mecanismos da dádiva interfamiliar se manifestam de várias formas entre as famílias de agricultores pesquisadas. Como afirma Sabourin (2011^a, p. 118), “A figura do compadrio corresponde a um prolongamento da ajuda e a uma extensão das relações de parentesco pela reciprocidade”, e pode prolongar-se mediante alianças mais duradoras, ou seja, o apadrinhamento recíproco das crianças associado às relações afetivas.

No campo empírico, encontramos ainda uma família de agricultores que se mostram solidários, não só para com a comunidade do assentamento e os companheiros do acampamento Sebastião Salgado, mas também para com a assistência social do município de São Miguel do Iguaçu. O Entrevistado 8 afirma a importância do coletivo: “A gente ajuda quando precisamos sabemos com quem podemos contar. [...] a doação de alimentos é meta do assentamento, doar alimentos para quem não tem”.

Os Entrevistados 1, 4, 6 e 7 participam de alguns eventos na comunidade, como: jogar futebol, fundação do Clube de Mães, encontro das mulheres e do grupo da igreja. Os Entrevistados 2, 4 e 5 relatam que os relacionamentos atuais são diferentes daquele tempo do acampamento, pois as famílias estão mais afastadas. Quando existem assuntos polêmicos, poucos se reúnem e, na maior parte, não

conseguem reunir os agricultores familiares para definir ou planejar os rumos da comunidade, como observa especificamente o Entrevistado 6.

Os vínculos construídos nas práticas coletivas enfraqueceram, diminuíram sua intensidade, conforme narram os Entrevistados 1 a 7: “atualmente para as atividades na lavoura e outras, os vínculos sociais entre as famílias, depende da atividade executada nos lotes, porém, quando necessário, recorrem aos parentes ou outros assentados ligados por afinidades”.

Conforme nossas observações de campo, por outro lado, cabe salientar que estas são interações interpessoais movidas pela combinação da história e da memória, oriundas da época do acampamento e, a partir dessas interações, deram continuidade às práticas coletivas, motivados pela cooperativa.

Os laços comunitários, no entanto, foram enfraquecendo com o passar dos anos motivado por conflitos internos e de poder. É fato visível nas famílias visitadas e entrevistadas e, então, buscamos respostas para os conflitos e porque aquele coletivo se distanciou.

6.2.3 Tensões e representações

Questionamos se existem problemas de relacionamento entre os assentados e quais seriam. Procuramos as respostas para os acontecimentos que provocam receio de se expressarem abertamente, os motivos pelos quais se afastaram da convivência com a maioria dos assentados e os fatores motivadores da desistência de participação no movimento.

As tensões foram declaradas e que, ainda hoje, lhes causam indignação, conforme as narrativas dos Entrevistados 1 e 4. “Ocorreram perseguições e, de fato, foram tiradas famílias sem terem o direito à defesa; Por causa dos filhos, as famílias sofreram despejos violentos e os pais que eram assentados pagaram o preço dessa injustiça e logo as famílias foram substituídas”. Evidencia-se dessa forma que um senso de justiça permeia as narrativas dos entrevistados.

Os relatos dos Entrevistados 1, 4 e 7 mostram que as famílias despejadas do assentamento estavam lá desde a fase do acampamento. “Por motivo fútil foram obrigados a sair de suas casas e ameaçados de morte; O caminhão chegava à madrugada e os homens do mesmo grupo da ‘falsa liderança’ faziam o serviço, jogando a mudança de qualquer jeito em cima do caminhão, matando os animais, e

ali, dividindo esses animais e a família, eram levadas para a cidade e colocadas na rua”.

O Entrevistado 4 explicita que as motivações para as expulsões foram diversas, desde envolvimento de um membro da família assentada com o contrabando (região de fronteira com o Paraguai) e por divergência de idéias. As famílias que não concordaram com os líderes locais, a forma de conduzir o assentamento foram ameaçadas e algumas expulsas. Por sua vez, o estado do Paraná, por meio de seus órgãos não conheciam essas ações, porém o INCRA foi informado. Mais tarde, as famílias expulsas reivindicaram o retorno para área de reforma agrária e foram atendidas por força judiciais, no entanto foram recolocadas em outras áreas de reforma agrária.

A “falsa liderança” a que se referem os entrevistados 1, 4 e 7 é um grupo de assentados “local” autointitulada de “liderança do assentamento” ou representante do MST. Faziam-se passar como tal, porém não foram escolhidos e reconhecidos pelos assentados entrevistados.

A fala do Entrevistado 1 expressa bem as relações de poder no assentamento: “Ficamos com medo, eu já sofri ameaça de despejo, as regras são criadas por estes que se dizem líderes e nós não reagimos, esperamos a justiça e o INCRA. De uns quatro anos para cá, está mais calmo”.

O que aprenderam no MST foi promover longos debates, falar explicitamente sobre os problemas e fornecer as informações para que as decisões fossem tomadas por todos. Relata o Entrevistado 5 que “No assentamento, as reuniões ocorriam sob o autoritarismo. Então, o grupo com poucos assentados agia diferente do que aprendemos junto ao MST. Esse grupo espalhou rivalidade e suas decisões traziam confronto ao assentamento”.

O Entrevistado 4 narra que “Não faziam reuniões a fim de discutir o que podia ser feito e, quando essas ocorriam, a maioria que levantava a mão nas decisões de votações fazia por medo das consequências”. Complementa ainda que “por vezes, aprovavam coisas sem discutir, e a maioria ficava com medo de se manifestar. Dessa maneira, as decisões eram tomadas por poucos. As propostas eram feitas pelo mesmo grupo que decidiam as arbitrariedades cometidas”.

“Desaprenderam o que é democracia, não ouvindo o outro”, observa ainda o Entrevistado 4. Desse modo, tiveram que fazer as próprias escolhas, de que lado ficar. Daqueles que promoveram as desarticulações e arbitrariedades, ou contra os

desmandos, distanciando-se e buscando pelos instrumentos e instituições da justiça, embora custasse muito tempo. “Com o passar dos anos, muitos entenderam que foram manipulados, e que as injustiças cometidas já estão em processos judiciais e poucos atualmente apoiam o grupo arbitrário”, conta o Entrevistado 1.

Vínhamos conduzindo o diálogo sobre os conflitos no assentamento, quando alteramos o assunto para o MST na atualidade. Questionamos se há alguma obrigatoriedade na participação no movimento. Todos os entrevistados relatam que, no momento em que foram assentados, logo se iniciou as atividades na lavoura e pecuária, dedicando todo o seu tempo na terra. Participaram mais do movimento quando acampados e depois, no assentamento, se envolveram em reuniões, mas acabaram desistindo.

Embora já tivessem participação ativa nas decisões locais e regionais junto ao movimento, atualmente nenhum dos entrevistados participa do MST. Conforme narrativa do Entrevistado 4: “Não somos obrigados participar, quando necessário, os assentados convocam a coordenação estadual do MST e realizam reunião. Convocamos o INCRA para resolver os conflitos internos e de financiamento junto aos bancos”.

Perguntamos também como os agricultores familiares enxergam o MST atualmente. As respostas são:

No assentamento existiram péssimos exemplos de desmoralização do movimento, existiu pressão para desestimular e sair do lote, medo de morrer. Diferente do início que tinha uma escola que fazia entender a política e a globalização, logo depois teve a corrupção (ENTREVISTADO 1).

Não tenho os mesmos olhos como antes. Não dá para generalizar, mas as pessoas se decepcionaram com o movimento. Na sua origem o MST fez a diferença, as pessoas que vieram e desconstruíram tudo isto, cada homem tem seu preço (ENTREVISTADO 4).

Acabou, o governo de hoje é contra o PT, seus deputados e o MST. A organização do pobre, o grupo de pessoas se organiza e ocupa os latifúndios. É difícil voltar como era, os recursos financeiros e incentivos não vão passar; O governo estadual está amedrontando o pobre (ENTREVISTADO 5).

Como eu vejo o MST, no meu entendimento é uma grande organização que conseguiu dividir a terra para as famílias, o que tem estragado são alguns dirigentes que não faz o que prega a organização. A grande dificuldade são essas pessoas que não usam o que está escrito nos princípios e nas determinações do MST. Atualmente, é massa de manobra do MST na rua (ENTREVISTADO 8).

Buscamos também respostas a respeito dos vínculos econômicos e sociais entre os agricultores familiares e a cooperativa, bem como se formam e se mantêm tais vínculos. Ainda, de que forma a cooperativa se apropria da lógica de intercâmbio nas propostas de desenvolvimento e como conciliam as práticas de reciprocidade e domesticidade entre os agricultores familiares. Na próxima seção, finalizamos nossa análise empírica tratando da Coopercam.

6.3 A COOPERCAM

A Cooperativa de Industrialização e Comercialização Camponesa (Coopercam), fundada em 12 de dezembro de 2009, resulta da junção das associações dos assentamentos do Oeste do Paraná: o Instituto Técnico de Educação e Pesquisa de Reforma Agrária (Itepa) de São Miguel do Iguaçu, Associação de Cooperação Agrícola e Prestação de Serviços em Defesa da Agroecologia (Acapa) de Diamante do Oeste, Associação de Cooperação Agrícola Santa Isabel (Acasi) de Ramilândia, Associação de Cooperação Agrícola dos Assentamentos da Reforma Agrária do Oeste do Paraná (Acarp) de Cascavel.

Os agricultores familiares entrevistados (4, 7 e 8) relatam que os fatores motivadores para comercializar seus produtos por meio da Coopercam foram: as associações não podiam, à época, participar de programas dos governos estadual e federal; não havia comercialização certa da produção, o que acarretava prejuízos; quando produzia pouco não tinha onde vender. Com a criação da CPA, além de lugar para entregar os produtos, podiam participar de programas de alimentos. Também, o MST solicitou aos assentados da reforma agrária a fundação da cooperativa. Desse modo, a Coopercam consta como CPA nos registros históricos da CCA/PR.

Logo após a constituição da cooperativa, participaram de projeto pleiteando um laticínio com recurso do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS). Não conseguiram o recurso, pois ficaram na 4ª colocação no estado do Paraná: “Como não adquirimos a indústria de leite, perdemos associados, porque não tínhamos onde vender, então começamos trabalhar com o PAA e PNAE, para ter onde vender” (ENTREVISTADO 8).

Desde sua implantação, ao logo dos anos, a comercializados dos produtos produzidos pelos agricultores familiares são para os órgãos governamentais, com participação em programas de alimentos. O Entrevistado 6 argumenta que a cooperativa é uma CPA e inclusive demonstra seus dados e informa a CCA/PR., como tal está inserida no contexto da agricultura coletiva. As vendas são governamentais, não vendem seus produtos de outras formas. Porém, a cooperativa também organiza as feiras para que os agricultores familiares possam participar e expor seus produtos.

A sede da Coopercam está localizada no assentamento Antônio Companheiro Tavares, Rodovia BR-277, Km 703, localidade rural de Nova Roma, no município de São Miguel do Iguaçu. Em 2017 contava com 498 associados.

“A trajetória histórica da Coopercam tem sido de muito trabalho. Existem sim ameaças constantes, principalmente no controle financeiro, mas são temporárias, sendo que em 2019 não possui dívidas”, relata o Entrevistado 8.

A cooperativa não fecha desde que a diretoria conduza a comercialização e a parte financeira com transparência. Os associados recebem o condizente ao comercializado e para a arrecadação a cooperativa precisa de muito controle. Muitos associados saíram por não ter a DAP⁴³. Esse documento comprova que é proveniente da agricultura familiar, de dois em dois anos precisamos comprovar, quanto mais associados com DAP mais chance temos para participar de programas. Em 2019 a Coopercam está com 152 associados. Precisamos de 60% dos associados com DAP para o próximo ano (ENTREVISTADO 6).

Em 2019, a cooperativa entregou alimentos por meio dos programas PAA e PNAE para vinte e seis escolas estaduais, um Centro de Socioeducação (CENSE) e o Exército Brasileiro, perfazendo dez municípios como área de abrangência. Para a distribuição junto às escolas, a cooperativa tem o apoio dos associados distribuídos em outros assentamentos da região, nos seguintes municípios: São Miguel do Iguaçu, Lindoeste, Santa Tereza do Oeste, Cascavel, Campo Bonito, Diamante do Oeste e Ibema, conforme relatos dos Entrevistados 6 e 8.

Dentre os agricultores familiares entrevistados, dois deles (1 e 5) se desligaram da Coopercam. Os motivos do desligamento foram a pouca quantidade de produtos produzidos e o trabalho com produtos não comercializados pela

⁴³ A Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP) é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, emitida por órgão ou entidades credenciadas pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em 2019, início do governo Bolsonaro (Partido Social Liberal), altera para Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

cooperativa. O Entrevistado 7 afirma entregar à cooperativa quando tem excedente e comercializa os alimentos de forma direta, com participação nas feiras e nas ruas das cidades próximas ao assentamento. Os demais entrevistados (2, 3, 4, 6 e 8), são associados desde a fundação da cooperativa e entregam a produção para se desenvolverem economicamente e atender aos compromissos firmados na Coopercam,

Os Entrevistados 6 e 8 relataram que a Coopercam é a primeira cooperativa do Oeste do Paraná que se organizou para participar dos programas de alimentos, o PAA e PNAE. Num determinado momento, a cooperativa diminuiu o volume comercializado para o estado, quando o governo do Paraná liberou para que as associações pudessem concorrer a esses programas. Como consequências, as associações puderam participar dos programas de alimentos. Na Coopercam, além de reduzir o número de cooperados, reduziu-se também o volume produzido.

Para auxiliar no pagamento dos agricultores familiares, a Coopercam possui um Sistema de Informação (SI) para o gerenciamento das notas eletrônicas por agricultor familiar. Inclui ressarcimento por quantidades de produtos, individual, ou na composição fracionada desses, peso ou valor unitário, tipos de produtos, órgãos fornecidos, dentre outras informações. Cada agricultor familiar recebe pelo que entrega e pode controlar seu volume comercializado (ENTREVISTADO 6).

Questionamos se há necessidade de mudanças na cooperativa e quais seriam. Os agricultores familiares entrevistados relatam que participam das decisões da Coopercam por meio de assembleias, com exposição de problemas e possíveis soluções, como afirmam os Entrevistados 6, 7 e 8.

Como toda empresa, algumas mudanças se tornam necessárias. Na administração, a diretoria teria que ser produtor ativo, assim teria outra visão. Precisa colocar como sócios somente agricultores que tem interesse em entregar na cooperativa. Na estrutura física, a cooperativa precisa de um escritório fixo e, atualmente, a documentação está nas residências da diretoria (ENTREVISTADO 6).

Nossas entrevistas também mostram que as decisões na cooperativa precisam ser mais democráticas, no sentido de substituição de membros da diretoria e renovação das estratégias da cooperativa. Salientamos que os entrevistados em momento algum depreciaram ou colocaram em dúvida a competência da cooperativa e a conduta de seus dirigentes. Pelo contrário, mostraram-se solidários

ao valor que a Coopercam representa, no sustento e no desenvolvimento econômico de suas famílias.

Perguntamos se existem disputas internas na Coopercam e se seriam disputas de poder. O Entrevistado 2 respondeu que existem disputas, porém não argumentou sobre o assunto. Já o Entrevistado 8 mencionou que não tiveram disputas até o momento, pois as indicações para concorrer ao cargo de presidente e nos conselhos são por via democrática. Os Entrevistados 2 e 8 sugerem maiores esclarecimentos nos encaminhamentos dos projetos cooperativos.

Então, fomos buscar respostas junto aos gestores da CPA à respeito dos projetos encaminhados e aprovados por meio da cooperativa. Para a seleção dos participantes nos referidos projetos, necessariamente tais participantes apresentam alguns critérios como a da viabilidade econômica na execução, pois sua execução envolve divisão dos recursos financeiros e materiais, cumprimento de prazos e acompanhamento da produção. Desse modo, o jeito próprio de conduzir a produção familiar é incompatível com as exigências técnicas e financeiras. Isso não é bem aceito pelos agricultores familiares.

Do ponto de vista econômico, na cooperativa é essencial: a divisão do trabalho, a taxação dos produtos, a organização financeira, os compromissos assumidos para com as instituições públicas ao “fornecer alimentos”, as reservas financeiras, pagamentos de fornecedores e associados, a logística referente às entregas, a participação em projetos, entre outros. São funções de um sistema econômico inteiramente submerso no princípio do intercâmbio.

Essas funções assumidas pela CPA, em seu princípio mercantil, descola o campo econômico das estruturas sociais dos agricultores familiares, cuja economia está inserida dentro das relações sociais e se orientam pelas práticas da reciprocidade e da domesticidade. Os agricultores familiares ao se associarem à cooperativa, vivenciam e experimentam no princípio do intercâmbio uma espécie de economia sem alma, “satânica”, já atribuída por Polanyi (2000) em sua tese acerca dos moinhos satânicos.

Por outro lado, os agricultores familiares em fase anterior à da cooperativa já eram desafiados pelo modelo econômico predominante, o princípio mercantil. E, ao instituir a CPA encontraram refúgio, ou em última instância revitalizaram os vínculos econômicos e sociais que asseguram o modo de vida das famílias assentadas.

Questionamos logo em seguida quais os dilemas vividos pelos associados. Como resposta, na concepção dos Entrevistados 6 e 8, a cooperativa deve organizar o setor de recursos humanos, pois ainda apresenta trabalho voluntário. Atualmente o pagamento é por diária e em breve deve alterar para salário mensal.

Segundo os Entrevistados 6, 7 e 8, a cooperativa cobra 30% do agricultor familiar e, com poucos projetos, trabalham para manter o seu funcionamento. Quando na Coopercam havia muitos sócios a divisão do lucro foi integralizada ao capital social. De alguns anos para cá, com a diminuição da contratação de serviços devido às mudanças de políticas e de governos e com poucos recursos financeiros, a cooperativa não redistribui mais os lucros junto aos agricultores familiares cooperados.

Quando não tem capital, deixa-se como fundo de reserva, mas essa decisão não causa problemas junto aos associados. A cooperativa, ao ser classificada como regional perdeu alguns projetos de merenda escolar e de programa de alimentos. Com a diminuição das entregas perdemos muitos sócios. Para o próximo ano podemos disputar o Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu e os municípios desse núcleo. Temos atualmente 152 sócios e 52 deles são da reforma agrária, isso pontua mais para participar do programa de merenda escolar (ENTREVISTADO 6).

Os agricultores familiares entrevistados vêm enfrentando alguns problemas econômicos e ambientais, a saber: parte do assentamento utiliza a agricultura convencional, por isso algumas plantas não se desenvolvem, como as frutíferas. Para amenizar os efeitos de químicos, a Coopercam, por sua vez, buscou parcerias técnicas para realizar a transição da cultura convencional para a produção agroecológica. Firmou convênios com o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e a Itaipu Binacional. Desse modo, “os agricultores familiares associados à cooperativa recebem a assistência técnica para a transição da produção convencional para a agroecológica”, conforme narrativa do agricultor familiar Entrevistado 6.

Quando, a Coopercam é contemplada em um projeto, não retira valores pelos trabalhos executados. Repassa integralmente para seus associados: os referidos valores financeiros, bens adquiridos e serviços. A cooperativa acompanha a execução do projeto. E, presta conta ao órgão de convênio (ENTREVISTADO 6).

Os Entrevistados 6 e 8 revelam que a Central de Cooperativas Agropecuária (CCA/PR) não interfere na organização e nas decisões da cooperativa. No entanto,

como a Coopercam está associada à CCA, fica obrigada a pagar 1,5% das vendas, inclusive se tiver um projeto de emenda parlamentar por meio da CCA.

Questionamos sobre a participação do MST no processo decisório da Coopercam e se representantes do movimento participam de tais ações. Relembra o Entrevistado 6 que “pelo sistema de cooperativa do MST, os líderes não aceitam trocar a diretoria, pois, além da troca propiciar outra visão da administração, pode estimular a cooperação em todos os momentos”.

Os agricultores familiares Entrevistados 6, 7 e 8 não concordam que o MST administre a cooperativa, pois a mesma precisa ser administrada pelos seus sócios. Dessa maneira, os associados da Coopercam não permitem a participação do MST e seus representantes. “Em outros locais, teve participação nas cooperativas e algumas quebraram, porque na cooperativa se discute produção e o MST é outra lógica”, respondeu o Entrevistado 5.

Questionamos se no dia a dia existe cooperação entre os agricultores familiares para garantir tanto a compra quanto a venda dos produtos, por meio da Cooperativa. Como resposta, o Entrevistado 6 assim relata: “em períodos anteriores, esses atos eram mais intensos entre os agricultores familiares, mesmo porque tivemos mais associados e comercializávamos grandes volumes”. Já o Entrevistado 7 argumenta: “A participação nos programas de alimentos escolares motivou a cooperação entre os associados”. No entanto, o Entrevistado 8 justifica que “isso não mudou devido à redução de vendas, continua a cooperação e o comprometimento dos associados junto à cooperativa”.

Durante o período de observações no campo empírico constatamos que a cooperativa estimula a dinâmica do cotidiano na organização do trabalho, estreitando os laços de ajuda mútua entre as famílias associadas. Por sua vez, a cooperativa a fim de manter as atividades de produção dispõe de alguns critérios: permite que seus sócios efetuem a produção compartilhada com um ou mais associados; permite no ato da entrega a composição de produtos com vários agricultores fornecedores; orienta e fiscaliza a qualidade dos produtos produzidos; exige o planejamento da produção dos itens comercializados no período de tempo e quantidade para as entregas destinadas às escolas e outros órgãos participantes dos programas de alimentos.

Assim, a ajuda mútua entre os agricultores familiares, tanto na produção como na entrega é estimulada pela cooperativa, conforme narrativa da entrevista 6:

“Porque trabalhar com os produtos que comercializamos nem sempre dá para plantar e colher tudo no período certo das entregas”.

Durante o tempo em que permanecemos na pesquisa de campo acompanhamos as atividades dos agricultores familiares (a família, o lote agrícola, a terra, os equipamentos) e a cooperativa (funcionários, materiais e equipamentos). Procuramos observar não somente os agricultores familiares e a cooperativa e suas estruturas de apoio, mas o que circula entre eles. Os bens materiais e simbólicos.

Há estímulo para que o agricultor familiar possa produzir e entregar na cooperativa. São alianças já estabelecidas e que se estreitam nas práticas coletivas entre parceiros, meeiros de parte da terra, de horas máquina, de sementes, de alimentos e outros bens materiais, cujo resultado da produção é comercializado pela cooperativa. E, os bens simbólicos como: Trocas de serviços, serviços gratuitos, gentilezas, presentes, hospitalidade, entre outros. Não apresentam contrato formal, são contratados serviços e materiais de acordo com o vínculo social e a confiança.

Tais práticas ocorrem em ações como a doação para completar os produtos, nos serviços de entre ajuda e nos empréstimos de qualquer bem material para que o outro agricultor familiar possa entregar a quantidade certa no período estipulado pela cooperativa.

A cooperativa precisa obter lucro para manter seu funcionamento e, desse modo, a troca dos produtos advindos dos agricultores familiares funciona para o benefício da dívida baseada no intercâmbio e para a acumulação. São acordos que se equivalem, entre os agricultores familiares e a cooperativa, com a intenção das partes em evitar perdas e aumentar os ganhos, conforme relatos dos entrevistados.

São os vínculos sociais e econômicos que aproximam os agricultores familiares entre si, desde o planejamento da produção até a colheita e, igualmente, entre a cooperativa. Para esclarecer o que está implícito nesses acordos, recorreremos a Polanyi (2000).

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social (POLANYI, 2000, p. 65).

Ora, se existe a escolha de parceiros cuja afinidade é um fator de produção e lucro, sendo que o critério se baseia no ciclo produtivo de determinada atividade,

podemos considerar que tanto com os parceiros como com a cooperativa, as trocas são resultado do princípio de intercâmbio. Essa seria uma dedução ligeira e equivocada se não conhecêssemos os vínculos já estabelecidos entre os agricultores entrevistados.

Não podemos esquecer os vínculos sociais fundados nos princípios econômicos da reciprocidade e da domesticidade, já apresentados nessa tese. Visto que são os mesmos entrevistados e as mesmas famílias assentadas, nos questionamos agora como funcionam os vínculos econômicos e sociais estabelecidos entre os agricultores familiares associados e a cooperativa.

A cooperativa trabalha para comprar e vender os produtos e nessa lógica econômica procura garantir o lucro. Nesse circuito econômico, envolve as famílias dos agricultores associados e as operações realizadas por elas. De forma “aparente”, o princípio econômico do intercâmbio prevalece aos demais princípios econômicos, como os da reciprocidade e da domesticidade. No entanto, observamos que os princípios econômicos da reciprocidade e da domesticidade são “partes” integrantes das relações sociais ligadas para compor o circuito do lucro, quando os produtos de cada família alimentam o circuito econômico da cooperativa.

Nesse sentido, o princípio econômico do intercâmbio não perfaz o “todo” nessas relações sociais, visto que outras operações são realizadas quando escolhem os agricultores parceiros para a produção e a entrega na cooperativa. As afinidades construídas pelos parceiros são as alianças entre famílias, no compadrio, nos laços de amizade e nos vínculos já estabelecidos.

Constatamos a presença da estrutura da reciprocidade bilateral proposta por Temple (1998) e referenciada por Sabourin (2004). Essa estrutura gera amizade, aliança e proximidade e as relações interpessoais são fortalecidas por alianças como o matrimônio, redes interpessoais e compadrio. A reciprocidade bilateral se manifesta principalmente no planejamento entre os pares – o que plantar e quando plantar.

Assim os agricultores familiares, por meio de alianças, buscam parceiros para a produção e em comum acordo planejam e escolhem seus “parceiros” pelo parentesco e pelas alianças para esses atos, como já dito. Esse sistema ocorre muitas vezes e está instituído nas “práticas” recíprocas, persistindo a fim de ajudar a salvaguardar a produção e a subsistência familiar.

Com um olhar mais atento, buscamos respostas a essa inquietude - se as “práticas recíprocas” reproduziam os vínculos sociais já estabelecidos e se realmente estão presentes os princípios econômicos da reciprocidade e da domesticidade de Polanyi (2000, 2012), ou se estão disfarçados na “troca utilitarista” com vistas ao lucro entre as famílias.

Recorremos às observações de Gaiger (2016), que discorre acerca de a espécie humana, ao longo do tempo, sobreviveu devido às relações entre as pessoas e ao seu apoio mútuo. A função dos vínculos sociais não é só utilizada nos momentos mais pessoais ou um elemento complementar da vida. Assim ressalta:

Já seria um passo importante admitir que existem vários fatores operantes, indo além do princípio utilitarista e do sistema de mercado, mas importa em seguida reconhecer que os vínculos sociais constituem o pilar central da vida humana, individual e coletiva. Eles a organizam, a sustentam sempre e quando não estiverem tolhidos ou deformados por lógicas contrárias como as que vigoram atualmente (GAIGER, 2016, p. 60).

Os vínculos sociais trazem consigo a criação de compromissos mútuos. Assim, Gaiger (2016, p. 60) constata que o modelo utilitarista é uma recusa das relações estabelecidas nos compromissos mútuos: “[...] senão as desejamos, basta pagar o que recebemos ou retribuir equitativamente aos olhos da sociedade”.

Destarte, o que suportou entre os agricultores familiares o avanço do intercâmbio como princípio reinante foi a presença dos vínculos sociais, bem como sustentou os princípios econômicos da reciprocidade e da domesticidade, concebidos por Polanyi (2000, 2012). Isso foi percebido e reconhecido pelos administradores da cooperativa. Aliás, são os próprios agricultores familiares que a partir de suas próprias experiências e vigências colocaram-nas em práticas no âmbito da cooperativa.

Nesse ponto, a dádiva se sustenta no processo de contração e de cultivo de vínculos entre indivíduos, grupos e coletividades. Preconiza Mauss (1974), que seu mecanismo corresponde a uma forma de lidar com a interdependência entre as pessoas, de modo a instituir e cultivar relações de confiança e de aliança. Na mesma direção, Caillé (2000, p. 143) compreende que “No contexto da dádiva, o vínculo tem mais importância que o bem”. Não envolve garantia de retribuir, pois toda prestação de serviço ou de bens efetuada apresenta o intuito de criar, manter ou reconstruir o vínculo social.

A reciprocidade e a domesticidade como princípios econômicos são capazes de assegurar o funcionamento do sistema econômico do assentamento. Desse modo a domesticidade adquire amplo domínio na produção dos associados, sendo que é a partir de cada unidade familiar que se alimenta o circuito do intercâmbio e, ao mesmo tempo, torna a unidade familiar produtiva. Além da subsistência familiar na produção dos bens materiais necessários, fortalece os vínculos sociais com outras famílias.

Gaiger (2016) enfatiza que a reciprocidade vigora na vida moderna expandindo os círculos sociais gerados pelo princípio da domesticidade.

O princípio da domesticidade teve vigência em todas as sociedades suficientemente conhecidas, com base em raízes e matrizes sociais cambiantes. As relações que a caracterizam, vivenciadas no interior de coletividades restritas em função de laços de sangue, do pertencimento a um território ou de regras baseadas no costume, originam a solidariedade *familiar e comunitária*, de acordo com sua extensão e suas relações (GAIGER, 2016, p. 99).

Gaiger (2016) também explica que nas sociedades modernas a domesticidade pode integrar-se à vida democrática, quando coadunar-se com a universalidade e isonomia de direitos e não estiver fundamentada em elementos autoritários ou despóticos, sem antepor-lhes prerrogativas exclusivas para as pessoas singulares que engloba.

Nesse caso, seus princípios de auto-organização favorecem a vida associativa, articulando a ajuda mútua, a cooperação social e a mobilização reivindicativa. Em conjunturas de abalo do regime democrático, ela funciona como um espaço relativamente protegido, de vivência de laços e valores de mutualidade e reciprocidade, dos quais constitui um germen. Por isso, em particular nos países do Sul global, ela tem sido fonte e sustentáculo das formas associativas e solidárias de economia (GAIGER, 2016, p. 99).

Os princípios econômicos da reciprocidade e da domesticidade entre os agricultores familiares entrevistados não se apresentam como concorrentes ou se anulam frente ao princípio econômico do intercâmbio. Apesar de o princípio do intercâmbio estar fortemente presente, há certa complementaridade e mutualidade instalada no circuito vigente. A relação econômica e vida social funcionam sob os alicerces da reciprocidade e da domesticidade, permanecendo os vínculos sociais entre as famílias, parentescos e de outras afinidades construídas entre os agricultores familiares. Os vínculos sociais, constituídos ao longo dos anos pela

própria história dos sem-terra, fortalecidos pelas agruras no início do assentamento, mantêm-se presentes nos dias atuais.

Essa complementaridade entre os princípios econômicos vigentes entre agricultores familiares e a cooperativa de que falamos, coaduna com a economia plural. Verificamos a presença e a integração de vários princípios econômicos na economia vigente no assentamento, ao passo que os agricultores familiares e a cooperativa integram a produção em unidades domésticas, buscando entre si parcerias para o consumo, a produção e a venda e, revigorando assim os vínculos sociais já estabelecidos. Conforme Polanyi (2000), a pluralidade da economia se constitui por várias formas de produção, dentre elas, aquelas baseadas na reciprocidade.

Nem tudo o que se produz nas unidades domésticas são voltadas para o centro, ou seja, a cooperativa. Parte é consumida ou redistribuída e, dessa maneira, o princípio econômico da redistribuição se apresenta quando parte da produção de cada unidade doméstica é trocada entre outras famílias, ou conforme menciona Gaiger (2016), aplicam a redistribuição em pequena escala.

Outra parte da produção é entregue para a cooperativa e seu retorno é o resultado da venda intermediada pela cooperativa em um valor monetário. O princípio econômico do intercâmbio se apresenta no movimento daquilo que se produz e segue em direção ao centro, e partindo dele retorna para os agricultores familiares em formatos variados como no valor financeiro de venda, na assistência técnica, serviços administrativos, dentre outros.

Alguns agricultores familiares assumem alguns contratos monetários como o aluguel de máquinas do próprio assentamento por horas trabalhadas, e na mão de obra que, quando necessária, é do próprio assentamento, a fim de estimular financeiramente os assentados. Assim, a troca é monetária e assume uma obrigação material, competição que enfraquece as relações de reciprocidade nas práticas cotidianas, conforme Sabourin (1999).

A equiparação entre reciprocidade e troca precisa ser esclarecida, e Gaiger (2017, p. 296) constata que a troca também envolve:

[...] uma ação bilateral e algum tipos de acordo, mas seu funcionamento depende de uma regra de equivalência, com o qual se evitam perdas e se almejam ganhos, ou algum tipo de paridade, sem nenhuma referência necessária a vínculos. Esquecê-los nos faz recair no mesmo ambiente

utilitarista das relações de intercâmbio, justamente o princípio que entra em contradição frontal com os demais concebidos por Karl Polanyi.

A cooperativa e seus associados possuem interesses comuns apresentados pela divisão justa de lucros; o aumento do capital social da cooperativa; a ampliação da área de vendas com participação em programas da região de Foz do Iguaçu; a redução da logística de entrega; a definição dos salários dos funcionários; a construção de uma sede própria da cooperativa; bem como aumentar áreas de plantio de produtos agroecológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal aspecto a ser destacado nessas considerações finais é que o estudo de caso realizado no Assentamento Antônio Companheiro Tavares permitiu-nos interpretar os vínculos econômicos e sociais estabelecidos no lócus de pesquisa em relação aos pressupostos teóricos do princípio da dádiva, estabelecido por Marcel Mauss (1974), bem como tendo em vista os princípios econômicos de reciprocidade, domesticidade, redistribuição e intercâmbio, preconizados por Polanyi (2000, 2012).

No campo empírico buscamos respostas às seguintes indagações: *Quais problemas de ordem associativa e cooperativa remanescem no assentamento Antônio Companheiro Tavares? Como os conceitos de Karl Polanyi e de outros autores podem contribuir para os esclarecimentos das práticas sociais e econômicas existentes no interior do assentamento?*

Outras questões também compuseram a pesquisa, tais como: *como se apresenta o cotidiano do agricultor familiar e o trabalho coletivo? Como se estabelecem as práticas sociais e econômicas medidas em valores voluntários e comunitários frente à lógica de mercado?* Buscamos, igualmente, respostas quanto às *relações de poder no assentamento*. Para esses questionamentos, com vistas à obtenção de respostas, aplicamos no plano empírico entrevistas semiestruturadas com auxílio de observação direta junto aos agricultores familiares e à cooperativa em questão.

Em campo, iniciamos nossas investigações e conduzimos os diálogos a partir das experiências dos sujeitos no acampamento da Fazenda Mitacoré e, posteriormente, suas vivências já como assentados. Consideramos importante esse resgate histórico de memórias do passado, uma vez que os assentados experimentaram as agruras do acampamento, das políticas de governos e as vivências na militância junto ao MST, até a conquista do assentamento.

Nas pesquisas bibliográficas buscamos compreender teoricamente o projeto de vida e de relações sociais dos agricultores familiares, com base nos enfoques teóricos e nos conceitos relativos à dádiva, reciprocidade e domesticidade. Também tivemos em vista a questão da reforma agrária no Brasil, os diversos projetos de poder envolvidos nas políticas governamentais para a reforma agrária, o surgimento

do MST, os acampamentos, dentre outros. Essas pesquisas contribuíram sobremaneira para que pudéssemos chegar aos resultados finais da tese.

Na questão da reforma agrária, em cada período histórico evidenciamos as políticas estabelecidas pelos sucessivos governantes e as discontinuidades dos programas e projetos. Verifica-se que os governos seguiam e seguem em boa medida até os dias atuais atendendo às propostas de reforma agrária mais para conter a violência no campo do que a fim de criar uma política de Estado coerente com a realidade do campo brasileiro.

As desigualdades, a exclusão de muitas famílias de seus territórios de trabalho e de vida, a expropriação dos trabalhadores do campo e as construções de barragens na região estudada contribuíram também para os conflitos. Esses conflitos se somam à prática de grilagem de terras, atingindo comunidades ribeirinhas, áreas de posseiros, terras indígenas, áreas rurais onde os agricultores tinham acordos com os proprietários da terra para morar e trabalhar, dentre outras. Nesse percurso histórico, grupos de camponeses e famílias inteiras acamparam, ocuparam terras, negociaram com governos e representantes políticos, por vezes sendo despejados e novamente ocupando terras enquanto aguardavam a Reforma Agrária.

Especificamente a partir do ano de 1985, com os processos de redemocratização do país e em meio às mudanças sociais, políticas e econômicas que se colocavam junto ao cenário da política nacional, durante o governo pós-ditadura militar aprovou-se o PNRA I, que representava as perspectivas de mudanças para homens e mulheres acampados. Dos poucos avanços que a reforma agrária apresentava, por vezes foi tratada mais como assunto de polícia do que de cunho político-social.

Desse modo, em meio aos programas e projetos de Reforma Agrária no Brasil, se contabiliza um número de assentamentos e desapropriações para fins de reforma agrária muito aquém das necessidades reais daqueles que estão em acampamentos ou aguardando por titulação ou demarcação de terras.

Nesse contexto, referenciado e conceituado por diversos pesquisadores, o MST se constituiu em um importante agente de transformação social. Sua gênese está relacionada à luta pela Reforma Agrária e por acesso à terra. A luta teve como protagonistas grupos de camponeses de várias regiões do país, apoiados por agremiações religiosas. O ato de maior impacto promovido pelo MST, como forma

de inserir o debate da reforma agrária na agenda política do país, é a ocupação de terras e, por consequência os acampamentos foram se expandindo por várias regiões do país.

Nossa pesquisa empírica evidencia por meio de narrativas uma dessas histórias de ocupação da terra. O acampamento da Fazenda Mitacoré foi montado, tendo o MST no comando da ocupação da fazenda, com aproximadamente 380 famílias em 6 de agosto de 1997. Essas famílias chegaram e fizeram seus barracos de lona. Ao permanecerem no acampamento, estão determinadas a mudar suas vidas com a conquista da terra. Nas narrativas que colhemos, observamos as difíceis condições materiais e o modo como a condição de “sem-terra” marcou o início de um modo de vida coletivo engendrado pela solidariedade familiar, comunitária e ao mesmo tempo de conflitos.

A organização do acampamento se dá inicialmente por família e barraco, como núcleo familiar, assim os membros de cada família não se separam. Nessa lógica organizativa, um era responsável pelos demais membros daquela mesma família, uma característica marcante da domesticidade como princípio econômico, elaborado teoricamente por Polanyi (2000).

O movimento criou um grande projeto de implantação de assentamentos coletivos na década de 1990, com as CPAs e o modelo coletivista de produção. No assentamento Antônio Companheiro Tavares, ora acampamento da Fazenda Mitacoré, o projeto de assentamento coletivo não correspondia às realidades daqueles que buscavam a reforma agrária e, sobretudo, era contrário ao projeto de vida dos assentados. Por isso, ocorreu a ruptura entre a liderança do MST e as famílias dos agricultores familiares.

Ao iniciar o conflito entre a liderança do MST e as famílias, um grupo de agricultores instala-se em uma área individual e o outro grupo de famílias aceita o lote coletivo e permanece no acampamento, iniciando imediatamente as atividades coletivas na lavoura. Esse grupo de famílias da área coletiva assumia as ações empreendidas pelo MST e a produção coletiva para logo em seguida implantar uma CPA.

No entanto, o projeto do MST não se concretizou, desfazendo a área coletiva por discordância acerca dos critérios de redistribuição dos lucros pela liderança do MST. Dessa forma, o projeto em execução não correspondia aos anseios dos assentados da área coletiva. Por sua vez, o MST, baseando-se num projeto coletivo

e na ideologia do movimento, frustrou os agricultores familiares. Seus líderes acabaram utilizando suas relações de poder para outros fins.

As desconfianças em torno da liderança fizeram aumentar a tendência para as divisões individuais dos lotes e o abandono do projeto coletivo. Quanto ao posicionamento dos líderes do MST nesse processo de deterioração, as relações de poder que se formaram em torno do assentamento foram consequência da centralização e da conduta dessas lideranças. Essas desconfianças tiveram duas repercussões negativas ainda hoje vivenciadas pelos assentados: a primeira produziu um sentimento de abandono, idêntico ao tempo em que procuraram o movimento. Eram famílias de trabalhadores exploradas pelos patrões, expropriadas de seu lugar de origem e de trabalho. Suas reivindicações não ecoavam e foram manipulados por representantes políticos e por falta de políticas de Estado concretas para com a reforma agrária.

A segunda produziu a ruptura da obediência em que se encontravam os acampados e recém-assentados. A obediência foi o resultado da submissão ao MST “porque não tinham outra escolha, assim, acreditaram no movimento e nas lideranças, esperavam ações democráticas”, conforme relembram os Entrevistados 2, 5 e 7. Depois desses conflitos, toda a área do assentamento Antônio Companheiro Tavares foi dividida em lotes individuais e ampliada de 67 para 82 famílias em lotes individuais.

Para minimizar a falta de estrutura no tocante à produção, alguns agricultores familiares participaram de associação para plantar e comercializar seus produtos, e somente em 2009 fundaram a Coopercam. Saíram da experiência do isolamento produtivo de suas famílias e implantaram não apenas um projeto de produção econômica e instituição baseada no princípio econômico do intercâmbio, mas trouxeram consigo as variadas formas de solidariedade, de compartilhamento e, sobretudo, de valores humanos.

São objeto de grande incentivo à solidariedade social na comunidade as experiências levadas a efeito no acampamento da Fazenda Mitacoré e no assentamento Antônio Companheiro Tavares, do tipo mutirão, de trocas de dias de serviços, materiais e demais modos coletivos. Reproduziram, em seu bojo, valores como generosidade, laços de cooperação, entre ajuda, fundamentos de solidariedade, de aliança e de amizade.

Os valores advindos do período do acampamento estão presentes nos projetos de vida dos agricultores familiares e associados à CPA. Assim sendo, permitiu-nos interpretar os vínculos econômicos e sociais estabelecidos conforme o princípio da dádiva de Marcel Mauss (1974), bem como pelos princípios econômicos da reciprocidade, da domesticidade, da redistribuição e do intercâmbio, elaborados por Polanyi (2000, 2012). A lógica do mercado, subjacente ao funcionamento da cooperativa, associa-se a lógicas coletivas entre os assentados, de modo a converter a CPA em um elemento de reforço da reciprocidade e da domesticidade. Tais lógicas, por conseguinte, se mostram interdependentes e complementares.

Dessa maneira, sustentamos essa *tese* porque as pesquisas bibliográficas que mencionamos e os dados empíricos qualitativos que coletamos revelaram que os princípios econômicos se entrelaçam à dádiva e, a partir deles, o sistema econômico e social dos agricultores familiares e associados locais adquire unidade. São interdependentes e recorrentes. A presença do mercado de intercâmbio se associa desse modo às lógicas coletivas.

Apesar de o princípio econômico do intercâmbio ser uma das relações mais frequentes junto aos agricultores familiares estudados, verificamos que os demais princípios econômicos da reciprocidade, domesticidade e redistribuição estão fortalecidos nas ações e relações coletivas ente os agricultores familiares associados à cooperativa.

Cabe aqui lembrar Polanyi (2000, p. 65), que esclarece que a economia do homem:

Como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social.

De maneira inicial, nossas primeiras visitas ao assentamento guiaram nossas percepções para a condição da cooperativa, totalmente voltada para o princípio econômico do intercâmbio. Mencionamos que a cooperativa “parece ser ou funcionar” como algo imposto aos agricultores, embora seja de sua propriedade e esteja formalmente sob o seu poder de decisão. Expressamos também preocupações no tocante aos sistemas de vida praticados ou cultivados por boa parte das famílias assentadas. Nesse desfecho, verificamos que as práticas tradicionais ou readaptadas ao contexto atual não são ignoradas pela política e

projetos de desenvolvimento na cooperativa. Em grande medida, os agricultores são estimulados para essas práticas e organicidade entre a dádiva e os princípios da reciprocidade e domesticidade quando lhes é permitido complementar, dar, receber e retribuir produtos, serviços ou gentilezas, bem como escolher seus parceiros de produção baseados nos vínculos econômicos e sociais já estabelecidos.

Destarte, não visualizamos divergência entre os modos de vidas dos agricultores familiares entrevistados e visitados e a cooperativa como instituição financeira pautada no princípio econômico do intercâmbio. Mesmo que a “economia mercantil” tornou-se o modo de produção dominante, com força de mudanças, ela não representa a totalidade das economias contemporâneas, como ainda nos aponta Polanyi (2000).

Entre os agricultores familiares associados à Coopercam, o princípio da reciprocidade se apresenta com o engajamento voluntário, sem contrato ou qualquer outra forma de documento ou interesse monetário. Dessa forma, prevalecem os vínculos de parentesco, de amizade e de compadrio. Na proposta de cooperação, de gestão democrática e sistema de produção, a cooperativa motiva socialmente às práticas econômicas e sociais e constitui fator para o desenvolvimento tanto econômico como social do assentamento.

O princípio econômico do intercâmbio se apresenta como possibilidade de suprir as necessidades das famílias dos agricultores familiares, a economia interna e externa ao assentamento. Do contrário, os associados estariam à própria sorte, ou seja, comercializando seus produtos com medida de troca monetária e assumindo sozinho parâmetros do intercâmbio capitalista. A narrativa do Entrevistado 8 explica isso: “Para ter onde entregar os nossos produtos e a participação nos programas como o PAA e PNAE, são vendas garantidas. Temos local certo para entregar os produtos e ajudamos a cooperativa crescer”.

Desse modo, os associados da CPA encontram apoio para comercialização de seus produtos e a valorização dos vínculos econômicos e sociais. O sentimento de valorização para com a cooperativa está presente em todos que entrevistamos. Aprovam a forma de comercialização e de redistribuição do lucro e, quanto a isso, foi decidido em assembleia pela integralização do lucro no capital social da cooperativa e também deixá-lo como fundo de reserva.

O assentamento e a Coopercam possuem características próprias. O que coletamos, por meio das entrevistas e das observações diretas no assentamento

estudado e na cooperativa, nos permite dizer que apesar de o princípio econômico do intercâmbio ser mais propagado, os vínculos de prestações sociais e os princípios econômicos da reciprocidade e da domesticidade são incentivados pelos gestores da cooperativa. Quando se aproxima e se valoriza o modo de vida do agricultor familiar, ao incentivar o engajamento voluntário, o interesse comum e mútuo entre agricultores familiares associados, a cooperativa corrobora e desenvolve o “projeto de vida” de seus associados. A cooperativa oferece bons exemplos de redistribuição, quando também permite entregas fracionadas de produtos e a exata remuneração dessas frações.

Se, de um lado, a cooperativa por meio de seus associados vem propiciando condições e espaço para o fortalecimento dos vínculos sociais e relações econômicas baseadas no entrelaçamento entre os princípios econômicos citados, nas decisões coletivas e democráticas dentro da sua competência, qual seja, a comercialização da produção das famílias associadas; por outro lado, corrobora com o fortalecimento dos laços comunitários enfraquecidos pelos conflitos entre os assentados.

Como vimos em outros estudos empíricos apresentados por autores na década de 2000, há desmandos e relações de poder nos assentamentos. No estudo de caso aqui apresentado, as expulsões de famílias já assentadas aparecem no recorte temporal de 1999 a 2015, conforme as narrativas expostas. Esperamos que esses atos não democráticos sejam mais de condutas individuais do que ações sacramentadas por instâncias superiores do MST. Abre aqui, espaço para aprofundamento e novos estudos.

É um problema de ordem política e de cooperação que remanesce no assentamento. O fato da ausência de liderança no local para reivindicar melhorias junto aos órgãos públicos. Ao mesmo tempo, observamos que não se criam espaços para essa representatividade. Constatamos, desse modo, as desarticulações dos agricultores familiares no assentamento, bem como a falta de diálogo e de decisões coletivas.

Sendo assim, esperamos contribuir com este estudo para reflexões acerca das ações de poder nos assentamentos pertencentes ao MST, principalmente nas ações de “lideranças locais”, bem como na compreensão das ações coletivas entre os assentados da Reforma Agrária.

Esperamos, principalmente, colaborar para com as ciências sociais a fim de que esse estudo também sirva como facilitador para outros estudos análogos, para elucidar ainda mais os vínculos e as relações de reciprocidade mediante mecanismos de dádiva nos assentamentos, em seus processos de produção e nos projetos de vida dos assentados.

Para as famílias, são 20 anos de espera do título definitivo de suas terras. Desejamos, solidariamente, a todos os agricultores e todas as agricultoras familiares do Assentamento Antônio Companheiro Tavares que consigam seus títulos.

REFERÊNCIAS

ALANTEJANO, Paulo. A política agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira? **Okara: geografia em debates**, v. 12, p. 308-325, 2018.

ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira. **Reforma agrária no governo Lula: uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária**. 2006. 143 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2006.

ALVES-MAZZATTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método do nas ciências naturais e sociais: pesquisas quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 2001.

ANJOS, Eliene Gomes dos. **Coprasul: entre o idealizado e o vivido: uma análise da prática cooperativista no MST**. 2005. 129 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

BAHNIUK, Caroline; CAMINI, Isabela. Escola itinerante. *In*: CALDART, Roseli Saete *et al.* (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012. p. 331-341.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; BRAGA, Mariângela Porto; ANDRADE, Cristiana Viegas de. Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 155-176, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a09v2754.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985**. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA e dá outras providências. Brasília, 1985. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/pnra/i_pnra.pdf. Acesso em: 14 abr. 2019.

BRASIL. **Reforma agrária: compromisso de todos**. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/reforma-agraria-compromisso-de-todos-1997.pdf/view>. Acesso em 16 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**: Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano de Reforma Agrária**. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/servicos/publicacoes/pnra/file/482-ii-pnra>. Acesso em 15 abr. 2019.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentados rurais**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

CAILLÉ, Alain. Don et association. **Revue du MAUSS** permanente. Article publié le 1er décembre 2007. Disponível em: <http://www.journaldumauss.net/./?Don-et-association>. Acesso em: 06 mai. 2019.

CAILLÉ, Alain. Reconhecimento e sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 151-210, fev. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n66/10.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2019

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a16.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2018.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Cooperação Agrícola. *In*: CALDART, Roseli Salete *etal.* (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012. p. 157-163.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo**: limites e possibilidades. 2002. 323 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Mestrado em Administração, Curitiba, 2002.

COOPERATIVA CENTRAL DE REFORMA AGRÁRIA DO PARANÁ (CCA-PR). **Relatório de cooperativas por região do Estado do Paraná, 2017**. Destinatário: Evanilde Pereira Salles Lange. Curitiba, 06 nov. 2018. 1 mensagem eletrônica.

ECKERT, Daniele. **A mercantilização em contramovimento**: relações de reciprocidade e coesão social na agricultura sustentada pela comunidade em Minas Gerais. 2016. 236 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, 2016.

FABRINI, João Edmilson. **Assentamento de trabalhadores sem-terra**: experiências e lutas no Paraná. Marechal Cândido Rondon: LGeo, 2001.

FABRINI, João Edmilson. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 75-94, jul/dez. 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Revista NERA**, ano 9, n. 24, p. 73-85, out. 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Acampamento. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.*(Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012. p. 21-32.

FERRAND, Michele. Para uma leitura simultânea do qualitativo e do quantitativo: o exemplo de “contar sua vida”. Trad. Regina Martins Matta. **Caderno CRH**, Salvador, n. 20/31, p. 339-361. jan./dez. 1999.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 16, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18642/12016>. Acesso em: 06 maio 2019.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **RBCS**, v. 28, n. 82, p. 211-259, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v28n82/v28n82a13.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **A descoberta dos vínculos sociais**: os fundamentos da solidariedade. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2016.

GAIGER, Luiz Inácio Germany; SANTOS, Aline Mendonça dos (Orgs.). **Solidariedade e ação coletiva**: trajetórias e experiências. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2017. p.43-65.

GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. **O Sul**: o caminho do roçado. Brasília: Marco Zero-UNB-CNPQ-MCT, 1990.

GARLIPP, José Rubens Damas. **Contribuições de Karl Polanyi para a reconstrução do pensamento econômico contemporâneo**. Palestra proferida em 22 maio 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KtvHmcatVBs&t=3749s>. Acesso em: 10 jun. 2019.

GODBOUT, Jacques T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 1-14, out. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v13n38/38godbout.pdf>. Acesso em: 05 maio 2019.

GODBOUT, Jacques T. Le marché, la justice, la réciprocité. Quelles normes pour le don dans la parenté?. *In*: GODBOUT, Jacques T. Le don, la dette et l'indentité. Montréal: Éditions La découverte, 2000. 190 p. Cap. 1, p. 24-37. Disponível em: <http://www.sietmanagement.fr/wp-content/uploads/2016/04/godbout.pdf>. Acesso em: 05 maio 2019.

GRYNSZPAN Mário. Do geral e do particular. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 185-288, 1990. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2298>. Acesso em: 19 abr. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Painel dos Assentamentos**. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 30 ago. 2017.

LAVILLE, Jean-Louis. Economia plural. *In*: HESPANHA, Pedro *et al.* (Orgs.) **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 145-149.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **Produção da ação coletiva no MST**: relações de poder e subjetividade. 2007. 386 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Campina Grande, 2007.

LEITE, Sergio Pereira *et al.* **Impactos dos assentamento**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Nead, 2004.

LEITE, Sergio Pereira. Assentamento rural. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012. p. 108-111.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social**; São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, out. 1999. (editado em fev. 2000).

MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária**: o impossível diálogo sobre a história possível. São Paulo: EDUSP, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Travessias**: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

MARTINS, José de Souza. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 141-175, nov. 2003b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a06v15n2.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MATTEI, Lauro Francisco. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Revista Estudos Sociais e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 301-325, 2012.

MATTEI, Lauro Francisco. A política agrária e rural do governo Temer. *In*: MALUF, Renato S.; FLEXOS, Georges (Orgs.) **Questões agrárias, agrícolas e rurais**: conjunturas e políticas públicas. Rio de Janeiro: *E-papers*, 2017.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**, São Paulo: Cosac Naify, 1974.

MEDEIROS, Leonilde Sérgio de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MELO, Wanderson Fábio. Roberto Campus em defesa do Estatuto da Terra: Disputas no encaminhamento da questão agrária na ditadura. **OPIS**, Catalão-GO, v. 14, p. 180 - 200, jan./jun. 2014.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n° 17, 1989.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 01 jun.2020.

MENDONÇA, Sônia Regina de. A classe dominante agrária: natureza e comportamento 1964-1990. *In*: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, v. 5, 2006.

MICHALISZYN, Mario Sergio; TOMASINI, Ricardo. **Pesquisa**: orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científico. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOURA, Valdiki. **Abordagem de reforma agrária**. São Paulo. Pioneira, 1968.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **A Cooperação Agrícola nos Assentamentos**. Caderno de Educação, 1993.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Agroecologia, soberania alimentar e cooperação**. set. 2010. (Coleção Sempre é tempo de aprender, Caderno de Educação n. 2).

NAVARRO, Zander. **A agricultura brasileira**: desempenho recente, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA/MAPA, jul. 2010.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros!.*In*: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiro; SUZUKI, Júlio César (Orgs.) **Geografia agrária**: teoria e poder. São Paulo Expressão Popular, 2007. v. 1, p. 211-270.

PINHEIRO, Ângela Maria. **O cooperativismo do MST e a sustentabilidade no contexto da reforma agrária**: o caso da Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda. 2005. 213 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2005.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Trad. Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Organização Karl Polanyi Levitt; Introdução Michele Cangiani; Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação**: liberdade, autonomia, emancipação, princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ROSA, Marcelo Carvalho. Sem-Terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p.197-227, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a07.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2017.

ROSA, Marcelo Carvalho. Ocupações de terra. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012. p. 509-512.

SABOURIN, Eric. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste Brasileiro. **Raízes**, ano 18, n. 20, p. 41-49, nov. 1999.

SABOURIN, Eric. Estratégias coletivas e lógicas de construção das organizações de agricultores no nordeste semiárido. **Antropolítica**, Niterói, n. 8, p. 41-57, 1º. sem. 2000.

SABOURIN, Eric. Dádiva e Reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. **TOMO**, São Cristóvão, SE, n. 7, p. 75-103, 2004.

SABOURIN, Eric. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 151-184, 2008a.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: Da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 131-138, fev. 2008b.

SABOURIN, Eric. **Sociedade e organização camponesa**: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011a.

SABOURIN, Eric. Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 24-51, mai./ago. 2011b.

SABOURIN, Eric. Enfoque sistêmico e análise das políticas públicas rurais. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMA DE PRODUÇÃO (SBSP), 10., 2014, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos**. Foz do Iguaçu, 2014.

SANTOS, Luciane Lucas. Economias indígenas, cosmovisão e territorialidade: os *ghathu* no altiplano andino. *In*: GAIGER, Luiz Inácio Germany; SANTOS, Aline Mendonça dos (Orgs.). **Solidariedade e ação coletiva**: trajetórias e experiências. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2017. p. 13-42.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murget. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOPINHO, Rosimeire Aparecida. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, Edição Especial 1, p. 84-94, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea12.pdf>. Acesso em: 02 maio 2019.

SERRA, Elpídio. A prática cooperativista em assentamentos de reforma agrária. **Revista Faz Ciência**, v. 12, n. 15, p. 13-32, jan./jun. 2010.

SILVA, José Gomes da. **A reforma agrária brasileira na virada do milênio**. Campinas: ABRA, 1996.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

TEMPLE, Dominique. El Principio de lo contradictorio y las estructuras elementales de la reciprocidade. **La revue du M.A.U.S.S**, Paris, n. 12, 2. Sem. 1998. Disponível em:

http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=336. Acesso em: 05 jun.2019.

TEMPLE, Dominique. **Teoría de la reciprocidad**. La Paz: PADEP/GTZ, 2 v. 2003.

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. Acampamentos do MST: uma discussão crítica sobre sociabilidade e poder. *In*: XXIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 23., 1999, Caxambu, MG. **Anais eletrônicos**. Caxambu, MG, out. 1999. Disponível em <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/23-encontro-anual-da-anpocs/gt-21/gt14-13/4981-mariaturatti-acampamentos/file>. Acesso em: 19 abr. 2019.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra, trabalho e educação**: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, v. 25, n. 2, p. 37-57, maio/dez. 1995.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE 1

OS PARÂMETROS DE OBSERVAÇÕES DE CAMPO (PESQUISA DIRETA)

<p>Fontes</p> <p>Mauss – dar, receber e retribuir (o espírito da dádiva).</p> <p>Godbout e Caillé – no ato de doação de algo a alguém, não é apenas a coisa que é dada, mas também a intenção. Na organização da prática social, há dois bens em circulação, um material, a coisa dada, um simbólico, a intenção oferecida.</p> <p>Laville, Gaiger – (interpretação de Mauss) Economias de reciprocidade</p> <p>Temple, Sabourin – estrutura de reciprocidade de Temple - bilateral (simétrica e assimétrica); ternária se divide em: unilateral, bilateral e centralizada. Diferentes modelos de reciprocidade. Formas de dádiva produtiva</p> <p>Polanyi – reciprocidade, redistribuição, domesticidade e (intercâmbio) A dimensão social e econômica produzida e executada; ação orientada para o bem comum e para o interesse próprio.</p>	<p>Agricultores familiares - OBSERVAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dádiva interfamiliar manifesta pelo dote da filha (enxoval) e dotações de instalações dos jovens (crias/animais) oferecidas às crianças • Compadrio associadas às relações afetivas, o apadrinhamento recíproco das crianças; • Dádiva generalizada, convites de festas locais, religiosas, pagamento de promessa, celebrações de santo padroeiro (batismo, matrimônio, funeral) • Doméstico (matança e cozimento de animal) • Trocas de bens materiais e simbólicos <p>Formas de dádiva produtiva</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relações interpessoais entre os agricultores-período de Plantas/colheitas • Prestações de ajuda mútua “o mutirão”, (mediante mecanismos da dádiva) e de organização e de convites. Produção por meio de convite de trabalho • Mão de obra da comunidade (acesso à água, às terras de vazante, às pastagens comuns de fundo de pasto). • A reciprocidade com engajamento voluntário – interesse comum e mútuo (cooperativa- 	<p>Cooperativa - OBSERVAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existem relações de dádiva implicando prestações não/e-monetarizadas e prestações mercantis, realizadas num marco de partilha e de reciprocidade associado à geração de valores humanos (preços compensatórios, cotas, direito a produzir) • O ponto de partida desta diferenciação entre a lógica de intercâmbio e de reciprocidade, muitas vezes, está na contradição entre as práticas de reciprocidade dos agricultores e as propostas de desenvolvimento fundadas no princípio utilitarista da redistribuição pelo intercâmbio livre. Ver como a Cooperativa se apropriada disso. • A reciprocidade com engajamento voluntário – interesse comum e mútuo (cooperativa-agricultor) • Verificar a existência de mercado associando lógicas de reciprocidade e de intercâmbio (nas feiras, os mercados de proximidades, clientes conveniados)
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>agricultor)</p> <ul style="list-style-type: none">• Produção é motivada socialmente e constitui um fator de desenvolvimento econômico• A Gestão Compartilhada de bens coletivos constitui uma distribuição de fatores de produção• A Redistribuição motiva a reprodução da dívida – princípios da economia local DAR-RECEBER-DEVOLVER	<ul style="list-style-type: none">• Intercâmbio – olhar para a lógica de mercado• A Redistribuição motiva a reprodução da dívida – princípios da economia local DAR-RECEBER-DEVOLVER• Os interesses de poder internos no contexto institucional (cooperativa, enquanto grupo)
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

APÊNDICE 2**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Título do Projeto de tese: **A RECIPROCIDADE COMO PRÁTICA SOCIAL E ECONÔMICA EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA**

Pesquisadora: Evanilde Pereira Salles Lange, vínculo institucional Unioeste/Unisinós

Convidamos você a participar de nossa pesquisa que tem o objetivo de investigar, descrever e refletir sobre o modo de vida dos agricultores familiares no assentamento quanto à organização social e econômica, bem como buscar respostas aos dilemas dos agricultores familiares junto à Coopercam, tanto na participação econômica como no universo das relações e práticas sociais. Para tanto, precisamos que você participe desta pesquisa por meio de entrevista.

Esperamos, com este estudo, trazer elementos que auxiliem os agricultores familiares do assentamento Antônio Companheiro Tavares e os dirigentes da Coopercam, bem como colaborar para com as ciências sociais.

Antes de realizar a entrevista será colhida a assinatura no TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e durante a execução da entrevista se você se sentir constrangido ou desconfortável com alguma pergunta estarei à disposição para tirar dúvidas. Sua identidade não será divulgada e seus dados serão tratados de maneira sigilosa, sendo utilizados apenas para fins científicos. Você também não pagará, nem receberá para participar do estudo. Além disso, você poderá cancelar sua participação na pesquisa a qualquer momento. No caso de dúvidas ou da necessidade de relatar algum acontecimento, você pode contatar a pesquisadora pelo e-mail: evanilde.lange@unioeste.br

Declaro estar ciente do exposto neste documento e concordo em participar da pesquisa por meio de entrevista.

Nome:

Eu, Evanilde Pereira Salles Lange, declaro que forneci todas as informações do projeto de tese ao participante, Cascavel, ____/____2019.

ENTREVISTA SEMIESTRUTURA

Pesquisadora: Evanilde Pereira Salles Lange

a) Identificação e trajetória de vida:

- 1) Nome _____ idade: _____ sexo: _____
- 2) Estado Civil: _____ Quantos filhos: _____ Quantos moram com você? _____
- 3) Há quanto tempo mora no assentamento?
- 4) Foi acampado desse assentamento? Quanto tempo de acampamento?
- 5) Você é o(a) chefe da família? Quem é?
- 6) Você e sua família conseguem viver da renda aqui produzida? Ou recebem algum tipo de ajuda financeira do governo?
- 7) A sua casa é suficiente para sua família viver com conforto?
- 8) Como foi sua trajetória de vida desde o início do assentamento?
- 9) Foi difícil se adaptar a esse modo de vida?

b) Vínculos familiares, de amizade e de poder no assentamento

- 10) Você têm parentes que residem no assentamento? Qual é o grau de parentesco?
- 11) Você cultiva algumas tradições entre familiares, aquelas que são passadas entre gerações?
- 12) Você cultiva algumas tradições históricas entre sua família e os demais agricultores (**com vizinhos e a comunidade**) do assentamento, Como você descreve esses vínculos?
- 13) Existem problemas de relacionamento entre os assentados? Quais são os problemas?
- 14) As relações de poder no assentamento, elas existem e como se apresentam?

c) Lote agrícola – Agricultor (a) familiar (produção):

- 15) Atualmente quais as atividades de produção em seu lote agrícola?
- 16) O cultivo em seu lote é orgânico ou convencional?
- 17) O plantio, colheita, enfim, todo o trabalho feito no seu lote agrícola é realizado pelos membros de sua família? Ou há necessidade de outros?

- 18) Qual(is) forma(s) de contratação de outros agricultores assentados?
- 19) Em quais momentos e situações você e sua família realizam práticas coletivas no assentamento?

d) Associado à Coopercam

- 20) É associado à Coopercam? Há quanto tempo?
- 21) Qual(is) os produto(s) produzidos em seu lote que são comercializados pela Coopercam?
- 22) Se foi associado à Coopercam, quais os motivos do desligamento?
- 23) A sua opção de comercializar seus produtos por meio da Coopercam é motivada por quais fatores?
- 24) Como é sua participação nas decisões na Coopercam?
- 25) Como é a trajetória histórica da Coopercam?
- 26) Há necessidade de mudanças na Cooperativa e quais seriam essas mudanças?
- 27) No dia a dia existe cooperação entre os agricultores familiares para garantir tanto a compra como a entrega dos produtos via Cooperativa?
- 28) Como a Coopercam realiza a redistribuição dos lucros junto aos agricultores familiares cooperados?
- 29) Quais seriam os dilemas, vivido por você associado na Coopercam?
- 30) Existem disputas internas para com a cooperativa? Seriam disputas pelo poder?
- 31) Existem ameaças para a permanência da Coopercam? Se sim, nos informe quais?
- 32) O MST participa do processo decisório da Coopercam?
- 33) Como é a participação da Central de Cooperativas Agropecuária (CCA) nas decisões na Coopercam?

e) MST

- 34) Há alguma obrigatoriedade de continuar participando do MST após as famílias serem assentadas?
- 35) Como é a sua participação (interna e externa ao assentamento) para com o MST?
- 36) Como você enxerga atualmente o MST?